



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 36, TERÇA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2018



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenáriose



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 37^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 2 DE ABRIL DE 2018

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar a erradicação da Febre Aftosa no Brasil e o reconhecimento internacional da condição de país livre da doença, nos termos do Requerimento nº 39/2018, do Senador Waldemir Moka e outros senadores.	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	8
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Waldemir Moka)	8
1.2.3 – Oradores	
Sr. Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10
Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	12
Sr. Luís Eduardo Pacifici Rangel, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	13
Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária	14
Sr. Zeca D'Ávila, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso no período de 1992 a 2004	16
Sr. Guilherme Henrique Figueiredo Marques, Diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	17
Senadora Ana Amélia	21
Senador Wellington Fagundes	22
Senador Cidinho Santos	26
Sr. Mário Antônio Pereira Borba, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.	28



Senador Telmário Mota	30
1.3 – ENCERRAMENTO	31
2 – ATA DA 38^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE ABRIL DE 2018	
2.1 – ABERTURA	33
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	33
2.2.2 – Oradores	
Senadora Ana Amélia – Expectativa com o julgamento pelo STF do pedido de <i>habeas corpus</i> impetrado pela defesa do ex-presidente Lula; e outros assuntos.	33
Senador Telmário Mota – Cumprimentos ao Sr. Jesus Nazareno Laranjeira pelo aniversário de 88 anos; e outros assuntos.	37
Senador Paulo Paim – Celebração do Dia Mundial do Autismo, comemorado em 2 de abril; e outros assuntos.	41
Senador Cristovam Buarque – Destaque para os reflexos da educação na taxa de juros; e outro assunto.	51
Senador José Medeiros – Considerações sobre a importância da educação, em especial na primeira infância, para o futuro do País; e outros assuntos.	54
Senador Reguffe – Defesa da construção de uma agenda legislativa em favor de proposições relativas à defesa do consumidor.	62
Senador Raimundo Lira – Pesar pelo falecimento da jornalista Nelma Figueiredo, ocorrido em 30 de março.	63
Senador Wellington Fagundes – Expectativa positiva em torno da posse dos novos ministros da Saúde e dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e outros assuntos.	64
Senador Cidinho Santos – Lamento pela decisão do Ministro do STF Alexandre de Moraes que suspendeu as mudanças relativas ao local de recolhimento e cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; e outros assuntos.	72
Senador Roberto Muniz – Destaque para a necessidade de aperfeiçoamento do papel do Estado na gestão dos serviços públicos de água e esgoto; e outros assuntos.	79
Senador Hélio José – Registro da participação de S. Ex ^a na celebração da Paixão de Cristo no Morro da Capelinha em Planaltina no Distrito Federal; e outros assuntos.	90
2.3 – ENCERRAMENTO	93

PARTE II

3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 38^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 9/2018 (nº 21/2018, na origem), que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de fevereiro de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

95



3.1.2 – Comunicações

Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor do Aviso nº 2/2018, com posterior envio ao Arquivo (**Ofício nº 10/2018**). 110

Do Senador Antonio Carlos Valadares, de retificação do Memorando nº 6/2018, sobre o endereço do escritório de apoio político de S. Ex^a. (**Memorando nº 3/2018**). 111

3.1.3 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Substitutivo da Câmara nº 3/2018 ao Projeto de Lei do Senado nº 8/2016 (nº 5.000/2016, na Câmara dos Deputados), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *institui a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo)*. 113

Projeto de Lei da Câmara nº 15/2018 (nº 6.087/2016, na Câmara dos Deputados), que *autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da União, o imóvel que especifica, cujo domínio direto pertence ao Estado do Rio Grande do Sul*. 119

Projeto de Lei da Câmara nº 16/2018 (nº 3.859/2015, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais*. 123

Projeto de Lei da Câmara nº 17/2018 (nº 9.468/2018, na Câmara dos Deputados), que *institui a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino das redes pública e privada voltados à educação infantil e à educação básica e os estabelecimentos de recreação infantil capacitarem profissionais do seu corpo docente ou funcional em noções básicas de primeiros socorros*. 127

Projeto de Lei da Câmara nº 18/2018 (nº 3.042/2015, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar os recursos disponíveis para a educação especial*. 131

3.1.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 151/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 145/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.639/2018. 136

Nº 155/2018, na origem (**Mensagem nº 13/2018, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali. 138

3.1.5 – Ofício do Superior Tribunal de Justiça

"S" nº 14/2018 (nº 179/2018, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS para compor o Conselho Nacional de Justiça. 178

3.1.6 – Projeto de Lei do Senado

Nº 144/2018, do Senador Roberto Muniz, que *altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para inserir nova infração concorrencial*. 229

3.1.7 – Requerimento

Nº 165/2018, do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão em 26 e 27 do corrente. 234

3.1.8 – Término de prazos

Término do prazo, em 28 de março último, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 130/2009; e do Projeto de Lei do Senado nº 241/2017. 239



Término do prazo, em 28 de março último, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nºs 502/2013 e 181/2017-Complementar. 239

PARTE III

4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

RELATÓRIO MENSAL DA ATIVIDADE LEGISLATIVA DE MARÇO DE 2018 (SUPLEMENTO “A”)

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO “B”)

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO “C”)

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 240

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 243

7 – LIDERANÇAS 244

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 248

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 260

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 263

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 312



**Ata da 37^a Sessão, Especial,
em 2 de abril de 2018**

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência do Sr. Waldemir Moka.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 13 minutos e encerra-se às 13 horas e 3 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome da liberdade, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar a erradicação da febre aftosa no Brasil e o reconhecimento internacional da condição de país livre da doença, nos termos do Requerimento nº 39, de 2018, do Senador Waldemir Moka e de outros Senadores.

Eu convido para compor a Mesa o Senador e Ministro Blairo Maggi, que já está a caminho, mas ele, para não atrasar, pediu que começássemos antes mesmo da sua chegada. Os senhores sabem, hoje, o Presidente Michel Temer está dando posse a vários ministros e me parece que pediu que o Ministro Blairo Maggi desse uma passada rápida por lá.

Eu quero chamar, então, o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, o Sr. Elmar Novak, para compor a Mesa dos trabalhos. (*Palmas.*)

Eu quero também chamar o Presidente da Embrapa, Sr. Maurício Antônio Lopes. (*Palmas.*)

O Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Luís Eduardo Rangel. (*Palmas.*)

O Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida. (*Palmas.*)

E convido ainda o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, representando todos os presidentes de federações aqui no Brasil no período de 1992 a 2004, o Sr. Zeca D'Ávila. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Convido o ilustre Ministro da Agricultura, Senador Blairo Maggi, para que ocupe a Mesa Diretora dos trabalhos. (*Palmas.*)

Como autor do requerimento, eu devo fazer uma saudação aos presentes, mas antes eu gostaria de nominar aqui os componentes da Mesa e agradecer pela presença. Eu gostaria que a minha Assessoria pudesse me trazer aqui os nomes novamente.

Eu quero agradecer ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Blairo Maggi, que muito nos honra com a sua presença; ao Presidente da Embrapa, Sr. Maurício Antônio Lopes; ao Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Luís Eduardo Rangel; ao Presidente do Conselho Nacional de Medicina Veterinária, Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida; ao Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, neste ato representando todos os Presidentes de Federações aqui presentes, Sr. Zeca D'Ávila. Eu queria também agradecer aos demais convidados: Diretor do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Opas/OMS), Sr. Ottorino Cosivi; Diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Delegado do Brasil perante a OIE (Organização Internacional de Epizootias), Sr. Guilherme Henrique Figueiredo Marques; representando o Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Sr. Mário Antônio Pereira Borba; Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia, Sr. Francisco de Assis Diniz; Diretor Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, Sr. Inácio Afonso Kroetz; Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Sr. Daniel Carrara.



Sr. Ministro, senhores convidados, hoje estamos celebrando mais uma conquista para os pecuaristas de todo o País e para a economia brasileira, porque possuímos o maior rebanho comercial do mundo. São 217 milhões de cabeças bovinas, utilizando 175 milhões de hectares de pastagens plantadas e nativas, produzindo 9,5 milhões de toneladas de carne, das quais 1,7 milhão nos exportamos. Ou seja, respondemos por 18% das exportações mundiais dessa *commodity*, sem contar que, na pecuária leiteira, produzimos 33,6 bilhões de litros ordenhados de 19,7 milhões de vacas.

Essa é a pecuária brasileira, que responde por 7,4% do PIB e que gera riquezas por este Brasil afora.

Por isso celebramos, nesta sessão solene, a recomendação do Comitê Científico da Organização Mundial de Saúde Animal, a Organização Internacional de Epizootias, formado por 15 cientistas, de que o Brasil seja reconhecido como livre da febre aftosa, com vacinação pelos seus 180 países integrantes.

Foram 60 anos de luta, mobilização de vários governos, de lideranças do setor pecuário, produtores rurais de todo o País. Um feito dessa importância para o País não poderia deixar de ser comemorado. É uma homenagem singela – mas com muito valor – a todos aqueles que fazem do Brasil, apesar de todas as dificuldades, líder mundial na produção de alimentos e líder na exportação de carnes.

Essa declaração deverá ocorrer oficialmente entre os dias 20 e 25 de maio, durante reunião da Organização Internacional de Epizootias, em sua sede em Paris, na França. Com isso, 25 Estados – alguém poderia questionar: mas não são 27? É que Santa Catarina já é considerada zona de livre exportação sem vacinação – e o Distrito Federal serão declarados livres da aftosa, com vacinação pelo organismo internacional, e isso graças às ações do Ministério, que encaminhou pedido de reconhecimento do Amazonas, do Amapá, de Roraima e de parte do Pará como áreas livre de aftosa com vacinação.

Parabéns, Sr. Ministro Blairo Maggi.

Esse é o resultado dos excelentes relatórios, comprovando a ausência da circulação do vírus no País e as medidas adotadas para evitar a doença, acatando, inclusive, a recomendação do Comitê Científico de reforço à vigilância das fronteiras com a Venezuela e Colômbia.

Temos muito que comemorar, porque estamos celebrando hoje a união de esforços e o trabalho conjunto que vem sendo realizado pelo Ministério da Agricultura, comandado pelo Ministro Blairo Maggi; pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), sob o comando do Dr. João Martins; e de todas as entidades que representam a pecuária brasileira.

Quero parabenizar o Ministro Blairo Maggi pela iniciativa de criar, no último ano, um comitê, para preparar ações voltadas para o alcance desse objetivo, e o reconhecimento pela Organização Internacional das Epizootias (OIE) veio consolidar o processo de reconhecimento feito pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quando foram declaradas, no final do ano passado, as novas zonas livres da febre aftosa com vacinação no Amapá, Roraima, em grande parte do Amazonas e em áreas de proteção no Pará, finalizando-se nacionalmente o processo de erradicação da doença.

Completamos 11 anos sem registro de ocorrência de febre aftosa no País, e nada melhor que um plano estratégico do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA - 2017/2026), para enfrentar a doença, criar e manter condições sustentáveis para garantir o



status de País livre da febre aftosa com vacinação e ampliar as zonas livres da doença sem vacinação, a exemplo de Santa Catarina, que é reconhecida pela OIE como livre da doença sem vacinação desde 2007.

Agora é intensificar esforços e tentar cumprir o cronograma já aprovado no plano estratégico do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA - 2017/2026), para que o Brasil possa ser declarado livre da aftosa sem vacinação até 2023.

Temos certeza de que, com a competência com que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministro vêm atuando na área de defesa agropecuária e o empenho da classe produtora e de suas instituições, esse feito será alcançado, e a agropecuária e o Brasil comemorarão mais essa conquista.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Eu convido o Ex^{mo} Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Blairo Maggi, para que faça uso da palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI – Bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores aqui presentes.

Primeiramente, gostaria de dizer que me sinto honrado e muito feliz em ser o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil num momento histórico para nosso País que é o da conquista do "Brasil Livre de Aftosa". Esse marco representa a vitória de uma longa e dura batalha.

Tivemos uma batalha cheia de percalços, mas, graças a muito esforço, trabalho, conhecimento, dedicação e luta de produtores rurais, de gerações de técnicos e gestores, isso se tornou realidade. Hoje, podemos anunciar que o Brasil está livre de febre aftosa e está prestes a receber seu último certificado de zona livre de febre aftosa com vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Essa batalha remonta ao século XIX, quando em 1895 foi registrado o primeiro caso de febre aftosa no País, na região do Triângulo Mineiro. De lá para cá, tivemos inúmeras iniciativas para erradicar a doença no País, passando pela reestruturação do Ministério da Agricultura, em 1909, e pelas primeiras medidas oficiais de combate à doença no Brasil, em 1919, com a publicação do Código de Polícia Sanitária pelo Ministério da Agricultura.

Nos anos de 1950, foram criadas as normas de profilaxia e foi estabelecido um programa nacional de combate à doença, mas que não obteve resultados satisfatórios.

Nos anos de 1960, o Brasil iniciou o combate mais intenso à febre aftosa, por meio de campanhas de vacinação em regiões pioneiras.

Eram tempos em que importávamos carne e leite, e milhares de focos da doença acometiam nossos rebanhos todos os anos, mas não fraquejamos na nossa luta para erradicar a doença.

Em 1963, o Ministério da Agricultura lançou a Campanha Contra a Febre Aftosa, e, em 1965, o Rio Grande do Sul implementou o programa. No ano seguinte, foi seguido pelos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro e Sergipe.

Os anos de 1970 vieram renovados de esforços para combater a doença, com a criação do Projeto Nacional de Combate à Febre Aftosa, mas foi na década seguinte, com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1985, e da União Europeia, em 1990, que as exigências internacionais de sanidade animal aumentaram e trouxeram junto o benefício da



proibição das barreiras tarifárias ao comércio, o que abriu a possibilidade de ampliar a exportação de carnes e levou à reformulação da política de combate à febre aftosa no Brasil.

Esse novo cenário internacional proporcionou a criação do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa em 1992. Novos passos foram dados até que, em 1996, foi estabelecida a obrigatoriedade da vacinação em todo o País, e em 1998 tivemos o primeiro grande reconhecimento de zona livre de febre aftosa com vacinação nos três Estados do Sul do Brasil.

A virada do século foi marcada pela conquista do mesmo *status* pelo Circuito do Centro-Oeste, mas foi registrada a reintrodução da febre aftosa no Rio Grande do Sul, interrompendo o projeto de implantação de uma zona livre de febre aftosa sem vacinação.

A doença foi eliminada com a destruição de mais de 11 mil animais. Desde então, a luta contra a doença teve grandes avanços e pequenos recuos, com todos os Estados engajados na luta contra a febre aftosa, mas com o País ainda registrando focos da doença nos primeiros anos da década passada, até chegarmos, no ano passado, ao Plano Estratégico do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa, que lançamos para consolidar a condição sanitária conquistada para a febre aftosa e avançar com a zona de livre de febre aftosa sem vacinação para todo o Território nacional.

No mês de abril, o Brasil completa 12 anos sem ocorrência de febre aftosa, e, no mês de maio de 2018, os Estados do Amazonas, Roraima, Amapá e parte do Pará deverão receber o reconhecimento internacional pela Organização Mundial da Saúde (OIE) e assim integrar todo o Território brasileiro na condição de livre de febre aftosa, sendo o Estado de Santa Catarina livre de febre aftosa sem vacinação, e o restante do País livre de febre aftosa com vacinação.

Com esse novo *status*, a pecuária brasileira partirá para um patamar mais alto, permitindo um novo desafio de conquistarmos, até 2023, o reconhecimento internacional, para todo o País, de livre de febre aftosa sem vacinação.

Essa condição traz para o País evidentes impactos positivos na consolidação e na ampliação de mercados para os produtores pecuários brasileiros. Por essa razão, a luta contra a febre aftosa é tarefa de todos, e o País deve permanecer unido e empenhado para vencer os desafios da manutenção do *status* de livre de febre aftosa.

O setor agropecuário brasileiro é reconhecidamente essencial para a economia do País e tem garantido o superávit da balança comercial, a geração de emprego e renda, e contribuído para a redução dos índices de inflação, condições essenciais à recuperação econômica do nosso País. Isso é muito mais do que somente a entrada de dinheiro no País: isso é emprego, saúde, educação e desenvolvimento.

Em 2017, somente a pecuária representou um Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$175,7 bilhões. No mesmo período, apenas o complexo carnes teve um crescimento nas exportações de 8,9%. E ainda temos potencial para crescimento no mercado internacional, sem desobedecer às nossas leis ambientais.

Esse crescimento das exportações brasileiras se deve fundamentalmente à melhoria da condição sanitária do rebanho nacional, além da inquestionável qualidade e competitividade dos nossos produtos.

Nesse cenário, destaca-se a vitória contra a febre aftosa, doença que intimida a todos os países e causa os maiores impactos para abertura e manutenção de mercados aos produtos pecuários.



A evolução no combate à febre aftosa é uma das grandes responsáveis pela valorização dos nossos produtos pecuários nos mais diversos mercados que hoje exportamos.

Considero este um momento de grande relevância.

Essa conquista, cujo certificado internacional será conferido ao Brasil na 86^a Sessão Geral da OIE, em maio próximo, na sede, em Paris, coroará o Brasil livre de aftosa, encerrando um ciclo de lutas e abrindo as portas para novas conquistas e desafios que virão e que certamente venceremos.

Sem dúvidas, é o cumprimento de uma etapa importantíssima e um marco histórico do processo de erradicação da doença em nosso País e de valorização do patrimônio pecuário nacional.

Temos muito a comemorar e homenagear a todos que lutaram nessa batalha.

Cientes da nossa responsabilidade em manter essa conquista e avançarmos para o Brasil livre de febre aftosa sem vacinação, termino convidando todos os brasileiros a prestarem suas homenagens aos milhares de mulheres e homens, muitos já nem entre nós, que muito trabalharam para isso. Honestidade e conhecimento tornaram realidade o que parecia impossível.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Agradecendo ao Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, concedo a palavra ao Presidente da Embrapa, Sr. Maurício Antônio Lopes.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Eu gostaria de cumprimentar o Presidente, requerente desta sessão de comemoração, Senador Waldemir Moka, e o Ministro Blairo Maggi, e, nas suas pessoas, cumprimentar os integrantes da Mesa.

Também meus cumprimentos aos Parlamentares presentes, às lideranças da pecuária e do agronegócio brasileiros, aos diplomatas. Um cumprimento especial à equipe da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e também aos colegas envolvidos no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa; e, obviamente, um cumprimento muito especial aos pecuaristas, aos nossos pecuaristas, pelo grande feito que o Brasil comemora esta semana, um sonho de 60 anos: desde 2004 não temos focos registrados de febre aftosa, e no fim do ano passado, como bem disse o nosso Ministro, a doença foi considerada erradicada do nosso País. Essa é uma amostra de que a pecuária brasileira vem dando a sua contribuição para o avanço do agronegócio brasileiro.

As estatísticas da Conab para a produção pecuária no Brasil nos permitem estimar um efeito poupa-terra para o setor que chega a 687 milhões de hectares, significando que o Brasil, se tivesse mantido o mesmo padrão tecnológico da pecuária dos anos 50, precisaria de nada menos do que 700 milhões de hectares a mais para produzir o que produzimos hoje com a pecuária brasileira. Para as lavouras, esse efeito poupa-terra chega a 220 milhões.

Portanto, a pecuária e a agricultura do Brasil economizaram algo como mais de 900 milhões de hectares, o que significa mais de um Brasil, em função da nossa capacidade de incorporar conhecimento e tecnologia aos processos produtivos.

A Embrapa estima que 68% do produto agropecuário brasileiro é devido à incorporação de tecnologia, 10% devido ao uso da terra, 20% devido ao trabalho. Por isso, a pecuária do Brasil se destaca na América do Sul e se destaca no mundo, com uma produção marcada pela incorporação de conhecimento tecnológico na genética, na sanidade, nas pastagens. Foram



avanços que nos conduziram a um modelo de produção de pecuária sustentável sem igual no cinturão tropical do Globo.

Graças a esses avanços, a partir da década de 90, mais exatamente meados da década de 90, a pecuária bovina brasileira cresceu com números extraordinários, nada menos que 6,6% ao ano, ajudando o Brasil a economizar terra, reduzindo a pressão sobre ambientes sensíveis.

Ao nos lançarmos para o mundo como grandes exportadores, nós também demos grandes saltos no padrão sanitário, na qualidade e na sustentabilidade da nossa pecuária. Com os ganhos de produtividade que a pecuária alcança hoje, ela libera espaço para o crescimento das lavouras, como mostra a grande revolução que está em curso agora no Brasil dos sistemas integrados lavoura-pecuária, lavoura-pecuária-floresta. O Brasil tem hoje mais de 12 milhões de hectares de sistemas integrados, permitindo-nos ser o primeiro país a modelar um sistema de produção de carne e carbono neutro.

Sem conhecimento e sem tecnologia, não teríamos chegado aqui, não teríamos realizado esse sonho de 60 anos; esses avanços em conhecimento, ciência e tecnologia nos permitiram alcançar uma pecuária avançada, livre de passivos, livre de males que nos penalizaram por tanto tempo.

Portanto, parabéns ao nosso Ministro Blairo Maggi pelo seu incansável esforço para fortalecer a competitividade do nosso agro; e parabéns à nossa Secretaria de Defesa Agropecuária, que, em sintonia com os nossos produtores, permite ao Brasil ganhar esse *status* de país livre da febre aftosa.

Que tenhamos uma ótima semana de justa comemoração desta marca, deste feito: Brasil livre da febre aftosa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu agradeço ao Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Embrapa. (*Fora do microfone.*)

Passo a palavra ao Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, o Sr. Luís Eduardo Rangel.

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Bom dia, Senador Moka, Presidente da Mesa; meus chefes, Blairo Maggi e Dr. Novacki, Secretário-Executivo; Dr. Maurício Lopes, meu colega e amigo da Embrapa; Dr. Francisco de Almeida; e Zeca D'Ávila, presentes aqui na Mesa. Eu queria falar rápidas palavras porque, do ponto de vista técnico, eu acho que o Ministro conseguiu ser bastante detalhado. A gente vai poder dar um esclarecimento com relação aos números, mas eu queria destacar especialmente o trabalho que foi conduzido, durante muitos anos, pelos médicos veterinários não só do Ministério da Agricultura e das agências estaduais, mas também pelos médicos veterinários privados deste País, que, com técnica, com foco, conseguiram fazer o que muitos acreditavam ser impossível: trazer o País, com as dimensões gigantescas que nós temos, para esse *status* de livre, ainda com vacinação, mas olhando para um futuro cada vez mais ousado de, de fato, se movimentar para a questão da erradicação e retirada da vacina.

Percebemos, hoje, que foi possível ser conduzido dessa forma e que é, sim, possível chegar, em 2023, ainda com essa ousadia, com essa visão de futuro, a erradicar, de fato, a doença e retirar, então, a vacina, que nos trouxe até aqui. É importante destacar que a estratégia da vacinação, a estratégia da vacina, com todo apoio que nós tivemos do Plano de Ação para Febre Aftosa para o desenvolvimento dessa vacina, com todo o apoio que nós tivemos a nossa base



laboratorial, nos nossos laboratórios de referências; com o investimento maciço feito em defesa agropecuária nos últimos anos, o que permitiu que, de fato, nós possamos, então, nesta semana, comemorar esse marco histórico para o Brasil.

Dizer para os senhores que investimento em defesa agropecuária é o melhor investimento que nós podemos fazer é redundante neste auditório, porque é sabido que um dia de mercado fechado por qualquer motivo sanitário custa muito mais do que qualquer investimento feito em defesa agropecuária. Nós somos, sim, os seguradores da parte do patrimônio que é a agropecuária nacional e é um bom negócio fazer investimento em defesa agropecuária.

Qual o grande exemplo que nós tiramos hoje com relação, especificamente, à febre aftosa? É que é possível, sim, também ampliar os nossos desafios para outras doenças e outras pragas. A febre aftosa, hoje, comemora esse marco histórico, mas ainda temos muitos desafios pela frente, como a peste suína clássica, temos o desafio da brucelose, da tuberculose, e isso vai poder também dar outros ganhos de produtividade em outras matrizes, como o leite. Temos desafios grandiosos na área vegetal, como o projeto de moscas-das-frutas.

O Brasil é um terreno muito fértil para poder fazer investimentos em defesa agropecuária e possibilitar, então, o aumento da competitividade, da exportação e do patrimônio nacional.

Basicamente, é um voto hoje de agradecimento a todos que puderam contribuir, durante esses anos todos, com a erradicação da doença e também de agradecimento por poder ser o Secretário de Defesa Agropecuária neste marco histórico. Não é uma tarefa fácil ser secretário, não é uma tarefa fácil ser diretor – o Dr. Guilherme e os demais diretores da SDA sabem que não é –, mas, para mim, é uma grata surpresa, uma grata honra estar na cadeira de Secretário de Defesa Agropecuária nesta virada histórica que estamos fazendo.

Parabéns a todos que estão presentes, parabéns a todos os pecuaristas, veterinários, técnicos, porque essa vitória é de vocês.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu quero registrar – e faço com enorme prazer – a presença dos Senadores Cidinho Santos, Wellington Fagundes e Ana Amélia. Muito obrigado pela presença dos três Senadores.

Logo após a fala dos componentes da Mesa, vou abrir para que V. Ex^{as}s possam também fazer o uso da palavra.

Convido, agora, o Presidente do Conselho Nacional de Medicina Veterinária, Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida.

O SR. FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA – Queremos cumprimentar o Presidente desta sessão solene, Senador Waldemir Moka, S. Ex^a o Sr. Ministro da Agricultura, Senador Blairo Maggi, o nosso Presidente da Embrapa, o Secretário Nacional, por quem eu cumprimento os demais componentes da Mesa, meu colega e Senador Wellington Fagundes, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes, senhoritas, senhoras e meus senhores.

Que alegria estar hoje aqui, no Senado, nesta homenagem da Semana Brasil Livre de Febre Aftosa, Ministro.

Falar da febre aftosa, desde o seu registro em 1895, no Estado de Minas Gerais, seria, ou melhor, será um tratado histórico. Não é uma zoonose, mas uma doença infectocontagiosa de alto poder de disseminação, devastadora, susceptível a todos os biungulados.



Quando afirmo "com alegria" é por ter participado desta luta, que não foi fácil, focando sempre a educação sanitária – a conscientização do produtor, que é muito importante –, a vigilância sanitária e epidemiológica, na sua profilaxia, no trânsito e na interdição das áreas afetadas. Muitas das vezes tivemos que usar a força pública para essas medidas. Novamente, "com alegria", repito, por ter acompanhado a evolução tecnológica da fabricação da vacina com uso do epitélio lingual infectado. Logo em seguida, os neonatos de coelho e de camundongo, porque a demanda era grande, e chegando no final ao cultivo celular. E, com muito orgulho, aqui o falo: participamos do primeiro curso de produção de vacina contra a febre aftosa com adjuvante oleoso, no Centro Panamericano de Febre Aftosa. Que desafio!

E a segunda alegria é estar hoje aqui, Ministro, e Presidente desta solenidade, Senador Waldemir, na qualidade de Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, representando, portanto, 118 mil médicos veterinários e 9 mil zootecnistas atuantes. O Brasil, pelos dados do MEC, conta hoje com 327 novos cursos de medicina veterinária e 135 cursos de zootecnia, formando novos profissionais que deverão estar embutidos nesse programa.

Quero enaltecer neste momento o papel decisivo, na luta de erradicação da febre aftosa, do médico veterinário, desde a pesquisa à construção de um antígeno de qualidade, reconhecido mundialmente.

A Lei 5.517/68, em seu artigo 9º, diz:

Art. 9º O Conselho Federal assim como os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária servirão de órgão de consulta dos governos da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, em todos os assuntos relativos à profissão de médico-veterinário ou ligados, direta ou indiretamente, à produção ou à indústria animal.

Permitam-me, Excelências, prestar uma homenagem *in memorian* a muitos colegas, que foram os pioneiros neste trabalho: a Ivo Torturella, Ubiratan Mendes Serrão, Alberto dos Santos, Décio Lyra, Nathanael Ferreira, Silvino Carlos Horn, Ivair Rodrigues Marques, Ernani Ibirá Gonçalves, César Rosa e tantos outros que, com seus ensinamentos, profissionalismo e ética, asseguraram o êxito do programa Campanha de Combate e Erradicação da Febre Aftosa.

Dois de abril de 2018, data histórica. O agronegócio brasileiro, mais uma vez, de parabéns!

Na semana de 20 a 25 de maio de 2018, em Paris, França, a OIE fará a proclamação do Brasil livre de febre aftosa com vacinação.

Parabéns, profissionais; parabéns, pecuarista; parabéns, industrial; parabéns, professor pesquisador e sociedade como um todo, por essa conquista!

Começa hoje – ou melhor, já iniciou – o Plano Estratégico de Erradicação da Febre Aftosa, traçado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Neste plano, acredito que é fundamental a vigilância nas fronteiras, inclusive em portos e aeroportos. A exportação de animais vivos representa, sem dúvida, para o mundo a credibilidade do trabalho desempenhado pelo setor oficial e privado.

Permita-me, Ministro Blairo Maggi, enaltecer aqui o trabalho de V. Ex^a, como também o do Secretário de Defesa Agropecuária, o Engenheiro Agrônomo Luís Eduardo Rangel, e o do Departamento de Saúde Animal na pessoa do médico veterinário Guilherme Henrique Figueiredo Marques.

Finalmente, deixo aqui à disposição de V. Ex^as, Ministro e Presidente da Mesa, e desta Casa o Conselho Federal de Medicina Veterinária como parceiro nos programas e ações ligados à



pecuária brasileira, notadamente no que se refere à propositura e discussão de projetos de lei e de atos normativos infralegais que envolvam as profissões de medicina veterinária e zootecnia, já que ambas têm relação direta com a Saúde Única, ou seja, saúde animal, ambiental e humana.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradeço as palavras do Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida.

Concedo a palavra ao ex-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso no período de 1992 a 2004, o Sr. Zeca D'Ávila.

O SR. ZECA D'ÁVILA – Bom dia a todos.

Para mim é um prazer muito grande estar aqui, neste momento.

Quero, primeiramente, agradecer ao Presidente da Mesa, Senador Moka. Quero agradecer o convite do Ministro Blairo, que nos招ocou para esta sessão. Quero cumprimentar os Srs. Senadores e as Sr^{as}s Senadoras presentes. Quero cumprimentar – com muita satisfação o vejo aqui, neste momento – o Dr. Francisco, hoje Presidente do CFMV, grande companheiro de lutas. Quero cumprimentar – permita-me, Senador, pois eu tenho uma lista aqui e preciso cumprimentar todos – o Dr. Inácio, que vejo aqui agora, companheiro de luta, trabalhou no Ministério da Agricultura, fomos a Paris; Dr. Júlio, de São Paulo; Dr. Plínio, que esteve em Mato Grosso conosco por muito tempo; Dr^a Judite; Dr. Guilherme, da nossa querida Nova Xavantina, trabalhou conosco lá; o ex-Secretário Maçao Tadano, que está aqui também, do tempo do ex-Governador Pedro Pedrossian, e depois foi Deputado também.

Enfim, quero agradecer esse convite e fazer um pequeno relato da história da febre aftosa lá no nosso Estado de Mato Grosso, onde nós começamos o trabalho, fazendo o início da campanha de combate à febre aftosa, no então governo Jayme Campos, ex-Senador, com o nome de Famato Aftosa. Depois, nós transformamos para Fefa Aftosa. E só tinha fundo emergencial de combate à febre aftosa no Estado de São Paulo, Fundepac – o João Carlos Meirelles, Dr. Francisco, esse pessoal que começou a fazer esse trabalho. Depois nós demos essa sequência de fundamento do Fefa, aí vieram os outros Estados brasileiros fazendo os fundos de erradicação.

E essa história também passa pela Bolívia. Nós fizemos um trabalho na fronteira; demos a primeira vacina na Bolívia – foram 400 mil doses. E concluindo, quando ainda o Fefa existia – porque hoje ele foi extinto e foi criado, pelo Ministro Blairo Maggi, o Fesa em Mato Grosso; portanto, hoje é Fesa –, nós fizemos 3 milhões de doses, Senador Moka, na Bolívia. Além da doação, fizemos a aplicação assistida, pelo instituto e por nós, produtores rurais. E essa contribuição foi, exclusivamente, do setor produtivo; essa contribuição – também é bom deixar claro – é do setor produtivo; nada de governo, nem na esfera municipal, estadual ou federal, contribuiu para tanto.

Então, nós fazímos essa vacinação lá dentro da Bolívia. Eu tenho um certificado e fui junto a Paris, à OIE, quando a Bolívia recebeu o certificado de livre de aftosa com vacinação.

E eu quero aqui agradecer o convite do Ministro e dizer da sua força e da sua luta. Eu fui Parlamentar no Mato Grosso no primeiro governo Blairo Maggi. Trabalhamos juntos, fizemos um grande trabalho lá, não posso deixar de dizer isso. E hoje Ministro, foi exemplar nas suas ações.

Quero agradecer ao Ministro por essa situação que nos coloca hoje, o Estado de Mato Grosso e o Brasil, como livres de aftosa com vacinação para 2023, é isso? Então, eu fico muito



grato, Ministro, pela sua atitude e de sua equipe de um modo geral, porque têm trabalhado todos conjuntamente.

E eu fico bastante satisfeito de rever os amigos de longa data que aqui estão hoje: o Júlio, lá de São Paulo; o Dr. Inácio, do Paraná, hoje no Paraná; o pessoal das federações; o Senar; o Dr. Guilherme, de quem eu me lembro lá em Nova Xavantina, que está aqui hoje colaborando. É de dar risada, doutor, mas é uma história bonita, porque o Dr. Plínio, a Dr^a Judith, esse pessoal todo trabalhou e teve uma hombridade fora de série para poder fazer esse serviço todo que fizemos. E conseguimos esse *status*, com a graça de Deus.

Estivemos lá em Paris também quando da época do comunicado de livre de aftosa com vacinação, com o ex-Governador Dante de Oliveira na época.

E, no seu Estado, o Mato Grosso do Sul, eu também participei de várias reuniões com o Léo, com o José Armando Amado e com esse pessoal todo.

Enfim, é uma satisfação muito grande rever todos e rever o senhor e o Ministro. E quero parabenizar mais uma vez o Ministro pelo trabalho que tem desenvolvido no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Muito Obrigado, Ministro. Um abraço. Fica com Deus! E até outro dia, se Deus quiser.
(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Quero agradecer as palavras do ex-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso e dizer a ele que eu estive com o Léo e tantos outros quando o Mato Grosso do Sul também foi considerado livre com vacinação. E foi um momento muito importante para nós.

Eu queria dizer, Blairo, que o Diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Delegado do Brasil perante a Organização Mundial da Saúde Animal, Sr. Guilherme Henrique Figueiredo Marques, pediu a mim e pediu também à Mesa que fosse apresentado aqui um vídeo que considera importante.

Dr. Guilherme, fique à vontade para fazer os comentários que achar necessário.

O SR. GUILHERME HENRIQUE FIGUEIREDO MARQUES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Moka.

Cumprimento todos da Mesa.

Excelências, muito obrigado pela oportunidade. Cumprimento V. Ex^a, Senador Moka, Presidente desta sessão solene. Aproveito a oportunidade para cumprimentar as demais autoridades da Mesa, porque o tempo não nos permite detalhar cada um dos senhores. Mas faço questão de registrar que os senhores representam efetivamente o sistema. Nós temos aqui representada a academia, a ciência que baseia as nossas decisões, os Parlamentares, diversos outros Senadores presentes, como também Deputados Federais e Estaduais, que eu faço questão de cumprimentar e que têm dado condição de avançarmos de forma segura nesse processo.

Aqui também estão representados os médicos veterinários, que são fundamentais num processo dessa natureza, bem como toda a liderança do Ministério da Agricultura que, historicamente, vem seguindo e apoiando esse processo.

E também o setor privado, que tem uma responsabilidade compartilhada, ímpar, porque todos ganhamos ou perdemos, mas temos que trabalhar juntos. E a vitória e o fracasso dependem da gente. Por essa razão, acredito que a Mesa representa muito bem esse sistema veterinário brasileiro.



E faço o registro, aqui, pois não poderia deixar de citar, dos órgãos estaduais de defesa, na figura do Presidente do Fonesa, que são essenciais e estratégicos no que diz respeito a uma vitória como essa que nós alcançamos.

Há também a questão dos organismos internacionais aqui representados pelo Panaftosa e por diversas outras organizações que vêm nos apoiando.

Por fim, Excelência, eu queria registrar o meu agradecimento a toda a equipe do Ministério da Agricultura, aos auditores fiscais, ao Departamento de Saúde Animal, a todos que ali já estiveram ou já saíram por aposentadorias ou, infelizmente, porque já se foram, muito bem citados pelo Presidente Chico.

Obrigado, Presidente Francisco, por se lembrar do meu pai, que fez parte também dessa história.

E quero dizer aos senhores, do Departamento de Saúde Animal e a toda a Superintendência, que há colegas do Ministério da Agricultura que são peças chaves. Mas, sem sombra de dúvida, sem a participação de outros departamentos estratégicos e da Secretaria também não teríamos condição de ter alcançado isso. E aí eu faço o registro do Dipoa, com suas inspeções sistemáticas em todos os animais que são abatidos, informando e notificando de pronto a Defesa Sanitária Animal para fazer uso desses dados ali observados, como também do DFIP, no que diz respeito ao fornecimento de insumos de qualidade para podermos avançar.

Podemos seguir?

Eu acho que, em relação à questão do histórico, V. Ex^a, Ministro Blairo Maggi, foi perfeito na sua exposição. Eu acho que não cabe nenhum comentário sobre o histórico da febre aftosa. O senhor está muito bem assessorado. Parabéns!

Eu só faço o registro de que nós dividiríamos em dois momentos: o momento de controle da doença, quando nós convivíamos com a doença e a controlávamos, e, depois, a partir da década de 90, o momento de erradicação.

Próximo, por favor.

O momento de erradicação, quando mudou a figura. Não é mais possível aceitar conviver com uma enfermidade desse tipo. Mudar as regras internacionais, as quais não são feitas por uma divindade, são feitas por nós. Nós somos membros que criamos essa organização em 1924. O Brasil foi um dos 27 países que ali estiveram criando essa organização. E hoje são 181. E, como tal, há regras. E essas regras foram mudadas na década de 90, quando se permitiu nós avançarmos em zonas gradativas e não simplesmente em um país livre de aftosa. E não mais aceitariamos também conviver com a infecção, porque o que se via antes de 90 era só a clínica, a doença clínica. A partir de 90, passamos a fazer estudos sorológicos e usar o rifle sanitário para poder erradicar as enfermidades.

Próximo, por favor.

Bom, aí demonstra para os senhores, de forma bem rápida, o histórico das conquistas da zonificação da área livre de febre aftosa desde o primeiro reconhecimento, que já foi citado aqui por várias autoridades, em 1998, nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e, depois, obviamente, chegando a essa data de 2018, quando teremos os demais Estados brasileiros – os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas e parte do Estado do Pará – também reconhecidos, totalizando o Território brasileiro.



Por isso que estamos falando que a conquista é especial, porque fechamos um ciclo. Agora, todo o Brasil é livre de febre aftosa, com ou sem vacinação, porque nós temos o caso de Santa Catarina, onde não se usa a vacina desde 2000.

Próximo.

Isso não foi feito à toa. Essa conquista não se deu da noite para o dia, não se deu com base em uma decisão simplesmente política ou técnica. As estruturas tiveram que ser construídas para chegarmos aonde nós chegamos. Não basta dizer que somos livres de aftosa. Tem que provar, tem que demonstrar a ausência. E para isso tem que ter um serviço veterinário robusto, competente e uma vigilância existente.

Para isso, houve, nos últimos dez anos, o incremento de mais de 22% de escritórios de atendimento ao produtor rural, onde permite ao produtor se fazer presente e estar junto com as nossas unidades veterinárias, notificando o seu rebanho, notificando a sua vacina, notificando a suspeita de doenças, emitindo os documentos para trânsito animal. Também houve o incremento de mais de 33% dos veículos nos últimos dez anos. Em especial no que diz respeito à embarcação, foram mais de 120% de aumento de barcos, porque foi o avanço do Norte do País. Lá a rodovia e a estrada são os rios. Nós precisávamos de barcos, lanchas que pudessem movimentar os veterinários para chegarem às propriedades. E também houve um acréscimo de pessoal na ordem de 7% nos últimos dez anos. Toda essa infraestrutura está capilarizada em mais de 4,8 mil escritórios em todo o País, o que permite se aproximar cada vez mais do produtor rural e ter uma pronta resposta.

Próximo, por favor.

Esse gráfico – eu chamo a atenção dos senhores, porque creio que ele é emblemático – mostra uma série histórica do avanço da área livre de aftosa e mostra também, especificamente nos anos de 2005 e 2006, uma perda do *status* sanitário quando houve uma reintrodução da febre aftosa nos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, que já eram considerados livres. Mesmo que tenhamos tido uma perda, uma suspensão temporária de uma zona livre de febre aftosa reconhecida pela OIE (Organização Mundial para Saúde Animal), as exportações – e esse gráfico demonstra isso – tanto de carne suína quanto de carne bovina aumentaram. Por quê? Porque o mercado exige, e não há nenhum pecado de haver a ocorrência da doença. O que nós temos que ter é a demonstração de resposta, de pronta resposta. Uma vez que se detecta de forma precoce a entrada de uma doença, bloqueia-se o foco e dá-se essa garantia interna e externa, é isso que o mercado precisa para continuar comprando de outras áreas que não tiveram a ocorrência do foco de febre aftosa.

Ou seja, mesmo que nós vejamos – e o seremos – em 2023 livres de febre aftosa sem vacinação, o serviço veterinário oficial tanto no Estado quanto no Governo Federal é um bem público. Ele tem que ser mantido para preservar essa condição sanitária, e avançarmos ainda mais.

Próximo, por favor.

E, aí, está o penúltimo eslaide, que é o nosso novo desafio, que já foi anunciado aqui, o nosso plano estratégico de 2017 a 2026. E esperamos que, em 2023, tenhamos todo o País reconhecido livre de febre aftosa.

Próximo.

Nós dividimos o País em cinco grandes blocos. Os senhores devem se lembrar dos circuitos pecuários, que foi o que permitiu chegarmos aonde nós chegamos. Aí estão os blocos pecuários,



respeitando também o comércio entre eles, onde, gradativamente, faremos a retirada da vacina de febre aftosa, iniciando em maio do ano que vem até maio de 2023, criando uma estrutura de barreiras e controles que não permitirão o trânsito entre os blocos com vistas a chegarmos em 2023 livres de aftosa sem vacinação.

Por fim, essa estrutura, senhores, autoridades, colegas aqui presentes, brasileiros, que é um patrimônio do País, que é um bem público nacional e internacional, já que nós abastecemos centenas e dezenas de países do mundo afora, permitiu não somente chegar aonde nós chegamos e a esta comemoração que aqui estamos fazendo – e que é merecida – por todos os que estão e por todos os que passaram, como já foi colocado pelo Presidente Francisco, mas também chegar ao reconhecimento de outros *status* sanitários que, se não tivéssemos essa estrutura montada, não seriam possíveis. São 181 países do mundo que representam a OIE, dos quais somente 71 são livres de peste equina. O Brasil é reconhecido internacionalmente como livre de peste equina; dos quais somente 66 países são reconhecidos livres de febre aftosa sem vacinação. O Brasil será um desses. E nós fazemos parte dos 14 países que têm zonas livres, de 181 países.

Em relação à pleuropneumonia contagiosa bovina, somente 16 países são considerados livres de pleuropneumonia contagiosa bovina, inclusive o Brasil. Isso é uma chancela internacional.

Em relação à peste suína clássica, nós temos uma zona livre de peste suína clássica, que detém 99% das indústrias processadoras de suínos.

Em relação à peste de pequenos ruminantes, o Brasil faz parte de um grupo seleto de 54 países que são reconhecidos internacionalmente como livres de peste de pequenos ruminantes.

Por fim, a vaca louca. Nós detemos o melhor reconhecimento sanitário em relação à vaca louca, que é risco desprezível para essa enfermidade, mesmo tendo enfrentado dois casos no Território nacional.

Por fim, eu gostaria de citar uma frase que eu acho que expressa bem o sentimento de todo o setor, de todos os colegas, tanto do privado quanto do público.

Recordo-me, Excelência, Ministro Blairo, de quando fomos ao Amapá, Amazonas e Pará entregar o certificado nacional de livre de febre aftosa. O senhor postou essa entrega. E houve uma resposta e uma reação do Ovídio Carlos de Brito, que colocou um documento – ele autorizou obviamente ser citado – em que fala para todos:

"Meu Deus, é um sonho. Fico com um nó na garganta [provavelmente o mesmo com que estou agora], emocionado, sonho de tanta gente: ver o Brasil se livrar da febre aftosa. Muitos já não estão mais aqui. Minha homenagem a todos vocês e a todos eles. Parecia impossível."

Eu termino assim, Excelência, a minha palavra, a minha colocação, e agradeço a oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradecendo a palavra do Diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Delegado do Brasil perante a Organização Mundial de Saúde, Sr. Guilherme Henrique Figueiredo Marques.

Eu quero registrar a presença do vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Sr. Mário Antônio Pereira Borba. Muito obrigado pela presença.

Eu concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Wellington Fagundes. (*Pausa.*)



Por cavalheirismo, o Senador Wellington Fagundes cedeu a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Temos cavalheiros na Casa hoje. Temos cavalheiros na Casa.

Obrigada, Senador Moka; obrigada, Senador Wellington Fagundes.

Eu quero saudar o Senador Moka pela iniciativa desta audiência pública, que faz um registro relevante para o Brasil, que tem o maior rebanho bovino comercial do mundo. E a febre aftosa é um indicador da sanidade e da qualidade do nosso rebanho.

Também quero saudar o nosso querido colega, Senador e Ministro Blairo Maggi, de um Estado que tem, na pecuária, um protagonismo relevante, como aqui muito bem salientou o Zeca D'Ávila, que, na Famato, trabalhou tanto para chegar a esse sonho reafirmado aqui pelo Guilherme na sua fala, agora há pouco, na tribuna. Então, é um sonho acalentado por todos os setores.

Também quero saudar o nosso Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Elmar Novak; o nosso amigo, Presidente da Embrapa, Maurício Lopes; o Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Luís Eduardo Rangel, e o Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Francisco Cavalcanti de Almeida.

Eu queria fazer um registro, se me permitem, às mulheres que estão aqui e que são dedicadas à Medicina Veterinária, são médicas veterinárias, que trabalham na defesa da sanidade animal. Também quero saudar a Dr^a Tânia Maria de Paula Lira, que foi Secretária, ocupou o lugar do Rangel no governo do ex-Ministro do meu Estado, Senador Pedro Simon. Então, em nome dela, eu quero saudar as mulheres que têm trabalhado não só como médicas veterinárias, especialistas, fiscais de defesa agropecuária, mas também as mulheres pecuaristas, e são muitas no meu Estado do Rio Grande do Sul, que têm trabalhado.

Ministro Blairo Maggi, V. Ex^a conhece bem aquela realidade e sabe o quanto essas mulheres têm sido combativas.

Em 2015, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina receberam precisamente da OIE o Certificado de Erradicação da Febre Suína Clássica, e isso é um ganho de qualidade para rebanhos importantes, na área da suinocultura.

E, agora, uma meta ambiciosa do Brasil, definida pelo Ministério da Agricultura, numa parceria... Nós só temos o ganha-ganha quando temos, juntos, o setor público e o setor privado, em todos os níveis. E eu queria saudar aqui a presença do Banco do Brasil neste folheto tão singelo, mas tão claro e tão didático, meu caro Vice-Presidente aqui presente.

Há mais de 50 anos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em parceria com a iniciativa privada, vem desenvolvendo programas para erradicar a febre aftosa dos rebanhos brasileiros. Os avanços já podem ser comprovados. O último caso registrado no Brasil, e isso foi citado aqui em vários pronunciamentos, foi em 2006, e a implantação de zonas livres da doença foi concluída em todo País, mas o objetivo principal é a erradicação dessa doença e obter o reconhecimento mundial de país livre de aftosa sem vacinação.

São Catarina já o é, e quero dizer mais uma vez que, como já recebemos, em 2015, a erradicação da peste suína clássica, nós queremos, no Rio Grande do Sul, com o apoio da Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul) e também do Governo do Estado do Rio Grande do Sul... Há pouco estivemos com o nosso Secretário Ernani Polo, Deputado Estadual



combativo. O Rio Grande do Sul quer antecipar, Ministro Blairo Maggi, essa meta, de 2023 para 2019. Eu acho que essa meta é ambiciosa.

Nós temos um problema a resolver, que são as nossas fronteiras, e esse tema aftosa tem a ver também, quando se trata dessa questão de mercado. Japão e Coreia do Sul, por exemplo, aceitam abrir os seus mercados, quando tivermos a erradicação da febre suína sem vacinação.

Então, nós temos que perseguir esse mercado, mas temos também que pensar no que pode ser esse ganho diante da contaminação. Porque um foco de aftosa, Dr. Rangel, contamina a exportação de outras proteínas animais. Isso é muito sério, e nós temos que pensar no efeito. Então, a questão da febre aftosa não é apenas para o rebanho bovino; é a questão do impacto que ela tem sobre a saúde animal e sobre a qualidade da carne que nós estamos exportando. Esse é o grande ganho que nós vamos ter.

Então, nesse processo, eu tenho a convicção de que o Rio Grande do Sul fará a sua parte, já está com essa meta definida para antecipar, e já vai fazer uma solicitação, pedindo uma auditoria do Ministério da Agricultura, na qual os técnicos vão realizar uma vistoria no controle sanitário gaúcho, elaborando um relatório e informando se há condições para que a medida seja adotada nessa antecipação.

Uma determinação do Governo Federal prevê a suspensão da vacina contra a febre aftosa em 2023, como acabei de dizer. O Rio do Grande do Sul, junto com um grupo de 12 Estados, tem a data prevista para que isso aconteça em 2021. No entanto, o Governo gaúcho com o apoio da Farsul, quer antecipar essa condição para 2019.

Todos estão trabalhando no meu Estado para que isso aconteça antecipadamente, mas só o faremos com apoio, porque o ganha-ganha será na parceria efetiva dos Municípios, dos Estados e do Governo Federal. E o Mapa tem sido um aliado extraordinário, junto com seus fiscais federais agropecuários, junto com os médicos veterinários, junto com o Conselho Federal de Medicina Veterinária, com os conselhos regionais de medicina veterinária, com a Embrapa, com o Banco do Brasil, com todos os agentes que têm trabalhado intensamente e, sobretudo, com aqueles que trabalham diretamente os seus animais, que são os criadores brasileiros, os pecuaristas.

Parabéns, Senador Moka; parabéns ao Ministério da Agricultura por essa ambiciosa meta, porque vai releviar e ampliar o espaço que o Brasil tem na questão da exportação de proteína animal.

Parabéns a todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradecendo à Senadora Ana Amélia, concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro companheiro, Senador Waldemir Moka; em seu nome, quero cumprimentar também a Senadora Ana Amélia, a nossa sempre Presidente da Comissão de Agricultura aqui do Senado; e, em nome do Senador Cidinho, todos aqueles Senadores que passaram por aqui hoje.

Cumprimento o Ministro da Agricultura, o Ministro e Senador Blairo Maggi. Em seu nome, eu gostaria de cumprimentar aqui toda a equipe do Ministério da Agricultura, o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eumar Roberto Novacki, que também é do nosso Estado de Mato Grosso e tem demonstrado sua competência, nos



momentos em que esteve presente como Ministro, pois já assumiu interinamente. Naquele momento da Carne Fraca, houve um trabalho muito forte por parte de toda a equipe, mas agregado ao trabalho do Ministro de Eumar Novacki também.

Quero cumprimentar o Presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, e também, em seu nome, a toda a instituição Embrapa, pelos relevantes serviços prestados ao Brasil.

Nossos cumprimentos ao Secretário de Defesa e Agropecuária do Ministério da Agricultura, o nosso companheiro Luís Eduardo Pacifici Rangel, que também, por muitas vezes, tem vindo aqui ao Congresso e prestado contas do trabalho, sendo um excelente profissional em frente àquela Pasta.

Quero cumprimentar também nosso companheiro, Dr. Francisco Cavalcante de Almeida, que assumiu há tão pouco tempo o nosso Conselho Nacional de Medicina Veterinária, com uma missão bastante forte, no sentido de modernizar mais e entrosar mais a comunidade do conselho. Quero cumprimentá-lo. Ele esteve aqui na semana passada, comigo, e conversamos bastante. Então, quero saudá-lo, em nome de todos os médicos veterinários do País.

Mas aí eu preciso cumprimentar os médicos e as médicas veterinárias, zootecnistas, aqui, em nome da Drª Tânia Lira, que é ex-Secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, e também da Drª Judith, que é da área de material genético no Ministério da Agricultura. E, aí, eu cumprimento todas as mulheres que aqui estão, que não são poucas. Parabéns, porque, quando se fala nessa área, pensa-se muito na presença do homem, mas, na verdade, temos inúmeras mulheres fazendo esse trabalho aqui, no sentido de fortalecer principalmente a nossa profissão.

Quero aqui cumprimentar o meu companheiro e amigo, e o faço como Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, no período de 1992 a 2004, mas também saudando todos aqueles que fazem parte da Federação atualmente.

E cumprimento o Dr. Mário Borba, que é da CNA. Em nome da CNA eu cumprimento também a todos aqueles que fazem parte do sistema.

Meu caro companheiro, Senador Waldemir Moka, eu quero aqui, inicialmente, agradecer a V. Exª a oportunidade, como médico humano, mas compreendendo exatamente o papel da Medicina Veterinária.

E eu também cumprimento aqui a todos os demais signatários, visto que podemos ter o privilégio de ocupar esta tribuna e falar dessa comemoração que aqui fazemos.

Com esta solenidade, o Senado se associa às comemorações ao reconhecimento, pelo Conselho Científico da OIE (Organização Mundial de Saúde Animal), do Brasil como país livre de febre aftosa com vacinação, mesmo, como já foi colocado aqui, com Estados, inclusive, livres sem vacinação.

Essa é, sem dúvida alguma, uma conquista muito especial, que deve ser, sobretudo, creditada ao homem do campo.

Os pecuaristas brasileiros, de forma geral os trabalhadores, também, das fazendas, se empenharam de maneira digna para que o Brasil alcançasse essa maiúscula vitória. E, na qualidade de médico veterinário, rendo a todos as minhas mais sinceras homenagens.

E, como não poderia deixar de ser, destaco como fundamental a participação dos pecuaristas de Mato Grosso, meu Estado, o qual tenho a honra de representar aqui, como Senador.



Esse Estado, que é uma grande potência da agropecuária brasileira e mundial, há mais de 20 anos é o que é, graças a esse bravo cidadão do campo, que tem se empenhado, de maneira que nos emociona, para fazer do nosso rebanho bovino excelência em qualidade.

O meu Estado, Mato Grosso, oficialmente, Sr. Presidente, possui mais de 30.214.779 cabeças de gado. Portanto, tem o maior rebanho do Brasil.

Estamos diante de fatores que envolvem a interação entre nível tecnológico empregado pelos pecuaristas, melhoramento genético, clima, relevo, integração lavoura e pecuária, o que também tem sido extremamente importante para aumentar a nossa produtividade, e, principalmente – insisto –, na capacidade com que o pecuarista mato-grossense tem que enfrentar todos os entraves inerentes às atividades que estão fora da porteira.

A cada novo obstáculo – e olha que não são poucos! –, seja no campo ambiental, sanitário, tributário ou político, eles entram com mais dedicação.

Nosso homem do campo não esmorece; mostra sua determinação com grande superação e, acima de tudo, respondendo com recordes de produção.

Basta dizer, senhoras e senhores, que, em Mato Grosso, estamos diante de um rebanho cuja vacinação chega à casa de 99,55%. Quero repetir: 99,55% de todo o nosso rebanho.

Esse trabalho de mais de duas décadas está a oferecer resultados consideráveis. Encerrou-se 2017 com o melhor desempenho em exportação de carne bovina nos últimos três anos, embarcando 266 mil toneladas ao longo dos 12 meses. Com isso, faturou US\$1,155 bilhão, o que representa um aumento de 26% em volume e de 30% em receita, na comparação com 2016.

Esses resultados fazem muito bem à nossa economia e elevam a nossa pecuária como segmento gerador de emprego, renda e saldos positivos para a balança comercial. Com toda a certeza, o anúncio da OIE fortalece essa condição.

A conquista a ser oficializada em maio próximo retrata a conscientização dos produtores sobre a importância de vacinar, e vacinar no tempo certo e da maneira correta.

Nota-se ainda, também – e aqui enalteço –, o comprometimento da equipe do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea), assim como de todos os Estados brasileiros, que, ao longo desses mais de 20 anos, têm dado o seu melhor para que alcançássemos esse objetivo. Meus cumprimentos a todos os veterinários, técnicos, analistas, desse instituto, entre outros.

Ao usar esta tribuna, Sr. Presidente, para tratar dessa conquista tão enfática, nesta sessão especial que integra o calendário dos eventos da Semana Brasil Livre da Febre Aftosa, vejo que é importante se fazer justiça ao que se faz de forma correta.

Cumprimento o nosso eminente Senador Blairo Maggi, atual Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem prestado ao Governo e ao Brasil sua fantástica experiência como homem do campo. Decisões corretas e firmes no tempo certo e conhecimento amplo têm transformado sua pasta em um *case* de grande sucesso. Para tal, conta com prestigiosas contribuições do Secretário Luís Rangel; do Diretor Guilherme Marques, que agora há pouco falou, que é um ex-servidor do Indea de Mato Grosso, lá de Nova Xavantina...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... e de todo o seu time de valorosos colaboradores na Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e no Departamento de Defesa Agropecuária, respectivamente.



Quero lembrar aqui que, em recente evento no Palácio do Planalto, o Presidente Michel Temer enalteceu as 69 medidas adotadas pelo Ministério por meio do Plano Agro+, voltadas à redução da burocracia e à busca de maior eficiência na gestão pública, medidas que deveriam ser seguidas como exemplo por toda a Administração Pública, já que a simplificação do serviço confere benefícios a todos os segmentos e já se transforma em um anseio de toda a sociedade brasileira.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que o Brasil e, sobretudo, o meu Estado do Mato Grosso jamais irão prescindir, em tempo algum, da capacidade do Senador Blairo Maggi. Por sua enorme experiência e sabedoria, será para mim uma referência sempre que o tema for política do setor agropecuário. E, claro, vou consultá-lo sempre.

E quero me lembrar de Jonas Pinheiro também, um saudoso companheiro e Senador, com um largo serviço prestado, e referência aqui no Congresso Nacional. Era médico veterinário também: nós nos formamos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A certificação do Brasil como um país livre da febre aftosa com vacinação traduz uma lição que comprova a capacidade geral dos brasileiros de superar os desafios que tanto angustiam a todos. Sempre que nos unimos em torno de um ideal, de um objetivo comum, apesar das diferenças de opiniões e interesses setoriais, somos vencedores, destacamo-nos e elevamos o nosso País à condição de protagonista do mundo.

É inegável que temos uma história de luta contra a febre aftosa. Importante destacar também que o nosso País e o mundo inteiro devem esse avanço científico a dois médicos veterinários e professores brasileiros, Dr. Paulo Augé de Melo e também Prof. Ivo Gomes, que estiveram à frente de sua equipe no Ministério da Agricultura, onde desenvolveram a vacina oleosa, muito mais eficiente que a modalidade aquosa, fato que ganhou também o mundo.

Cito ainda aqui presente a figura de José Alberto da Silva Lira, primeiro titular da Secretaria de Defesa Agropecuária...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... cuja gestão sinalizou a firme decisão do Brasil no sentido de não mais conviver, mas sim erradicar a febre aftosa, mediante a aplicação de todos os recursos humanos, financeiros, técnicos e materiais.

No meu Estado, foi desenvolvido um esforço tremendo para seguir essa máxima da erradicação. E, em 1994, aí já com Zeca D'Ávila à frente da Federação da Agricultura do Mato Grosso – e aqui ele já disse –, foi desenvolvido o projeto Famato Aftosa, absorvido posteriormente pelo governo que criou o Fundo Emergencial da Febre Aftosa (Fefa). Hoje, esse Fundo Emergencial de Saúde Animal chama-se Fesa. Por esse fundo, destaco que, lá em 1997, foi desenvolvido o plano internacional de erradicação com a doação inicial de 400 mil doses de vacina para o país vizinho, a Bolívia – temos 720km de divisa seca com esse país; por isso, é importante também cuidar do país vizinho –, e, hoje, esse total chega a 3 milhões de doses.

Cumprimento o pecuarista José Antônio D'Ávila, o nosso companheiro Zeca D'Ávila, que presidia a Famato à época e que, com a sua visão, fez com que Mato Grosso fosse o segundo Estado brasileiro a criar o programa de erradicação da febre aftosa. Assim, Sr. Presidente, o Brasil alcançou a posição de primeira grandeza no cenário agropecuário nacional.

Já finalizando: por intermédio dos membros aqui presentes do Conselho Federal de Medicina Veterinária e também da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, que



recentemente me agraciou com a Grã-Cruz da sua Ordem do Mérito – e em homenagem a todos servidores públicos estaduais da defesa sanitária do meu Estado, assim como profissionais da extensão rural, tão valorosa no passado e tão carente de estrutura ainda, assim como todos pecuaristas que abraçaram a causa em nome de um bem comum, através da Acrimat e também da Famato –, saúdo a grande comunidade profissional dos médicos veterinários do meu Estado e, claro, de todo o Brasil, à qual tenho a honra de pertencer e cuja atuação conjunta foi decisiva para tornar realidade a conquista que agora festejamos.

Olhando para o futuro, a conquista do título de país livre da febre aftosa sem vacinação vai exigir de todos nós o aprofundamento da parceria entre o Brasil rural, a comunidade profissional da medicina veterinária e também o Poder Executivo e o Congresso Nacional.

O cumprimento da missão dependerá do fortalecimento institucional e financeiro da SDA e da carreira dos auditores fiscais federais agropecuários, com autonomia para exercer suas tarefas. Da minha parte, estejam certos de que seguirei colaborando com o melhor dos meus esforços para assegurar a conclusão bem-sucedida dessa longa caminhada.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Com certeza, temos muito o que fazer ainda. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradecendo as palavras do Senador Wellington Fagundes, eu quero chamar meu amigo, companheiro Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senhoras e senhores, bom dia.

Quero cumprimentar, primeiramente, o Presidente, meu amigo, Senador Waldemir Moka, e dizer que estive em Bonito, neste final de semana, pedindo voto para V. Ex^a em sua reeleição, destacando o trabalho que V. Ex^a faz aqui em defesa da agricultura e da pecuária do Brasil.

Quero cumprimentar o Ministro da Agricultura, Blairo Maggi; o Secretário Executivo do Ministério, Eumar Novacki; também o Secretário Luís Rangel; cumprimentar o Dr. Maurício Lopes, Presidente da Embrapa; o ex-Deputado, Zeca d'Ávila, amigo de longa data, do PFL, do Democratas, amigo de muito tempo juntamente com o Senador Jonas Pinheiro; e o Dr. Francisco Cavalcante, Presidente do Conselho de Medicina Veterinária.

E ainda aqui quero cumprimentar o José Luis, Diretor do Dipoa; o Dr. Guilherme Marques; os quadros do Ministério da Agricultura, que cumprimento em nome de dois amigos, que são a Dr^a Judi e o Plínio, que tive a oportunidade de conhecer lá no Mato Grosso, ainda no tempo do Indea – não é, Plínio? É uma satisfação tê-los aqui –; os meus colegas Senadores Wellington Fagundes, Telmário Mota, Senadora Ana Amélia; e também o Vice-Presidente do Banco do Brasil, Tarcísio Hübner; Marco Túlio, Diretor do Banco Brasil; todos os presentes; pessoas que fizeram e que fazem parte da história do Ministério da Agricultura e da questão da sanidade da agropecuária brasileira.

Aqui já foi muito falado sobre essa questão da febre aftosa com vacinação e depois sem vacinação, e eu quero destacar primeiramente a liderança do Ministro Blairo, porque ele é uma pessoa, acima de tudo, de muita sorte e uma pessoa muito iluminada. Esse é um tema em que já se vem trabalhando há muitos e muitos anos, e quis Deus que, quando Blairo Maggi assumisse o Ministério, esse processo fosse à frente para que nós tivéssemos agora em maio, em Paris, esse evento tão importante para a pecuária brasileira.



Então Ministro, com a sua liderança e com o seu trabalho, que Deus o ajude para que as coisas aconteçam. E onde o senhor passou, onde o senhor passa, tudo aquilo que o senhor toca vira ouro. Só aquilo que não quer virar ouro é que não vai virar ouro, mas o senhor procura dar o enfoque para que isso aconteça.

No ano passado nós tivemos a oportunidade de fazer uma audiência aqui no Senado Federal, na Comissão da Agricultura, quando o Secretário, o Diretor Guilherme Marques – que é uma pessoa amiga também, lá de Xavantina, que passou por lá –, apresentou esse cronograma de ação, e muitas pessoas não tinham conhecimento e não sabiam do que estava acontecendo. E essas coisas não acontecem da noite para o dia: é um trabalho de muitos e muitos anos de pessoas envolvidas.

Destoando um pouco daquilo que foi colocado aqui, eu falo um pouco diferente, porque é preciso que outros órgãos, é preciso que outras pessoas tenham conhecimento de que, para declarar o Brasil livre de febre aftosa com vacinação e depois livre de febre aftosa sem vacinação, todo um trabalho é feito, toda uma credibilidade tem que ser passada para os organismos internacionais. E nisso o Brasil sempre foi muito bom e por isso traz essa credibilidade. Qualquer coisa que acontece aqui imediatamente é comunicada, e sempre houve um respeito e uma credibilidade grande.

Quando a gente vê no momento uma Carne Fraca – porque já estamos na terceira acontecendo –, a gente fica muito decepcionado com as pessoas que não têm conhecimento do trabalho que é feito pelo Ministério da Agricultura, pelas entidades, pelos pecuaristas, pelos avicultores, pelos suinocultores, por todo mundo envolvido nessa cadeia para trazer essa credibilidade ao Brasil. Quando você vê pessoas que não têm conhecimento jogando o nome do Brasil – como aconteceu no ano passado e aconteceu agora novamente – na lata do lixo, trazendo todo um trabalho que é feito por essas pessoas, isso nos deixa muito triste.

Nós temos agora um momento horrível em que o preço da carne de boi, pressionado pelo preço da carne de frango, que está lá embaixo, e dos suínos também, que está lá embaixo... Temos aí o preço das aves que nunca esteve... não se paga a conta; os suínos, da mesma forma.

Existe todo um trabalho do Ministro Blairo Maggi, do Secretário Novacki, do Rangel, do José Luís, de todo mundo envolvido nesses dois anos viajando o mundo, abrindo o mercado, mostrando a nossa capacidade, mostrando que nós somos um País sério que tem a questão sanitária organizada, que tem um sistema de inspeção federal organizado, que tem uma questão sanitária que não perde para país nenhum. Algumas pessoas não entendem que também há a guerra comercial. Em qualquer situação colocada contra o Brasil, aproveitam para tirar de nós a competitividade, porque sabem que nós produzimos bem, que produzimos produtos de qualidade, que produzimos produtos que levam em consideração não só a questão sanitária, mas a questão da inspeção, porque produzimos produtos saborosos e de qualidade.

Aí, quando acontece qualquer coisa nesse sentido, isso é utilizado, por meios comerciais, para barrar as exportações do Brasil, como acontece em alguns mercados, e infelizmente nós ficamos na posição de mãos amarradas.

Então, é preciso – eu acho, Ministro Blairo – que outros órgãos, como o Ministério Público Federal e a própria Polícia Federal (esse delegado que cuida da Carne Fraca), tenham conhecimento de que, para se chegar ao reconhecimento do Brasil livre de febre aftosa com vacinação, isso não é só porque alguém sonhou, porque alguém assinou um decreto, não; mas porque é feito um trabalho de muitos e muitos anos para se obter essa credibilidade.



Da mesma forma, não deveriam ser colocadas, numa atitude impensada, as nossas empresas, tudo aquilo que produzimos de bom, nessas circunstâncias.

Eu quero, para encerrar, parabenizar todos os envolvidos e dizer uma coisa que não foi falada aqui – mas que acho importante e que eu e o próprio Guilherme Marques conversamos um dia – que é a agregação de valor que se dará à arroba de boi a partir do momento em que os pecuaristas tiverem essa certificação de produção livre de febre aftosa com vacinação e, depois, sem vacinação. Quando a certificação for de sem vacinação, a expectativa é a de que haja uma valorização de 30% a 40% no preço da arroba de boi para o pecuarista. Então, isso é que é importante, além do custo, que vai diminuir, por não termos mais a obrigatoriedade de vacinar.

Os pecuaristas brasileiros vivem pressionados pelos preços, há muito tempo, e não conseguem entender por que a arroba de boi no Brasil é tão barata e por que o preço, lá na Austrália e em outros países, é tão acima do nosso, com a mesma qualidade de carne. Esse certificado, que teremos, de Brasil livre de febre aftosa – primeiramente, agora, com vacinação e, depois, sem vacinação –, dará aos pecuaristas também esse ganho adicional em termos de valores.

Então, tudo aquilo que nós fazemos para ficarmos livres de febre aftosa, para ficarmos livres de gripe aviária, para ficarmos livres de peste suína, às vezes, por um deslize, por mau conhecimento... Isto é uma coisa... A nenhum país do mundo se faz o que se fez com o Brasil como o que foi feito com a questão da Carne Fraca. A gente perde todo esse trabalho. Então, é importante que tenhamos essa conscientização.

E como Senador, Senador Moka, quero convidar V. Ex^a, a Senadora Ana Amélia, o Senador Wellington para fazer uma visita ao Diretor-Geral da Polícia Federal, ao novo Diretor-Geral da Polícia Federal, para mostrar a ele todo o dano que está sendo causado, agora, para o Brasil, com essa última Operação Carne Fraca, com a qual se fecharam alguns mercados, principalmente da União Europeia, para uma empresa como a BRF, que é uma empresa que tem nome e renome internacional. Hoje, várias unidades não podem mais exportar pela BRF – que está dando férias coletivas em algumas unidades; vão dispensar funcionários. Vai se trazer todo um transtorno para uma cadeia, sem necessidade, por causa de uma questão de salmonella, que não traz mal à saúde, como já foi explicado aqui. Mas a falta de informação e a necessidade da pirotecnia acabam prejudicando o trabalho que faz muito bem feito o Ministro Blairo Maggi, a sua equipe, todas as entidades envolvidas no processamento de carnes no Brasil.

Um abraço a todos.

Parabéns, Senador Moka, pela iniciativa! Parabéns, Ministro Blairo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradeço ao Senador Cidinho Santos.

Eu quero fazer um convite ao Sr. Mário Antônio Pereira Borba, como representante da CNA, se gostaria de fazer uso da tribuna.

E – logo após o Mário – o nosso último inscrito, Senador Telmário Mota, de um dos Estados que foram agraciados, porque eles não tinham essa condição de exportação com vacinação.

Com a palavra, Dr. Mário.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Em primeiro lugar, um bom dia a todos.



Eu quero aqui cumprimentar o nosso amigo, o Senador Waldemir Moka, e parabenizá-lo por esta sessão especial, nesta semana em que se comemora a questão da defesa sanitária aqui, no Brasil.

Quero também cumprimentar o nosso Ministro Blairo Maggi e dizer, justamente, do trabalho que S. Ex^a tem feito à frente do Ministério nos últimos anos, da dedicação que tem dado ao Ministério nesta luta que nós travamos desde o ano passado, na questão da carne fraca e em outros acontecimentos também do setor agropecuário.

Neste momento, eu estou representando aqui o nosso Presidente Dr. João Martins, Presidente da CNA, que, por motivos superiores e agenda antes já marcada, não pôde estar presente hoje.

E quero também cumprimentar as entidades e instituições que se encontram nesta manhã aqui, neste recinto, instituições internacionais e nacionais; cumprimentar toda a equipe do Ministério da Agricultura; cumprimentar também aqui o nosso Diretor-Geral do Senar, Daniel Carrara, que está, com toda a equipe técnica da CNA, presente.

Senador Moka, quem fala no final economiza as palavras, porque eu acho que tudo já foi dito nesta manhã de hoje aqui, nesta Casa, começando pelo Ministro Blairo Maggi quando falou da defesa sanitária desde os anos 1800 ainda, de 1895, até os dias atuais, de 2017. E com isso eu acho que já... Outros falaram aqui também, a Embrapa, o Zeca contou a história de Mato Grosso, no sentido de como se encontra hoje a defesa agropecuária em nosso País.

Eu não poderia deixar de lembrar, neste momento, a parceria da Confederação da Agricultura e Pecuária junto ao Ministério da Agricultura. Eu acho que foi decisiva, durante todos esses anos, a participação da CNA com todas as federações, também com o Senar, junto com o Ministério, junto com o Governo do Estado, junto com as superintendências de agricultura, no sentido de que a gente também pudesse contribuir com a erradicação da febre aftosa.

Eu me lembro de que – aqui está o Inácio, o Guilherme, tantos outros que já passaram pela Secretaria de Defesa do Ministério da Agricultura, que visitaram os Estados do Nordeste – começou a erradicação no Sul, foi para o Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e agora o Norte. Eu me lembro de um determinado período, Ministro Blairo Maggi, em que Pernambuco passava à área livre de aftosa um ano na frente do que a Paraíba. E eu, como Presidente da Federação da Paraíba, ficava constrangido com as nossas feiras agropecuárias, porque não podíamos vender nossos animais para Pernambuco. Como era constrangedor aquele momento.

E tivemos batalha com Governo de Estado, não só da Paraíba, mas de todos os Estados do Nordeste, para que também saíssem para área livre. E para isso foi preciso uma ação muito forte das federações do Nordeste junto com o Ministério, junto com as delegacias; a presença do Senar, com seus instrutores, levando a capacitação, levando curso de vacinação de graça, lá na ponta, às vezes numa garagem, num curral, aos produtores rurais daquelas pequenas comunidades.

Por último, o Amazonas, as federações do Norte, junto com o Ministério, com técnicos do Ministério, no sentido também de levar aquela capacitação, andando de barco, como foi dito aqui pelo Guilherme. A gente conhece as diversidades típicas do nosso País, no sentido de que cada região é um país diferente. Então, sabemos da dificuldade enfrentada pelo setor privado, por nós, como federações, como o CNA, como o Senar, que fez essa capacitação, ajudando para que o País, para que o Brasil em 2023 se torne um País livre de febre aftosa. E, por enquanto,



agora em maio, recebemos esse título de livre com vacinação, com exceção apenas de Santa Catarina.

Então, meu muito obrigado e parabéns a todos por esta semana comemorativa.

Meu muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Obrigado, Dr. Mário. Quero agradecer-lhe muito pela presença.

O Dr. Mário representa aqui o Dr. João Bosco Martins, Presidente da CNA.

E, agora, como último inscrito, o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu começo cumprimentando, Senador Moka, V. Ex^a por esta sessão solene de erradicação da febre aftosa. V. Ex^a, antes de Senador, é um médico; e, como médico, é extremamente humano; e, como humano, V. Ex^a cuida da humanidade; e, cuidando da humanidade, V. Ex^a está cuidando da febre aftosa, que com certeza é realmente uma das piores doenças por que o nosso rebanho foi tomado.

Quero aqui, em nome do Ministro Maggi, saudar todos que compõem a Mesa. E quero também, em nome...

Acho que aí que caiu o meu papelzinho, não é? Ali. Por isso que eu quero pegar de volta. Cadê os universitários? Me deem aqui...

Não poderia deixar de, em nome do Guilherme Marques, saudar os servidores do Mapa e, em nome da Judi Nóbrega, saudar todos os servidores do Mapa. Então, saúdo as mulheres também.

Sem nenhuma dúvida, a minha presença aqui, agora no final, foi extremamente importante no sentido de que tudo sobre a febre aftosa aqui já foi explicado, já foi esclarecido, os males, os bens, os benefícios ou não, e coube a mim somente o agradecimento.

E há um dito popular que diz que só sabe onde o sapato aperta quem o calça. E nós, o Estado de Roraima, enquanto Território, fomos o maior exportador de carne bovina ali da Região Norte. E, quando passou a Estado, lamentavelmente mudou a nossa matriz econômica, e nós vivemos aí um sofrimento de 50 anos, vivendo com a febre aftosa.

E nosso maior desafio não era nem praticamente eliminar a febre aftosa, que era um grande desafio. Mas nosso maior medo era que Manaus, que também sofria da mesma consequência, e o Amapá saíssem como livres, e nós íamos comer até os ossos, porque não haveria mais para onde tirar realmente o gado, já que a base do nosso setor primário é a pecuária. E Roraima sempre teve um campo que favoreceu muito a pecuária.

Nós agradecemos muito ao Ministério da Agricultura, que foi extremamente importante, desde a ex-Ministra Kátia Abreu, no início, e na conclusão, no dia 25 de abril de 2017, há quase um ano, quando Roraima ficou livre da febre aftosa, já na gestão do Ministro Maggi. Então, eu quero aqui o parabenizar.

Sem nenhuma dúvida, ele passou por um grande desafio, que foi a questão daquela denúncia, aqui já colocada pelo Senador Cidinho, com relação à Operação Carne Fraca, que trouxe, sem nenhuma dúvida, um grande dano ao mercado, mas que também trouxe... É na crise que a gente busca alternativas. Eu já vi muitos dizerem que aquela crise causou um grande dano ao mercado, à imagem do País, mas também possibilitou a recuperação de grandes frigoríficos, que estavam desativados, o que descentralizou a produção. Isso deu ao mercado uma melhor oportunidade.



Então, quero parabenizar todos os que hoje fazem o Ministério da Agricultura, todos os envolvidos direta ou indiretamente com a pecuária. Quero parabenizar também o Ministro pela coragem, pela determinação, pelo amor à causa e por ter superado essa dificuldade, mostrando sempre a sua capacidade. Aqui, como nosso colega, Senador, sempre teve essa magnitude e, agora, como Ministro, enfrenta esse grande desafio.

Mais uma vez, quero saudar o nosso Presidente desta sessão, o Senador Moka, que teve iluminação e a felicidade de fazer esta justa homenagem, este reconhecimento que, sem nenhuma dúvida, abre para o Brasil uma grande porteira, dá aos pecuaristas um grande alívio. O Brasil é um grande criador de genética, de qualidade e quantidade. E nós, assim, vamos trilhar pelo caminho de ser o melhor exportador de carne bovina do mundo.

Bom dia e muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota.

Eu quero, antes de encerrar a sessão, agradecer novamente a presença do Ministro Blairo Maggi, do nosso Presidente da Embrapa, do Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, do Novacki, que é o nosso Secretário Executivo, do Dr. Rangel e do Zeca. Permita-me, Zeca, chamá-lo assim.

Ao cumprimentar os membros da Mesa Diretora, quero cumprimentar também os Senadores que aqui estiveram, cumprimentar cada um dos médicos veterinários, dos funcionários do Ministério da Agricultura, dos pecuaristas e dizer para o Ministro Blairo Maggi que esta vai ser uma sessão histórica, porque o Brasil finalmente... Não é o que nós vamos alcançar em 2023, ou seja, o Brasil ser livre de aftosa sem vacinação, mas livre de aftosa com vacinação é, sem dúvida nenhuma, um avanço muito grande para este País, que algum tempo atrás não sonhava com isso.

Então, agradeço a todos aqueles que aqui vieram em nome do nosso extraordinário Ministro da Agricultura, meu amigo Blairo Maggi.

Muito obrigado.

Está encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 13 horas e 3 minutos.*)



Ata da 38^a Sessão, Não Deliberativa, em 2 de abril de 2018

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Telmário Mota, José Medeiros, Cristovam Buarque, Reguffe, Wellington Fagundes, Elmano Férrer e Roberto Muniz.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 10 minutos e encerra-se às 18 horas e 41 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

Como eu havia anunciado, passo de imediato a palavra à Senadora Ana Amélia. Em seguida, ao Senador Telmário Mota.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Paulo Paim, caros colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nas minhas primeiras manifestações desta tarde, Senador Paim, eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa da audiência pública hoje, no Dia Mundial de Conscientização do Autismo, que é uma circunstância que as famílias brasileiras enfrentam. E V. Ex^a, ao trazer o assunto para uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Democracia Participativa, abre o debate importante sobre um tema que ainda é de desconhecimento de grande parte da sociedade.

Às vezes, um comportamento diferente de uma criança não é bem diagnosticado. Então, é preciso redobrar os esforços para as famílias terem a compreensão, porque há vários níveis de autismo. Certamente, na audiência pública de hoje, requerida por V. Ex^a, os especialistas devem ter informado.

Eu tive contato com essa doença por meio de um vizinho, um menino, um garoto. Ele tinha um comportamento diferente – ele era o mais velho, e havia uma menina. Eu pude ali perceber a dificuldade que há. As crianças sofrem muito – algumas fazem até automutilação –, e os pais precisam internar, especialmente aqueles de um nível social em que não há recursos para o tratamento em instituições especializadas. E aí o sofrimento é muito maior.

Então, quero me associar à iniciativa. Lamentei muito não ter estado presente, porque aqui também no plenário havia uma sessão especial sobre um tema que interessa ao nosso Estado, o Rio Grande do Sul, e ao Brasil: o controle da febre aftosa, que também é uma matéria relevante.

Parabéns, Senador. Disponha do nosso trabalho na Comissão de Assuntos Sociais, em que V. Ex^a também trabalha, para as questões que pudermos ajudar.

Toda abordagem, toda pauta na área da saúde tem uma relevância extraordinária. Eu vejo que cheguei aqui, dando atenção prioritária à área da produção agropecuária. Hoje, 60% da minha agenda, Senador – e imagino que a sua também seja social, mas na área do trabalho –, seguramente é ligada à saúde, seja em iniciativas de prevenção, seja em todos os tipos de doenças, algumas das quais raras, a cujo exame o Senador Moka tem se dedicado também.

Nós precisamos fazer o enfrentamento dentro das nossas possibilidades legislativas e também dos recursos financeiros do orçamento que temos para essa questão tão relevante.

Eu venho aqui hoje também, Senador, porque nós estamos em uma semana... Saímos da Páscoa, foi um momento muito importante para que a sociedade, em vários níveis, tivesse aproveitado para fazer uma reflexão sobre os nossos problemas.

É um ano desafiador, estamos a sete meses da eleição, o cenário ainda é nebuloso, caro Senador Telmário – é um cenário muito nebuloso –, e as pessoas se perguntam: "Para onde nós vamos? Para onde vai o Brasil?".



É difícil dar uma resposta sobre para onde vai o Brasil, diante deste cenário em que os ânimos se acirram, em que as pessoas passam a ter uma exigência do chamado "politicamente correto", a ditadura do politicamente correto. Você não pode dizer uma palavra que as pessoas já ficam eletrificadas. E aí vai-se criando um clima de incompreensões, de radicalismos, quando na verdade na democracia você pode não concordar. Por exemplo, o Senador Telmário pode não concordar com uma palavra que eu digo, mas seguramente vai lutar sempre para que eu tenha a liberdade de dizer o que eu penso. Da mesma, eu o farei em relação a ele. Não concordo necessariamente com o que diz o Senador Telmário, mas vou lutar sempre para que ele tenha o direito de dizê-lo. Então, temos que entender e respeitar o contraditório, e as pessoas não estão respeitando o contraditório.

Aqui nós aqui convivemos... Eu e o senhor temos um diálogo absolutamente respeitoso desde a campanha eleitoral, sempre. Nunca tivemos problemas, Senador Paim, até na forma de tratamento, e por quê? É a maneira de termos um relacionamento, e o gaúchos sabem como temos nos relacionado e nos tratado.

Eu acho que tem que ser e continuar sendo assim porque as pessoas respeitam. Sabem que em muitas matérias nós divergimos, mas isso nunca falha e nunca chegamos ao desrespeito.

Então, eu penso que o tal politicamente correto está impondo uma certa censura. "Mas como é que você foi dizer uma coisa dessas?", isso é uma forma autoritária de cobrar como um Parlamentar se pronuncia, como um Parlamentar fala. Eu fico pasmada de ver isso. Ou em um gesto de uma autoridade, e as pessoas questionam por que ela está fazendo esse gesto: "O que é isso?". Então, não pode um promotor jejuar, não pode fazer um manifesto?!

Eu tenho que respeitar as crenças das pessoas. Eu tenho que respeitar as pessoas como elas são, tenho que aceitá-las. O que é inclusão? É isto: aceitação das pessoas como são. Temos que entender que o politicamente correto não pode nos impor uma ditadura, em que nós não podemos expressar o nosso pensamento, simplesmente porque o politicamente correto nos impede de manifestar-nos como nós queremos nos manifestar.

Venho dizer que a semana é desafiadora. Há uma manifestação grande da sociedade em relação ao que vai acontecer na Suprema Corte, ali do outro lado da Praça dos Três Poderes. Nós temos ali o Supremo Tribunal Federal, aqui o Congresso Nacional e ali o Poder Executivo. Uma democracia se consolida no equilíbrio desses Poderes, os três Poderes da República. E eu, por conta de andar na rua, converso com as pessoas, que me indagam: "Senadora, o que vai acontecer?". Se eu pudesse prever o que vai acontecer, eu estaria muito bem, porque eu não estaria nem preocupada, porque eu já saberia o que vai acontecer. Eu não sei o que vai acontecer. Nenhum de nós sabe o que vai acontecer. Talvez nem os membros da Supremo Corte saibam o que vai acontecer nesta semana, no julgamento que está marcado para o dia quatro.

Um documento assinado por dezenas de procuradores, promotores e magistrados do Brasil, de vários Estados brasileiros, será entregue ao Supremo Tribunal Federal no dia de hoje, segunda-feira. E o que esses mais de 500 ou 600 magistrados e procuradores querem nesse manifesto que vão entregar hoje à Suprema Corte do País? Eles são favoráveis à manutenção daquele entendimento que, em 2016, o próprio Supremo Tribunal Federal teve sobre a questão da sentença em segunda instância, ou seja, a favor da prisão de um réu condenado em segunda instância. Simplesmente isso, para que o Supremo não altere um convencimento e uma convicção que foram expressos lá em 2016 e que foram festejados aqui no plenário do Senado Federal.



Na Corte, o julgamento do *habeas corpus* que foi impetrado e apresentado pela defesa do ex-Presidente Lula está marcado para quarta-feira. E é precisamente sobre ele que esse manifesto tem o seu endereço certo. O documento dos juízes alerta para a impotência do Estado brasileiro em combater o crime organizado. Integrantes do Ministério Público Federal, da PGR, do Poder Judiciário vão entregar esse manifesto a favor das prisões em segunda instância.

E assinam o documento mais de 600 magistrados, promotores e procuradores da Justiça.

O manifesto será entregue antes do julgamento do *habeas corpus* do ex-Presidente da República pela Corte, interrompido na semana passada e que será retomado no próximo dia 4. O *habeas corpus* foi impetrado pela Defesa, com o objetivo de evitar a prisão do ex-Presidente, já condenado em segunda instância pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre.

Caso o Supremo Tribunal Federal tivesse negado o *habeas corpus* na semana passada, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, abriria caminho para a decretação da prisão do ex-Presidente. O julgamento desse *habeas corpus* – e aí está o detalhe – só vale para o caso dele, do ex-Presidente, apresentado pela Defesa dele, do ex-Presidente Lula, mas é visto como uma exceção que pode se transformar em regra na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, porque vai alterar aquela convicção que foi manifestada em 2016, sobre a questão da prisão em segunda instância de julgamento, ou seja, a prisão com a condenação somente após a segunda instância.

A decisão da Suprema Corte congelou a possibilidade de prisão do ex-Presidente pelo TRF-4, que negou o embargo de declaração pedido pela Defesa do ex-Presidente, condenado a 12 anos e um mês por corrupção e lavagem de dinheiro, no famoso caso do tríplex do Guarujá.

No documento, membros do Ministério Público e do Poder Judiciário alertam para a impotência do Estado em impedir a atuação do crime organizado. O texto chama a atenção também para a deterioração da democracia no País.

Tratando-se, pois, de crime organizado, a sociedade é duplamente agredida, isto é, verifica-se prejuízo social nefasto oriundo das ações criminosas e prejuízo oriundo das ações artificiais do Estado que, impotente para evitar e prevenir o grave delito, ilude a sociedade com a imagem de eficiência funcional da investigação criminal. Mais grave é a deterioração da própria democracia, porquanto, ao adquirir poder de controle econômico e político, o crime organizado passa a ocupar posições de autoridades democráticas.

É o que diz o manifesto assinado pelos magistrados, procuradores e promotores de Justiça.

Também nesse abaixo-assinado, nesse documento que será entregue hoje, os autores pedem que a condenação em segunda instância viabilize o cumprimento de sanções penais, inclusive a prisão, que é o caso.

E continua a nota:

Torna-se, assim, imprescindível recuperar a capacidade de executar adequadamente as penas, porque a ineficácia da persecução penal estatal não se situa na dosagem das penas, mas na incapacidade de aplicá-las. (...) Desse modo, a condenação em segundo grau deve viabilizar o cumprimento das sanções penais, inclusive as privativas de liberdade, ainda que haja recurso extraordinário ou especial ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, tendo, inclusive, essa última Corte já pacificado o entendimento na Súmula 267: A interposição de recurso,



sem efeito suspensivo, contra decisão condenatória não obsta a expedição de mandado de prisão.

Esse é o termo jurídico que está expresso nesse manifesto que será entregue hoje à tarde à Suprema Corte.

Ao negarem o pedido de absolvição do ex-Presidente Lula por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do tríplex do Guarujá, os desembargadores do TRF-4 tornaram o ex-Presidente ficha-suja para efeito do registro da sua candidatura para as eleições deste ano. A tendência do Tribunal Superior Eleitoral é não aceitar o registro de candidatura de políticos fichas-sujas.

Aliás, quando tomou posse, o Ministro Luiz Fux foi muito claro em usar a palavra "irregistrável" quando abordou o caso da Lei da Ficha Limpa.

Aliás, a Lei da Ficha Limpa é uma conquista, como se sabe, de uma ação popular, talvez a primeira e mais importante ação de iniciativa popular, medida de iniciativa popular pós-Constituição de 1988. Daí o valor que tem essa matéria, em função de ter sido ela fruto originário de uma decisão da sociedade brasileira, devendo, portanto, ser respeitada.

Isto é o que se espera que o Poder Judiciário, a Suprema Corte do País, que está também sob o crivo, hoje, de uma avaliação muito criteriosa da sociedade brasileira, que passou a olhar, a exigir e a vigiar a Suprema Corte do País da mesma forma, com o mesmo rigor com que faz em relação aos membros do Congresso Nacional e aos membros do Poder Judiciário.

Democracia verdadeira e consolidada se faz dessa forma, com a população participando ativamente, seja através de uma ferramenta extraordinária, que são as redes sociais, mas das mobilizações que estão previstas e marcadas para a partir de amanhã, nesta semana, em Brasília, para defender exatamente a isenção, a responsabilidade republicana da Suprema Corte nesse julgamento desse *habeas-corpus*.

Está em jogo, portanto, a democracia do País e o Estado democrático de direito. Não podemos criar uma insegurança jurídica em que, em 2016, a Suprema Corte tenha uma convicção sobre uma matéria tão relevante quanto esta e agora poderá abrir uma brecha em relação a esse mesmo assunto e a esse mesmo tema, com repercussões extraordinariamente amplas e também desalentadoras para a sociedade, que viu, entre outras coisas, na Operação Lava Jato um sopro de esperança, porque é essa operação uma unanimidade nacional, visto que a sociedade percebeu que, pela primeira vez, no Brasil, não apenas os pobres, os ladrões de galinha, foram para a cadeia, mas pessoas muito poderosas. Sejam empresários, políticos ou lideranças, estão presos, ainda sob a vigilância, a fiscalização e o rigor da lei, porque ninguém está nem acima nem abaixo da lei. Todos são iguais perante a lei. Não pode haver exceção nesse trato, sob pena de não vivermos uma verdadeira democracia ou num Estado de direito como se queira que prevaleça em nosso País.

Feito esse registro, quero dizer que também haverá mobilização aqui, mas em função de questões econômicas, porque precisamos examinar, no Congresso Nacional, amanhã, os vetos que dizem respeito a uma matéria já consolidada pelo Congresso Nacional em relação ao Funrural, que é o parcelamento, a repactuação das dívidas dos produtores rurais em relação aos depósitos. É também uma dívida da Suprema Corte, que demorou 12 anos para esse julgamento, sendo que, até a metade do julgamento, havia uma percepção, considerando inconstitucional a cobrança, mas depois se passou a entender que era constitucional.



E temos também a questão dos vetos em relação ao Refis das micro e pequenas empresas. É um tema muito crucial, que vai suscitar um grande debate no Congresso Nacional.

Era esse o motivo que me trouxe à tribuna na tarde de hoje, caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Senadora Ana Amélia, que faz uma reflexão sobre a crise, para que todo o Brasil reflita também sobre a crise que estamos atravessando.

Agora passamos a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, telespectador e telespectadora da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

Sr. Presidente, são vários assuntos que me trazem a esta tribuna, mas eu quero, iniciando aqui... Agorinha recebi, lá do Município do Bonfim, no meu Estado, uma foto da Senadora Ana Amélia quando estava nesta tribuna. Em Roraima ela tem muitos fãs.

Eu sempre digo que, se Ana Amélia fosse para Roraima, eu teria dificuldade de me eleger, porque o povo é louco pela Senadora, pelo seu posicionamento, pela sua coerência. E, aí, o Osternir disse assim: "Diga para a Senadora que eu assino embaixo de tudo o que ela está falando. E também quero convidar [ele, vereador, convida] a população do Estado de Roraima, do Brasil inteiro, para uma das maiores festas da agropecuária do nosso Estado", que é agora, no Município do Bonfim, onde ele é vereador.

É uma das mais belas e bonitas festas, inclusive na fronteira com a Guiana Inglesa, e ali vai ser, agora, neste final de semana.

Portanto, Osternir, está feito o convite no seu nome, a Senadora está ouvindo aqui, e eu fico feliz, porque o meu Estado realmente assiste a nós todos na TV Senado, e é uma hora de nós interagirmos, porque, às vezes, você não pode depender só dos meios de comunicação no nosso Estado.

Senadora Ana Amélia com a palavra.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero, Senador Telmário Mota, com esse convite irrecusável, dizer que eu aceito a honrosa incumbência que V. Ex^a traz. E quero acertar, numa agenda para 2019, onde eu estiver – se estiver aqui ou fora daqui... Eu estarei lá e quero conhecer esse Município tão importante e essa feira muito importante. Esse é um ano difícil para nós. Nós temos muitos compromissos da nossa agenda política. A nossa agenda legislativa aqui também, um ano mais curto, então vai ser bastante complicado. Mas eu aceito o convite de Bonfim e quero chegar lá, na sua companhia, para fazer essa visita e agradecer também a gentileza dos nossos vereadores da cidade, dos seus amigos vereadores de lá, para estarmos juntos nessa cerimônia. Meu compromisso é que, em 2019, estarei lá.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Vai ser uma honra, Senador Paulo Paim, porque, inclusive, a ex-Prefeita de lá era gaúcha – e ela fez uma grande gestão. E o atual Prefeito é gaúcho. Também é uma das melhores gestões.

Eu andei agora... São 15 Municípios, eu andei em 12, e, dos 12, ele teve a maior aprovação. Então, está de parabéns a gestão de Bonfim, o prefeito, os vereadores... Eu acho que política pública é isto, é o encontro das ações políticas com o anseio da população.



E, quanto a Bonfim, a cidade está limpinha, bonita... Eles pintam ela todinha de verde ou de azul e branco.

Há algum Grenal lá? É alguma coisa dessa ordem.

Então, está de parabéns o prefeito. E o convite... Realmente a Senadora Ana Amélia, se Deus quiser, vai ser reeleita, e é uma honra recebê-la nesse Município, que faz fronteira com a Guiana Inglesa.

Mas um dos assuntos que me traz a esta tribuna... Hoje eu quero fazer uma justa homenagem.

No dia 27 de março, o Sr. Jesus Nazareno Laranjeira, conhecido como Seu Laranjeira, completou 88 anos, com muita vitalidade. Ele foi caseiro, administrador de fazenda, marchante, produtor rural, líder comunitário, vereador, fundador e presidente da Acobal (Associação Comunitária de Moradores do Bairro Liberdade).

Seu Laranjeira é viúvo de Maria Gomes Laranjeira, com quem teve 8 filhos – e criou 14 a mais. Adotou 14 outros filhos.

Foi vereador do Município de Bonfim, nos anos 80, e vereador e vice-presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, nos anos de 1997 a 2000, sendo o vereador mais atuante dessa legislação em projetos propostos e aprovados, bem como campeão em apresentação de indicações. Laranjeira nunca teve sequer uma só falta durante toda a legislatura.

É um patriarca, marido, pai, avô, bisavô e tataravô imprescindível.

Seu Laranjeira, um político roraimense de grande valor e uma referência moral e ética para Roraima e para o Brasil, entrou e saiu da política de cabeça erguida, não ficando mais rico nem tendo seu nome envolvido em qualquer ilicitude ou ato de corrupção, um exemplo e patrimônio da história política do Estado de Roraima, um exemplo a ser seguido.

Parabéns, Seu Laranjeira.

Sr. Presidente, eu também uso esta tribuna porque hoje houve uma sessão especial aqui, da erradicação da febre aftosa. Ela foi convocada pelo Senador Moka, e todas as autoridades, desde o Ministro Maggi até os demais órgãos, estiveram hoje presentes, aqui neste Senado, participando dessa sessão especial de comemoração.

E eu vim participar muito feliz. Por que feliz? Porque, quando eu fui eleito Senador, vim para Brasília e trouxe, na mala, quatro gargalos que atrapalhavam o desenvolvimento do meu Estado. Um era o Parque do Lavrado, que era mais uma reserva no nosso Estado, que já tem 65% da sua área de reserva. E, quando foi passado o decreto das terras da União para o Estado de Roraima, o grupo do mal colocou ali mais uma reserva desse Parque do Lavrado. Junto à Presidente Dilma – ela ficou sensível –, mostramos que Roraima não aguentava mais uma reserva e conseguimos excluí-la. Isso permitiu dar segurança jurídica, porque, com a reserva, o Estado tinha que dizer onde estava, e o Ministério Público não deixava dar nenhuma titulação com esse Parque do Lavrado. Então, conseguimos esse feito.

Outro foi o da febre aftosa. Numa viagem com a ex-Ministra e Senadora Kátia Abreu e a Presidente Dilma para Tocantins, eu abordei muito esse aspecto da febre aftosa com a Presidente, que pediu a providência da Ministra Kátia Abreu. A Ministra Kátia Abreu foi muito sensível a isso e nos ajudou bastante.

Colocamos recurso na ADERR, um órgão importante do Governo do Estado nesse trabalho de deixar Roraima livre com vacinação da febre aftosa, e logramos êxito. Então, foram dois



grandes sucessos nesses três anos: tiramos o Parque do Lavrado, e Roraima ficou livre da febre aftosa.

Hoje eu participei desta sessão muito feliz porque conseguimos esses dois avanços.

Ainda temos dois grandes entraves: um é a questão da mosca da carambola, que só depende do Governo Federal. Com R\$20 milhões, instalamos uma máquina e, por radiação, é totalmente equacionada essa questão da mosca da carambola. E a outra é a questão energética. A Presidente Dilma, quando saiu, deixou a autorização para as obras continuarem, tanto as do Ibama quanto as da Funai, e o Governo que está aí sentou em cima, jogando naquilo de "quanto pior, melhor", de quanto pior para nós, melhor para o Governo Federal, porque, assim, eles podem desacreditar a atual Governadora – não sou da Base dela –, podem ganhar a eleição ou podem eleger político que está aí à beira da cadeia lá para a república curitibana.

Mas quero aqui também fazer outro alerta. Vejo, mais uma vez, com muita tristeza, que este Governo Federal – este Governo Federal que está aí, do Senhor Michel Temer – não tem compromisso com o País, especialmente com o meu Estado. O que este Governo tem maltratado o meu povo, a minha gente, não dá para você imaginar. Agora, com a questão dos venezuelanos, ele colocou R\$190 milhões. Estão fazendo seis abrigos para colocar... Eu soube que até a Prefeita de lá cercou uma praça sem comunicar aos venezuelanos, parecendo que fez um campo de guerra para tentar maquiar o que o povo todo está vendo. Imagina, cercar uma praça sem comunicar?! Coisa absurda! Coisa absurda! Coisa desumana! Muito bem, são R\$190 milhões, e é o Exército que está administrando isso.

Mas Roraima está pagando um preço socioeconômico jamais visto na sua história, e o Governo Federal não faz um gesto, não dá um passo naquilo que o próprio Michel Temer foi a Roraima ouvir do grupo político, de quem acreditou nele – porque eu não fui, não acredito nele e me recuso a sentar com chefe de organização criminosa. Sentaram com ele, acreditaram nele, e lá a Governadora pediu para fazer uma moratória ou renegociar a dívida do Estado.

Olha só, o Estado de Roraima tem uma dívida de R\$2 bilhões, faz um desembolso altíssimo nisso, porque o Estado vive do contracheque, e o Governo Temer simplesmente se recusa atender a essa demanda da Governadora, que é do PP, que é da Base do Governo Temer. Mas ele obedece ao grupo do mal: quanto pior, melhor.

Agora, em janeiro, o Governo Federal renegociou, com 18 Estados, R\$458,9 bilhões. Só com o Estado de São Paulo, foram R\$223,5 bilhões; com o Estado do Rio de Janeiro, R\$68,2 bilhões. Ora, para o Rio de Janeiro, tudo; para o Estado de São Paulo, tudo; para 14 Municípios, tudo; e Roraima, que está arcando – porque é o povo de Roraima quem está pagando – com esse preço da violência, da falta de saúde e educação, da falta de tudo, não tem o apreço do Governo Federal em renegociar essa dívida. Ele faz ouvido de mercador.

Outra coisa, as nossas terras lá: é necessário titular doze glebas. Para isso, basta o assentimento, a autorização do Conselho Nacional de Segurança, uma canetada do Temer, mas ele não faz porque ele obedece ao grupo do mal do nosso Estado que quer ver o nosso povo quanto pior – o que é melhor para eles.

Uma outra situação é essa questão energética.

Então, é com muita tristeza que a gente vê o Governo Federal, a cada dia, mais apertando o nó em cima do povo de Roraima. Eu espero que esse grande sofrimento que o povo de Roraima está passando e vivendo hoje responda, Temer, nas urnas contra o teu PMDB. Dessa



forma, o teu Senador vai para a cadeia e a tua Prefeita vai ficar sem mandato; assim, o povo vai responder nas urnas ao que é justo.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero também abordar um outro assunto. Lá, em Roraima, desde quando passou a Estado, o governo de transição – que é um Senador que há lá – deveria ter feito o enquadramento dos servidores do ex-Território. Bom, não cumpriu a tarefa de casa. Há 30 anos, eles vendem esse enquadramento como moeda de troca, e o povo sempre acredita nisso; eu mesmo acreditei várias vezes, por várias vezes tirei documento porque, se sair esse enquadramento, eu entro como economista, minha esposa entra como médica, e, como eu sou de Roraima, vários familiares meus vão ser beneficiados. No entanto, isso vem sendo um engodo, uma enganação há 30 anos.

Quando foi agora, com a PEC que foi aprovada, com a medida provisória que está aí aprovada, que está lançada, começaram a sair listagens de prováveis nomes que serão enquadrados. No entanto, essas listagens estão saindo nas redes sociais do grupo do mal do meu Estado sem antes o Ministério do Planejamento divulgá-las. Ora, isso pode trazer um grande transtorno: pode levar o Ministério Público a entender que é abuso de autoridade, que são privilégios, porque, se um Senador divulga nas suas redes sociais uma relação que ainda nem o Ministério do Planejamento divulgou, ele está tendo informações privilegiadas. Eu chamei a atenção do Ministro do Planejamento com um ofício dizendo que ele não permita isso, que ele divulgue e, depois, passe para quem bem entender. Ele está brincando com o anseio e com o desejo de mais de 10 mil pessoas porque, se isso for abortado, são mais de 10 mil pessoas que vão ser prejudicadas.

Portanto, eu peço ao Ministro Dyogo que tenha responsabilidade, que dê celeridade nessa divulgação, e que o Ministério do Planejamento assuma o seu papel, como Ministério e como órgão do Governo Federal, e faça a divulgação; em seguida, que ele passe essa relação para quem bem entender, mas não deixe que um Senador jogue nas suas redes sociais antes do Ministério do Planejamento. Isso é irresponsabilidade. Isso, no mínimo, é para quem quer prejudicar mais uma vez esse enquadramento. Isso não é de pessoas sérias. Isso é de quem não tem compromisso. Isso, no mínimo, é de pessoas que estão envolvidas em coisas erradas.

Roraima não aguenta mais tanta promessa em vão, principalmente o que o Governo Federal vem fazendo com o nosso Estado: cada dia mais, jogando-o no esquecimento, não atendendo às suas necessidades, e Roraima vivendo o seu pior momento social, econômico, com falta de tudo na saúde, com a segurança totalmente comprometida.

No entanto, o Governo Federal faz vista grossa, porque o interesse do Governo Federal é um interesse mesquinho, é um interesse pequeno, maltratando aquele povo para que chegue algum salvador da Pátria. E olhem o salvador da Pátria dele? É um verdadeiro corrupto que responde por mais de 12 processos no Supremo Tribunal Federal.

O povo nas urnas vai responder, Temer, por esse massacre que você está fazendo com o povo de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Telmário Mota, queria convidá-lo para presidir a sessão, para que eu possa fazer também um pronunciamento.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.)



O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu chamo para ocupar a tribuna o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Telmário Mota, como na semana passada fui ao meu Estado, fiz uma série de atividades de que quero aqui fazer registro.

Mas o primeiro de todos é o dia de hoje, 2 de abril, dia mundial da tomada de consciência de toda a humanidade sobre o Transtorno do Espectro Autista.

A Comissão de Direitos Humanos realizou nesta manhã uma audiência pública sobre o tema.

O mundo para celebrar essa data. Ela está iluminada de azul. Minha alma, minha camisa, minha gravata também estão com o brilho do azul que representa essa luta dos autistas.

Sr. Presidente, eu queria, neste momento – em que realizei uma grande audiência pública, em que fizemos um bom debate –, se V. Ex^a, naturalmente, me permitir, ler a carta que recebi da líder dos autistas, eu diria, no Brasil.

Sr. Presidente Telmário Mota, em dezembro de 2012, assim que a lei dos autistas foi sancionada, Lei nº 12.764, conversei longamente com a minha amiga Berenice Piana, coordenadora do movimento dos autistas, e pedi para que ela fizesse uma pequena análise da importância dessa lei que tive o orgulho de ajudar a construir. E a lei se tornou... Aqui desta mesma tribuna, eu dei o nome de Lei Berenice Piana.

Senador Telmário Mota, esta é a carta que ela me mandou:

Ex^{mo} Senador Paulo Paim, esta é uma carta diferente das demais, das muitas que já lhe escrevi, quando o autismo ainda, no Brasil, era pouco divulgado ou falado.

Eu me refiro a tantas cartas que lhe enviei, que foram para relatar a situação do autista no Brasil, a ausência de políticas públicas para essas pessoas. Quis o destino que essa história terminasse com as mesmas pessoas que começou, ou seja, eu e V. Ex^a, depois de três anos.

Eu me lembro de cada detalhe, cada palavra [principalmente] sua, e faço aqui um breve histórico para que, neste momento tão feliz, [...] [em que o] nosso PL [...] [já é realidade].

Falando desse tema, aí ela diz:

Era uma tarde de agosto, eu assistia à TV Senado na esperança de sentir vontade política [...] [de que algum Parlamentar], em um discurso, me convencesse.

Surgiu, então, na tela da TV, V. Ex^a, falando de César Passarinho, um cantor nativista [negro] que já partiu "a trotezito no mais" para a querência eterna (palavras suas) [diz ela] [...] [para as pradarias do céu].

Admirei sempre César Passarinho.

E diz ela:

[...] fiquei comovida com essa homenagem. Percebi, mais adiante, que a fala de "um guri de calças curtas" que começou [...] [vendendo frutas na feira e depois tirou o Senai], em Porto Alegre, [...] alguém que nunca renega suas origens e tem um olhar franco e direto [Diz a carta dela: tirou o Senai em Caxias, vendeu na feira livre em Porto Alegre].



E me decidi então a procurá-lo, Senador, em mais uma tentativa de convencer um Parlamentar a olhar para a nossa causa, a causa dos nossos filhos, o autismo!

A situação dos autistas sem tratamento me partia o coração, e a cada dia eu conhecia mais casos onde a dor era extrema e os casos se agravavam.

Era preciso fazer algo urgente por todos e pelo Brasil inteiro.

Para minha surpresa, obtive resposta imediata, propondo-me logo uma audiência pública, colocando à minha disposição toda a sua equipe.

As palavras que jamais esquecerei [...]: "Sr^a Berenice, o que eu posso fazer [...] [pelos autistas]?"

Foram as mais lindas palavras que ouvi, pois elas selaram o destino do autista brasileiro.

No dia 24 de novembro de 2009, acontece [...] [a famosa] audiência pública [...] [presidida por V. Ex^a] na Comissão de Direitos Humanos.

Conheci nesse tempo o companheiro Ulisses da Costa Baptista, pai de Rafael, que veio fazer parte dessa luta junto comigo, todo o tempo daqui para a frente.

Esse pai incrível já tinha uma história de luta no Rio de Janeiro. E, depois que unimos forças, [...] [nos mobilizamos em todo o País] em prol dessa causa maior.

Aquela audiência, Senador, [...] [ficou para a história].

Saímos com sua promessa de levar adiante um projeto de lei federal, meu sonho maior, nosso sonho!

Imediatamente reunimos companheiros e começamos a escrever a lei, aqui mesmo, em minha casa, em Itaboraí, RJ.

Várias outras reuniões foram feitas, e o projeto foi [...] [avançando, avançando] passo a passo [...].

Perdi a conta de quantas vezes liguei para [...] [você] pedindo orientação... Fui sempre tratada com respeito e cordialidade, lisura, paciência e amizade.

Em março de 2010 partimos para Brasília para protocolar o PL 168/11! Foi um dia em que me senti útil, cidadã brasileira, exercendo seus direitos e viva, não apenas de passagem por esse mundo.

Recordo nossa esperança, temores e lembro que muitas vezes fiquei "surda" para os que tentavam me desanimar, ["não, não vai dar em nada; é mais uma coisa de político"] [...]. [Enfim, continuei firme.]

Nosso projeto começou [então] a tramitar e a primeira votação na CDH se deu exatamente no dia do falecimento do nosso saudoso José Alencar, Vice-Presidente da República [seu amigo].

[Ele faleceu. Estava sendo enterrado no seu Estado. Você estava sendo chamado para ir para lá, como tantos Senadores foram.]

Outra vez, caro Senador, [você me surpreende, e] me vêm a memória palavras que ficarão para sempre registradas na história dessa lei.

Lembro-me que não havia quórum, pois [...] [a maioria dos] Senadores estavam no funeral do Vice-Presidente [...] [e estávamos temerosos, pois não seria votado], às vésperas do dia 02 de abril, Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

[Aí, Senador, as suas palavras comoveram a todos:] "Eu aqui permanecerei até que o último Senador apareça para votar! Estou preparado para passar a noite se preciso for!"



Daqui não sairei até que todos compareçam para votar pois as famílias das pessoas com autismo [que acompanhavam pela TV Senado, e outros que estavam ali ficaram a ouvir o seu respeito pelos familiares de autistas e pessoas autistas] merecem esse respeito".... Essas foram suas palavras que nos comoveram até as lágrimas... E assim foi feito.

[...] [Os Senadores que estava voltando do funeral atenderam o seu chamado] e a votação aconteceu! [...] [Tarde da noite, mas lembro que muitos lá chegaram, e votamos.]

Logo na semana seguinte passou [...] [por outra Comissão] [...].

E assim foi.

[...]

Fernando Cotta, do Movimento Orgulho Autista em Brasília, se aliou a todos nós e começou a zelar pelo projeto, indo a lugares que muitas vezes eu e Ulisses não podíamos estar.

Percorreu gabinetes, argumentou [...].

Enfim, aprovamos.

Foi para a Câmara. O Deputado Hugo Leal, a Deputada Mara Gabrilli e Rosinha da Adefal, todos trabalharam muito para o projeto ser aprovado.

Depois voltou para o Senado. O Senador Lindbergh foi o Relator. Na outra Comissão, o Senador Wellington Dias, ambos com filhos autistas. E a lei é aprovada.

Segue para o plenário, em suas mãos [diz ela] abençoadas, caro Senador Paim, onde nasceu junto conosco esse projeto que vem beneficiar dois milhões de famílias, dois milhões de corações!!!

Alguns podem [...] apenas [lembra] o projeto [...]. [Mas aqui é bom saber da história.] Eu, porém, posso ver muito além. Eu e o companheiro Ulisses, o Fernando Cotta, e tantos outros, estamos vendo o Brasil conhecer o autismo e nunca se falou tanto de autismo [...] [como se fala hoje].

Sua atitude inspirou outras atitudes, caro Senador!

Itaboraí, RJ, foi a primeira cidade brasileira a ter uma lei específica para o autista [...]. [Depois foi] Volta Redonda, RJ, [...], Ponta Grossa, no Paraná [...], Rio Bonito, RJ [...], e Fraiburgo, SC [...].

Como vê, os frutos não param de nascer.

É com grande respeito que lhe presto hoje uma homenagem sincera em nome de dois milhões de brasileiros que não cansam de [...] [lembra] a vitória [da aprovação dessa lei] em plenário!

Quando um homem justo e bom decide fazer algo por seu semelhante, acredita nisso, e conduz seu intento com honestidade e firmeza, garra e determinação, esse homem [e o país vencem] [...], levando assim a vencer todos os que o seguem! Esse homem, Senador Paulo Paim [diz ela], é V. Ex^a, a quem tenho o orgulho de chamar de amigo, depois de tanto tempo em contato lutando por um ideal!

Dediquei grande parte de minha vida aos autistas brasileiros e dedicarei todo o resto dela, enquanto Deus me der vida e saúde. [Palavras delas].



Quero completar apenas com uma frase, caro Senador [que tirei do Hino do seu Rio Grande, Rio Grande que o conduziu para cá inúmeras vezes]: "Que sirvam vossas façanhas de exemplo a toda Terra".

Essa é a história de uma lei!

Abraços fraternos,

Berenice Piana de Piana

Mãe de Dayan, 18 anos, autista.

A lei levou o nome dela: Lei Berenice Piana de Piana

Meu amigo, Senador Telmário, li essa carta e deixo registrada aqui a agenda intensa que fiz pelo Rio Grande, conversando com todos – agricultores, trabalhadores da área privada, servidores públicos.

Estive na região da seca, na região sul do nosso Estado, na região de São Lourenço, onde me relataram a situação em que se encontram. Segundo eles, após essa estiagem, os números chegam a R\$70 milhões de prejuízo, ou seja, 50% do PIB agrícola daquela região.

Eles também falarão sobre a situação total de famílias atingidas, quase 27 mil; famílias sem água, 1.355; produtores rurais de grãos atingidos, 14.500; produtores de tabaco atingidos, 9.950; produtores de leite atingidos, 2.927; produtores fruticultores atingidos, 604; produtores olericultores, 1.464.

Lá foram colocadas diversas soluções. Eu confesso, Sr. Presidente, que na minha fala me somo, claro, a toda a Bancada gaúcha, Deputados Federais e Senadores, que estão também nessa caminhada; mas levantei a possibilidade de uma emenda de Bancada no sentido de atender a essa região, que todos os anos é assolada pela seca, pelo granizo e pelas tempestades, mas principalmente pelo granizo e pela seca.

Fica aqui esse registro.

E registro também que recebi a líder dos agricultores do meu Estado, ligada à Fetraf Sul (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Região Sul), Cleonice Back, que também me atualizou sobre a situação da bacia leiteira e a dificuldade por que eles estão passando.

Sr. Presidente, nestes minutos que me restam, ainda quero falar do desemprego no País.

O desemprego aumenta, Sr. Presidente, de forma assustadora. O índice atingiu 12,6 no trimestre, 13,8 milhões de pessoas desempregadas. Os dados são do próprio IBGE. Os números, Sr. Presidente, conforme o IBGE, são alarmantes, da quantidade de desempregados no setor privado com carteira assinada. Esses, devido à própria reforma trabalhista, são os que mais estão sofrendo, porque pessoas estão sendo demitidas, e outras estão sendo admitidas via terceirização, trabalho intermitente, contrato autônomo exclusivo e o tal de negociado sobre o legislado. Com isso, os dados mostram que a massa salarial cai, o desemprego aumenta; porque, se as pessoas não têm emprego, não têm dinheiro para comprar, o comércio não tem como vender, e as empresas não têm como produzir, porque, se produzirem, não têm onde colocar.

A manchete do jornal *Folha de S.Paulo* da semana passada é a seguinte: "Informalidade ameaça alta do PIB neste ano". E completa: "Renda dos sem carteira assinada é menor e já afeta consumo das famílias". Essa chamada revela que a informalidade está reduzindo a renda das famílias e tem, por consequência, salários mais baixos, com menos direitos, pois é justamente isso que a reforma trabalhista gerou.



Além disso tudo, Sr. Presidente, eu quero aqui lembrar que, na hora de aprovar essa reforma trabalhista, o Governo Temer se comprometeu em vetar os piores artigos, como esse que eu citei e aquele outro que permite, infelizmente, que a mulher trabalhe em área insalubre, penosa e perigosa. Ora, isso prejudica a criança e também a mãe. Por isso, Sr. Presidente, eu estou muito chateado.

O Governo baixou uma medida provisória, que ficou muito longe daquilo em que eles haviam se comprometido, mas até hoje não sabemos sequer quem vai ser o Presidente e quem vai ser o Relator da medida provisória, que vence amanhã. Amanhã encerra o prazo.

Então, não houve veto; não haverá medida provisória. Aqueles sete, oito artigos piores vão ficar exatamente como estão. E quem vai pagar a conta disso vai ser o assalariado brasileiro, porque vai continuar o negociado sobre o legislado, rescisão de contrato feita até por correspondência – não precisa mais sindicato nem advogado acompanhar –, trabalho intermitente, contrato autônomo e mulher trabalhar em área insalubre, para citar alguns exemplos que lembro.

Eu lamento muito porque o Governo deu mais uma vez um calote no povo brasileiro, porque a Medida Provisória 808, de 2017, foi para inglês ver. Fez que apresentou e, ao mesmo tempo, não deixou instalar a comissão, porque até hoje não sabemos quem é o Presidente nem o Relator, e o prazo vai encerrar amanhã. É lamentável que isto venha mais uma vez a acontecer: um calote na sociedade e na sua própria Base, porque ela, quando votou, acreditou que o Governo iria vetar os piores artigos.

Lembro-me do Senador Romero Jucá na tribuna – acho que até ele foi enganado, porque eu vi que ele falava com tanta convicção. Eu vi o seu sorriso aí, que diz: "Não, não, essa não, Senador." Mas, enfim, eu vi o Senador Romero Jucá, da tribuna, ler um documento com a assinatura, inclusive, dos Presidentes das comissões dizendo que aqueles sete artigos seriam vetados. Não foi vetado nenhum. Não foi vetado nenhum!

Presidente, eu quero aqui, ao concluir este trabalho – e dando para o registro todos os meus documentos –, dizer que fiquei muito chateado com um dos documentos.

Olhem aqui: uma moça linda foi eleita na minha querida cidade – é querida a cidade, porque passo muito das minhas férias lá – de Tramandaí. A cidade, num gesto grande, bonito, escolheu para ser a representante da cidade de Tramandaí esta moça linda, Samen dos Santos, para disputar o Miss Rio Grande do Sul; para disputar com todas, democraticamente. Pois ela está sendo covardemente atacada nas redes sociais porque é negra.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E chegam a dizer: "Nunca vi afrodescendente bonita". Chegam a dizer: "Nunca vi uma negra querer ser rainha". A que ponto nós chegamos?

E essas *fake news*, como falamos, são dos covardes que se escondem atrás daquele papel, porque não se fica sabendo quem é; mas a polícia está investigando.

Então, eu quero aqui dar a minha total solidariedade. Não vou repetir tudo aqui com que eles a ofenderam pela internet.

O que é isso? Onde estão as políticas humanitárias?

É aquela pergunta que já alguém fez: que País é este onde querem medir a capacidade de um homem e de uma mulher e a sua própria beleza pela cor da pele? Que País é este?



Na África do Sul, morreu hoje a Winnie Mandela, que foi perseguida quando o Mandela estava no cárcere, porque ela viajou o mundo todo defendendo a liberdade do Mandela. Eu estive na África do Sul, eu conversei com a Winnie Mandela, levei uma carta do povo brasileiro exigindo – foi aprovada no Congresso Constituinte – a libertação de Nelson Mandela. E foi ela quem nos conduziu.

Então, no dia em que poderíamos lembrar aqui Nelson Mandela, poderíamos lembrar Winnie Mandela – Nelson Mandela já morreu, e hoje morreu a Winnie Mandela –; poderíamos lembrar Martin Luther King, um grande religioso, negro, que foi assassinado nos Estados Unidos; poderíamos lembrar aqui Zumbi dos Palmares, um líder que deu a sua vida e criou os quilombos onde eram bem-vindos negros e brancos, mas foi também assassinado; eu ter que vir a tribuna falar desses ataques? E não sabemos de onde vêm essas *fake news*, se são de outros Estados, enfim...

Eu quero aqui deixar toda a minha solidariedade a ela, toda a minha solidariedade à Miss, toda a minha solidariedade a Tramandaí, na certeza de que ela denunciou, e o inquérito policial está acontecendo.

E nós temos de acabar com essa covardia. Chega e fala com as pessoas. Agora, se esconder atrás de *fake news*? Presidente, eu já vi *fake news* sobre V. Ex^a, inclusive, como já existem sobre mim também, o que é um absurdo – um absurdo! Eles não respeitam a história dos homens e das mulheres. Eles discriminam. Eles ofendem. Eles mentem. E, depois, se escondem, se escondem...

É sobre essa covardia que fizeram com essa menina que eu venho à tribuna do Senado falar neste momento. Podem crer que eu sou daqueles que vão durante toda vida combater qualquer tipo de discriminação, combater os preconceitos e vou pregar a liberdade, a democracia, direitos iguais e até o direito de divergir, sim, de opinião, pois isso é natural, não é, meu querido Senador?

Agora, jamais vou concordar que alguém se esconda atrás do instrumento da tal *fake news* para ofender pessoas. Vou te dar um exemplo, Senador, e me permita aqui não concluir.

Na história do Parlamento brasileiro, pode haver muitos Senadores que defenderam os idosos, mas eu tenho tudo documentado. Além, dos 147%, a primeira vez que houve alguém que tivesse aprovado uma lei que garantisse ao servidor... Casualmente é de minha autoria. A lei que substituiu o fator previdenciário 85/95 eu construí com o Tião Viana naquela cadeira ali. Primeiro, para os servidores públicos; depois, ampliamos para os trabalhadores do Regime Geral, garantindo que o trabalhador pudesse se aposentar com 30 anos de contribuição, a mulher, e 35, o homem; com 55 de idade, a mulher e 60, o homem. É lei, é lei.

O Estatuto do Idoso, que V. Ex^a até comentou algumas vezes, é de nossa autoria. A única vez que o idoso ganhou 80% sobre o PIB, fomos nós que construímos aqui na Casa. Esses *fakes* covardes às vezes fazem provocação. Se querem fazer provocação, façam. Eu vou, durante a campanha, mostrar tudo que aprovei. Aprovei, claro. Entre leis que aqui aprovei e outras que como sugestão foram aprovadas no Executivo, pode-se chegar a 100 leis. Eu vou mostrar.

Tudo aquilo, Senador, que eu apesentei como proposta de campanha eleitoral, tudo é lei. Não há uma que eu deixei de aprovar. Há uma que, se não me engano, aprovei aqui no Senado por unanimidade e está na Câmara, mas aqui eu aprovei tudo.

De noventa por cento do meu programa, quando fui candidato ao Senado, tudo é lei. O que não foi aprovado na Câmara aqui eu aprovei: garantir que o aposentado voltasse a receber o



número de salários mínimos que recebia na época em que se aposentou aqui eu aprovei, por unanimidade, e está lá na Câmara dos Deputados.

Então, eu vou fazer um apelo ao Ministro Fux, que está trabalhando muito nesta questão. Não pode o pessoal atacar uma menina como essa só porque ela ganhou na sua região o título de rainha da região e vai concorrer à rainha do Rio Grande do Sul. Vi outro caso no Piauí semelhante a esse, é um caso semelhante. Ela se elegeu rainha do Piauí, Miss Piauí, e aquela disputa o título de Miss Rio Grande do Sul.

Eu, para mim, branco, negro, índio... A beleza das pessoas, a capacidade das pessoas, a honra das pessoas, a ética da pessoa não se mede pela cor da pele, pelo amor de Deus!

Eu vou terminar com uma frase que é do Nelson Mandela. Ele disse um dia: "Como é triste, como é hediondo você querer ensinar uma criança a odiar a outra pela cor da pele." Você chegar para uma criança negra e dizer: "Você não pode gostar dessa porque é branca." Ou chegar para uma criança branca e dizer: "Você não pode gostar dessa criança porque ela é negra." Isso é cruel demais! À medida que ela for crescendo, ela vai entender que mentiram para ela; que os pais mentiram, que lhe contaram mentiras como se fossem verdade. Isso abala qualquer um.

Meu querido Senador, vamos ter eleições. Agora, que o povo decide, mas podem crer que, das causas que me mantiveram no Parlamento até hoje eu não abandono uma. Defenderei sempre brancos, negros, índios, ciganos, trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos. Defenderei sempre as mulheres, como aqui sempre defendi. Defenderei sempre crianças e adolescentes, e vamos ter uma audiência pública amanhã, porque eu quero saber e vou demonstrar lá como se descobre quem são os assassinos da violência contra crianças e adolescentes.

Assassinaram uma menina de sete anos – violentaram-na, estupraram-na e assassinaram-na. Está na cadeia! E aqui virá a polícia do Rio Grande do Sul para dizer como agiu para que isso acontecesse. É preciso que haja exemplos para o Brasil.

Essa luta eu vou travar sempre, sempre, Senador, com muito orgulho, e com homens como V. Ex^a, porque sei que tem também esse compromisso.

Claro que eu luto pelas coisas do Rio Grande, como V. Ex^a luta pelas coisas do seu Estado, mas eu sempre tenho um olhar para as pessoas. Para mim, não importa se é empresário, se é produtor rural, se é trabalhador rural, se é um simples estudante. Todos, para mim, são homens e mulheres. Nós temos que pensar nas pessoas em primeiro lugar, na qualidade de vida de todos.

Eu sempre tive uma relação respeitosa, qualificada, de alto nível, e todos eles sabem, mesmo produtores rurais e mesmo grandes empresários. Tenho orgulho de dizer que, até hoje, sou funcionário do grupo Tramontina. Nunca tive um problema com o grupo Tramontina, desde que lá entrei até sair para ser dirigente sindical. E eles vieram me visitar aqui no Senado. Sempre tive uma relação excelente com as federações de empregados e de empregadores.

Então, aqueles que, em véspera de eleição, começam a atirar pedras, eu diria – pela simbologia, atirar pedras –, na história de cada um não vão conseguir. O povo gaúcho e o povo brasileiro sabem quem é quem. Sabem quem é quem. Sabem quem é a Bancada gaúcha, como atua, como trabalha.

Eu sempre digo: que os melhores voltem, em cada Estado, porque aqueles que mais atuam, que defendem as grandes causas, que voltem. E que haja a renovação daqueles que efetivamente não atenderam a expectativa da nossa gente, do povo gaúcho, do povo brasileiro, porque a lei



que fazemos aqui não é uma lei que vale só para o Rio Grande. Uma lei aprovada aqui influencia a vida de 200 milhões de brasileiros. Por isso, o nosso compromisso é enorme.

Enfim, vida longa ao bom senso. Vida longa àqueles que pregam a paz, a liberdade, a igualdade e a justiça. Vida longa a toda nossa gente. E vida longa à democracia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Paulo Paim, antes que V. Ex^a saia da tribuna, eu quero ser solidário a esse manifesto que V. Ex^a fez com relação ao sucesso dessa moça na região, que foi escolhida na região...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – ... por unanimidade, como a que pudesse vir a disputar a miss do Rio Grande do Sul.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que esse fato que aconteceu com ela e que está acontecendo são fatos isolados. Esse não é o sentimento, jamais, do povo gaúcho. Tenho certeza absoluta disso, até pela eleição de V. Ex^a. Se V. Ex^a é reconduzido aqui há 30 anos, é porque o povo gaúcho não tem, na sua índole, na sua formação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para concordar com V. Ex^a, de seis milhões de votos válidos, eu fiz quatro milhões.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Pronto. Então, essa é a prova mais concreta.

E V. Ex^a tem toda a razão e todo o direito de levantar a voz contra essa minoria, essa exclusão, esses fatos isolados, que acabam maculando toda uma sociedade, toda uma população que, por justiça, não merece isso. O Rio Grande do Sul, por justiça, não merece isso.

Então, eu tenho certeza de que essa menina tem que entender que a vida é uma luta permanente, e a democracia não permite o sossego. E V. Ex^a veio para cá com essa missão. Se existe um Senador aqui que não tem sossego com relação aos cuidados para que a democracia não seja arranhada, não seja ferida, esse Senador se chama Paulo Paim. V. Ex^a é um dos primeiros a chegar aqui e um dos últimos a sair. V. Ex^a faz política com amor. V. Ex^a faz política não olhando, mas vendo. Ver é sentir, e V. Ex^a sente o que as pessoas realmente querem e do que precisam. Como V. Ex^a bem colocou, você não olha a cor, não olha a religião, não olha o estado social; você vê a pessoa e se coloca no lugar dela, e aí sente a problemática dela.

Eu quero sempre louvá-lo, parabenizá-lo e dizer que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – ... V. Ex^a, sem nenhuma dúvida, é um orgulho do Parlamento brasileiro. O Rio Grande do Sul contribui bastante ao colocá-lo aqui, porque V. Ex^a usa esse mandato para defender principalmente aqueles indefesos, os excluídos. V. Ex^a diz aqui que sempre pautou seu trabalho aqui na defesa e que pode provar... E V. Ex^a ainda tem que recorrer a documentos e estar provando isso materialmente, o que é lamentável, mas faz parte um pouco da vida humana. O ser humano sempre está cobrando algum testemunho. Mas o maior testemunho são seus 30 anos, reconhecidos nesta Casa, em defesa do trabalhador brasileiro, do idoso brasileiro, do negro brasileiro, da criança, da mulher, do índio, dos excluídos da sociedade brasileira.



Então, sem nenhuma dúvida, eu tenho orgulho de ter vindo a esta Casa, filho de uma empregada doméstica e de um vaqueiro, e sentar-me aqui do lado de grandes pessoas, de grandes figuras políticas. É verdade que há uns aqui que deveriam estar na cadeia, mas eles estão aqui porque a sociedade os colocou, estão aqui porque alguém os colocou, e nós temos que respeitar isso. Eu sempre digo que eu respeito as urnas. Pode até doer muito. Mas, neste momento de grande cruzada contra a corrupção, quero até apelar nesta nossa fala e dizer para a sociedade brasileira: não vamos esperar que a punição dos corruptos venha só do Judiciário ou só do Ministério Público, não. Vamos fazer a nossa parte! As urnas se aproximam, as eleições se aproximam. Analisem! O passado, o histórico, as propostas... Enfim, a partir daí você toma a sua decisão.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – O povo sofre muito, e isso é bíblico, quando é governado pelos maus. Então, nós temos como selecionar mais.

"Ah, mas a política corrompe!". Não, isso não é verdade. Não é a política que faz ninguém virar ladrão. É quando você vota em ladrão ou em quem tem indícios disso e o coloca na política. O nosso Parlamento não merece ter hoje a imagem tão desgastada que nós temos. Quem erra somos todos nós da sociedade, ao depositarmos o nosso voto nas urnas.

Eu vejo aqui esses servidores do Senado, de prontidão. Eu sempre digo que, se os Senadores correspondessem, Senador Cristovam, à capacidade dos servidores do Senado, eu não teria nenhuma dúvida de que a sociedade brasileira estaria muito mais servida de políticas públicas, com mais celeridade, com interesses individuais sendo banidos e de que o coletivo iria prevalecer.

Portanto, eu quero aqui ser solidário a V. Ex^a nessa manifestação em favor dessa moça e dizer para ela: levante a cabeça, dê a volta por cima. Talvez esse tijolo que colocaram hoje no seu caminho amanhã vai construir a sua vitória. Vá em frente! O Brasil é nosso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! O Senador Cristovam chegou. Quero só lhe dizer que o seu documento foi lido – eu li o seu documento – e que V. Ex^a foi muito aplaudido.

Um dos líderes daquele momento, da primeira vez em que nós iluminamos aqui o prédio com a cor azul, lembrou que V. Ex^a estava lá, eu estava lá, e foi um símbolo da luta em defesa dos autistas.

V. Ex^a foi muito aplaudido embora não estivesse lá.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – O Senador Cristovam tem o hábito de dizer, ele é uma sabedoria em pessoa... Eu digo que, quando chegamos a esta Casa e falamos o nome de Cristovam, é sinônimo de educação; Paim, é sinônimo de proteção ao trabalhador. E assim outros têm essa configuração. Existem uns que são sinônimos da corrupção! Existe tudo isso aqui. Aqui também há essas coisas.

Agora, o Senador Cristovam tem a mania de dizer o seguinte: "A bola tem que ser redonda para todos! No futebol, nasce um craque lá na periferia, lá na várzea, porque a bola é redonda." Por isso que o Senador Cristovam sempre pede: "Vamos fazer da educação brasileira uma bola redonda. Assim, nós vamos ter uma sociedade mais justa, mais igualitária, uma sociedade mais inteligente e com maior desenvolvimento. E nós vamos ter um Parlamento que vai nos orgulhar muito!".



Senador Cristovam com a palavra.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Só para lembrar que o senhor estava falando que o Paim defende trabalhadores, idosos e que eu defendo a educação.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E o senhor defende os índios, sempre está aqui presente na defesa da população indígena no Brasil, o Estado de Roraima, com um vigor que me surpreende, porque eu sei as dificuldades que o senhor enfrenta na política local. Poucos Estados têm uma política tão acirrada e difícil quanto Roraima, e o senhor sempre está na batalha. E agradeço ter lembrado essa metáfora que eu sempre faço com a bola. A bola permite, por ser redonda para todos, que negros e pobres cheguem à Seleção Brasileira de futebol. E a gente não vê intelectuais, não vê doutores, de origem pobre e de origem negra, exatamente porque a escola é quadrada para os pobres desde o início. A gente precisa redondear as escolas, fazer com as escolas o que a gente fez com o futebol: bola redonda para todos. E quero lembrar que, no Brasil, nós corremos o risco, Senador Paim, de perder isso, não porque a bola vai ficar quadrada, mas porque, além da bola, para ser um futebolista, é preciso ter um campo de pelada, e os campos de pelada estão desaparecendo por causa da violência urbana e da especulação urbana, da especulação imobiliária. Agora mesmo, no Rio, uma quadra dessas, em que o povo vai jogar, vai ser transformada em prédios. Uma quadra de um clube desses, bem popular, que tem quase cem anos, vai acabar. E hoje as mães não deixam as crianças irem bater bola nas quadras que ainda existem, com medo de bala perdida, com medo de violência. Então, nossas crianças estão começando a ser impedidas de jogar bola. O que é que vai acontecer? Para ser futebolista, vai ter que ser sócio de um clube, onde vai existir um campo protegido das balas perdidas e da especulação. É como se fosse um condomínio para poder jogar bola. E só vão terminar grandes jogadores aqueles que puderem entrar num campo que pertence a um clube. Agora, quem vai perder com isso? Não só os pobres, não só esses que não vão entrar: o Brasil vai perder, porque milhares e milhares de grandes craques vão deixar de chegar ao desenvolvimento do seu talento, porque não tiveram oportunidade – o que acontece com a educação. Por isso a gente não tem nenhum Prêmio Nobel no Brasil, porque a escola é quadrada para alguns e redonda para outros. É preciso redondear as escolas. E sei que isso é uma luta do Paim, é uma luta do senhor e de todos os que têm o sonho de um Brasil melhor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam. De minha parte, V. Ex^a sempre é muito diplomata. E, toda vez que V. Ex^a fala, pode saber que grande parte do Brasil está ouvindo o seu ensinamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – O Senador Cristovam Buarque vai fazer uso da palavra ou já concluiu com muita sabedoria, o que nos honrou bastante?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Se V. Ex^a me permitir, vou usar a palavra.



O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Então, o Senador Cristovam pode fazer uso da palavra, usar a tribuna.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Telmário, eu creio que, hoje em dia, nós não podemos deixar de falar de temas fundamentais. E eu venho insistir que esses temas fundamentais, por mais que não se veja no primeiro momento, passam pela educação.

Senador Paim, uma das coisas que mais se discute no Brasil e em que menos se percebe a relação com a educação é a taxa de juros. Todos reclamam que o Brasil tem a mais alta taxa de juros do mundo, ou quase a mais alta.

Ultimamente, o Banco Central tem conseguido reduzir substancialmente a taxa de juros chamada Selic. Ou seja, quer a taxa baixa, mas na ponta continua alta. E a maioria reclama, dizendo: "É preciso baixar essa taxa de juros!"

Senador Paim, por incrível que pareça, isso passa também pela educação. Não a educação no sentido da escola, do diploma, mas no sentido da mentalidade, porque a taxa de juros continua tão alta, em primeiro lugar, por causa dos monopólios dos bancos, sem dúvida alguma. Como o Brasil é um país que optou – e, a meu ver, erradamente – por concentrar o sistema bancário em poucos bancos... Em outros países, inclusive os Estados Unidos, o sistema bancário tem muitos bancos, há uma concorrência entre eles, e isso é o que faz baixar a taxa de juros. Mas não é só isso: é uma questão de mentalidade também. Nós temos uma mentalidade... E mentalidade é uma questão de educação.

É preciso dizer que estou falando em educação não no sentido apenas de escola, mas de mentalidade nacional. O Brasil tem uma mentalidade, primeiro, em que não gostamos de poupar. O Brasil tem uma das menores poupanças do mundo, porque nós temos uma altíssima preferência pelo consumo. Os ricos esnobam, desperdiçam; os pobres ganham o suficiente para sobreviver, e não dá para a gente dizer que eles têm preferência pelo consumo; eles têm necessidade de consumir, porque não sobra nada.

Mas até mesmo aqueles que são, logo depois de pobres... Eu acho, Senador Paim, que uma das falhas do idioma português – mas é de muitos outros, pelo que eu procurei saber – é que não há uma palavra para dizer "não pobre". A gente trata como pobre ou como rico. Não, há uma coisa que não é pobre e não é rico. Pois bem: aqueles que deixam de ser pobres, em muitos países do mundo, reservam um pouquinho para poupar. Nós temos, por alguma coisa na mentalidade brasileira, uma preferência muito forte – é assim que dizem os economistas – pelo consumo: não pouparamos; não poupando, é claro que os juros sobem, porque é a poupança que financia os empréstimos. País que poupa pouco, taxas de juros altas, ainda mais se o sistema bancário é monopolizado: há poucos bancos, que não concorrem.

Pois bem: a preferência pelo consumo, em vez da poupança, é uma questão de educação; educação da população, no sentido de mentalidade.

Nós podemos fazer com que o brasileiro tenha uma preferência pela poupança muito mais elevada do que hoje, como tem... Eu nem falo a China, que é exagerada, mas eu falo o Chile. E quase todos os outros países. A população poupa mais do que o Brasil. Esse é um ponto, e tem a ver com a educação.

O segundo ponto é uma certa voracidade que nós temos, no Brasil, pelo consumo. Nós consumimos muito mais do que as rendas permitem. E, para que você consuma mais do que a



renda permite, só há um jeito: pedir emprestado. E, quando muita gente pede emprestado, é natural que os bancos subam a taxa de juros. Até porque, se os bancos fossem estatais, não subiria taxa de juros talvez, mas iria escolher quem receberia o empréstimo, porque não daria para todos.

Então, a ideia, a mente de que é possível você reduzir a voracidade do consumo é uma questão de educação, desde a criança.

Hoje, a palavra "austeridade" ficou até como um palavrão no Brasil.

Austeridade é uma coisa que, quando eu era menino, era vista como de cristãos. Os cristãos são austeros – ou os comunistas também. Os livros mostravam, na literatura, a austeridade daqueles militantes socialistas, comunistas, e dos cristãos. Hoje, a austeridade é vista como uma coisa negativa. Isso é uma questão de educação também.

Um país pode ter uma mentalidade mais ou menos consumista, mais ou menos austera. E, se a gente consegue aumentar a poupança e reduzir a voracidade do consumo, a taxa de juros cai. Sem isso, não vai cair.

Então, veja como uma coisa que não parece ter relação com a educação tem a ver com a educação: a taxa de juros.

Agora, vamos trazer outro problema para o Brasil, que as pessoas costumam dizer que é verdade: temos a maior concentração de renda ou quase a maior concentração de renda. Nenhum país é tão perverso, salvo pouquíssimos, na concentração maldita da renda.

Como é que se distribui renda? Não pode ser de helicóptero, jogando-se dinheiro. Não pode ser através da simples distribuição de bolsas, porque aí se distribui apenas um pouquinho, para tirar as pessoas da miséria, como a gente conseguiu no Brasil, com o Bolsa Escola, que se transformou em Bolsa Família. Eu falo em uma distribuição real, como têm os países europeus, em que a desigualdade entre o que mais recebe e o que menos recebe é pequena.

Como é que a gente consegue isso? Só garantindo que a educação seja igual para todos. Não há outro jeito. Mas não é que há outro jeito e a gente deveria escolher esse. Não. É que não há outra maneira de distribuir renda, a não ser distribuindo antes a educação. Mas custa às pessoas achar que a educação é a solução.

Mas há outra coisa antes disso: só se distribui renda que existe. E como é que se gera renda num país? Através da capacidade de cada pessoa produzir. Quando todos produzem, o país tem o que se chama uma renda nacional elevada, um PIB alto. É aí que a gente vai poder distribuir. Sem uma renda alta, não se distribui renda, a não ser que se distribua a pobreza de todos.

Como é que se aumenta a renda de um país? Não há outro jeito, a não ser aumentando-se o que se chama a capacidade de cada pessoa produzir. Como é que se consegue aumentar a capacidade de uma pessoa produzir? Educação.

Claro que se precisa das ferramentas, que se precisa do capital, que se precisa do investimento. Mas não adianta dar ferramenta para quem não sabe usar. E você aprende a usar uma ferramenta por meio da educação.

Antigamente, dava para ensinar a usar uma ferramenta sem necessidade de grande educação. Um africano vinha como escravo para o Brasil, descia no porto, do navio negreiro, recebia uma enxada, e já começava a produzir através daquela enxada. Não precisava de uma educação maior do que alguém dizer como fazer.

Hoje, as ferramentas são sofisticadas, as ferramentas são computadorizadas; as máquinas, diferentemente da enxada, ficaram inteligentes. O trabalhador precisa conversar com a máquina



inteligente, e isso só se consegue por meio da educação da criança, que depois se transforma em um trabalhador adulto.

E tem mais: hoje um país não cresce, não enriquece, no conjunto, se não for capaz de inventar coisas novas, se não tiver criatividade, se não for capaz de inventar produtos. E a invenção, a criatividade, vem da ciência, que vem da educação.

Isso é apenas para mostrar, Senador Medeiros, que, quando alguns falam – e eu também – que a educação não resolve tudo... Mas nada se resolve sem educação. Quando nós dizemos isso, a realidade mostra. Mas alguns dizem: "Esses caras só falam em educação." Não. Falam no resto, mas não deixam de dizer que sem a educação não há solução.

Não basta educar, mas não há saída sem educar. Sem o resto, a educação não fertiliza o país. Mas pode ter todo o resto; sem a educação, não haverá fertilização. O Brasil não será um País rico, um País desenvolvido, um País justo, um País civilizado, e até mesmo um País seguro, porque sem polícia não se tem segurança, mas, sem educação, a violência cresce mais rapidamente do que tudo o que a gente fizer com a polícia, que é o que vem acontecendo no Brasil: mais cadeias, mais polícia, mais armas, até intervenção do Exército, como a gente vê no Rio. E vai ter que fazer nas outras cidades, e não vai adiantar.

Não vai adiantar, enquanto não fizermos a intervenção na educação; a intervenção federal na educação, para quebrar a desigualdade educacional, que vem da desigualdade de renda dos Municípios, que não são capazes de dar uma boa educação para suas crianças, porque eles, os Municípios, são pobres.

Então, Senador Medeiros, não há como resolver os problemas só com educação, mas não há como resolver nenhum dos problemas brasileiros sem uma revolução educacional que garanta com que nossas escolas tenham a qualidade das escolas dos melhores países do mundo e que a escola do mais pobre seja tão boa quanto a escola do mais rico.

Como dizia pouco antes, no debate com o Senador Paim, se nós não redondearmos as escolas todas do Brasil, se nós deixarmos que, no Brasil, algumas escolas sejam redondas e outras sejam quadradas, no sentido de umas boas e outras ruins, sempre aqueles que vão para as escolas ruins ficarão para trás.

O futebol é um exemplo de que a bola, sendo redonda para todos, são os melhores que chegam à seleção. Não são os mais ricos, não são os mais brancos, também não são os mais negros nem os mais pobres. São os que têm mais talento. Mas o talento só se manifesta se a criança tiver acesso à bola no futebol. O talento só se manifesta na ciência se a criança tiver acesso desde pequena à educação. Tudo, Senador, passa pela educação.

Lamentavelmente há uma coisa também que passa pela educação: é o povo, os eleitores acreditarem que tudo passa pela educação. E aí é que vem o que se chama a dificuldade. É que, para termos boa educação para todos, é preciso que o eleitor tenha educação. E ficamos nessa contradição, que aprisiona o Brasil há cinco séculos. Não damos boa educação, e por isso não damos boa educação. Para dar boa educação, é preciso que o eleitor já tenha boa educação e queira boa educação. Essa dificuldade, esse paradoxo – é assim que chama o negativo – é que impede o avanço no Brasil.

Mas felizmente está havendo um despertar, Senador Medeiros. Uma das redes de televisão do Brasil vem fazendo uma consulta, pedindo às pessoas que gravem no celular o que querem para o Brasil. Todos os brasileiros devem estar assistindo a isso. Todos os dias estão nos mostrando pessoas das mais diversas cidades brasileiras dizendo: "Eu quero para o Brasil..." E



todos põem a educação. Não há um que não ponha educação, praticamente. Eles querem meio ambiente; eles querem cultura; honestidade é outra coisa que eles estão pedindo muito. Mas educação aparece na vontade de cada um. Há um despertar nesse sentido.

Pena – e aí eu concluo, Senador Medeiros – que aparentemente nossos candidatos a Presidente não estão despertando para isso. Você não vê os discursos dos candidatos, ou pré-candidatos, como se diz, falando em educação. A diferença é que o povo tem direito a pedir educação, mas o candidato a Presidente tem obrigação de dizer como vai fazer, quanto custa e de onde tira o dinheiro para fazer essa revolução que o Brasil precisa. E nós não temos assistido a candidatos a Presidente – e olhe que candidato a Presidente é o que o Brasil mais tem hoje, uma quantidade surpreendente de candidatos – falando em educação. A gente não os vê dizendo como fazer, quanto vai custar, de onde vai tirar o dinheiro, e pedindo voto para isso.

Como temos ainda seis meses pela frente, é possível que surja um candidato que traga essa dimensão do problema brasileiro, a dimensão educacional, que o povo está entendendo, e os políticos estão ficando para trás. Talvez então, Senador, a questão seja educar os políticos, porque os eleitores, esses já estão se educando.

Era isso, Senador Medeiros, a quem agradeço a Presidência.

(Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

(Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a, como sempre, sendo um atalaia deste País no que concerne à educação brasileira.

Passo a Presidência da Mesa e desta sessão agora para V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

(O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Com a palavra o Senador Medeiros, nobre representante do Mato Grosso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a abrilhanta este Senado. É um orgulho estar aqui nesta mesma legislatura, representando o Estado de Mato Grosso, com V. Ex^a aqui nesta Casa, a qual já teve brilhantes brasileiros como Darcy Ribeiro, Rui Barbosa, Afonso Arinos e tantos outros.

Senador Cristovam, V. Ex^a mais uma vez traz à tribuna do Senado a preocupação com a educação, que é uma preocupação que tem reflexo em todo o País, principalmente num dos aspectos que mais preocupa os cidadãos brasileiros agora que é a segurança pública. De repente, as pessoas que estão nos ouvindo e assistindo agora, perguntam: "Medeiros, o que tem a ver segurança com educação?" E eu digo: "Tudo, tudo mesmo". Quando falamos de educação, isso tem implicação na questão da igualdade. Sempre estamos tocando nos debates, nas comissões



sobre a questão da desigualdade social: isso passa pela educação. Tratamos aqui nos debates sobre a violência pública: isso tem a ver também com educação. Então, V. Ex^a constantemente bate nessa tecla e faz, da tribuna, como se fosse um pingo d'água. Mas V. Ex^a está correto porque a educação é a base de tudo.

Eu passei a ter mais certeza de que V. Ex^a estava correto quando tive a oportunidade de fazer um curso pelo Senado Federal, na Universidade de Harvard, em 2015. O curso era sobre primeira infância. Confesso que saí daqui do Senado pensando que ia perder tempo, porque já fiz duas faculdades e, durante esse tempo, tive a oportunidade de fazer vários cursos de extensão, boa parte dos quais foi uma grande perda de tempo. O aluno fazia 10 horas, e no diploma constavam 40 horas – diziam que serviam para contar ponto se eu fosse dar aula em algum lugar. Está bem!

Quando me convidaram a fazer o curso, eu confesso que fui mais para conhecer a Universidade de Harvard – não a conhecia. Mas tive uma surpresa muito agradável. O corpo docente era de neurologistas, cientistas de primeira linha tratando do tema educação na primeira infância. E do que se tratava esse tema? Para quem está nos assistindo, o que é primeira infância? É aquele período que vai da concepção da criança no útero da mãe até os seis anos de idade. Esse é um momento muito importante na vida do ser humano. É o momento em que está se formando, se desenvolvendo o cérebro, em que está se formando a sinapse, os axônios. É quando o cérebro aprende tudo, até a enxergar, a ouvir.

Só para vocês terem uma ideia, um dos cientistas que ali estava palestrando disse que, se um ser humano, ao nascer, for colocado imediatamente num quarto escuro e se depois de seis meses, que é o tempo que o cérebro tem para aprender a enxergar, ele não receber nenhum estímulo visual, nenhum estímulo de luz, esse ser humano vai ficar cego para o resto da vida. O mesmo ocorre com a audição e com todos os outros estímulos, o aprendizado e tudo mais.

Logo, se uma criança não for bem estimulada durante a sua concepção até os seis anos de idade – mas principalmente durante os primeiros mil dias –, ela vai ser uma criança que vai ter dificuldades, inclusive no seu aprendizado, porque o cérebro não vai saber aprender. É isso! Se essa criança não foi devidamente estimulada, se ela foi negligenciada, se ela foi colocada em um ambiente de um estresse permanentemente crônico, ela vai ser uma criança que enfrentará dificuldades. E, quando ela for começar a estudar, já vai começar em condições de desigualdade com seus coleguinhas. Portanto, é como se você colocasse numa corrida alguém com um fusca e alguém com uma Ferrari.

Então, Senador Cristovam, já começa aí a desigualdade, porque, em breve, essa criança, provavelmente, vai verificar que não consegue acompanhar as outras crianças, e aí vem a evasão escolar – as consequências que advêm de tudo isso.

Portanto, essa cruzada do Senador Cristovam aqui deve ser desde o útero. É importante que o Estado observe a criança desde o útero.

"Ó, Medeiros, vamos ler o ABC, vamos falar com a criança lá na barriga da mãe?" Veja bem, caminham os estudos científicos justamente não para ficar alfabetizando a criança no útero da mãe, mas para que haja cuidados com esse cérebro desde o útero, sim, para que a mãe não entre em drogadição, com alcoolismo, para que ela se preserve. E, para isso, países do mundo inteiro – Colômbia, Canadá, Inglaterra, França, Estados Unidos –, as grandes nações já descobriram que é preciso visitação semanal às mães nas comunidades de alta vulnerabilidade. Como é que está o psicológico da mãe? – porque isso afeta a criança. Como é que está o



relacionamento dela em casa? – porque isso tem um reflexo na criança. Como é que está o pós-parto? Houve depressão pós-parto? – isso tem reflexos na criança, porque uma mãe que está em depressão pós-parto tende a tratar seu filho como se fosse uma planta, Senador Cristovam; ela dá para o filho água e comida, e não é por mal, pois ela está doente. O Estado já manda quantos agentes às casas das pessoas? Há o agente comunitário de saúde, há o agente da dengue. Então, por que não agregar essas políticas públicas todas e não tornar esses agentes capacitados para verificar como é que estão essas mães? Isso tem um ganho inimaginável na qualidade de vida daqueles futuros adultos.

Sempre que falo desse assunto, euuento aquela história que o Senador Cristovam Buarque falou aqui, da carta que ele escreveu ao Presidente Lula sobre as crianças que assistiram ao pouso forçado do helicóptero do Presidente Lula lá em Pernambuco. Porque é justamente a descrição do que acontece com as crianças brasileiras: se você cuidar, o futuro vai ser um; se você não cuidar, o futuro vai ser outro, totalmente negativo.

Por isso é que eu tenho lutado aqui para que esse programa que o Governo criou agora – Criança Feliz – não fique um programa de Governo, que ele não fique com o carimbo do Governo Michel Temer: que ele possa se tornar um programa de Estado; que ele possa evoluir como o principal e o mais importante programa de segurança pública e de educação no Brasil, para que a gente possa, principalmente, em vez de mandar R\$1 bilhão para a intervenção federal no Rio, mandar R\$1 bilhão para a intervenção federal na educação das crianças, Senador Cristovam. Nós estamos mandando agora R\$1 bilhão para aquela intervenção federal, para enxugarmos gelo ali.

Eu fiz uma pergunta a um dos cientistas e fiquei pasmo. Eu perguntei para um dos cientistas de Harvard o que eles fazem lá nos Estados Unidos e nos outros países com um adolescente ou um jovem que já está na delinquência, que já está na drogadição, que já está assaltando. O que se faz para recuperar? Como se dá a recuperação? Ele foi – eu achei – muito duro. Ele falou: "Não se dá a recuperação. Não se dá mais. Nos moldes que esperamos, não". Ele pode, através da religião, lá na cadeia, através de muito gasto, se o Estado puser, ter um certo nível de recuperação; através de muito empenho da família, ele pode ter um certo nível de recuperação. Mas aquele cérebro não vai ter recuperação porque não é questão de recuperar: é porque ele não se formou da forma que tinha que ter se formado. Ele não se desenvolveu da forma que tinha que ter se desenvolvido. Então, não se trata de recuperar. Você não recupera um fusca. O que se está querendo é transformar um fusca numa Ferrari. E não se faz isso. Portanto, nós estamos falando de coisas muito complexas.

Esse não era o tema que eu ia falar hoje aqui, mas, diante da fala do Senador Cristovam, resolvi tratar desse tema aqui. Por quê? Porque é a base de tudo. É a base, inclusive, dos políticos, da política, da nossa base social. E as pessoas reclamam muito do nosso Parlamento, colocando que ele é o suprassumo do zero à esquerda. Mas lembremos que este Parlamento não vem de Marte, não vem de Plutão, não vem de outro planeta, Senador Elmano Férrer: este Parlamento é a essência, o suprassumo da sociedade. Só há um jeito de a gente mudar este Parlamento; só há um jeito de a gente mudar este Parlamento; só há um jeito de a gente crescer o nível dos debates; só há um jeito de a gente mudar a nossa Corte suprema: está na educação, mas a educação desde o início – desde o início.

Eu me preocupo, porque, vejam bem, esta semana, no meu Estado, a Unemat, a universidade estadual, começou um curso para discutir o golpe de 2016. E que discutam o golpe



de 2016! Mas eu fiquei pensando e me lembrando de uma inquietação que o Senador Cristovam deixou lá em Mato Grosso e que não para de martelar a minha cabeça. E eu creio que deveria martelar a cabeça dos mato-grossenses.

Certa feita, ele foi lá, e todo o mundo estava batendo palmas para a grande produção de Mato Grosso, para a grande produção de *commodities*. E realmente Mato Grosso é um exemplo nacional, Senador Elmano Férrer: maior produtor de soja, maior produtor de milho, maior produtor de milho de pipoca, maior produtor de girassol, maior rebanho do País. De tudo o que o senhor pensar em termos de produção, Mato Grosso é o maior neste momento. E o Senador Cristovam, no dia em que estava lá – estávamos lançando a pré-candidatura do Senador Pedro Taques ao Governo do Estado –, no meio daquela euforia, subiu com desagradável pessimismo e disse: "Vocês não esqueçam que Olinda já foi um grande centro econômico, que o Vale do Paraíba já foi um grande centro econômico, que Ilhéus já foi um grande centro econômico. E o que essas cidades são hoje?" Ele disse: "Olinda hoje é lembrada pelos bonecos de Olinda." Falou: "Vocês não se esqueçam de que a África tem um clima muito parecido com o de vocês e de que só falta uma coisa para que eles possam produzir com o mesmo sucesso: conhecimento. Então, no momento em que eles dominarem a tecnologia do plantio, eles vão produzir, têm espaço para isso. E existe um detalhe para o qual vocês devem atentar: a África está na metade do caminho entre vocês e o principal comprador de vocês, que é a China." E deixou aquela pergunta inquietante: "De quem a China vai comprar? De Mato Grosso ou da África? Portanto, vocês precisam se preocupar em produzir conhecimento. Vocês precisam se preocupar com educação."

Eu, desde então, tenho me preocupado. Tenho me preocupado não só com Mato Grosso, Senador Elmano Férrer; eu tenho me preocupado com o Brasil. Os debates aqui e na Câmara, vizinha, não são muito promissores no que se refere ao rumo deste País. Para onde nós estamos indo?

Semana passada, nós passamos aqui – boa parte do Parlamento – discutindo aquela... O que eu posso dizer daquilo? Aquela encenação dos tiros nos ônibus, de dois tiros que apareceram num ônibus de uma carreata aí do Partido dos Trabalhadores. E os assuntos não têm sido muito grandes.

E eu fico pensando... V. Ex^a, que foi funcionário público por muitos anos e acompanhou a história deste País, sabe que os nossos concorrentes estão a passos largos, produzindo conhecimento de toda a sorte. Há o Vale do Silício, nos Estados Unidos, e por aí vão tantos outros, França, Inglaterra, Alemanha... E nós aqui estamos discutindo o quê? O que nós estamos produzindo? A nossa academia está fazendo o quê?

E aí eu volto à Unemat, lá em Mato Grosso. Na Universidade do Estado de Mato Grosso, alguns professores estão preocupados em discutir o golpe de 2016. Eu me preocupo muito com isto, em saber que o dinheiro do povo de Mato Grosso está sendo destinado para esse tipo de coisa. Preocupa-me muito, porque Mato Grosso precisa produzir conhecimento, e boa parte da academia está lá preocupada com essas quizilas, com essas filigranas, com esses fuxicos de menor importância. Quando você vai ver com que a nossa academia está preocupada, Senador Elmano Férrer, boa parte dela não está preocupada em produzir conhecimento de qualidade. Boa parte dela está preocupada em fazer teses para discutir o cheiro das bromélias. Não que as bromélias não sejam importantes, mas eu me preocupo com isso.

Então, esse é um tema em que a gente precisa se aprofundar aqui, no Senado Federal brasileiro.



Eu me preocupo com o Estado de Mato Grosso, porque temos neste momento, por exemplo, 58 Municípios em torno da Bacia do Pantanal, Senador Elmano Férrer, que jogam diretamente no Pantanal detritos *in natura*, esgoto dentro do Pantanal. Essa é uma preocupação. O que é o Pantanal? Uma riqueza imensurável. E aqui, quando vem o debate sobre Pantanal e Amazonas, eu vejo a ira santa: "Não se pode produzir nada perto." Não se pode produzir nada, Senador Raimundo Lira. Não se pode produzir, não se pode abrir uma estrada perto do Amazonas. "Isso é um tesouro, isso é a mais linda pérola da natureza que o Brasil tem." Parabéns! Bacana... E dá-lhe esgoto dentro do Amazonas; dá-lhe esgoto dentro do Pantanal. E você não vê a preocupação desses defensores do Amazonas. Quando se tenta fazer uma estrada para se desenvolver a região, 500 aparecem com ira santa, exigindo mil licenças, Senador Elmano Férrer; mas não há a mínima preocupação em dotar os Municípios para que possam ter o tratamento de esgoto.

Cito, por exemplo, Cáceres, uma cidade histórica do Brasil. Cáceres precisa de um sistema de esgoto.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Barão de Melgaço precisa de um sistema de esgoto; Nobres, toda a baixada cuiabana... E quantos Municípios do Amazonas não precisam?

Fala-se desse debate? Não. Então, nós precisamos falar de grandes temas aqui, no Senado Federal.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Elmano Férrer.

O Sr. Elmano Férrer (PMDB - PI) – Nobre Senador José Medeiros, quando V. Ex^a se refere a conhecimentos, educação e falou da África, eu queria consubstanciar o que V. Ex^a está dizendo dessa tribuna. Recordo que, em 1983, juntamente com dois outros colegas da Embrapa à época, fomos ao Senegal e ao Mali, na África, inclusive dois países que àquela época tinham um acordo de cooperação internacional com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico na área da agricultura. E vimos o esforço daquele país há mais de 30 anos, 35 anos exatamente. De lá, fomos até o Semiárido da Índia, que mantinha outro acordo de cooperação técnica com o Icrisat. Gerdat, na França; Icrisat, na Inglaterra – uma instituição de pesquisa inglesa que mantinha um acordo de cooperação técnico-científica com o Governo da Índia. E vi aquele esforço concentrado dos dois países com vistas ao avanço da tecnologia, sobretudo para a pequena agricultura. E também, nós outros, aqui no Brasil, através da Embrapa, fazíamos um grande esforço de inovação tecnológica, especialmente na área do Estado que V. Ex^a representa. Eram os dois Estados de Mato Grosso, que, me parece, à época eram um só. Mas nós avançamos muito mais do que a Índia e esses dois países da África que nós visitamos. E é preciso que nós ressaltamos aqui o esforço, o avanço do Brasil, através de suas instituições de pesquisa, não só das universidades, mas, ressalto aqui, do agronegócio, o avanço que a Embrapa deu a este País e o que nós representamos hoje no contexto da produção de grãos, de carne, enfim, de uma série de produtos originários do agronegócio. Eu não assisti ao pronunciamento do nobre Senador Cristovam Buarque, mas V. Ex^a tem muita razão: é realmente através da educação, da geração de conhecimento, não só do conhecimento geral, mas, sobretudo, do conhecimento científico e tecnológico, que nós temos avançado muito em nosso País. Queria aproveitar a oportunidade: enquanto temos esse dividendo muito grande com a comunidade



científica do Brasil, começam a faltar recursos para a ciência e para a tecnologia. Daí por que creio que procede a ideia do debate, como V. Ex^a está sugerindo aqui, de grandes temas nacionais. Procede a questão que V. Ex^a levanta, no momento em que, nos nossos orçamentos, de ano para ano, vêm realmente diminuindo cada vez mais os recursos necessários ao investimento na ciência, na pesquisa e na geração de novas tecnologias. Então, eu queria me somar ao pronunciamento de V. Ex^a e dizer que esse tema é da mais alta relevância para o nosso País.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Com a palavra o Senador Raimundo Lira.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Senador José Medeiros, estamos aqui diante do nosso Presidente Cristovam, que é um professor, economista renomado, e, portanto, os assuntos de que vou falar talvez sejam assuntos simples, mas que são debatidos no meio acadêmico de que V. Ex^a tanto gosta, Senador José Medeiros.

(Soa a campainha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Já está mais do que provado que um país, para entrar no clube dos países plenamente desenvolvidos, precisa ter, primeiro, educação de qualidade, que é o que o Senador Cristovam Buarque vem defendendo todos esses anos, e, segundo, condições, qualidade de produção, ciência e tecnologia para exportar. Só a exportação traz riqueza para o país, e a capacidade de exportação é uma decorrência da capacidade de se fazer pesquisa, de se desenvolver, de se registrar o maior número possível de marcas e patentes. O exemplo mais recente é a Coreia do Sul, que, há poucos anos, era um país muito pobre em relação ao Brasil. Então, o assunto que V. Ex^a hoje aborda é de extrema importância, e a história tem mostrado que não existe nenhum país que seja rico hoje cujo enriquecimento não tenha sido decorrente de ciclos econômicos. Nós tivemos, no Nordeste brasileiro, o ciclo da cana-de-açúcar. Era a região mais rica do País, e hoje é a região mais pobre do País. Nós tivemos, em São Paulo, o ciclo do café, mas o enriquecimento de São Paulo só foi possível porque os italianos imigrantes foram para o Estado de São Paulo como trabalhadores do café e levaram a mentalidade e a cultura da industrialização. O Haiti, que é o país mais pobre do continente, já foi o maior exportador de cana do mundo. O Haiti, no tempo da dominação francesa, com tecnologia francesa, era o país que mais exportava açúcar, que sempre foi uma *commodity* de grande valor. Isso mostra claramente, Senador José Medeiros, o que V. Ex^a está dizendo: só o conhecimento dá uma riqueza permanente para o país. Portanto, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, mais uma vez rememorando essa grande questão que nós temos abordado praticamente nas últimas gerações, que é a da criação e do fortalecimento da educação de qualidade. E nós não temos, no momento, essa expectativa, pelo menos em curto ou médio prazo, de que o Brasil venha a ter uma educação de qualidade suficiente para colocar o nosso País no clube dos países plenamente desenvolvidos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira. Muito obrigado, Senador Elmano Férrer.

Senador Elmano Férrer, V. Ex^a trouxe à lume e fez justiça a uma das grandes instituições brasileiras, que é a Embrapa, e que, realmente, produziu conhecimento e conhecimento de qualidade. E serve de farol para a nossa Academia. A nossa Academia precisa se aproximar mais do País. E quando eu digo se aproximar mais do País, é justamente isto que o Senador



Raimundo Lira está dizendo. Senador Reguffe, nós precisamos começar a ser mais práticos nas nossas produções de conhecimento.

O senhor veja, o Senador Raimundo Lira disse agora há pouco que, para um país, realmente, produzir riqueza, produzir o seu enriquecimento, é preciso exportar; e para exportar é preciso criar patentes, é preciso licenciar produtos. E como nós vamos fazer isso, Senador Elmano Férrer, se aqui no Brasil a média, por baixo, são onze anos para se registrar uma patente?

Esse telefone aqui quando saiu foi em torno de 200 patentes que foram feitas para poder se chegar ao produto final.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Se fosse aqui no Brasil, ia demorar 2 mil anos para se poder fazer o iPhone. Então, nós, realmente, precisamos avançar muito.

Eu finalizo dizendo o seguinte...

Aproveito para comemorar que, semana passada, foi sancionada a criação de mais uma universidade federal em Mato Grosso – e aqui está presente o Senador Wellington Fagundes, que muito lutou pela criação dessa universidade –, na minha cidade, Rondonópolis.

Mas eu faço aqui este registro para que não só as universidades, não só a Academia do Estado de Mato Grosso, mas as do Brasil inteiro possam fazer uma reflexão. Chega de brincar! O que estão fazendo todo dia ao abrir esses cursos, Senador Reguffe... "Ah, é um curso para fazer represália contra o partido tal...". Vamos deixar de partidarizar o ensino, vamos produzir conhecimento.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Entristece-me quando eu vejo a universidade do meu Estado partidarizando o ensino, dizendo que está criando curso para discutir o golpe. Faça essa discussão na praça. Vamos fazer um caixote, discuta o que quiser na praça. Mas, por favor, não tome tempo dos alunos com essas bobeiras.

Então, o que nós precisamos é de conhecimento e conhecimento que traga resultados ao nosso País. Enquanto ficam discutindo essas filigranas, o País está aí no atraso. E o que essa Bancada do atraso, essa Bancada do retrocesso querem é isto: um País atrasado, um País manietado.

Porque, sinceramente, Senador Elmano Férrer, nós podemos pegar boa parte do Parlamento, do mandato dessas pessoas, do primeiro ao último dia, e observar que não discutem o País; discutem coisas e pessoas o tempo todo. Fazer o quê? Nós temos isso aqui. Faz parte do Parlamento. Eles não querem um País desenvolvido, querem um País coitado, querem um País pequeno, porque um país pequeno, com pessoas pequenas, com pessoas sem instrução, é fácil de manietar, é fácil de conduzir; é o rebanho tranquilo de ir na manada. Já um povo culto é um povo que sabe escolher seus representantes, e, geralmente, essas pessoas que estão aí, nesses partidos, hoje, são pessoas que vão para faculdades e passam boa parte do tempo deitados nos



DCEs. Eles não fazem cursos de ponta – geralmente eles escolhem os cursos bem fáceis, que não têm concorrência. Para quê? Passam sete, oito anos nos corredores das universidades...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... fazendo aquelas políticas. E depois fazem o quê? Vão para dentro dos movimentos dos sem teto, dos sem terra e passam a ser intelectuais, que não são, que não conseguiram ser dentro da academia, mas passam a ser no meio daquelas pessoas simples. E de repente passam a ditar regras, e de repente se elegem a um cargo, Senador Reguffe, e passam a querer ditar regras. E o País vai ficando do tamanho dessas pessoas. É isso que elas querem! Porque, se deixar que o País avance, não conseguirão governar, não conseguirão se eleger, porque não estudaram para isso, não têm conteúdo para isso, não têm condições de governar um país.

O futuro que essas pessoas propõem é o que está acontecendo na Venezuela. Enquanto há dinheiro no caixa, as coisas funcionam muito bem. Essas pessoas que estão tentando voltar ao poder, Senador Elmano Férrer, funcionam tipo aquele filho que não quis estudar e que ganhou uma boa herança do pai. Enquanto o dinheiro do pai está existindo, ele está bem; quando acaba, a derrocada é feia. É o que nós estamos vendo. Roraima está cheia de pessoas que estão fugindo desse regime.

E quando eles não conseguem, quando acaba o dinheiro, aí passam a querer governar pela força. Veja a incoerência! Eles dizem que defendem a democracia aqui, Senador Raimundo Lira, mas defendem uma democracia aqui e querem uma ditadura na Venezuela, defendem uma ditadura na Angola, defendem uma ditadura em Cuba... Há uma incoerência nos discursos dessas pessoas. Querem o direito livre de ir e vir para as caravanas do Lula, mas o senhor sabe muito bem que eles nunca se importaram de impedir os brasileiros de andarem, fazendo barricadas, tocando fogo em pneus, apedrejando ônibus, jogando ovo nas pessoas...

Ovo no Dória é manifestação legítima! Ovo no Lula é fascismo!

Ovo no Covas... Jogavam ovo no Covas, no finado Covas! Normal! Manifestação das pessoas! Ovo no Lula é fascismo!

Não venham dizer: "Ah, Medeiros, você está apoando a violência contra o Lula!". Não, não estou apoando violência contra o Lula, não.

"Ah, porque teve tiro...". Teve tiro no ônibus do Lula coisa nenhuma. Trabalhei vinte anos, Senador Elmano Férrer, na Polícia. Eu sei muito bem o que é um tiro num carro em movimento e sei muito bem o que é um tiro num carro parado.

Aquele tiro lá foi em um carro paradíssimo. Você vê o ângulo, o ângulo em que a munição entrou. Tiro num carro em movimento fica um risco.

Então não me venham... Se investigarem aquilo, vai dar cadeia para muita gente!

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Então, finalizando mesmo, eu digo o seguinte. Aqui no Brasil a gente precisa é de subir o debate, subir o nível, porque os brasileiros estão muito cansados.

Esta semana eles estão vindo aqui para Brasília. Estão vindo aqui para Brasília, Senador Elmano Férrer, porque aqui, a partir do momento em que a lei começou a virar para essas pessoas, começaram a criar uma outra lei, um outro ordenamento jurídico. E é essa incoerência! Por exemplo, o PMDB agora é o Partido do retrocesso, é o Partido do atraso, mas durante treze



anos foi o Partido da governabilidade. Servia para ajudar o PT governar, mas agora é o Partido do retrocesso.

A lei tinha que ser assim: combater a corrupção, melhorar a vida do povo. Era justiça para todo mundo, funcionário público não podia nem olhar torto que estava... Todo ano, o Lula colocava, no seu governo, a lista... A Controladoria-Geral da União: "Mandamos mil e tantos servidores embora, prendemos não sei quantos servidores." Enquanto o pau era em cima do Barnabé, valia condenação em primeira instância. Só foi chegar aos petistas e não vale mais. "A Constituição diz que não pode." Conversa fiada. Pegue o artigo da Constituição, ele não fala em nada de prisão. Lá não diz nada de prisão. Podem ler o artigo, lá não diz nada de prisão.

Desde 1941, a tradição sempre foi que, na segunda instância, você já começava a responder. Num caso ou outro, o sujeito ainda conseguia. Mudou-se o entendimento em 2009. Depois veio o STF, em 2016, e falou: "Não, é segunda instância." Agora, como o Lula está à beira das grades, tem que mudar. E está envergonhando...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Nossa Corte está virando quase uma corte bolivariana.

O povo está indo para as ruas no dia 3. Então, o que eu peço aqui é que as pessoas possam se manifestar, mas venham com tranquilidade como naquelas movimentações. Eles quebraram toda a Esplanada dos Ministérios, mas, se vocês olharem torto para qualquer um, vão chamá-los de fascistas. Então, venham em paz, sem quebra-deira, sem fazer nenhum ato que possa ser interpretado como violência, porque é o que eles querem. Tudo o que essas pessoas querem, neste momento, é um cadáver. De tudo o que eles precisam, agora neste momento, é um cadáver. Não nos deixemos pegar nas armadilhas dessa gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Medeiros.

Peço agora ao Senador Wellington Fagundes que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

(O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Fagundes.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Com a palavra o Senador da República Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, esta Casa tem que se debruçar sobre alguns projetos na área de defesa do consumidor. É importante nós aprimorarmos a legislação brasileira no tocante à defesa do consumidor.

Esse é um tema que, às vezes, fica solto e, às vezes, não é tratado da forma devida. E é papel, sim, do Senado Federal, do Poder Legislativo brasileiro, tratar esse assunto com o



carinho e com a atenção que ele merece. É importante que esta Casa faça realmente uma pauta de projetos em defesa do consumidor brasileiro.

Há alguns projetos importantes tramitando – alguns, inclusive, são de minha autoria –, dos quais eu destaco, Sr. Presidente, o PLS 378, de 2015, que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura básica e consumo mínimo.

O correto e o justo é o consumidor pagar apenas o que ele efetivamente consumir. Isso é o correto, isso é o justo. Não é correto e não é justo o consumidor ter que pagar mais do que é o seu efetivo consumo. Aqui no Distrito Federal, por exemplo, a Caesb, a companhia de água do Distrito Federal, cobra dos seus consumidores 10m³ por mês, mesmo que o consumidor não chegue a utilizar essa quantidade. Então, eu acho que isso é uma forma de defender o consumidor para que ele pague apenas o que é o seu efetivo consumo.

Há outros projetos também aqui tramitando na área de telecomunicações, na área das empresas aéreas. Eu tenho um que obriga as empresas aéreas a pagar uma indenização para o passageiro por atraso nos voos, mesmo que o passageiro não entre na Justiça, porque algumas pessoas, quando o voo atrasa, dizem que não vão entrar na Justiça porque dá trabalho. Não, já se cria uma indenização padrão, a companhia indeniza o passageiro por atraso. Se por um acaso o passageiro achar que o dano é maior, ele fica livre para entrar na Justiça, mas já há uma indenização padrão. Isso ajuda a desburocratizar, ajuda a coisa a ser mais rápida, excetuando aí atrasos decorrentes de questões de tempo. Agora, em qualquer outro de responsabilidade da companhia, a companhia seria obrigada a indenizar o passageiro em atrasos superiores a duas horas, fazendo um escalonamento até 12 horas. Para atrasos superiores a 12 horas, seria uma indenização maior.

Então, eu penso que esta Casa precisa se debruçar sobre esses projetos, essa questão da defesa do consumidor é importante e esse meu PLS 378, de 2015, que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura básica e de consumo mínimo, precisa ser tratado com a atenção devida. Inclusive agora, aqui no Distrito Federal, está havendo racionamento, e alguns consumidores não têm benefício algum em ajudar a economizar – aqueles que gastam menos do que 10m³ –, porque, se eles gastarem seis ou oito, vão pagar a mesma coisa. Qual é o benefício que eles têm?

Então, o justo e o correto, volto a dizer, é o consumidor pagar apenas o que é o seu verdadeiro efetivo consumo.

Espero que esta Casa se debruce sobre uma agenda de projetos em defesa do consumidor e cumpra o seu papel com a população brasileira, que é o de legislar e de aprimorar a nossa legislação. Esse é um projeto que me parece extremamente justo, fazendo o consumidor pagar apenas o que real e efetivamente consumir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Queremos anunciar a presença do Senador Raimundo Lira e também convidá-lo a usar da palavra.

Como é o último inscrito, e falarei logo após V. Ex^a, comunico-lhe que pode fazer uso da palavra pelo tempo que achar necessário.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a minha fala aqui vai ser rápida, é mais um lamento do que um discurso.



É difícil avaliar a perda ocorrida com o falecimento da jornalista paraibana Nelma Figueiredo, vítima de um câncer, no início da tarde da última sexta-feira, dia 30, no Hospital Unimed, em João Pessoa, na Paraíba.

Nelma dedicou três décadas de sua vida em prol do jornalismo, sendo uma das primeiras repórteres da TV Cabo Branco, onde permaneceu por 14 anos, além de ter atuado nas TVs O Norte, Correio da Paraíba e Tambaú. Trabalhou, também, como assessora de comunicação do Detran e atualmente comandava o Programa CBN Cotidiano, na Rádio CBN de João Pessoa.

A jornalista Nelma Figueiredo pautou sua trajetória profissional na ética e no respeito com a notícia. Movida por desafios, a apresentadora deixa seu legado como exemplo e inspiração para aqueles que desejam fazer história na comunicação. Será sempre lembrada com orgulho pelos seus familiares e companheiros de trabalho.

Ilustre e destacada personalidade do jornalismo paraibano, Nelma Figueiredo merece todas as honras e o reconhecimento público do seu trabalho e da sua vida.

De minha parte, creio que não poderia deixar de prestar esta homenagem, durante os trabalhos desta Casa, a Nelma Figueiredo, uma grande paraibana.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Gostaria de convidá-lo para que assumisse aqui a Presidência, para que eu possa fazer o...

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Eu gostaria que V. Ex^a convidasse o Senador Elmano, porque tenho agora uma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Elmano, V. Ex^a poderia assumir a Presidência, para que eu possa fazer meu pronunciamento?

V. Ex^a, sempre com muito entusiasmo, tem me apoiado aqui, principalmente no projeto da criação da Universidade Federal de Rondonópolis. E já o convidei aqui, publicamente, para que esteja conosco no dia 13, lá em Rondonópolis, onde vamos fazer um seminário, para discutir exatamente a vocação da Universidade Federal de Rondonópolis da região sudeste de Mato Grosso.

Gostaria de convidá-lo, então, para que assumisse a Presidência.

(O Sr. Wellington Fagundes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Fagundes, do PR, de Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Com satisfação, Sr. Presidente, aqui uso esta tribuna, sob a sua Presidência, para saudar os novos ministros que tomaram posse nesta segunda-feira: o Ministro da Saúde, que tomou posse, Gilberto Occhi, deixou a Presidência da Caixa Econômica Federal; e, no Ministério dos Transportes, também assumiu o Ministro Valter Casimiro, que deixou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Assim eu faço o registro de dois homens, grandes servidores públicos do quadro de excelência do Governo Federal.

Gilberto Occhi – creio eu – dispensa maiores comentários. Ele, que é servidor de carreira da Caixa Econômica, nos últimos anos, acumulou a experiência como Ministro das Cidades e



também, posteriormente, como Ministro da Integração Nacional. Agora ele assume uma pasta complexa, visto que a saúde pública tem sido, ao longo do tempo, um desafio. Cada manhã, seguramente, quando o Ministro adentra aquele Ministério, ali têm que ser tomadas decisões extremamente importantes.

Seguramente, uma das mais eloquentes reivindicações do povo brasileiro, claro, é a questão da saúde, de todo trabalhador, dona de casa, enfim, porque a cada dia mais a saúde fica mais complexa, tanto nas especializações, através dos profissionais que estão à frente da saúde, como também no custo, através de medicamentos de alto custo e, claro, de equipamentos que exigem alta monta para fazer os exames precisos. E aí eu quero dizer que o competente Ministro Gilberto Occhi, porém, enfrentará um desafio adicional, visto que passa a substituir também um Ministro que demonstrou muita sensibilidade, muito esforço, um esforço permanente, e também criatividade para desenvolver um grande trabalho em prol da saúde pública.

Eu quero dizer aqui do Deputado Ricardo Barros, que, a partir de hoje, deixa o Ministério e já assume como Deputado Federal. Eu tive a oportunidade de trabalhar em parceria com ele em muitos momentos na Câmara dos Deputados e agora ele, reassumindo, também busca um novo mandato como Deputado Federal do Estado do Paraná. Eu tenho certeza de que ele marcou a sua gestão ao promover a racionalização dos gastos e a eficiência também.

Quero dizer que, em dois anos, o companheiro Ricardo Barros promoveu uma economia de 5 bilhões em gastos, o que permitiu ampliar o sistema do SUS, reinvestindo todo o recurso, autorizando a publicação de todas as portarias que estavam represadas desde 2014 e, claro, permitindo a habilitação e qualificação de novas equipes, serviços e políticas públicas em áreas prioritárias do Governo Federal, como a Atenção Básica, principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) também foi muito aperfeiçoado e, claro, os medicamentos da assistência farmacêutica.

Nós, da Bancada de Mato Grosso, podemos afiançar que o Ministro Ricardo Barros jamais faltou com a atenção e empenho para as demandas que encaminhamos, como a busca de solução para as obras do novo pronto-socorro municipal de Cuiabá e também para as demandas de liberação de recursos, visando ajudar os hospitais filantrópicos do meu Estado e também os hospitais regionais para que não fechassem.

Quero dizer – é importante dizer aqui a toda a população, principalmente à população de Mato Grosso – que o Ministério da Saúde está em dia com todos os pagamentos; aliás, sempre esteve em dia. Infelizmente, no meu Estado, a maioria dos Municípios hoje estão com repasses do governo do Estado muito atrasados, levando praticamente a um caos da saúde no meu Estado, em hospitais regionais. No caso, em Cuiabá, as filas nos hospitais; muitas pessoas nas macas, nos corredores dos hospitais, sofrendo exatamente porque ainda temos falta de pagamento, atraso de pagamento por parte do Estado.

É importante dizer, Sr. Presidente, que o Ministro Ricardo Barros esteve lá no Mato Grosso, onde fomos visitar essas unidades hospitalares. E ele esteve conosco na construção de mais uma obra inacabada, que é o Hospital Universitário de Cuiabá. Nós temos um hospital universitário, que é o Júlio Müller, funcionando há mais de 40 anos em condições precaríssimas e, infelizmente, mesmo o governo do Estado recebendo recursos para ampliação daquela unidade antiga, o atual governo do Estado do Mato Grosso devolveu mais de 5 milhões, não aplicando esses recursos, sendo que lá o Hospital Júlio Müller carece muito de infraestrutura.



A construção do novo hospital universitário é fruto de um convênio feito pelo Ministério da Educação com a Universidade Federal e o governo do Estado do Mato Grosso do Sul, no governo passado ainda. Nesse convênio, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, repassou 100% dos recursos, e, aí, Sr. Presidente, nós temos hoje uma situação no Mato Grosso em que mais de 80 milhões estão parados na conta do governo do Estado há mais de três anos, quase quatro anos, e o governo do Estado atual não consegue fazer a licitação daquela obra; uma obra que está com aproximadamente 4% a 5% iniciada e não se conclui, tendo dinheiro na conta.

Aí é importante dizer – e até a nossa revolta – que, se esses recursos já tivessem sido aplicados, nós já teríamos ampliado os leitos, melhorado a condição de saúde e atendimento à população. E o mais importante, que é bom dizer aqui à população: os custos para bancar o hospital universitário são do Governo Federal, são do Ministério da Educação.

Então, se o governo de Mato Grosso tivesse aplicado os recursos que estão lá na conta parados e colocado a contrapartida, nós já estariámos fazendo uma economia muito grande, podendo ser aplicados recursos em outros hospitais, mas infelizmente – eu sempre tenho dito, Sr. Presidente – uma obra inacabada é pior do que qualquer incapacidade de aplicação dos recursos, porque uma obra inacabada não serve para nada. Além de tudo, ainda se gasta com a manutenção dessa obra que a população não pode utilizar.

Infelizmente é isso o que está acontecendo no Mato Grosso, mas aqui eu quero registrar que o Ministro Ricardo Barros fez toda a sua parte, liberando os recursos em dia para as prefeituras e fazendo um trabalho extremamente importante naquele Ministério.

Sabemos que a administração da saúde pública é um setor de difícil solução pelas suas crescentes demandas. Contudo, se enfrentada com prioridade e gestão comprometida com a otimização dos recursos, é possível colher resultados satisfatórios. Nós temos inúmeros exemplos disso. Portanto, ao agradecer ao Deputado Ricardo Barros, ao Ministro Ricardo Barros, desejo, desta tribuna, um êxito em sua investida eleitoral. E, claro, também quero dizer, nessa questão da saúde, da grande parceria que foi feita por nós da Bancada Federal, por todos os seus membros da Bancada Federal. Colocamos, no ano passado, uma emenda coletiva, impositiva, liberando mais de R\$100 milhões e mais 70 deste ano, para que o governo do Estado pudesse atender. Infelizmente isso não aconteceu. Aliás, o nosso Governador de Mato Grosso chegou a dizer que não tinha compromissos, que não era obrigação do governo cuidar das filantrópicas.

Ora, Sr. Presidente, a parceira com as filantrópicas – em todas as áreas – na área da saúde é fundamental. O histórico das Santas Casas de Misericórdia em todo o Brasil é inegável. O custo das filantrópicas é muito mais barato para o Estado brasileiro, para Governo Federal, governo do Estado e Municípios. Então, consegue-se através das filantrópicas prestar um serviço de melhor qualidade a um custo muito menor. E, infelizmente, parece-me que não é essa a visão do atual governo.

Sabemos, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, que tudo isso leva à indignação de toda a população mato-grossense.

Quero aqui, também, falar da posse do Ministro Gilberto Occhi, que passa, sem dúvida nenhuma, a dar sequência e a avançar ainda mais para que o Brasil possa resgatar a dívida social que existe com o povo mais humilde.

Sr. Presidente, da mesma forma, eu quero aqui enaltecer a escolha feita pelo Presidente Michel Temer, que empossou o nosso companheiro Valter Casimiro Silveira para o cargo de



Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Quero também dizer que assume com ele o companheiro Herbert Drummond como Secretário Executivo daquela pasta. Ele já trabalha no Ministério; é uma pessoa extremamente experiente; um profissional de capacidade, e, claro, com uma responsabilidade muito grande. Então, tenho certeza de que a presença de Herbert Drummond como Secretário Executivo ajudará muito o nosso companheiro Valter Casimiro para fazer um bom mandato frente àquele Ministério.

E, antes de falar também do nosso novo Ministro, eu quero aqui cumprimentar o companheiro do nosso Partido da República, o Deputado Maurício Quintella, pelo exuberante trabalho que realizou frente a esse Ministério.

Recebi seu relatório de gestão, que mostra as melhorias quantitativas e qualitativas em toda a cadeia logística nos aeroportos, portos, rodovias e também nas hidrovias, já que o Ministério dos Transportes se transformou praticamente no Ministério da Infraestrutura. E o Ministro Maurício, jovem, mostrou a sua competência, a sua capacidade de assumir esse Ministério com toda a sua complexidade, já que o Ministério dos Transportes, antes, tinha, sob a sua responsabilidade apenas a parte ferroviária, hidroviária e das nossas estradas. Agora, não. Com o Presidente Michel, foi feita essa fusão de ministérios. Então, transformou-se no Ministério da Infraestrutura brasileira.

E é possível dizer que temos hoje uma gestão organizada, extremamente uniforme.

Por isso eu quero aqui parabenizar o Ministro Quintella, que deixa um legado de grandes resultados para o desenvolvimento do nosso País, já que a logística é fundamental para que possamos ser mais atrativos, mais competitivos, economicamente fortes e, consequentemente, promover a construção de um Brasil melhor para os brasileiros, meta prioritária de uma gestão.

E aí quero dizer que, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem (Frenlog), e por acompanhar de perto o trabalho que se fez nesse segmento, tenho comigo que a indicação de Valter Casimiro, por sua vez, privilegia a gestão racional e eficiente.

Está aqui o Senador Cidinho, que é do meu Estado. Hoje também estivemos lá na posse. Agora, de manhã, estivemos aqui em uma reunião, em uma audiência muito importante, com a presença do Ministro Blairo Maggi, para tratar da questão da febre aftosa. O Brasil passou a estar livre – de acordo com a Organização Internacional – de febre aftosa. O Brasil hoje, segundo a OIE, está livre de febre aftosa, com vacinação.

Mas eu quero aqui, ainda, dizer do Valter Casimiro. Trata-se de um servidor de carreira do DNIT, desde 2006, onde foi Coordenador de Obras Hidroviárias, também Coordenador-Geral de Portos Marítimos e Diretor de Infraestrutura Aquaviária, até chegar à Direção Geral do DNIT. Ao lado do Ministro Quintella e dos demais diretores, entre os quais saúdo o nosso companheiro de Mato Grosso, Dr. Luiz Antônio Garcia, que é Diretor de Infraestrutura Rodoviária, que fez e faz um trabalho de recuperação orçamentária e também um trabalho de recuperação e, principalmente, conservação da malha viária brasileira.

Em 2015, o DNIT devia quase R\$3 bilhões para o setor privado. Nos últimos 2 anos, várias obras foram retomadas, concluídas e ainda vão ser entregues. Além disso, as melhorias realizadas nas rodovias federais, desde 2016, ajudaram na redução de 7,5% do total de acidentes no Brasil. Claro, melhora-se a malha e também diminui-se o número de acidentes.

Portanto, quero aqui dizer que Valter Casimiro assume sabedor dos desafios e, com toda a certeza, contará com o nosso apoio – o nosso apoio, o apoio do Partido Liberal e também do



Líder do Bloco Moderador, pois V. Ex^a é um dos companheiros eternamente presentes no Bloco. Tenho certeza de que estaremos aqui para apoiá-lo, inclusive agora no Orçamento, pois vamos construir a peça orçamentária. Fui também indicado, eleito pelo meu Bloco, este ano, além de Líder do Bloco, para a Comissão Mista de Orçamento, como membro titular daquela Comissão.

O desafio de consolidar os projetos para transformar a logística, no Brasil, em sistema multimodal, sem dúvida, é a grande pauta a ser perseguida. Para isso, é fundamental continuar desenvolvendo os modelos para seguir atrair os grandes investidores internacionais, avançando nos programas de parcerias.

E aí nos vem uma preocupação, Sr. Presidente: a Câmara dos Deputados, pela segunda vez, rejeitou a medida provisória que trata da prorrogação das concessões rodoviárias. Isso nos causa uma grande preocupação – isso é em relação a todas as concessões brasileiras, principalmente no nosso Estado, porque nós temos a BR-163, com uma concessão feita no trecho da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop. São 800km. Parte dessa obra está sendo feita pelo Ministério dos Transportes, através do DNIT, inclusive, tivemos a presença do Dr. Valter Casimiro, por muitas vezes, lá no Estado. Mas o DNIT, o Ministério dos Transportes não estão preparados para reassumir essas obras. Por isso, nos causa muita preocupação.

As concessões são feitas para melhorar as estradas, para duplicar as estradas, mas também para fazer a sua manutenção e o serviço ao usuário.

No caso da BR-163, é prevista a colocação de uma fibra óptica ao longo de todo o trecho, com a instalação de mais de 500 câmeras durante todo o trecho da rodovia. Isso traz mais segurança ao usuário. Há o atendimento médico. E a parceria com a Polícia Rodoviária Federal, com a Polícia Federal e com a Polícia Civil é extremamente importante, principalmente porque a BR-163 é hoje, sem dúvida nenhuma, um dos maiores corredores do narcotráfico. Isso nos traz muita preocupação – só uma família que tem uma pessoa envolvida com a questão do uso da droga é que sabe. Infelizmente, nós temos uma situação: a nossa faixa de fronteira é muito pouco guardada. Só o Mato Grosso tem 720km de divisa seca. Isso, claro, sem dúvida nenhuma, facilita com que o narcotraficante possa ir e vir. Por isso, a importância dessa concessão, para que os serviços sejam concluídos e, claro, o atendimento ao usuário seja feito.

É fundamental continuar desenvolvendo os modelos para seguir atrair os grandes investidores, sem dúvida nenhuma. E aí há a questão da segurança jurídica. Poucos dias atrás, eu estive em São Paulo na Feira Intermodal. Lá estavam empresários do mundo inteiro, querendo investir no Brasil, sabendo que este aqui é um dos melhores países, ainda, para o retorno do investimento, mas o investidor quer segurança jurídica. Eu sou autor, inclusive, da PEC 39, que está tramitando, mas, infelizmente, hoje, dada a intervenção federal no Rio de Janeiro, nós não podemos analisar nenhuma PEC. Então, esse assunto está parado. Infelizmente, o investidor que quer investir, às vezes, não tem a segurança necessária para fazer investimentos de médio e longo prazo. Eu sempre tenho dito que tem que ser uma política de Estado, não pode ser uma política de governo. Se mudou o governo, muda aquilo que foi assinado, contratado. Isso não pode. O investidor que pensa em investir aqui por 20, 40, 50, 70 anos tem que ter essa política de Estado garantida.

O Brasil destina atualmente menos de 2% do Produto Interno Bruto por ano...

(Soa a campainha.)



O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... ao desenvolvimento logístico, enquanto o Chile investe 5%; a Índia, 6%; e a China, 13%. É natural que essa carência de investimento esteja prejudicando o desenvolvimento e a competitividade do nosso País. Eu acredito que Valter Casimiro, que é um jovem brilhante, terá, nos meses que restam até o final do Governo, de dar celeridade a essa situação.

Sr. Presidente, eu aproveito este momento para anunciar que, nesta terça-feira, amanhã, acontecerá também a abertura da Farm Show em Primavera do Leste.

Primavera do Leste é uma das cidades próximas de Rondonópolis; é uma cidade muito jovem, de 26 anos; já chegou a ser o quarto orçamento do Estado; é uma das cidades de melhor infraestrutura do País; e é hoje administrada pelo jovem Léo, Prefeito que foi eleito agora, em uma eleição suplementar, e que está fazendo um bom trabalho.

Eu quero parabenizar todos aqueles que estão organizando a Farm Show, que é um evento que busca fortalecer ainda mais o setor agropecuário do Município, um dos mais importantes do Estado e, consequentemente, de toda a região sul de Mato Grosso.

A Farm Show é uma das principais feiras de negócios do Centro-Oeste brasileiro e também a maior vitrine tecnológica do Brasil. Essa será a terceira edição. No ano passado, o número de visitantes chegou a 17 mil, e a comercialização atingiu R\$330 milhões, envolvendo 232 expositores nas diversas áreas da agricultura e também da pecuária brasileira.

Eu quero aqui, mais uma vez, cumprimentar todos os organizadores. Deverei estar lá na sexta-feira, que é o dia do encerramento. Estarei lá com outros companheiros. Na quinta-feira, a diretoria do Banco da Amazônia estará lá também. O Senador Cidinho também estará lá conosco, fazendo a visita. O Senador e Ministro Blairo Maggi provavelmente lá estará, dados a força e o potencial que representam Primavera do Leste e, consequentemente, essa feira. Por isso, eu quero desejar aqui todo o êxito na realização a todos aqueles que, anonimamente, também ajudam a promover esse grande evento.

Mais uma vez, Sr. Presidente, eu quero aqui convidá-lo, intimá-lo e convocá-lo para que V. Ex^a esteja conosco no dia 13 em Rondonópolis, onde vamos realizar o seminário de criação e implantação da Universidade Federal de Rondonópolis. O Ministro Blairo Maggi já confirmou a sua presença, e haverá outros Ministros, como, provavelmente, o Ministro da Saúde. Convidei o Ministro do Planejamento, que agora vai para o BNDES, que é importante, porque o BNDES também pode ser o grande parceiro da Universidade Federal de Rondonópolis, haja vista que, em Rondonópolis, está um dos maiores investimentos do Brasil que é exatamente o maior terminal ferroviário da América Latina. Muitos investimentos estão sendo feitos e foram feitos pelo BNDES, que, sem dúvida nenhuma, pode ser um grande parceiro da universidade. Por isso, aqui reafirmo também o convite ao Ministro Dyogo. É claro que ele, como Ministro do Planejamento, tem toda a importância, porque vamos construir o Orçamento do ano que vem para já incluir a Universidade Federal de Rondonópolis como uma unidade orçamentária, para que aí, no ano que vem, ela já tenha total independência e programação orçamentárias.

Eu agradeço o...

O Sr. Cidinho Santos (Bloco Moderador/PR - MT) – Peço-lhe um aparte antes de V. Ex^a terminar. Primeiramente, é para parabenizá-lo pelo seu pronunciamento sobre a Universidade Federal de Rondonópolis. Nós somos testemunhas do seu trabalho, juntamente com o Senador Medeiros e também o Ministro Blairo Maggi, por serem esses três Senadores oriundos de Rondonópolis, mas eu queria falar, Senador Wellington – V. Ex^a, como Presidente



da frente da logística –, da satisfação que nós tivemos hoje na posse dos nossos novos Ministro dos Transportes, Ministro da Saúde e Presidente da Caixa Econômica Federal. Lá na posse, eu fiquei avaliando que geralmente nós políticos somos muito criticados quando assumimos algum cargo público. E você veja a grata revelação. O Presidente Michel Temer teve a felicidade de escolher Maurício Quintella, um Deputado Federal de Alagoas, e também Ricardo Barros, um Deputado Federal do Paraná, um para o Ministério dos Transportes e o outro para o Ministério da Saúde. Que grande trabalho esses dois Parlamentares fizeram à frente desses dois Ministérios importantes para o Governo que hoje são substituídos por pessoas que são técnicas, conseguindo fazer a mistura...

(Soa a campainha.)

O Sr. Cidinho Santos (Bloco Moderador/PR - MT) – ... da política com a meritocracia. Nós não vimos nenhuma crítica por parte da grande mídia tanto em relação à nomeação do Valter, que já estava na Presidência do DNIT, como também do Gilberto, que já passou pelo Ministério das Cidades, pelo Ministério da Integração, pela Presidência da Caixa Econômica Federal e, agora, pelo Ministério da Saúde. Você não vê críticas. Então, o que a população quer é a meritocracia, pessoas que chegam ao cargo por mérito, mas, também, sem esquecer que há aqui no Parlamento – no Senado, há o exemplo do Ministro Blairo Maggi que faz um grande trabalho no Ministério da Agricultura – pessoas que são políticas, mas que têm competência para assumir qualquer área do Governo, tanto em ministérios quanto na Presidência da República e em governos em seus Estados. Fiquei, hoje, bastante feliz com essa posse de que participamos, que mostra que, apesar de estarmos em um Governo que tem a questão política em que os partidos fazem as indicações políticas para os ministérios e para os órgãos, se respeita muito a questão da meritocracia e do trabalho. Acho que nisto o Presidente Michel Temer está de parabéns: ele teve a felicidade de escolher um ministério à altura, um ministério competente. Isso é grande parte do sucesso do seu Governo. Veja que não há interferência do Presidente Temer nos ministérios: cada ministro tem a sua autonomia para fazer o seu trabalho, e o Presidente Temer não se mete. Isso é o contrário do que tivemos no governo da Presidente Dilma, no qual ela não dava autonomia para ninguém e queria se meter em todas as áreas. Ela não tinha conhecimento, e acabamos tendo os desastres que nós tivemos, como, por exemplo, no setor elétrico, que até hoje paga pela intervenção que o governo fez lá – no caso, a própria Presidente Dilma –, que desestabilizou e trouxe uma insegurança jurídica muito grande para o setor. Então, eu fiquei muito feliz, primeiramente, pelo trabalho feito por esses ministros nos ministérios em que se encontravam, como o Ministro Ricardo Barros, que, realmente, para Mato Grosso, foi excelente. Nas audiências em que fomos lá, tudo sempre foi tratado de forma muito ágil: o que dava para fazer dava para fazer, e o que não dava não dava. E, também, o Ministro Maurício Quintella, que é do nosso partido, o PR, fez um grande trabalho no Ministério dos Transportes. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu agradeço e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, Senador Cidinho.

Ao mesmo tempo, quero aqui também registrar que o Ministro Maurício assume como Deputado, mas deverá também ser candidato a Senador da República por Alagoas e, com certeza, deverá ser eleito, dadas a sua competência, a boa articulação política e a experiência – jovem com uma grande experiência.



E, por falar em experiência e competência, Sr. Presidente Elmano, eu quero aqui aproveitar também a tribuna para outra questão. O meu nome foi bastante especulado em relação à questão do Ministério dos Transportes, mas eu tenho um compromisso maior ainda com vários partidos no Estado de Mato Grosso, e estamos em uma pré-campanha para Governador do Estado de Mato Grosso. E, por falar em competência e experiência, eu quero aqui, de público, também fazer o convite ao Senador Cidinho para que seja o meu coordenador neste trabalho, porque nós temos um desafio muito grande. E o desafio não é só na articulação política. Ele foi Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, e essa associação é muito forte no Estado do Mato Grosso do ponto de vista de prestação de serviços às prefeituras, aos Municípios. Lá, inclusive, há a fábrica de projetos. Só para se ter uma ideia, Senador Elmano, são 80 engenheiros que trabalham na Associação Mato-Grossense dos Municípios, e, em todo esse trabalho, o Senador Cidinho teve um papel fundamental na organização da associação, hoje dirigida pelo Neurilan Fraga, que é um companheiro e tem me apoiado de forma bastante expressiva no trabalho do municipalismo que desenvolvemos em Mato Grosso e aqui junto com a Confederação Brasileira dos Municípios...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... com o Presidente Paulo, com o atual Presidente também, enfim, com todos eles, nesse trabalho de fortalecimento das ações municipais.

Pouco tempo atrás, os Municípios recebiam menos de 15% do FPM. Hoje não, já conseguimos aumentar para 16%, 17%, 18%. E, claro, essa luta tem que ser constante e forte por todos nós, porque está previsto na Constituição. É no Município que as pessoas vivem, é lá que existe problema. E a melhor solução, sem dúvida nenhuma, é a melhor divisão do bolo tributário para que chegue à ponta, lá onde estão as pessoas, os vereadores, os prefeitos, com maior facilidade, inclusive, de serem fiscalizados.

O nosso companheiro Cidinho, sem dúvida nenhuma, tem toda essa experiência. Ele anunciou que não será candidato. Respeitamos isso. Gostaríamos, inclusive, de tê-lo como companheiro na luta da campanha em si, mas, claro, com ele no papel da sua experiência, me ajudando, ajudando todos os nossos partidos, consequentemente, faremos isso de forma organizada e construiremos um projeto de governo que não seja na base do individualismo, no "eu que tenho razão".

Hoje, por exemplo, eu vi uma declaração do Governador dizendo que ele não sabe onde errou. Em um Governo do Estado que está com uma reprovação de mais de 64%, ele precisava ouvir a população. Eu acho que nada melhor do que a população para dizer onde ele errou. E o erro principal é não ouvir os próprios companheiros, porque praticamente todos os companheiros que o elegeram estão abandonando o barco ou já abandonaram o barco. Hoje, inclusive, recebi a ligação do Vice-Governador de Mato Grosso dizendo que foi comunicar...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... ao Governo do Estado a saída do Partido, o PSD, do Governo – o Vice-Governador, como Presidente, anunciando isso ao Governador. E, inclusive, é uma situação difícil. Pelo fato de ele estar como Vice-Governador, ele foi colocar ao Governador que, na pretensão de uma candidatura ao Senado, ele não poderia assumir. Então, ele queria um posicionamento do Governador, mas o



Governador adiantou que pode, sim, tirar licença apenas para que traga a inelegibilidade do atual Vice-Governador. Isso é briga interna entre eles, mas eu estou falando aqui, porque já é um comunicado oficial do Carlos Fávaro, o atual Vice-Governador de Mato Grosso.

Eu agradeço muito, Presidente Elmano, pela sua tolerância. E, claro, V. Ex^a é também um experiente político no seu Estado e um professor universitário. Eu tenho certeza de que já foi muito importante nesse trabalho, no apoio nosso, para a criação da Universidade Federal de Rondonópolis. O Senador Cidinho, da mesma forma. A presença de V. Ex^a na nossa cidade natal, no dia 13, será extremamente importante.

Agradeço muito a todos os brasileiros e a todos aqueles que nos assistem e nos ouvem também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Cumprimento o nobre Senador Wellington Fagundes, ao tempo em que eu me associo às considerações feitas sobre os Ministros que deixaram as respectivas pastas: o Ricardo Barros, da Saúde; o Maurício Quintella, dos Transportes; e o nosso Gilberto Occhi, da Caixa Econômica. Eu também ressaltaria não só os trabalhos que eles realizaram, mas os dos sucessores.

O nosso Gilberto Occhi foi Ministro da Integração, foi Ministro das Cidades, acaba de deixar a Presidência da Caixa Econômica e tem mais um desafio na área da saúde.

Creio que ele vai se haver com a devida competência, como o senhor, nesses órgãos. O Valter Casimiro, nosso amigo da Casa, do DNIT, tenho certeza e convicção de que realizará um grande e extraordinário trabalho.

A mesma coisa que eu poderia colher dessa oportunidade, falar no próximo Presidente que tomou posse hoje, na Caixa Econômica, o Nelson de Souza, piauiense, com mais de 30 anos na Caixa Econômica. Eu o conheci ainda como uma pessoa exercendo um cargo simples na Caixa, e teve uma vida profissional brilhante na Caixa Econômica, sendo inclusive Diretor do Banco do Nordeste e uma série de outras experiências.

Eu creio que o Presidente da República, o Presidente Temer, está de parabéns pelas escolhas anteriores e essas que acabam de se concretizar hoje.

Eu me somo às considerações que V. Ex^a fez com relação às mudanças hoje realizadas. Agradeço mais uma vez.

E, pela ordem de oradores inscritos, eu convido o nobre Senador Cidinho Santos, do PR do Mato Grosso. Aliás, como um mato-grossense, Senador brilhante, substituindo um outro, que hoje fiquei feliz de ele anunciar que já está trabalhando a pré-candidatura ao Governo do Mato Grosso.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Elmano. É uma satisfação usar a tribuna do Senado, sendo presidido por V. Ex^a.

Só para lembrar o Senador Wellington, o Senador Elmano Férrer já esteve, no ano passado, em Rondonópolis e com certeza voltará com prazer. No ano passado, nós fizemos uma audiência pública lá, liderados pela Senadora Ana Amélia, da Comissão de Agricultura, e o Senador Elmano compareceu, e lá, nessa oportunidade, ele nos revelou algo que eu não sabia, a sua militância na agricultura, como engenheiro agrônomo, uma luta, a vida toda dedicada à



agricultura e à agropecuária brasileira. Então, reitero o convite do Senador Wellington para a volta de V. Ex^a.

Quanto à questão política, não tenho muito a falar, porque eu sou do mesmo partido dele. Não vou mudar de partido. Evidentemente, nós estaremos juntos e ajudando, mesmo porque o Senador Wellington faz um trabalho incansável pelo Mato Grosso há muito tempo. É uma pessoa que se dedica à causa pública, e nós, com certeza, estaremos juntos nessa empreitada. No final de semana, eu dei inclusive entrevistas aos *sites*, aos jornais de Cuiabá, reiterando essa minha posição.

Aproveitando, Senador Wellington, já que falou de associação de Municípios, eu queria aqui registrar e lamentar que mais uma vez a Justiça, de forma, não vou dizer equivocada, mas de repente por falta de informações, comete um erro que acaba prejudicando os Municípios.

A gente aprovou aqui, no Senado Federal, no ano passado, depois de ter sido aprovada na Câmara e aqui no Senado também, a questão do ISS dos Municípios ser recolhido diretamente onde foi prestado o serviço. E isso é uma dramática injustiça com os Municípios, porque se uma pessoa presta um serviço em um Município, o direito é daquele Município onde foi prestado o serviço, não o que acontecia antigamente, e que ainda acontece hoje, de algumas empresas se instalarem em alguns Municípios do Brasil que deram a condição privilegiada na questão do ISS, na questão de alíquotas, e essas empresas se instalaram nesses Municípios, pagam uma tarifa mínima, e aí eles... Hoje nós temos alguns paraísos, que poderiam se chamar de paraísos fiscais, em relação às questões das operadoras de cartão de crédito, às operadoras de planos de saúde, que se instalam em alguns Municípios que têm uma tarifa diferenciada do ISS, mas que prestam serviço no Brasil todo. E o que nós aprovamos aqui, Presidente Elmano, foi que esse serviço fosse pago onde fosse gerado. Se você usa o cartão de crédito, naquela maquininha de débito ou crédito, no Município de origem, é lá que tem que ser pago o ISS. Esse projeto foi aprovado aqui por unanimidade, um trabalho muito forte da Confederação Nacional dos Municípios, um trabalho forte da nossa Associação Mato-grossense dos Municípios, liderada pelo nosso presidente Neurilan Fraga.

E, na semana passada, o Ministro Alexandre de Moraes concedeu uma liminar, atendendo a algumas empresas de plano de saúde – acho que foram planos de saúde ou operadoras de cartão – suspendendo, e que esse ISS fosse pago diretamente nos Municípios onde foi gerado o serviço. Acredito que foi um equívoco do Ministro Alexandre. Já solicitei a ele uma audiência, na qual vamos explicar que a intenção justamente não é trazer insegurança jurídica, é trazer segurança jurídica e justiça com os Municípios brasileiros, porque é no Município que tudo acontece, você tem que fazer frente à demanda da saúde, da educação. E é injusto quando se presta um serviço ao Município e se paga o ISS em outra Unidade da Federação. Já basta a concentração forte que temos hoje das receitas na União. Hoje, só para lembrar, sempre é bom lembrar, que 60% dos recursos que são arrecadados do bolo tributário nacional fica na União, 25% nos Estados e apenas 15% nos Municípios.

Então, os prefeitos estão cada vez mais engessados, com as leis que aprovamos por aqui, como o Bolsa Família, mas quem tem que fazer a gestão é o Município, como os programas que aprovamos, como o Programa do Agente Comunitário de Saúde, que o Governo passa, mas a parte que ele passa não é suficiente, a prefeitura tem que colaborar.

No Mato Grosso, além dessas questões, temos a questão da saúde no Estado, porque os Municípios praticamente estão bancando a saúde nos Municípios, porque o Governo não tem



cumprido com sua parte. Tem prefeitura que tem repasse de junho do ano passado sem receber e os Municípios estão bancando esses recursos.

Então, é muito difícil para uma pessoa ser prefeita hoje em função de tudo aquilo que a Lei de Responsabilidade Fiscal, e também tudo aquilo que o Ministério Público impõe a essas pessoas, a esses agentes, mas é ainda mais injusto assumir uma posição dessa sem recursos, e os poucos recursos que você tem de direito, às vezes, numa situação como essa do ISS, depois de tanta luta, acabam sendo suspensos por uma liminar.

Acredito que, no mérito, a gente terá a reversão e se fará a vontade do que foi aprovado neste Senado Federal e também na Câmara dos Deputados.

Também quero falar, Sr. Presidente, que amanhã, depois de uma luta da Frente Parlamentar de Agricultura, com o Presidente Eunício Oliveira nos ajudando, com o Presidente Michel Temer, temos agendada a votação dos vetos do Funrural. Isso é de fundamental importância porque está trazendo uma segurança muito forte, Senador Wellington, para o setor pecuário e para a agricultura brasileira.

Temos aí um prazo até 30 de abril para fazer a adesão, mas ninguém está querendo aderir, ou não vai aderir, sem saber as normas, porque você não sabe, mas aprovamos aqui um projeto de lei, praticamente por unanimidade, construído inclusive com o apoio da oposição, e depois pontos importantes desse projeto foram vetados.

O presidente nos explicou que foi atendendo a um apelo do Ministério da Fazenda, que considerava que isso não estava colocado na Lei de Responsabilidade Fiscal, de que não constava no orçamento.

O que acho é um equívoco, porque, da forma como está, não vai se receber nada. A partir do momento em que se dá a oportunidade de regularizar a situação, o governo vai ter a oportunidade de realmente reforçar o seu caixa dos produtores rurais. E aí falo: o Funrural é pago do pequeno e médio ao grande. Não é só o grande produtor. Todo mundo paga Funrural, ninguém quer ficar inadimplente. Mas acontece que nós chegamos a esse ponto devido a uma outra decisão jurídica do STF, que, em 30 de abril, considerou que era legal a cobrança do Funrural – isso depois de mais de dez anos, que existia liminar de associações e entidades, que falava que não era para recolher o Funrural.

Isso trouxe uma insegurança muito forte, e o projeto do Senado Federal que nós aprovamos aqui e que também veio aprovado pela Câmara traz essa segurança jurídica, porque hoje se pagariam 2,2%. Nesse projeto que nós aprovamos, paga-se 1,5% para quem está em dia. Para quem tem dívida, em vez de pagar os 2,2%, pagam-se 2,5% até zerar a dívida, no total de 175 parcelas. Então, isso traz uma tranquilidade para aquelas pessoas que têm dívida, porque não conseguem arcar com isso de uma vez só.

Ao mesmo tempo, aprovamos a isenção da multa e algumas questões que também colocamos que acho erradas: a questão da bitributação, até tritributação. Da forma como está, se um cidadão pegou um bezerro e vendeu para o seu vizinho, ele já tem que recolher o Funrural; se o seu vizinho vendeu para uma outra pessoa já como garrote, também tem que recolher o Funrural; aí, depois, se o garrote virou boi gordo e vendeu para o frigorífico, tem que recolher o Funrural de novo. Não existe uma situação dessa. O que nós defendemos é que seja – e o Funrural sempre foi cobrado, quando era cobrado – no produto fim, quando esse boi estava gordo e era vendido para o frigorífico, e não na negociação entre terceiros se pagar Funrural. Isso trouxe também uma instabilidade e, com certeza, é uma bitributação.



E outra questão também é a diferenciação das taxas de cobrança de pessoa jurídica para pessoa física. Existe produtor rural, por questão de planejamento tributário, que abre uma empresinha para ele trabalhar como produtor rural. Só que, nessa legislação, se ele é produtor rural, mas ele tem uma empresinha, ele paga 2,7%; se ele é produtor rural e pessoa física, ele paga 1,5%. Então, isso trouxe uma injustiça. São esses pontos.

Amanhã nós teremos oportunidade aqui, no Congresso Nacional, de derrubar esses vetos e aí nós conclamamos os Senadores tanto da situação como da oposição, porque isso envolve, como disse antes, pequenos produtores do Brasil todo.

Também nesse mesmo veto há, Senador Elmano, a questão da renegociação das dívidas dos pequenos produtores do Nordeste, que também foi vetada e era um acordo se manter essa renegociação.

Então, nós teremos oportunidade amanhã de fazer justiça com os agricultores brasileiros, com os pequenos produtores.

E também, Senador Wellington, nesse mesmo tema, vamos votar e queremos derrubar também o veto ao Refis das pequenas empresas. Isso também nos trouxe constrangimento, porque nós votamos aqui Refis para bancos, já se votou Refis para grandes empresas e, quando chegou para a micro e pequena empresa, que nós aprovamos aqui também por unanimidade, foi vetado. Isso trouxe um constrangimento muito forte e amanhã nós teremos oportunidade de fazer justiça com essas empresas que são responsáveis por 27% do PIB brasileiro e representam 70% dos empregos gerados na iniciativa privada.

Um aparte ao Senador Wellington.

O Sr. Wellington Fagundes (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria de registrar aqui, Senador Elmano, a luta do Senador Cidinho, principalmente nesse aspecto do Funrural. Em várias reuniões que tivemos lá com o Presidente da República, com as Lideranças do Congresso Nacional, ele fez um apelo ao Presidente nesse sentido, inclusive colocando a injustiça que está sendo feita no campo e também na cidade. Nós conseguimos fazer praticamente – e faremos agora – uma revolução na questão fundiária. Essa foi uma luta que também tivemos juntos. O Presidente fez a medida provisória, aprovamos a medida provisória que faz com que hoje, só em Mato Grosso, mais de 70 mil pequenos produtores assentados possam ter a legalização do seu documento. Da mesma forma nas cidades, porque a medida provisória abrange também os terrenos urbanos. No caso do Mato Grosso, há muitas cidades que foram criadas em cima de assentamento do Incra. E, de repente, o prefeito lá eleito não tinha condições de construir um hospital, construir uma escola, com recursos que aqui alocamos, porque não tinha o documento. Então, felizmente, agora, além de trazer a cidadania a esses produtores... Também, nas cidades como Várzea Grande, temos mais de 40%, 50% dos lotes urbanos, Cuiabá e Várzea Grande, ainda sem a possibilidade de serem documentados. E essa luta do Funrural, como disse aqui o Senador Cidinho, que é também um produtor rural, conhece muito da área... Inclusive, na questão da regularização fundiária, Sr. Presidente, os assentados do Incra não podiam fazer as parcerias com os grandes programas de integração. Por exemplo, não era permitido que essas integrações, principalmente de pequenos animais, criação de aves, de suínos, eram impedidos... Olha, como é que você pode entregar a terra, promover a reforma agrária sem dar condições para que as pessoas pudesssem produzir de forma ampla? E essa foi uma luta que travamos aqui também junto com o Senador Cidinho. Agora, o Senador colocava para o Presidente da República: "Presidente, isto é até feio para todos nós, dizemos que temos



Refis para os grandes e os pequenos comerciantes não terem." Toda cidade surge com um pequeno comércio – toda cidade. É o comerciante que ajuda a estruturar as cidades, fazendo a doação, os serviços sociais, que normalmente são feitos principalmente pelos pequenos comércios. Então, eu quero parabenizá-lo, Senador Cidinho. Tenho certeza de que amanhã haveremos de fazer mais justiça a quem mais gera emprego, como V. Ex^a colocou, que é o pequeno, é a pequena empresa, é a microempresa, é a que mais gera emprego no Brasil e no mundo. Então, esse reconhecimento por parte também do Governo nesse aspecto, de fazermos com que o Refis atinja também todas as pequenas e microempresas brasileiras. Parabéns.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Exatamente. Obrigado, Senador Wellington.

Ressalto que muitas vezes se confunde Refis com perdão da dívida. A gente sempre vê as pessoas dizerem: "Olha, você não paga e depois o Governo perdoa." E não existe nada de perdoar, Senador Elmano. O que existe quando se tem o Refis é a oportunidade, depois de passarmos por uma crise, como passamos por uma crise muito forte em 2014, 2015 e 2016, de que uma empresa, tanto pequena como média ou grande... Num momento de dificuldade, a primeira coisa que você faz quando você tem recursos é pagar a folha de pagamentos, pagar os fornecedores. E você vai – isso é psicológico – deixando o governo para depois, porque você não tem condições. Você tem que primeiro acudir aquele que é mais emergencial.

E você poderia, digamos, dizer: "no mês que vem o meu comércio melhorou, a minha atividade melhorou, vou lá pagar". Só que, infelizmente, a multa é tão alta que, se acumular três meses de atraso, tem 20% de multa. Então, quer dizer, quem estava apertado este mês, imagina daqui a três meses, com 20% de multa, mais juros de mora... Você realmente não consegue mais. Isso vira uma bola de neve que você não consegue acompanhar, não consegue regularizar. Quando se tem o Refis, é para se estabelecer que, quando se passa por uma crise desse tamanho, você isente essa multa de 20%, que geralmente é de 20% ou até mais, e você também faça o desconto nos juros de mora, cobre os juros da normalidade e parcele essa dívida para que as pessoas possam, então, estar regulares, vender, emitir suas notas fiscais e voltar às suas atividades. Então, só dessa forma a gente consegue reativar as empresas.

Então, não existe essa possibilidade que muita gente coloca de que Refis é o perdão de dívida. Não é perdão de dívida; é uma oportunidade para que as empresas possam se regularizar, em função de algum fato atípico, como o foi essa última crise. E o que está se dando é o perdão das multas, que são absurdas.

Acho que, se tivéssemos aqui uma oportunidade de discutir isso na Comissão de Assuntos Econômicos, seria interessante. "Olha, eu atrasei este mês, não consegui pagar." Então, você vai cobrar 2% de multa, juros de mora de mais 1%. Estaria dentro da realidade do Brasil. Mas essa multa vem lá de muito tempo quando nós tínhamos uma inflação de 20%, 30% ao mês. Estipularam-se esses 20% e nunca os tiraram.

Então, ficou inviável, porque, se você – como eu disse antes – está numa situação difícil, mas, daqui a um mês, dois meses, a situação melhora, você regulariza a situação. Porém, fica praticamente impossível devido às questões da multa e também dos juros de mora.

Quanto à questão da regularização fundiária – para encerrar, Senador Elmano, agradecendo sua paciência –, o que o Senador Wellington Fagundes colocou foi muito bem colocado. E a Bancada do Mato Grosso fez um trabalho muito forte, juntamente com o Assessor do Senador Wellington, nosso amigo Lutero Siqueira, que foi Prefeito da cidade de Guarantã do Norte, um



defensor muito forte dessa questão da regularização fundiária. Mato Grosso, realmente, passava e passa por uma situação crítica, tanto nas questões urbanas, como na questão rural.

Nós tivemos a oportunidade de ir a Nova Ubiratã, na semana retrasada, sob a liderança do Ministro Blairo Maggi, por ocasião da entrega de títulos, e pudemos ver a emoção das pessoas que estão há 15, 20 anos na terra e que não podiam contrair um financiamento no banco porque não tinham documento. As pessoas recebiam o documento e choravam emocionadas: "Agora eu tenho documento". A felicidade foi grande.

Então, eu acho que esse resgate que o Presidente Temer fez com esse pessoal foi muito importante. Isso era uma luta nossa de muito tempo.

Até fiquei admirado quando chegou ao Congresso a medida provisória. Alguns políticos de partidos de esquerda eram contra a aprovação. Eu perguntei: "Mas como você é contra a gente regularizar, dar o documento da terra às pessoas que vivem na terra?" E a gente ficava sempre naquela preocupação de qual o nível ideológico das pessoas que pensam que regularizar, dar cidadania, dar autonomia à pessoa por meio de documentação... É melhor ele ficar alienado a vida toda ou ele ter a sua independência?

Graças a Deus, a maioria aqui votou a favor. Nós aprovamos. O Presidente Temer sancionou. Já foi editado. No mesmo dia em que nós estivemos lá no Mato Grosso, por ocasião da entrega desse título, o Presidente assinou a portaria, regulamentando o Programa Nacional de Regularização Fundiária. Isso vai permitir que quem às vezes está no lote há 10, 15 anos – mas originalmente no assentamento não estava lá –, que ganhou porque alguém a abandonou, tem o perfil, fez todo um trabalho, abriu a terra... E não é justo que agora um terceiro, que nunca participou de nada, ocupe o terreno dele e ele vai embora sem nada.

Então, a regularização vai permitir que façamos justiça ao pessoal de Itanhangá, que estava lá. Ele foi símbolo desse projeto e estava muito feliz, porque realmente, de vez em quando, havia operações da Polícia Federal lá em Itanhangá prendendo produtores rurais, como se fossem invasores, grileiros, numa situação totalmente injusta, mas era a lei que havia naquele momento. Agora nós podemos regularizar e trazer segurança jurídica. É o que o Brasil precisa. Sempre nós temos que ter segurança jurídica para as ações e independência das ações do Senado, da Câmara, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Era só isso, Presidente. Obrigado pela oportunidade.

Hoje de manhã, V. Ex^a não esteve aqui. Nós tivemos um ato muito importante. O Ministro Blairo perguntou por V. Ex^a. Falo do marco para a pecuária brasileira, que vai ser anunciado em Paris: o Brasil livre de febre aftosa com vacinação.

Essa é uma luta de muito tempo. E com toda uma equipe do Ministério da Agricultura, das entidades de classe...

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ... nos Estados e também nos Municípios, nós chegamos agora a um ponto importante. E, mais ainda: a partir de 2021, alguns Estados já começam a serem livres de aftosa sem vacinação, encerrando, em 2023, um ciclo de que o Brasil estará livre de febre aftosa sem vacinação.

Isso para o pecuarista brasileiro é muito importante, porque, além do custo que se tem com essa vacinação, nós temos ainda uma perda de valor agregado nos nossos produtos. O pecuarista reclama por que a arroba do boi o Brasil não sobe, é tão barata, sempre o mesmo preço, e, nos



outros países, existe até caso de gado que sai daqui, vai para a Austrália, e, depois, lá, são abatidos, levam para outros países e vendem com 50%, 60% a mais do que o nosso aqui, em função dessa questão de que sempre tivemos esse rótulo da febre aftosa.

Quando tivermos o Brasil livre da febre aftosa – como disse, inicialmente, com a vacinação, mas, depois, sem a vacinação –, estima-se que os produtores brasileiros terão um aumento no preço da sua arroba para a exportação da ordem de 40%. Então, isso vai estimular, com certeza, mais a pecuária brasileira e fazer justiça para essas pessoas que estão há longos, há muitos e muitos anos em dificuldade. Vê-se, na agricultura, o quanto se evoluiu, o quanto subiu, o quanto cresceu, e a pecuária não cresceu muito ao longo desse tempo. Por quê? Porque, infelizmente, os preços nunca acompanharam os custos, devido a essas questões sanitárias.

Então, foi uma oportunidade muito boa essa audiência pública que houve aqui hoje – convocada pelo nosso querido Senador Moka – e que veio aqui não só o Ministro Blairo como toda a sua equipe, entidades de classe, pessoas de todo o Brasil que trabalharam muito para que esse momento chegasse.

Agora, em Paris, no mês de maio, o Presidente Michel Temer, juntamente ao Ministro Blairo Maggi, estará recebendo o certificado de Brasil livre de febre aftosa. Para nós é um orgulho e será um momento marcante.

Esperamos que essas questões internas que nós temos aqui no dia a dia, como essa questão da Carne Fraca – já estamos na terceira – consigamos resolver essas questões internas entre nós mesmos sem fazer os alardes que fazem por aí e que só trazem prejuízos às empresas brasileiras. Nós temos agora uma grande empresa brasileira demitindo pessoas, dando férias coletivas, em função de uma coisa que, no meu entendimento, poderia ter sido esclarecida de uma forma muito pacífica. Foi uma casualidade de 2014, e os mercados externos se aproveitam de tais circunstâncias para poder colocar o pé na nossa garganta. Como nós somos eficientes naquilo que a gente faz em produzir qualidade, em produzir produtos baratos e colocar lá fora e, mesmo com as taxas importação que colocam para os nossos produtos entrarem, por exemplo, na União Europeia, conseguimos chegar lá com produtos mais baratos que os deles e produtos de qualidade igual ou até melhor que os deles. Então, quando surge uma oportunidade dessa que nós mesmos criamos – como a questão da Carne Fraca –, é tudo o que eles esperam para realmente dificultar o mercado para os produtos brasileiros.

Essas questões – eu tenho certeza – nenhum país faz. Não se vê os Estados Unidos fazerem uma situação dessas com as empresas deles. A Europa não faz. Ninguém faz. As questões internas se resolvem... Ainda mais quando temos um sistema confiável – como nós temos o nosso sistema de inspeção federal, um sistema sanitário confiável, temos pessoas de credibilidade que trabalham a vida toda na inspeção da sanidade. E a gente lamenta quando acontecem os fatos, como aconteceu agora ultimamente na Operação Carne Fraca.

Esperamos que a gente possa fazer um consenso, e as coisas nossas internas – sem acobertar nada de errado –, mas que possamos nós mesmos resolver e não expondo o Brasil da forma como a gente mesmo expõe.

Era só isso, Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e ressalto os temas aqui levantados no seu pronunciamento. Parabéns.

Pela ordem de oradores inscritos, convido o nobre Senador Roberto Muniz, do Partido Progressista, do Estado da Bahia.



O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Elmano, é um prazer grande estar falando hoje aqui nesta tribuna, por ter você presidindo os trabalhos desta Casa. Para mim é uma honra muito grande e uma alegria pela afinidade, pelo carinho e pela amizade que construímos nesses últimos meses – já um ano e nove meses de convivência.

Quero dizer, Presidente Elmano, que se avizinha a campanha política, e é claro que alguns temas serão prioritários no debate nacional. Tivemos aqui hoje a oportunidade de ouvir o Senador Cristovam falar sobre a educação, mais uma vez colocando a importância do tema da educação para o debate nacional. Também o Senador José Medeiros falou sobre a segurança. Eu acho que esses serão temas claros na inserção do debate político: educação, segurança e a questão do emprego.

O Senador Cidinho aqui também foi muito eloquente ao falar da importância das pequenas e microempresas, da questão da agricultura, de o Brasil se tornar um país livre de aftosa com vacinação. Então, ficamos muito felizes de podermos estar alcançando algumas conquistas que são fundamentais para a geração de emprego e de renda.

E eu quero aqui aproveitar para falar um pouco da saúde; não da saúde curativa, mas da saúde preventiva, aproveitando este momento em que está havendo uma troca no Ministério da Saúde. Parabenizo o nosso companheiro de Partido, o Ricardo Barros, pelo trabalho exemplar que fez. Levou uma nova lógica para dentro do Ministério. Estabeleceu prioridades e teve tempo de plantar e colher eficiência. E nós estamos tendo oportunidade de vê-lo passar o bastão da gestão do Ministério para o também companheiro, pessoa muito competente, o ex-presidente Gilberto Occhi, que foi Ministro das Cidades, Ministro da Integração e, agora, cumpre mais esse papel na sua vida pública tão exitosa. O Ministro Gilberto Occhi tem uma capacidade de poder estar em diversos setores e demonstrar toda a sua qualidade e competência de gestão.

Eu acho que esses temas são fundamentais para o debate da política brasileira, principalmente porque, em 2018, vamos eleger governadores, vamos fazer uma renovação da Câmara Federal e aqui de dois terços desta Casa. Então, será um momento muito importante para que o Brasil possa retomar a capacidade de dialogar, que se perdeu nos últimos tempos. Nós estivemos e estamos ainda restritos ao olhar do que nos separa e não do que convergimos.

Espero que esse debate, – para a educação, para a segurança, para o emprego e também para a saúde – possa retomar um leito natural em que se busquem soluções e não simplesmente o antagonismo.

É fato que a saúde não começa nos hospitais. A saúde só chega ao hospital quando ela já não existe. A saúde é fruto, Senador Elmano, de algumas questões que são preventivas. Sobre as questões preventivas, a gente pode destacar que houve grandes conquistas da humanidade nos últimos séculos.

É óbvio que uma das grandes conquistas foi a melhora nutricional, advinda da revolução agrícola. A agricultura, no mundo, possibilitou a produção de mais alimentos. Quando se estabeleceu a possibilidade de mais pessoas acessarem mais alimentos, isso melhorou a capacidade de o ser humano poder estender e prolongar a sua expectativa de vida. Então, nós tivemos, nos últimos séculos – principalmente no último século – um crescimento muito grande da expectativa de vida do ser humano e também uma baixa na mortalidade infantil.

É óbvio que nós temos ainda bolsões de miséria. Há países e locais – aqui também no Brasil – onde temos pessoas que não têm acesso a um fator nutricional que lhes possibilite



melhorar a qualidade de vida e, principalmente, a saúde. Mas é óbvio que isso aconteceu no mundo e criou esse aumento da expectativa de vida.

A outra questão que foi muito importante nos últimos séculos foi a questão do avanço da Medicina. A criação dos novos antibióticos estabeleceu também a possibilidade de que as pessoas pudessem ter, no momento da doença, uma cura mais rápida e mais específica.

Então, nós tivemos esses dois fatores como pilares importantes para que houvesse esse aumento da expectativa de vida em todo o mundo.

Mas é, sem sombra de dúvida, a saúde pública... Na saúde pública, o destaque que eu quero aqui trazer, para a questão desse olhar preventivo da saúde, é a qualidade da água. A qualidade da água é fundamental. A água é o principal motor de transformação da qualidade de vida de uma pessoa, de uma comunidade, de uma sociedade.

Há também a questão do tratamento, do esgotamento sanitário: o que fazer com esse esgoto, coletando e depois tratando, para devolver esse bem para o meio ambiente. É muito claro, Senador Elmano, que o saneamento tem uma relação direta com a expectativa de vida e com a diminuição da desigualdade social. Ele fica sempre sendo um assunto anexado a outros debates. Você não percebe que a sociedade entende o saneamento como algo fundamental.

E o que nós vemos com isso? Começamos a perceber, Senador Elmano, que não adianta a gente promover ou produzir leis que ficam esquecidas no papel. O direito que dorme no papel não chega ao cidadão. Se a gente não fizer a água de qualidade chegar à torneira das pessoas, não adianta a gente fazer com que o direito chegue até o papel. Aqui é o papel do Senado fazer isso. Mas é muito mais do que isso: é iluminar que caminhos e qual papel o Estado brasileiro vai ter, para que a gente consiga alcançar no futuro a universalização do acesso à água e também da coleta e tratamento de esgoto.

Para o senhor ter ideia, rapidamente, a cada dois brasileiros, um brasileiro não tem coleta de esgoto. Ou seja, cem milhões de brasileiros têm seus dejetos colocados diretamente nas ruas, nos rios, nos mangues, afetando completamente o meio ambiente. E o que é pior, quando a gente fala de tratamento, ainda há uma situação muito mais constrangedora para o Brasil: a cada três brasileiros, apenas um tem seu esgoto tratado. E onde é que estão os piores bolsões da ausência desses serviços? Principalmente nos locais mais carentes.

Então, eu trago aqui, Senador, a ideia de discutir qual é o real papel do Estado brasileiro, para que a gente possa tirar esse direito que existe no papel e esse direito alcance as pessoas.

Eu só quero lembrar rapidamente que, em diversos momentos, nós tivemos o debate sobre o papel do Estado brasileiro em diversos outros setores. Posso me lembrar, e o senhor deve se lembrar também, no Piauí, de que os serviços de transporte público eram feitos através de empresas públicas. Os governos de Estado, os Municípios compravam diretamente os seus ônibus. Não era assim? Todos os Municípios tinham ônibus. E aí, um dia, alguém disse: "Não, por que o Estado tem que comprar o ônibus? O serviço tem que ser público, tem que ser acessível ao público, as tarifas têm que ser módicas, agora, o ônibus precisa ser do Estado? O ônibus precisa pertencer ao Município?". E avançamos nesse debate e, em grande parte das cidades brasileiras e posso dizer da totalidade das grandes cidades brasileiras, o sistema de transporte é público e os ônibus pertencem a empresas privadas.

Nós tivemos esse debate também na questão da coleta e do destino final do lixo. Todas as cidades tinham empresas que faziam diretamente os serviços de limpeza urbana. Então, o prefeito tinha que comprar o seu equipamento, o prefeito tinha que ter o seu próprio aterro, o



prefeito tinha que suprir com maquinário e com pessoas esses serviços. Isso passou. Grande parte dos Municípios do Brasil são atendidos por empresas privadas. Quando você coloca o lixo, deposita o lixo na rua para que alguma empresa possa pegar, ninguém pergunta se aquele caminhão pertence ao Estado ou a empresa privada. O que as pessoas querem é um serviço de qualidade, com qualidade.

Tivemos também a oportunidade de discutir isso na telefonia. Quando nós começamos a debater a possibilidade da privatização das teles, das empresas de serviço de telecomunicação, foi um absurdo. As pessoas diziam que estávamos entregando às empresas privadas algo que era tão importante e fundamental. E é claro que as empresas privadas ampliaram claramente a possibilidade de acesso.

Hoje nós temos mais telefones, temos mais aparelhos telefônicos do que pessoas no Brasil. Eu sou do tempo em que o telefone era um patrimônio. Havia pessoas que tinham em seu Imposto de Renda uma quantidade. Acho que todos que têm um pouco mais de 50 anos, como V. Ex^a, com um pouco mais de 50 anos, tinham esses telefones como patrimônio privado. Alugava-se a linha telefônica, vendia-se a linha telefônica, tal era a escassez. Era tão escasso... E não estou falando isso como coisa de 50, 60 anos atrás, não; nós estamos falando de 20 anos, de 2 décadas. Isso tudo mudou. E, quando muda, aquelas pessoas que eram contrárias mudam a bandeira, mudam o discurso, porque não têm mais como enfrentar aquilo que diziam no passado, porque já não é mais verdade.

A sociedade quer serviços de qualidade. E o papel do Estado brasileiro precisa ser remodelado. Nós precisamos aperfeiçoar o papel do Estado brasileiro. O primeiro papel do Estado brasileiro é planejar. Nós precisamos retomar a capacidade de planejamento do Estado brasileiro. E a primeira coisa que precisamos fazer é com que os planos municipais, principalmente de médias e de grandes cidades, saiam do papel. Eles precisam primeiro existir e sair do papel. Este é o papel do Estado brasileiro, do Município e dos governos de Estado: fazer um planejamento exequível. Não é aquele cola e copia. É fazer com que o planejamento demonstre essa vontade da sociedade de ter saneamento e água de qualidade.

É fundamental, para isso, que a gente comece a quebrar alguns paradigmas. E o primeiro paradigma que a gente precisa quebrar, Senador Elmano, é que o setor de saneamento não é apenas obra. Governos e governos imaginam que ampliar simplesmente os investimentos em obra vai dar a possibilidade de a água chegar à torneira das pessoas, e não é isso que nós estamos vendo e que vimos durante a história do Brasil. Nós tivemos diversos governos que apostaram em investir apenas em obras; e as obras viraram esqueletos. Nós temos aí diversas estações de tratamento de esgoto que não funcionam, estações de tratamento de água que também não funcionam, sistemas que estão completamente obsoletos. Por quê? Porque saneamento não é simplesmente obra. A obra é o meio; saneamento é a prestação do serviço. A obra física é o meio de você poder fazer com que aqueles serviços sejam prestados à população. É claro que esse é um grande embate que o Estado brasileiro precisa ter. Ele precisa ter essa capacidade de planejamento para poder investir, não investir na obra, mas investir na obra para que alguém possa depois cuidar, operar aquela obra.

É por isso que há outra questão que precisa ser de vez resolvida, que é o nosso Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. O nosso Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, Senador Elmano, é um sistema voluntário, ou seja, as prefeituras voluntariamente entram no sistema do Ministério das Cidades e colocam quais os serviços que elas fazem.



Esse sistema não tem auditoria nem tem obrigatoriedade – nem das companhias estaduais, nem das companhias municipais, nem dos Municípios – de prover aqueles dados de forma que aqueles dados sejam instrumentos de planejamento. Então, todo planejamento que a gente faz no setor de saneamento, nós fazemos, Senador Elmano, em cima desta base voluntária. Então, o mínimo que o Estado precisa fazer, o mínimo que o Estado brasileiro precisa realizar é uma auditoria sobre esse sistema. Esse sistema precisa ser auditado para que a gente possa, de fato, usar esses números para construir um plano futuro, para se fazer o planejamento.

É claro também que, no papel de planejar, o Estado brasileiro precisa incentivar novas formas de produção de água. Nós precisamos sair daquela forma a que estamos presos há algum tempo, que é buscar água nos rios. Nós estamos com um problema seriíssimo, porque, com essa questão da crise hídrica, nós estamos buscando água cada vez mais longe das nossas grandes cidades. E fazendo algo absurdo, que é tirar água do Semiárido para abastecer o litoral, onde você tem índice pluviométrico, muitas vezes, muito maior, três, quatro vezes maior. Então, se você pegar o mapa do Brasil, cada vez mais, Senador, nós estamos tirando água de quem não tem, do centro do País, das regiões semiáridas, e levando para o litoral.

Ou seja, qual o papel do Estado brasileiro? O papel do Estado brasileiro é atrair novas possibilidades de produção de água, novas tecnologias, estabelecer a possibilidade de que algumas cidades possam fazer a dessalinização, que o reuso da água seja uma realidade não só para o povo mas também para as empresas. Nós precisamos incentivar essas novas tecnologias, para que a gente não fique restrito à água que simplesmente cai do céu. Precisamos ampliar essa capacidade de monitorar e de guardar essa água.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, Senador, esse é um papel que é fundamental para que o Estado brasileiro se sinta responsável, que é o de planejar e incentivar essas novas tecnologias.

Outra questão fundamental é que o Estado avance na preservação do meio ambiente, mas não com a mão da punição simplesmente, que use a punição para quem incorrer no erro, mas que seja promotor do meio ambiente. Que ele possa, o Estado brasileiro, aplaudir, incentivar e criar incentivos financeiros para quem tem a sua terra e tem lá a sua reserva legal, que preserva suas APPs, que dá a possibilidade de o meio ambiente se regenerar.

O Estado brasileiro precisa usar meios e incentivos para que as pessoas promovam a retomada ambiental. Eu acho que esse é também um papel fundamental que o Estado brasileiro precisa ter. E olhar a água como um fator transversal de desenvolvimento, colocando em torno da mesa a agricultura, a indústria, o consumo humano, para que esse debate ganhe vida.

Então, é fato que planejar, sem sombra de dúvida, é o principal papel. E outra coisa, Senador Elmano, é o papel que ninguém pode fazer a não ser o próprio Estado. O Estado é que tem que ser o promotor desse planejamento.

Outro papel fundamental que o Estado brasileiro tem que ter é o de regular. Nós aqui tivemos a oportunidade de debater muito a questão das agências reguladoras. A regulação da atividade é fundamental para que os choques de interesse tragam para a sociedade benefícios. Então, é papel do Estado regular e fiscalizar, claro. E como é que ele pode fazer isso? Quando eu falo isso, não é só o Executivo, não. Nós estamos falando aqui do papel do Estado brasileiro, nós estamos falando aqui também do Judiciário, do Ministério Público.



Nesse momento de falar de regulação e fiscalização do setor de água e de saneamento, é fundamental que a Justiça e o Ministério Público se movimentem. Para quê? Para que cobrem dos contratos de prestação de serviço, de gestão de serviço, o que eles se comprometeram. Se se comprometeu a fazer investimento, que faça o investimento. Se se estabeleceu que vai ampliar a cobertura do sistema de água e também do sistema de esgotamento sanitário e também da questão de águas pluviais ou do lixo, que sejam cobradas as metas, que sejam claras nesses contratos. Precisamos rever todos esses contratos. Existem diversos, centenas, milhares de contratos dos serviços de água e esgoto que estão apodrecendo na gaveta da burocracia. Você vê diversas empresas estatais com esses contratos no escaninho simplesmente. Para fazer o quê? Uma reserva de mercado. É óbvio – e aí eu quero deixar clara a minha posição – que existem empresas públicas bem geridas e empresas privadas bem geridas; empresas públicas mal geridas e empresas privadas mal geridas. O importante não é quem presta o serviço; é se o serviço é bem prestado. Esse é que é o grande debate.

E como a gente faz essa fiscalização? É possível fazer essa fiscalização fiscalizando esses contratos. É importante que esse contrato reflita a melhor proposta para o consumidor, para o usuário. E como isso pode acontecer? Se houver uma disputa; se se estabelecer o contraditório; se se possibilitar que pensamentos diferentes estabeleçam propostas diferentes para que o consumidor, através do mercado, dessa busca da melhoria do serviço, possa ser melhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... atendido.

Precisa-se de quê? Na regulação e na fiscalização, de que haja controle social. Este é o papel do Estado brasileiro: ampliar o controle social. Para quê? Para que alcancemos uma coisa que é a meta principal, que a tarifa seja justa.

A tarifa justa não é a tarifa que é justa para os que estão usando hoje apenas; a tarifa justa, Senador Elmano, é a tarifa que torna o sistema permanentemente capaz de fazer novos investimentos. Não adianta você ter a tarifa hoje, que o sistema fica obsoleto, que você não tem a capacidade de mantê-lo, que a gente não pense no amanhã, na sociedade que vai avançando e vai se reunindo cada vez mais no meio urbano.

Então, é óbvio que esse papel de fazer da tarifa esse instrumento de sustentabilidade para a geração atual e para a geração futura é papel do Estado brasileiro. A regulação é um papel do Estado brasileiro, e, mais do que isso, Senador Elmano, o Estado precisa prover de água os que não têm condições de pagar. É assim que nós vamos diminuir essa diversidade, essa falta de serviço para as pessoas que não têm acesso.

Então, o Estado brasileiro precisa entrar com um papel de regulador para que a tarifa seja justa e para que ele possa, o Estado brasileiro, dar esse direito a quem não tem condições de pagar. Através de quê? De tarifas sociais, ou, quem sabe amanhã, de um subsídio direto. O fato é: se a pessoa não tem acesso à água, ela não tem acesso à vida.

Então, é de fundamental importância a gente debater o papel do Estado, porque senão a gente fica simplesmente no debate. É público *versus* privado. Esse é um debate que a gente tem de esquecer, porque nós precisamos fazer a complementariedade dos serviços. Não existe, Senador Elmano, mais nenhum serviço que seja puramente público. Não há mais isso. Até as empresas que são públicas usam empresas privadas para suprir as suas necessidades.



É de fundamental importância, então, que a gente avance, para que a gente entenda que o setor de água e esgoto é um ativo do Município – é um ativo! O sistema de água e esgoto é um ativo, porque o Município tem esse poder concedente, e, através desse poder concedente, ele pode ampliar e agilizar essa cobertura do serviço de água e esgoto, melhorando a sua saúde, e, quando melhora a saúde, diminui a quantidade de internamento nos hospitais e nos ambulatórios.

Então, é muito importante que a gente use a possibilidade de conceder esse serviço, não para pegar a outorga, o recurso e colocar em outros setores para pagar débitos de outros setores. A outorga do serviço de água e esgoto deve ser para investir no setor de água e esgoto, no setor de saneamento. E aí, sim, nós vamos poder curar essa chaga que é a falta de serviço de água e esgoto no Brasil.

Nós tivemos a oportunidade, já me encaminhando para o final, Senador Elmano, de fazer alguns debates nesta Casa e antes desta Casa. A gente teve um erro crasso, e aí eu posso dizer que foi o Supremo Tribunal quando ele fez com que o recorte da organização administrativa do setor de água e esgoto fosse um recorte administrativo por regiões metropolitanas. A água e o esgoto entendem o que é bacia hidrográfica, ele não entende o que é região metropolitana. Nós precisamos retomar essa visão de planejamento do Estado...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ...através das bacias hidrográficas.

Então, é muito importante a gente entender qual é o papel do Estado, porque, além de todos estes papéis – de planejar, de regular, de fiscalizar, de conceder o serviço –, ele pode prestar. Existem serviços municipais muito bem prestados; existem empresas, companhias estaduais que fazem muito bem o seu serviço, mas isso não é uma totalidade no Brasil. Não podemos tomar como regra o que acontece em São Paulo. São Paulo não pode ser regra do Brasil, ele pode ser o futuro, mas existem Estados que não têm condições de suprir, por si só e principalmente com a crise fiscal em que estamos, nos investimentos e nos aportes necessários para ampliar a cobertura.

Então, é importante que empresas públicas e privadas possam juntas encontrar uma equação para ampliar esses investimentos tão importantes.

Então, pode o Estado prestar serviços diretamente? Pode e, se tem condições, deve. Mas se não tem condições? A sociedade tem de ficar aguardando mais 500 anos para ter água e ter esgoto? Por que não chamar a iniciativa privada para que juntos possam fazer?

Então, é de fundamental importância, Senador, que possamos entender que, da mesma forma que outros setores conseguiram avançar nesse debate, como o setor de telefonia, o setor de transporte público, nós precisamos também avançar no debate do setor de água e esgoto, porque, hoje, para o senhor ter uma ideia, nós voltamos ao mesmo nível de investimento do ano de 2008: apenas quatro bilhões e pouco por ano. Isso vai nos levar, quando a gente faz uma conta, a que o alcance da universalização nos serviços de saneamento só se dê a partir do ano de 2060. Nós não estaremos nem aqui para ver isso.

Esse não pode ser o legado que o Senado Federal nem os governos que passam querem deixar para a sociedade brasileira. E, como legado, eu quero registrar que foi fundamental o debate do Fórum Mundial da Água.



Só para o senhor ter ideia, Senador Elmano, passaram pelo Fórum Mundial da Água mais de 120 mil participantes; 105 mil visitaram a Vila Cidadã; foram representantes de 172 países do mundo; foram mais de 300 sessões temáticas, e eu tenho a convicção, Senador, de que só o debate claro, transparente, com espírito público... Esta é uma palavra que nós precisamos ter: o espírito é público, ou seja, temos de ter serviços públicos com qualidade à disposição da sociedade brasileira, e com preços e tarifas módicas, para que a gente possa encontrar uma forma de incluir todos os brasileiros.

Então, eu queria finalizar aqui, nesta tarde, agradecendo a paciência de V. Ex^a, que me deu esse tempo a mais, e dizendo que vamos deixar um pouco algumas discussões que não nos levam à solução, porque o modelo que está hoje colocado, no Brasil, no setor de água e esgoto não tem a velocidade que precisamos fazer os investimentos e a qualidade dos serviços que a sociedade almeja, para que nós consigamos fazer com que os serviços possam ser universalizados para todos os brasileiros.

Então, eu deixo aqui esses últimos discursos que vou fazendo neste plenário, agradecendo a oportunidade de estar nesta Casa e dizendo que me sinto muito honrado e feliz por ter ao lado, ombreado, pessoas como V. Ex^a...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... que, em sua terra, é chamado carinhosamente do velhinho trabalhador, talvez até um pouco desse charme de poder ser tão jovem nas ideias e ter uma capacidade de realizar tanto quanto o senhor fez como Prefeito daquela terra, o que possibilitou que as pessoas de seu Estado pudessem lhe chamar carinhosamente de velhinho trabalhador.

Mas o fato, Senador Elmano, é que nós precisamos ter um olhar com altivez sobre a questão do saneamento básico no Brasil, porque, não adianta, sem investimentos em saneamento, vamos continuar tendo crianças morrendo, pessoas indo para os hospitais, diminuição da capacidade produtiva das pessoas no trabalho, o que estabelece conflitos que, no futuro, serão muito ruins, principalmente para Estados como o nosso, porque, quando falta água, Senador, não só falta saúde. A primeira coisa que uma empresa, uma indústria que vai para o interior pergunta é: "Tem água?" Porque, se não tiver água, o processo industrial não acontece.

Se para uma grande empresa ou para agricultura familiar que está no interior produzindo faltar água, vai parar a produção. Então, a água é, sem sombra de dúvida, fator precípua para que nós possamos ter um país mais igual e mais justo.

Então, quero agradecer a V. Ex^a e dizer muito obrigado a todos os ouvintes e a todos os funcionários aqui da Casa que nos acompanham nesta tarde/noite.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Eu queria, meu nobre Senador Roberto Muniz, dizer que nós já começamos a sentir saudades – saudades de um companheiro que se ouve aqui nesta Casa, com muita competência, com muito espírito público, não só no plenário, mas nas comissões técnicas, nas comissões permanentes.

E V. Ex^a, neste instante, acaba de dar uma aula, para mim importantíssima, que traduz a crise do Estado brasileiro. V. Ex^a foi muito preciso neste tema que eu reputo o mais importante dos dias de hoje. Realmente há uma crise profunda no Estado; dentro dela se insere uma crise



federativa muito grave, que levou e está levando a população brasileira não a uma incerteza, mas a uma insatisfação coletiva com relação aos serviços públicos prestados pelo Estado. O Estado sintetiza a União, o Estado federado e, sobretudo, os Municípios.

V. Ex^a foi muito feliz ao lembrar a questão do planejamento. O planejamento é fundamental, é a peça principal dos destinos de uma nação, de um país, de uma sociedade, de uma coletividade. E nós temos saudades – eu, particularmente, tenho – dos nossos planos decenais, dos planos nacionais de desenvolvimento, dos planos regionais de desenvolvimento.

Somos um País continental; regiões com características bem definidas; temos um trópico úmido; a hileia amazônica, que detém 2% da água doce do mundo e, do Brasil, detém 80%. E, próximo, relativamente próximo, temos o trópico semiárido, onde o Estado de V. Ex^a, a Bahia, talvez seja o último Estado dos nove, começando pelo Maranhão, aí vem o nosso Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e a sua Bahia... São regiões diferentes, em que temos que retomar o planejamento regional. Não é possível que nós continuemos essa política como se fosse homogêneo o País. Não o é.

Nós estamos aqui no Cerrado; temos aqui o Pantanal. São quatro regiões com características bem definidas. Temos a Região Sudeste e a Região Sul. Ou seja, temos inexoravelmente que tomar a política nacional de desenvolvimento e, dentro dessa política, a política regional.

V. Ex^a foi muito feliz ao trazer esse tema. No meu entendimento, V. Ex^a hoje encerra, depois de nós assistirmos, em meu gabinete, ao pronunciamento sempre constante, permanente, procedente do nosso grande mestre que é o Cristovam Buarque, que insiste que a educação é a base do desenvolvimento, e o planejamento traduz isso muito bem. Então, eu queria parabenizá-lo. Espero que V. Ex^a, durante esta semana, retorne com temas tão importantes como este que V. Ex^a trouxe aqui. Aqui é a Casa da Federação, e são exatamente temas dessa envergadura, dessa importância... Nós estamos vivendo uma crise do Estado, do esgotamento do Estado, da insatisfação coletiva com o Estado que nós temos. Então, vejo aí, quando nós colocamos o Estado como instituição, a sociedade do outro lado e a parte importante e fundamental, responsável por todo esse quadro que está aí, que se chama a política, a boa política... Nós somos, falando em tese, os responsáveis – nós políticos – por essa crise profunda em que o País está mergulhado. Então, eu cumprimento V. Ex^a mais uma vez.

Aliás, eu queria só colocar aqui um dado que me envergonha, como Senador do Estado do Piauí, relacionado à questão do saneamento. Na capital do nosso Estado, de cada cem residências, somente dezenove estão ligadas à rede de esgoto; no Estado do Piauí como um todo, com seus 224 Municípios, num território de 252 mil quilômetros quadrados, de cem residências, somente cinco são ligadas a uma rede de esgoto. Isso, para mim, traduz a importância do pronunciamento de V. Ex^a trazendo o tema saneamento, desde a escassez do problema de recursos hídricos ao esgotamento sanitário.

Mais uma vez, parabéns. Que Deus o ilumine, o abençoe e o guie nessa nova caminhada que V. Ex^a vai trilhar no nosso querido Estado baiano, na Bahia de todos os santos.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu fico muito feliz de poder falar, hoje à noite, com V. Ex^a aqui na Presidência, Senador Elmano.

Sobre essa questão do papel do Estado brasileiro, eu quero até fazer uma solicitação ao Presidente Eunício, pois, amanhã, vai haver uma reunião das Lideranças. Fizemos um projeto



de lei, que eu chamo de lei de responsabilidade gerencial, que foi um projeto desenvolvido pelo nosso gabinete em articulação com os técnicos daqui, da Casa, e também com os técnicos do Tribunal de Contas da União. A ideia é que precisa haver, no lançamento da política pública, um planejamento anterior em que se estabeleçam quais os valores que serão gastos, quem é o responsável, qual o foco, qual a população que será atendida, em quanto tempo, qual é...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... a cobertura, quais os indicadores. É um projeto que trata de um pacto legislativo das políticas públicas. Eu fiz esse projeto de lei junto com os técnicos daqui e do Tribunal de Contas da União. Tive a honra de ele ter sido relatado pelo Senador Anastasia, que conseguiu, junto com os pares da Comissão de Constituição e Justiça, aprovar a matéria. Essa matéria está pronta para entrar na Ordem do Dia. Então, eu queria pedir a V. Ex^a, hoje Presidente desta Casa, que nos ajude junte ao Presidente Eunício para ver se ela entra na Ordem do Dia de terça-feira ou de quarta-feira, para que possamos ter essa luz, para que possa a sociedade retomar a confiança no Estado brasileiro.

Essa falta de confiança é fruto de promessas vãs de muitos políticos. A sociedade não quer simplesmente a promessa; ela quer a realização e, mais do que isso, a sinceridade e que se estabeleça, olho no olho, uma relação em que as verdades sejam postas na mesa, para que ela possa entender quais os benefícios que vai aferir daquela política pública ou que não vai alcançar.

É de fundamental importância, Senador Elmano, que possamos contar com a sua colaboração para votar o mais rápido possível essa matéria.

Quem sabe, algum dia, não fiquemos com o olhar simplesmente nos valores, na quantidade dos recursos gastos no Orçamento, mas principalmente na qualidade dos recursos públicos. Quantidade sem qualidade é desperdício. Quantidade de dinheiro sem qualidade do serviço público é ineficiência. A sociedade sente isso.

O senhor colocou de uma forma muito clara sobre a cisão entre os políticos e a sociedade, que é fruto de, nos últimos anos, parte da sociedade brasileira ter conseguido alcançar dentro de suas casas um certo conforto. É claro que há ainda grandes bolsões de miséria, o que não devemos nunca esquecer, porque o combate à miséria tem que ser cotidiano da sociedade e do Estado brasileiro, mas grande parte da sociedade, da classe média, alcançou essa qualidade dentro de suas residências, possibilitando melhoria na qualidade de vida de sua família, principalmente olhando a sua família em gerações anteriores. Vemos uma melhora geracional em grande parte das famílias brasileiras, mas, quando elas chegam às ruas, quando elas têm acesso aos serviços públicos, elas já não sentem essa mesma qualidade que conseguiram auferir na sua vida. Então, não adianta você ter uma vida melhor se você não tem segurança. Não adianta! Essa vida melhor não se realiza de forma plena se você não vê outras pessoas também conseguindo conquistas.

A base de tudo isso é como fala o Senador Cristovam: nós precisamos disseminar a ideia da educação de qualidade, da saúde de qualidade e preventiva – através de água e esgoto. Que tenhamos esses serviços básicos de segurança para que possamos alcançar, de forma plena, a capacidade de viver em sociedade com uma felicidade que seja recíproca. Nós não podemos



caminhar sozinhos – sozinhos e felizes não existe em sociedade. Ou todos se movimentam e todos alcançam uma melhoria da qualidade de vida ou...

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – Sr. Senador Roberto Muniz, um aparte, por gentileza?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) –

Ou todos alcançam ou vamos ficar solitários. E, solitários, nós nos sentimos presos, presos nas nossas casas, com grades, comseguranças, presos dentro de nós, sem possibilidade de algo que é fundamental: a interação entre as pessoas. Talvez até tenhamos crescido muito na interação nas redes sociais, porque já não conseguimos mais conviver nos parques, nas ruas, nos campos de futebol. Nós não estamos conseguindo construir uma sociedade real de convivência. Aí nós estamos usando o artifício da vida digital para que possamos nos abraçar e nos sentir abraçados.

Acho que este é um grande desafio que o Estado brasileiro terá de cumprir, no futuro: o de retomar uma relação direta com a sociedade. Nós temos 2018 como um marco importante, porque é o ano das eleições. Espero que sejam eleições de paz, em que nós nos confraternizemos, porque eleição é, sem sombra de dúvida, a grande festa da democracia e da cidadania.

Eu queria dar um aparte ao nosso Senador Hélio José.

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – Nobre Senador Elmano Férrer, Presidente desta sessão, e nobre Senador Roberto Muniz, nosso orador no púlpito, eu queria cumprimentar V. Ex^a, que está falando coisas fundamentais. Realmente, o nosso povo está cansado da falta de gestão, da falta de responsabilidade com a coisa pública. De fato, os senhores têm razão: não são os recursos, mas a forma de aplicar os recursos, a fundamental questão que precisa ser trabalhada. Não adianta. Aqui em Brasília, sou o Coordenador da Bancada e digo, como Coordenador da Bancada dos três Senadores e dos oito Deputados Federais, que colocamos um monte de recursos para o Governo, mas a ineficiência é tamanha – é o pior Governo da história do Distrito Federal o deste Governador, do PSB, Rodrigo Rollemberg – que ele não consegue investir o dinheiro. De 100%, 92% acabam não sendo investidos, porque não há gestão, não há gestão. É uma péssima equipe. Brasília está sofrendo, está sendo penalizada com essa situação. E não é só Brasília, mas vários Estados também. Não vamos falar aqui de só um, mas de vários Estados. É também nas prefeituras. Então, a falta de gestão é muito grande. Eu falo isso como servidor público concursado que sou. V. Ex^a também é uma pessoa que conhece bem a máquina pública e, por isso, tem propriedade para dizer o que está falando. V. Ex^a está pondo o pingo no "i": nós precisamos ter gestão. E o momento, como V. Ex^a coloca – e, por isso, eu quero cumprimentá-lo mais uma vez –, é um momento oportuno de reflexão, porque é o momento do nosso povo em que todo mundo é igual. O voto unifica todo mundo, todo mundo vale um voto. Então, é o momento de nós fazermos a limpeza, de votarmos contra os corruptos, de votarmos contra os maus gestores, de votarmos contra as pessoas que estão com a ficha suja, embora haja processos que não se justificam, com algumas acusações que não são verdadeiras contra A, contra B ou contra C. Então, que as pessoas saibam diferir aquelas acusações que não são verdadeiras daquelas que são reais e que façam a separação entre o joio e o trigo. E, para concluir, para não ficar prolongando aqui o aparte, outra coisa importante, Senador Roberto Muniz, é que as pessoas precisam escolher pessoas experientes, pessoas experimentadas, porque não adianta a pessoa ser ficha-limpa, mas nunca ter feito nada na vida, porque ela pode roubar mais do que aquele que se quer tirar por estar roubando, por estar com a ficha suja. Então, tem que pegar pessoas que já tenham tido passagem no Legislativo, que tenham tido passagem no Executivo, que tenham tido passagem no Judiciário e que tenham permanecido íntegras, com



probidade, por ter gerido bem as coisas públicas. Então, é isso de que o nosso povo necessita para poder escolher bem candidato a Presidente da República, para escolher bem Senadores, para escolher bem governadores e para escolher bem Deputados Federais e deputados estaduais ou distritais – como é o caso de Brasília. V. Ex^a vem de um Estado onde, com toda mazela que o PT hoje está enfrentando, com toda dificuldade, o Governador, que é um Governador do PT, é um ótimo gestor. Por isso, quando se chega à Bahia, se vê que ele tem avaliação positiva de praticamente 70% da população baiana, ao contrário do daqui de Brasília, que é do PSB, Partido que deveria estar fazendo uma coisa mais social, coisa e tal, e que tem 93% de rejeição. O da Bahia tem uma posição positiva muito para lá de 50%. É tudo uma questão de gestão. Então, eu quero cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar o Senador Otto, que não está aqui, a Senadora Lídice, que não está aqui, e o nosso nobre Governador da Bahia... Eu não me lembro do nome dele...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – É o Rui Costa, que é do PT e que está fazendo um ótimo mandato, como está fazendo também...

(Soa a campainha.)

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – ... um ótimo mandato o Governador do PT do Ceará, que é o Camilo, que também vai ser reeleito, com apoio, inclusive, do nosso Presidente Eunício Oliveira, que tem aliança com o Governador do Ceará. Então, tudo depende da gestão. Muito obrigado. Parabéns a V. Ex^a. Muito correto o seu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senador Hélio José, pelo aparte. Incorpo o seu aparte.

Agradeço em nome do Governador Rui Costa, que realmente está fazendo um trabalho brilhante. E é isto que é importante na democracia: que se saiba separar o joio do trigo, como o senhor colocou de forma muito clara, e estabelecer que, dentro de partidos, existem pessoas e, entre essas pessoas, há de se escolherem pessoas competentes.

Eu fico brincando, Senador Elmano e Senador Hélio, que, infelizmente, o processo democrático no Brasil virou um Big Brother, porque o processo eleitoral, na verdade, é um processo de escolha. Então, a gente, em tese, deveria escolher o melhor. Mas o que acontece hoje? Como é feita a escolha? Não é feita a escolha do melhor. Você começa a eliminar. Parece o Big Brother: "Não, nesse aqui eu não voto; nesse aqui eu não voto." Então, na verdade, o que eu acho que a gente deveria ter... Quero dizer de um sentimento que tenho, e acho que uma parte da população tem: é a ausência de Cristovam no debate presidencial, porque ele ia elevar em muito a qualidade desse debate. É muito difícil você fazer uma escolha pela eliminação. Na verdade, você não escolhe o melhor. Você fica com o menos pior.

Então, nós vamos ter, Senador Elmano e Senador Hélio, que retomar a política para o debate das ideias. Mas não é das ideias que são simplesmente voltadas para a visão do que é antagônico. Eu vejo aqui, muitas vezes, na tribuna, pessoas que participaram de governos em que 90% do que foi feito nos dois governos foi muito parecido. Eles conseguem brigar pelos 10% ou pelos 5% ou pelo 1% que não converge. Eles conseguem fazer com que essas brigas tomem as ruas e a gente perca tempo, ao invés de melhorar os 95% de convergência, usando até a experiência de todos.



Por exemplo, nós temos o Programa Minha Casa, Minha Vida. O Programa Minha Casa, Minha Vida começou no governo do PT e continua no Governo de hoje. Nós temos diversos outros programas que começaram no governo do Fernando Henrique e continuaram no governo do PT. E a gente não conversa sobre essas coisas que convergem. A gente só conversa sobre o que é antagônico, porque, Senador Elmano, infelizmente, ficou fácil, sabendo desse sentimento de repulsa da sociedade, subir à tribuna e falar mal da política. É muito fácil apontar o dedo às mazelas da política. Mas enquanto a gente está aqui, tratando das mazelas, a gente esquece de construir o que é positivo. E só o que vai gerar cidadania é o que é positivo. O que gera a possibilidade de transformação da vida das pessoas é o que a gente conseguir convergir aqui como positivo.

Então, eu quero trazer o seu aparte, Senador Hélio, agradecendo-lhe também pelo trabalho que fizemos juntos em algumas comissões e, mais uma vez, agradecer ao Senador Elmano pela possibilidade de usar, por tanto tempo, esta tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Pela ordem de oradores inscritos, convido o nobre Senador Hélio José, do PROS, aqui do DF, a ocupar a tribuna desta Casa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente Elmano Férrer, o velhinho trabalhador, amigo de Brasília, um piauiense tão experimentado. Quero agradecer à população de Brasília, aos ouvintes da Rádio e TV Senado, que nos ouvem, e cumprimentar a todos.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ontem, domingo, dia 1º de abril, Dia da Mentira, mas que foi o dia da verdade, pois se comemorou uma das datas mais importantes para os cristãos, que é exatamente a Páscoa. Então, ontem, foi a comemoração da Páscoa, foi o Domingo de Páscoa. Muito me honra, Sr. Presidente, Senador Roberto Muniz, fazer este pronunciamento sob a sua Presidência, uma pessoa que passou um bom tempo aqui conosco e só nos encheu de alegria, de coração e de fraternidade com a sua participação e com os bate-papos.

Na verdade, entre as pessoas de fé cristã, a data da Páscoa pode sofrer variação de alguns dias, por conta da adoção do calendário gregoriano, como entre nós, cristãos do Ocidente, ou da adoção do antigo calendário juliano, como entre os cristãos ortodoxos, do Oriente. Há também algumas confissões cristãs protestantes que não a comemoram, nobre Presidente.

Então, a Páscoa é um momento de fraternidade, é o momento de comemorar a ressurreição de Cristo, é o momento que nós a comemoramos com a distribuição de ovos de Páscoa, de chocolate, e com comida farta inclusive.

No entanto, para os católicos, para os ortodoxos e para a maioria das crenças protestantes, a Páscoa consubstancia o símbolo religioso maior da renovação. É natural que todo o ato de fé na renovação, na nova oportunidade, na possibilidade de contribuir para que tudo seja melhor, traga dentro de si, preencha e transborde o sentimento inseparável da esperança.

Então, é muito importante! A Páscoa é um momento de esperança, é um momento de confraternização em família. Eu não poderia deixar de vir aqui falar sobre esse importante momento, ainda mais a minha pessoa, que tem um mandato voltado na defesa das famílias.

Não foi outro, senão este, o teor da mensagem *Urbi et Orbi*, para a cidade e para o mundo, proferida pelo nobre Papa Francisco no dia de ontem, nobre Presidente, domingo de Páscoa,



que comemora o dia em que Jesus Cristo ressuscitou, após três dias de sua crucificação no Monte Calvário, em Jerusalém.

Neste momento, eu quero fazer um aparte, Sr. Presidente, para falar sobre uma atividade que tem em Brasília, no Morro da Capelinha, a Paixão de Cristo. Lá tive a oportunidade de participar de toda essa encenação da crucificação de Cristo no Morro da Capelinha. Uma festa linda, com 150 mil pessoas ao ar livre, comemorando esse importante evento.

Se V. Ex^a puder, inclusive, no próximo ano, marque uma ida ao Morro da Capelinha, o senhor vai ver que evento emocionante. É a cidade de Planaltina, no Distrito Federal, sendo vista no mundo inteiro, em um grande espetáculo para 150 mil pessoas, feito da forma mais organizada e mais realista possível.

Por isso, eu quero cumprimentar todos que organizaram a Via Sacra, cumprimentar o Pêpa, que ajudou a coordenar toda a equipe de trabalho, cumprimentar o serviço público, a Polícia Militar, que estava lá presente, o Corpo de Bombeiros Militar, a CEB, a Caesb, o pessoal da Administração Regional, na pessoa do Salgueiro, os políticos que lá foram, a comunidade que lá esteve presente, todos que puderam se emocionar, ver o maior espetáculo ao ar livre do Distrito Federal, e cumprimentar, de forma muito especial, todos os moradores de Planaltina. Uma cidade em Brasília que é sinônimo do folclore e da cultura, porque em Planaltina nós já temos a Festa de Reis, a Festa do Divino, que é um evento que reúne todo mundo na cidade mais antiga do DF. Além disso, temos o grande evento da crucificação de Cristo e da encenação da Paixão de Cristo lá no Morro da Capelinha, quando eu tive a oportunidade de me emocionar e participar dessa vez. Por isso eu não poderia deixar de abrir este parêntese neste momento em que estou fazendo o discurso da Páscoa para cumprimentar a todos de Brasília, do Morro da Capelinha e da cidade de Planaltina por esse grande evento.

A Páscoa, Sr. Presidente, é renovação, é nova oportunidade, é destino que se cumpre, é esperança.

Ora, o Papa Francisco tem se notabilizado justamente por trazer renovação à Igreja Católica – disso não resta dúvida –, tanto é que o Papa Francisco é aquele terreno que é um brasileiro adotado por todos nós. O senhor sabe as diferenças que nós temos com a Argentina, mas o Papa Francisco conseguiu superar toda essa questão porque é uma pessoa tão humana, com o coração tão imenso e com a participação tão fraterna entre os povos que conseguiu pacificar os brasileiros e os argentinos em várias das searas existentes. Só temos rivalidade no futebol agora.

Sua Santidade tem demonstrado extrema coragem para combater, com rigor e com dureza, desvios de comportamento inaceitáveis ocorridos entre sacerdotes católicos. Sua Santidade tem sido, também, arauto de um novo tempo em que preconceitos sociais são deixados de lado em nome de uma Igreja inclusiva que acolha a todos, indiscriminadamente, não importando quem seja, todos que queiram inspirar a sua vida e a sua busca moral e espiritual nos ensinamentos e no exemplo de Jesus Cristo. É um Papa, portanto, a quem é inerente o sentimento da renovação, Sr. Presidente.

Por isso, eu quero abrir outro aparte para falar aqui do nosso nobre Dom Sérgio, Cardeal de Brasília, nomeado pelo nosso Papa Francisco como Cardeal, uma pessoa que é o Presidente da CNBB, e do Secretário-Geral da CNBB, que é de Brasília, Dom Leonardo, que tem trabalhado de forma efetiva para levar a palavra humana e a palavra da reconstrução e da solidariedade a todas as casas do Distrito Federal. Quero cumprimentar a Cúria: Dom Marcony,



Dom Valdir, todos da Cúria, os vários padres e os vários arcebispos que fazem a propagação da fé no Distrito Federal, além dos leigos das igrejas que fazem com que a coisa aconteça de forma mais precisa.

É também uma característica do Papa o importar-se com as guerras e os conflitos armados que atualmente flagelam o mundo, Sr. Presidente. Ele citou, nominalmente, a interminável guerra civil na Síria, nação a que chamou "amada" e "martirizada". Referiu-se ao conflito, também interminável, na Terra Santa, vale dizer, o Oriente Médio; igualmente, à guerra civil no Iêmen; ao Sudão do Sul; à península coreana; à Ucrânia – então o Papa é um humanista, uma pessoa que realmente está acima das diferenças –; e, finalmente, à Venezuela, nosso país-irmão, ao norte da fronteira brasileira. O país passa por dificuldades que precisam ser resolvidas por meios de atos pacíficos e sem ingerência externa. O Papa fez essas citações.

Quero dizer que faço minhas as preocupações deste grande humanista que é o Papa Francisco. Faço-me solidário aos que dele, em seu discurso de Páscoa, merecem solidariedade e deixo, por fim, a minha mensagem de esperança na renovação – renovação, que é a mensagem mais profunda da Páscoa – e trilharmos novos caminhos que nos levarão a um mundo melhor, depois de rejeitados os velhos caminhos que se provaram maus. E que essa esperança...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ... na renovação e no aperfeiçoamento possa iluminar e inspirar o coração de cada brasileiro.

Para finalizar, Sr. Presidente, no último sábado foi o Dia Mundial da Juventude. Nós temos uma juventude massacrada, com milhares de jovens perdendo a vida entre quinze e trinta anos. Na maioria deles negros, pessoas das periferias, por não terem oportunidade.

Eu tive a honra de ser o Relator aqui, neste plenário do Senado, do projeto do estatuto de proteção aos jovens, que foi fruto de uma discussão na CPI contra a violência. Esse projeto foi aprovado por unanimidade aqui no Senado e seguiu para a Câmara dos Deputados. Esperamos celeridade, para que nós possamos de fato ter políticas públicas e políticas inclusivas que venham a resolver o problema da nossa juventude, que não deixem que os nossos jovens fiquem perdidos na droga, fiquem perdidos na falta de emprego e de oportunidade.

É isso que nós, políticos – V. Ex^a, como Senador da República tão atuante –, que eu e demais pares precisamos fazer aqui. Por isso, eu não podia terminar a minha fala, principalmente hoje, três dias após o Dia Mundial da Juventude, sem dizer da importância desse ato, desse trabalho que nós fazemos aqui no Senado Federal. Inclusive com a aprovação desse importante estatuto na defesa dos jovens, que agora seguiu para a Câmara dos Deputados, do qual eu tive a honra de ser o Relator, e de aprová-lo aqui por unanimidade.

Muito obrigado, Excelência. O Brasil precisa de nós. Isso era o que eu tinha a dizer nesse dia de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Hélio José, V. Ex^a finaliza uma tarde/noite de bons debates, bons discursos e traz um fechamento muito importante para as famílias cristãs que estão nos assistindo, lembrando a Páscoa, a questão da simbologia e, mais do que isso, da possibilidade de transformação que a Páscoa traz com a fé que ela produz, principalmente nos que acreditam que a ressurreição é algo vivo e possível hoje através da fé.



Então, é importante a gente ver esses momentos que às vezes passam pela televisão como um apelo mercadológico, de compra e venda de ovos de Páscoa, de chocolate. Mas, por trás daquilo tudo, há uma simbologia muito forte, que é fazer com que as famílias possam de novo se agregar em torno da mesa, em torno da fé e trazer de volta esse sentimento de futuro, esse sentimento de paz, de convivência, de amor, de fraternidade. Quando isso acontece próximo ao Dia Mundial da Juventude, como V. Ex^a trouxe aqui, isso tem um brilho especial, porque nada dialoga com o futuro com mais realidade do que a juventude.

A juventude é o diálogo com o futuro. Quando a gente cuida da juventude, a gente está cuidando das gerações futuras, está cuidando de um melhor momento para a sociedade.

Então, a Páscoa, essa ressurreição, vinda com a juventude...

Rever o papel da juventude na sociedade e ampliar esse papel da juventude na sociedade é, sem sombra de dúvida, um dos grandes desafios que o Senado e o Congresso Nacional têm.

Então, quero parabenizar e dizer que não temos mais oradores inscritos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Queria só agradecer a V. Ex^a e dizer que V. Ex^a é uma pessoa realmente muito sensível, uma pessoa muito especial.

Para mim, sempre foi e será uma honra conviver com V. Ex^a nesta Casa. Muito obrigado. E V. Ex^a descreveu a totalidade do sentimento da irmandade, do sentimento de fraternidade, que é o espírito da Páscoa.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Hélio José, o Sr. Elmano Férrer deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Muniz.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então – agradecendo as suas palavras, Senador Hélio José –, não havendo mais nenhum inscrito, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 41 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 38^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Aviso do Banco Central do Brasil





SENADO FEDERAL

AVISO N° 9, DE 2018

Encaminha, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real do Banco Central do Brasil referente ao mês de fevereiro de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

AUTORIA: Banco Central do Brasil

DOCUMENTOS:

- [Texto do aviso](#)

DESPACHO: À CAE.



[Página da matéria](#)



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Aviso 21/2018-BCB

Brasília, 26 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Eunício Lopes de Oliveira
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrativo das emissões do real.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de fevereiro de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente,



Ilan Goldfajn
Presidente

Anexo: 1.

Recebido em 28 / 3 / 18
Hora: 11 : 04
Carolina Monteiro Duarte Mourão
Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matrícula: 231013 SLSF/SGM



Página 2 de 14

Presidente

Parte integrante do Avulso do AVS nº 9 de 2018.

E-mail: presidencia@bcb.gov.br

**Anexo ao Aviso 21/2018-BCB, de 26 de março de 2018****Demonstrativo das emissões do real – fevereiro de 2018**

- I. A base monetária restrita e a emissão
- II. A base monetária ampliada
- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos



Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Fevereiro de 2018

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diárias da base monetária totalizou R\$268,7 bilhões em fevereiro (recesso de 3% no mês e avanço de 6,8% em doze meses). A variação mensal resultou das reduções de 9,8% nas reservas bancárias e de 1,8% no papel-moeda emitido.

Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 1º trimestre/2018 ^{1/} (Voto CMN nº 105/2017)	303,20
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	268,67
b.1 - Usos ^{2/}	268,67
b.1.1 Papel-moeda emitido	230,06
b.1.2 Reservas bancárias	38,61
b.2 - Fontes	268,67
b.2.1 Saldos em 31.1.2018	272,40
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	228,44
b.2.1.2 Reservas bancárias	43,96
b.2.2 Fluxos em fevereiro 2018 ^{3/}	-3,72
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	10,14
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-27,22
b.2.2.3 Operações com o setor externo	9,40
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	3,96
C - Saldo de emissão (A - B)	34,53
D - Reservas Internacionais disponíveis	1.223,44
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	303,20
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	920,24

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.

2/ Média dos saldos nos dias úteis.

3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Fevereiro de 2018

Período	Papel-moeda emitido	Base monetária e componentes							
		Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2016 Jan	213 738	-3,5	3,4	37 915	8,7	-18,5	251 653	-1,8	-0,6
Fev	209 171	-2,1	3,5	35 100	-7,4	-12,1	244 271	-2,9	1,0
Mar	205 986	-1,5	3,3	35 131	0,1	-14,8	241 118	-1,3	0,2
Abr	204 655	-0,6	2,9	32 707	-6,9	-17,2	237 363	-1,6	-0,4
Mai	203 895	-0,4	3,9	34 481	5,4	-3,8	238 376	0,4	2,7
Jun	202 900	-0,5	3,1	33 609	-2,5	-7,6	236 509	-0,8	1,4
Jul	203 970	0,5	3,5	33 538	-0,2	-9,5	237 509	0,4	1,5
Ago	203 465	-0,2	3,7	33 697	0,5	1,3	237 161	-0,1	3,4
Set	209 599	3,0	6,7	33 619	-0,2	-2,7	243 218	2,6	5,3
Ouit	210 513	0,4	3,3	33 564	-0,2	-0,1	244 077	0,4	2,8
Nov	208 952	-0,7	3,1	34 494	2,8	0,5	243 447	-0,3	2,7
Dez	227 762	9,0	2,8	37 607	9,0	7,8	265 370	9,0	3,5
2017 Jan	219 621	-3,6	2,8	40 776	8,4	7,5	260 397	-1,9	3,5
Fev	215 589	-1,8	3,1	35 982	-11,8	2,5	251 571	-3,4	3,0
Mar	212 515	-1,4	3,2	35 521	-1,3	1,1	248 036	-1,4	2,9
Abr	214 292	0,8	4,7	34 425	-3,1	5,3	248 717	0,3	4,8
Mai	212 960	-0,6	4,4	35 091	1,9	1,8	248 051	-0,3	4,1
Jun	213 879	0,4	5,4	36 623	4,4	9,0	250 502	1,0	5,9
Jul	215 929	1,0	5,9	35 445	-3,2	5,7	251 374	0,3	5,8
Ago	214 307	-0,8	5,3	35 559	0,3	5,5	249 866	-0,6	5,4
Set	219 062	2,2	4,5	35 383	-0,5	5,2	254 445	1,8	4,6
Out	219 068	0,0	4,1	35 232	-0,4	5,0	254 301	-0,1	4,2
Nov	220 400	0,6	5,5	36 211	2,8	5,0	256 611	0,9	5,4
Dez	241 913	9,8	6,2	40 379	11,5	7,4	282 292	10,0	6,4
2018 Jan	234 290	-3,2	6,7	42 802	6,0	5,0	277 091	-1,8	6,4
Fev	230 064	-1,8	6,7	38 611	-9,8	7,3	268 674	-3,0	6,8

Em relação aos fatores condicionantes da evolução mensal da base monetária, as operações com títulos públicos federais exercearam impacto contracionista de R\$14,9 bilhões (compras líquidas de R\$14 bilhões no mercado secundário e colocações líquidas de R\$28,9 bilhões no mercado primário), e as operações do Tesouro Nacional, de R\$8,6 bilhões. Em contrapartida, as recompras a termo de divisas no mercado interbancário e os depósitos de instituições financeiras (variações nos saldos dos recolhimentos compulsórios) provocaram expansões de R\$10,1 bilhões e R\$3,1 bilhões, respectivamente.




Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Fevereiro de 2018

Período	Fatores condicionantes da base monetária						R\$ milhões
	Operações com o Tesouro Nacional ^{1/}	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária	
2016 Jan	- 5 252	- 28 721	527	1 716	16 769	- 14 960	
Fev	2 042	18 812	- 325	3 420	- 11 718	12 231	
Mar	8 517	34 819	- 18 973	8 303	- 42 697	- 10 030	
Abr	- 5 077	- 1 188	12 723	5 490	- 12 335	- 387	
Mai	4 611	- 18 403	13 865	- 5 304	3 054	- 2 177	
Jun	14 928	7 551	- 2 602	- 2 429	- 22 737	- 5 288	
Jul	30 176	- 48 446	19 234	3 426	1 777	6 167	
Ago	5 464	- 5 840	4 268	- 4 687	- 4 250	- 5 046	
Set	23 158	- 10 646	1 728	- 1 854	- 1 118	11 267	
Out	- 34 187	35 156	- 1 175	3 404	- 2 390	810	
Nov	20 301	- 30 242	2 910	166	3 940	- 2 926	
Dez	- 52 398	79 414	352	1 856	- 3 858	25 367	
2017 Jan	8 140	- 6 429	267	- 4 757	- 5 116	- 7 895	
Fev	17 233	- 17 044	3 167	2 680	- 2 102	3 933	
Mar	- 3 323	- 23 877	4 076	- 831	1 240	- 22 715	
Abr	- 8 792	13 436	13 260	1 582	558	20 044	
Mai	17 127	- 39 845	774	- 4 673	614	- 26 003	
Jun	18 577	4 815	219	- 1 569	546	22 587	
Jul	27 747	- 32 461	4 394	1 013	- 5 072	- 4 379	
Ago	3 762	- 7 201	327	- 617	30	- 3 700	
Set	- 7 674	16 835	249	1 012	188	10 610	
Out	- 14 211	1 960	340	1 795	1 799	- 8 317	
Nov	- 13 616	17 770	351	6 423	- 1 161	9 766	
Dez	7 164	45 249	- 26 027	4 707	1 443	32 536	
2018 Jan	3 102	- 27 650	279	3 239	- 3 329	- 24 359	
Fev	- 8 619	- 14 857	10 080	4 221	1 296	- 7 879	

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada alcançou R\$5.225 bilhões, crescimento de 0,6% no mês e 10,1% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária subiu 0,9% no mês, atingindo R\$4.558 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.




Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Fevereiro de 2018

Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais			Total	Variação percentual		
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses	
		Remunerados ^{1/}	Não remunerados ^{2/}	Posição de carteira ^{3/}	Financiamento ^{4/}	Total				
2016 Jan	240 329	338 349	2 206	2576 843	1027 329	3604 172	4185 056	1,4	17,8	
Fev	252 560	338 424	2 208	2647 908	979 670	3627 578	4220 770	0,9	17,0	
Mar	242 530	333 846	2 222	2723 222	911 644	3634 866	4213 464	-0,2	14,5	
Abr	242 143	331 469	2 267	2639 269	1033 769	3673 038	4248 917	0,8	15,6	
Mai	239 966	340 871	2 261	2712 091	1020 043	3732 134	4315 232	1,6	15,4	
Jun	234 678	346 707	2 216	2801 120	967 260	3768 380	4351 981	0,9	15,1	
Jul	240 845	348 027	2 202	2798 516	1061 365	3859 881	4450 955	2,3	15,2	
Ago	235 769	356 624	2 674	2796 556	1113 977	3910 533	4505 600	1,2	14,9	
Sep	247 036	362 082	2 608	2887 287	1076 075	3963 362	4575 066	1,5	15,3	
Out	247 846	362 396	2 640	2875 829	1089 919	3965 748	4578 630	0,1	14,3	
Nov	244 920	366 476	2 698	2927 883	1107 024	4034 907	4649 001	1,5	15,1	
Dez	270 287	368 356	2 695	2950 982	1047 484	3998 466	4639 804	-0,2	12,4	
2017 Jan	262 392	377 571	2 732	2902 384	1143 570	4045 954	4688 649	1,1	12,0	
Fev	266 325	378 286	2 754	2984 799	1113 024	4097 823	4745 188	1,2	12,4	
Mar	243 610	383 101	2 771	3077 238	1087 468	4164 706	4794 188	1,0	13,8	
Abr	263 655	384 330	2 806	3087 832	1096 102	4183 934	4834 725	0,8	13,8	
Mai	237 652	391 288	2 707	3095 431	1166 785	4262 216	4893 863	1,2	13,4	
Jun	260 239	396 248	2 702	3193 934	1100 051	4293 985	4953 174	1,2	13,8	
Jul	255 860	393 738	2 665	3183 385	1178 128	4361 513	5013 776	1,2	12,6	
Ago	252 160	405 755	4 448	3245 020	1157 466	4402 486	5064 849	1,0	12,4	
Sep	262 770	407 616	4 467	3269 675	1148 182	4417 857	5092 710	0,6	11,3	
Out	254 453	409 150	4 470	3268 441	1178 595	4447 036	5115 109	0,4	11,7	
Nov	264 220	405 862	4 501	3330 079	1134 462	4464 541	5139 124	0,5	10,5	
Dez	296 755	402 804	4 499	3387 032	1064 980	4452 012	5156 070	0,3	11,1	
2017 Jan	272 396	399 862	4 459	3359 005	1156 924	4515 929	5192 046	0,7	10,7	
Fev	264 517	398 289	4 479	3410 128	1147 384	4557 512	5224 797	0,6	10,1	

1/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% aa + TR, se meta Selic maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR, se igual ou menor que 8,5% a.a.
 Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC; recursos de poupança não direcionado ao financiamento imobiliário: 80% (Remuneração: 6,17% a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic a.a. + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5% a.a.) e recursos de poupança não direcionados ao crédito rural: TR. A partir de agosto/2016 inclui depósitos decorrentes da deficiência na aplicação em crédito rural dos recursos de LCA (Remuneração básica dos depósitos vinculados ao SBPE).

2/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósito prévio para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural. A partir de outubro/2010 inclui os depósitos decorrentes da limitação de crédito ao Setor Público- Res 2827/01. A partir de Jan/2011 inclui os depósitos sobre Recursos de Depósitos e de Garantias Realizadas.

3/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.

4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia avaliados pelo preço de lastro, do DEMAB (-) oversold (+) undersold. Inclui operações no extramercado.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) somou R\$333,1 bilhões em fevereiro, com retração de 2,3% no mês, correspondente às evoluções de -2,4% no papel-moeda em poder do público e de -2,2% nos depósitos à vista. Em doze meses, o M1 cresceu 5,5%. 



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Fevereiro de 2018

Período	Papel-moeda em poder do público	Meios de pagamento (M1) e componentes							
		Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2016 Jan	177 893	-3,6	4,5	140 805	-4,8	-13,0	318 698	-4,1	-4,0
Fev	174 192	-2,1	4,9	136 166	-3,3	-12,9	310 358	-2,6	-3,7
Mar	172 127	-1,2	3,7	132 348	-2,8	-11,9	304 475	-1,9	-3,7
Abr	171 085	-0,6	3,9	132 326	0,0	-9,8	303 410	-0,3	-2,5
Mai	170 834	-0,1	4,8	131 937	-0,3	-8,0	302 771	-0,2	-1,2
Jun	170 083	-0,4	3,8	129 056	-2,2	-8,1	299 139	-1,2	-1,7
Jul	171 083	0,6	4,2	133 149	3,2	-5,8	304 232	1,7	-0,5
Ago	170 055	-0,6	4,1	131 432	-1,3	-3,5	301 487	-0,9	0,6
Set	175 358	3,1	7,5	132 346	0,7	-1,7	307 704	2,1	3,4
Out	175 018	-0,2	3,7	136 428	3,1	1,9	311 446	1,2	2,9
Nov	174 381	-0,4	3,4	136 130	-0,2	1,7	310 510	-0,3	2,6
Dez	190 984	9,5	3,5	149 906	10,1	1,4	340 890	9,8	2,6
2017 Jan	184 374	-3,5	3,6	140 990	-5,9	0,1	325 364	-4,6	2,1
Fev	180 517	-2,1	3,6	135 306	-4,0	-0,6	315 823	-2,9	1,8
Mar	177 171	-1,9	2,9	134 096	-0,9	1,3	311 266	-1,4	2,2
Abr	178 240	0,6	4,2	136 301	1,6	3,0	314 541	1,1	3,7
Mai	177 581	-0,4	3,9	134 978	-1,0	2,3	312 558	-0,6	3,2
Jun	179 394	1,0	5,5	135 567	0,4	5,0	314 961	0,8	5,3
Jul	181 644	1,3	6,2	138 024	1,8	3,7	319 668	1,5	5,1
Ago	180 022	-0,9	5,9	133 801	-3,1	1,8	313 823	-1,8	4,1
Set	183 777	2,1	4,8	135 205	1,0	2,2	318 982	1,6	3,7
Out	182 630	-0,6	4,3	136 453	0,9	0,0	319 084	0,0	2,5
Nov	183 736	0,6	5,4	138 101	1,2	1,4	321 837	0,9	3,6
Dez*	202 206	10,1	5,9	155 723	12,8	3,9	357 929	11,2	5,0
2018 Jan*	196 112	-3,0	6,4	144 951	-6,9	2,8	341 063	-4,7	4,8
Fev*	191 355	-2,4	6,0	141 696	-2,2	4,7	333 052	-2,3	5,5

* Dados preliminares.

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se relativamente estável situando-se em 1,24 ante 1,23 do mês de janeiro.




Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador	
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$	
2016 Jan	0,56	0,44	0,25	0,27	1,27	
	0,56	0,44	0,26	0,26	1,27	
	0,57	0,43	0,26	0,27	1,26	
	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28	
	0,56	0,44	0,25	0,26	1,27	
	0,57	0,43	0,25	0,26	1,26	
	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28	
	0,56	0,44	0,25	0,26	1,27	
	0,57	0,43	0,26	0,25	1,28	
	0,56	0,44	0,25	0,26	1,27	
	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28	
	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28	
2017 Jan	0,57	0,43	0,25	0,29	1,25	
	0,57	0,43	0,26	0,27	1,26	
	0,57	0,43	0,26	0,26	1,25	
	0,57	0,43	0,26	0,25	1,26	
	0,57	0,43	0,26	0,26	1,26	
	0,57	0,43	0,25	0,27	1,26	
	0,57	0,43	0,25	0,26	1,27	
	0,57	0,43	0,26	0,27	1,26	
	0,58	0,42	0,26	0,26	1,25	
	0,57	0,43	0,27	0,26	1,25	
	0,57	0,43	0,27	0,26	1,25	
	0,56	0,44	0,25	0,26	1,27	
2018 Jan	0,58	0,42	0,26	0,30	1,23	
	0,57	0,43	0,27	0,27	1,24	

1/ Onde :

- C - Preferência do público por papel-moeda
- PMPP - Papel-moeda em poder do público
- M1 - Meios de pagamento
- D - Preferência do público por depósitos à vista
- DV - Depósitos à vista

R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
 CX - Encaixe de moeda corrente
 R2 - Taxa de reservas bancárias
 RB - Reservas bancárias
 K - Multiplicador da base monetária
 B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

O saldo dos meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 em final de período, acrescido de depósitos de poupança e títulos privados emitidos por instituições financeiras, registrou crescimento mensal de 0,6% em fevereiro, somando R\$2,5 trilhões. Esse resultado decorreu do aumento de 0,3% nos depósitos de poupança, saldo de R\$727,8 bilhões, e de 0,8% no saldo dos títulos privados, que totalizou R\$1,4 trilhão. No mês, ocorreram resgates líquidos de R\$708 milhões em depósitos de poupança e captações líquidas de R\$6,5 bilhões em depósitos a prazo.




O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastream as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, registrou expansão de 0,8% no mês, atingindo R\$5,9 trilhões, resultado das elevações de 0,7% nas quotas de fundos de renda fixa e de 9,7% no saldo das operações compromissadas, que totalizaram, respectivamente, R\$3,3 trilhões e R\$111,5 bilhões. O M4, conceito que acrescenta ao M3 os títulos públicos de detentores não financeiros, apresentou elevação de 0,9% no mês e de 8,4% nos últimos 12 meses, alcançando R\$6,7 trilhões.

Período	M1	Meios de pagamento ampliados										Variação percentual			
		Depósitos de poupança	Títulos privados ^{1/}	M2	Quotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações compromissadas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Selic)	M4						
									No mês	Em 12 meses					
2016															
Jan	309 171	650 997	1 288 732	2 248 900	2 298 674	204 565	4 752 139	837 384	5 589 522	0,6	10,7				
Fev	306 535	648 290	1 292 811	2 247 636	2 343 291	216 718	4 807 645	823 972	5 631 617	0,8	11,3				
Mar	300 106	647 003	1 298 270	2 245 380	2 401 044	218 686	4 865 110	861 650	5 726 760	1,7	11,8				
Abr	302 381	642 773	1 296 396	2 241 551	2 434 568	213 411	4 889 530	864 845	5 754 375	0,5	11,3				
Mai	299 807	640 247	1 313 741	2 253 794	2 459 341	214 016	4 927 151	852 308	5 779 459	0,4	10,1				
Jun	300 911	640 680	1 325 513	2 267 104	2 481 750	211 573	4 960 426	872 644	5 833 070	0,9	10,5				
Jul	299 911	643 807	1 327 395	2 271 113	2 525 432	211 986	5 008 531	884 410	5 892 941	1,0	11,6				
Ago	298 618	643 659	1 339 694	2 281 971	2 575 698	209 969	5 067 637	856 003	5 923 641	0,5	11,4				
Set	307 800	645 433	1 328 813	2 282 046	2 598 593	211 409	5 092 049	851 773	5 943 822	0,3	11,6				
Out	308 519	646 801	1 331 117	2 286 437	2 646 961	208 197	5 141 595	853 339	5 994 934	0,9	11,3				
Nov	317 699	652 683	1 343 686	2 314 068	2 673 722	193 915	5 181 706	875 505	6 057 210	1,0	11,3				
Dez	347 811	669 286	1 354 557	2 371 655	2 736 708	174 992	5 283 355	861 130	6 144 485	1,4	10,6				
2017															
Jan	312 240	662 201	1 338 968	2 313 409	2 819 887	185 425	5 318 721	822 767	6 141 488	0,0	9,9				
Fev	318 903	664 106	1 338 596	2 321 605	2 868 743	168 853	5 359 201	810 449	6 169 650	0,5	9,6				
Mar	309 000	662 919	1 357 691	2 329 611	2 936 696	163 247	5 429 554	814 750	6 244 304	1,2	9,0				
Abr	311 204	665 181	1 367 642	2 344 027	2 939 325	141 700	5 425 053	846 733	6 271 786	0,4	9,0				
Mai	309 454	668 998	1 396 250	2 374 702	2 964 393	132 922	5 472 017	839 142	6 311 159	0,6	9,2				
Jun	316 225	678 744	1 413 372	2 408 341	3 000 124	104 402	5 512 867	834 133	6 347 000	0,6	8,8				
Jul	316 196	684 708	1 399 865	2 400 769	3 069 320	91 628	5 561 717	810 862	6 372 579	0,4	8,1				
Ago	311 593	690 410	1 415 310	2 417 312	3 139 736	89 440	5 646 489	807 033	6 453 521	1,3	8,9				
Set	316 679	697 407	1 418 706	2 432 791	3 172 781	86 944	5 692 516	805 407	6 497 923	0,7	9,3				
Out	315 990	698 581	1 405 647	2 420 218	3 209 667	97 113	5 726 998	823 107	6 550 105	0,8	9,3				
Nov	330 345	705 588	1 409 587	2 445 521	3 198 324	102 509	5 746 354	846 687	6 593 041	0,7	8,8				
Dez*	363 026	727 981	1 392 866	2 483 873	3 216 178	91 827	5 791 879	834 056	6 625 935	0,5	7,8				
2018															
Jan*	326 185	725 729	1 390 109	2 442 023	3 266 302	101 654	5 809 979	817 092	6 627 071	0,0	7,9				
Fev*	326 540	727 832	1 401 420	2 455 791	3 289 543	111 481	5 856 815	830 860	6 687 675	0,9	8,4				

1/ - Inclui depósitos a prazo, aceites de letras de câmbio, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras.

2/ - Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

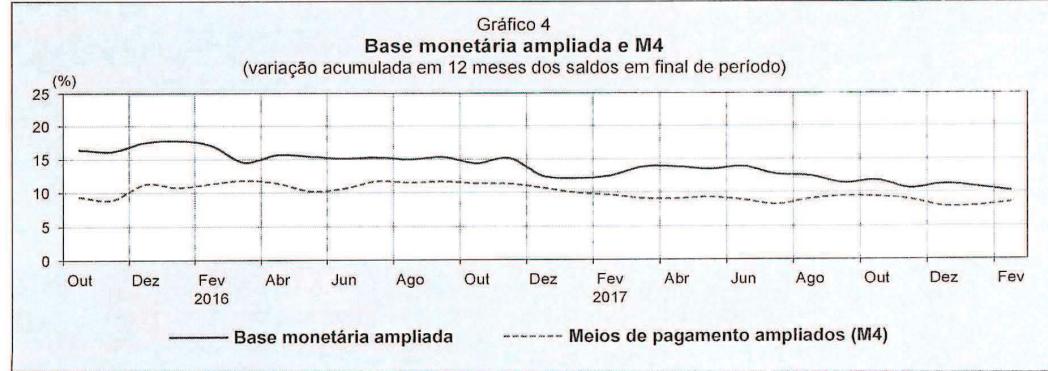
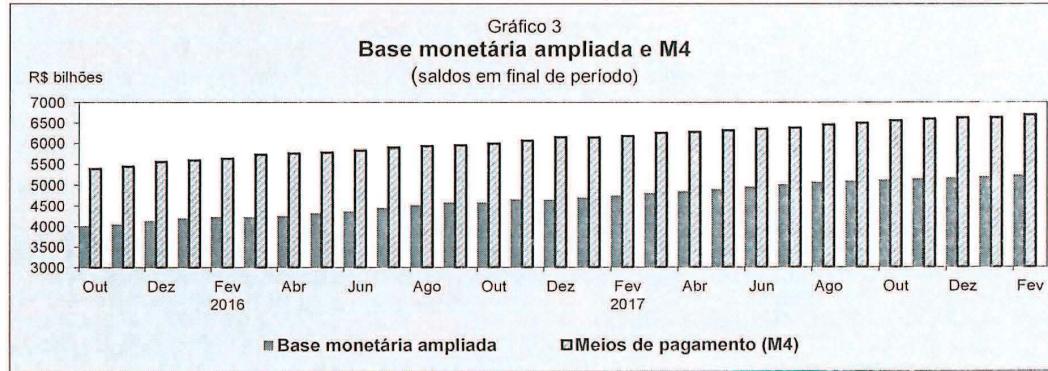
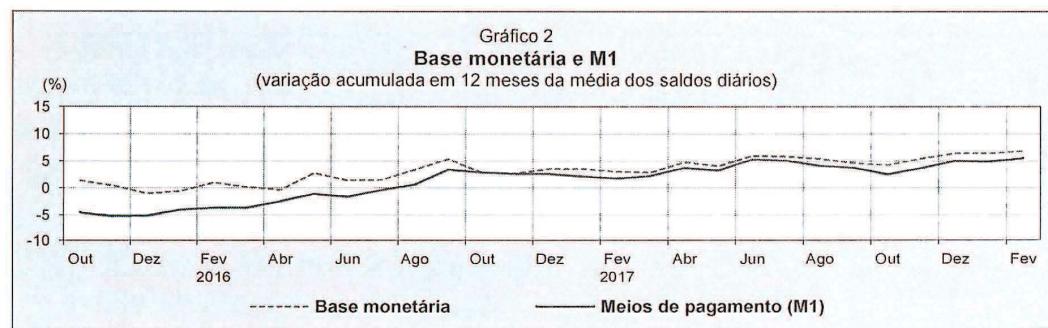
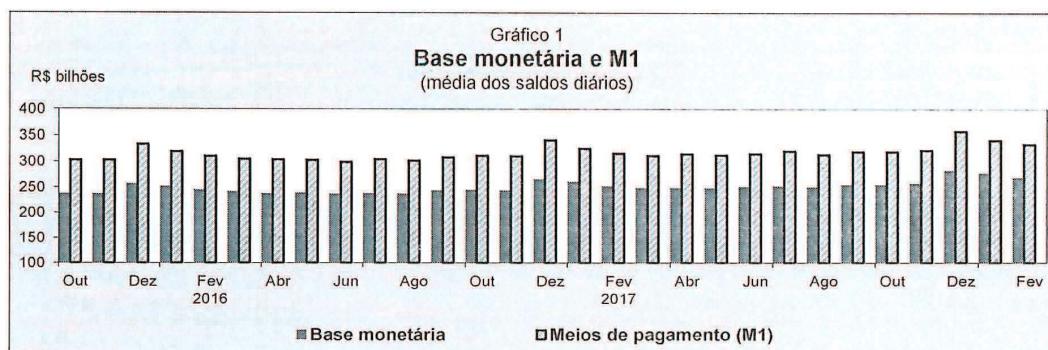
3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

* Dados preliminares

Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Fevereiro de 2018

V – Anexo

*BRK*

Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
 "Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:
 (I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

 (II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

 (III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.




3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de 



exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.



Comunicações





OF. 10/2018/CAE

Brasília, 20 de fevereiro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 20 de fevereiro de 2018, foi dado conhecimento à comissão do Aviso nº 2 de 2018 (Aviso nº 7/2018-BCB), de 26 de janeiro de 2018, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referente ao quarto trimestre de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Senador TASSO JEREISSATI
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



00100.038491/2018-71



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares

*A publicação.
Em 02/04/18.
JAC*

Memorando n.º 003/2018-GSACAR

Em 28 de março de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Assunto: Funcionamento de Escritório Político

Dirijo-me a Vossa Excelência para retificar o Memorando nº 006/2018, de 23 de março de 2018 encaminhado anteriormente.

O endereço do meu escritório de apoio político é Avenida Pedro Paes de Azevedo nº 194, Galeria Center Sul, Sala 101, Bairro Salgado Filho, CEP 49020-450, Aracaju (SE).

Respeitosamente,

Antonio Carlos Valadares
Senador (PSB-SE)

Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Ala Teotônio Vilela, Gabinete 12 CEP 70165-900 | Brasília (DF).
Telefones: +55 (61) 3303-2201 / 3303-2203 | (61) 3303-1786 | antonicarlosvaladares@senado.leg.br

*S/GAD,
em 28.3.18
Wilber*



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34A4DC9000224A54.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA N° 3, DE 2018, AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 8, DE 2016

(nº 5.000/2016, na Câmara dos Deputados)

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.000-B de 2016 do Senado Federal (PLS nº 8/2016 na Casa de origem), que “Institui a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo)”.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado
- Texto aprovado pelo Senado

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/4181cf9d-530e-4acf-ae25-e65cf045cc95>

DESPACHO: Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania.



Página da matéria

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.000-B de 2016 do Senado Federal (PLS nº 8/2016 na Casa de origem), que “Institui a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo)”.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Institui a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (PNAINFO).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO), com a finalidade de reunir, organizar, sistematizar e disponibilizar dados e informações atinentes a todos os tipos de violência contra as mulheres.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por violência contra a mulher ato ou conduta praticados por razões da condição de sexo feminino que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Art. 2º São diretrizes da PNAINFO:



I - a integração das bases de dados dos órgãos de atendimento à mulher em situação de violência no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

II - a produção e gestão transparente das informações sobre a situação de violência contra as mulheres no País;

III - o incentivo à participação social por meio da oferta de dados consistentes, atualizados e periódicos que possibilitem a avaliação crítica das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Art. 3º São objetivos da PNAINFO:

I - subsidiar a formulação, o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres;

II - produzir informações com disponibilidade, autenticidade, integridade e comparabilidade sobre todos os tipos de violência contra as mulheres;

III - manter as informações disponíveis em sistema eletrônico para acesso rápido e pleno, ressalvados os dados cuja restrição de publicidade esteja disciplinada pela legislação;

IV - integrar e subsidiar a implementação e avaliação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;

V - atender ao disposto no inciso II do *caput* do art. 8º e no art. 38 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

VI - padronizar, integrar e disponibilizar os indicadores das bases de dados dos organismos de políticas



para as mulheres, dos órgãos da saúde, da assistência social, da segurança pública e do sistema de justiça, entre outros, envolvidos no atendimento às mulheres em situação de violência;

VII - padronizar, integrar e disponibilizar informações sobre políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres;

VIII - atender ao disposto nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, no que tange à produção de dados e estatísticas sobre a violência contra as mulheres.

Art. 4º Para o alcance dos objetivos da PNAINFO, o poder público instituirá, em meio eletrônico e na forma do regulamento, o Registro Unificado de Dados e Informações sobre a Violência contra as Mulheres.

§ 1º O Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres deverá conter informações e dados sobre os registros administrativos referentes ao tema, sobre os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

§ 2º O cadastro no registro mencionado no *caput* deste artigo conterá, no mínimo, os seguintes dados:

I - local, data, hora da violência, meio utilizado, descrição da agressão e tipo de violência;

II - perfil da mulher agredida, incluídas informações sobre idade, raça/etnia, deficiência, renda, profissão, escolaridade, procedência de área rural ou urbana e relação com o agressor;



III - características do agressor, incluídas informações sobre idade, raça/etnia, deficiência, renda, profissão, escolaridade, procedência de área rural ou urbana e relação com a mulher agredida;

IV - histórico de ocorrências envolvendo violência tanto da agredida quanto do agressor;

V - ocorrências registradas pelos órgãos policiais;

VI - inquéritos abertos e encaminhamentos;

VII - quantidade de medidas protetivas requeridas pelo Ministério Público e pela mulher agredida, bem como das concedidas pelo juiz;

VIII - quantidade de processos julgados, prazos de julgamento e sentenças proferidas;

IX - medidas de reeducação e de ressocialização do agressor;

X - atendimentos prestados à mulher pelos órgãos de saúde, de assistência social, de segurança pública, pelo sistema de justiça e por outros serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência; e

XI - quantitativo de mortes violentas de mulheres.

Art. 5º A implantação da PNAINFO será acompanhada, em nível federal, por comitê formado por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Parágrafo único. O comitê estabelecido no *caput* deste artigo será coordenado por órgão do Poder Executivo federal, nos termos do regulamento.

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aderir à PNAINFO mediante instrumento de cooperação federativa, conforme dispuser o regulamento.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução do disposto nesta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias de cada órgão que aderir à PNAINFO.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 15, DE 2018

(nº 6.087/2016, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da União, o imóvel que especifica, cujo domínio direto pertence ao Estado do Rio Grande do Sul.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1489176&filename=PL-6087-2016

DESPACHO: À CCJ.

[Página da matéria](#)

Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da União, o imóvel que especifica, cujo domínio direto pertence ao Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar, com fundamento na alínea *m* do *caput* do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, o imóvel denominado Edifício Muralha, localizado no centro comercial e administrativo do Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com endereço na rua Sete de Setembro, nº 722 (loja) e nº 730 (prédio), CEP 90.010-190, bairro Centro Histórico, com frente para a rua Siqueira Campos (entrada e saída dos estacionamentos), conforme matrículas nºs 62.806 a 62.832 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, constituindo prédio comercial individualizado em vinte e sete matrículas, que totalizam 13.255,51 m² de área total e 9.336,33 m² de área privativa, composto de subsolo, térreo, sobreloja e segundo pavimento, interligados inteiramente por escadarias e elevador, e torre com doze pavimentos com salas de 618,46 m² por pavimento, com salão, três copas e três sanitários, declarado de utilidade pública por meio do Decreto de 25 de setembro de 2013, cujo domínio direto pertence ao Estado do Rio Grande do Sul, em razão de enfiteuse.



Parágrafo único. O terreno, foreiro, em que se localiza o imóvel descrito no *caput* deste artigo possui área de 1.575,20 m² e apresenta as seguintes dimensões e confrontações:

I - frente ao sul - 19,69 m no alinhamento da rua Sete de Setembro, n°s 722 e 730;

II - fundos ao norte - 19,69 m no alinhamento da rua Siqueira Campos;

III - ao leste - 80 m com imóveis de terceiros; e

IV - ao oeste - 80 m com imóveis de terceiros.

Art. 2º O imóvel objeto da desapropriação de que trata esta Lei destina-se à União, para utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul na execução de suas atividades e serviços.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941 - Lei da Desapropriação por Utilidade Pública; Lei de Desapropriação - 3365/41
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941;3365>
- alínea m do artigo 5º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 16, DE 2018

(nº 3.859/2015, na Câmara dos Deputados)

Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
 - [Legislação citada](#)
 - [Projeto original](#)
- http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1421696&filename=PL-3859-2015

DESPACHO: À CRA



[Página da matéria](#)

Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos comestíveis de origem animal produzidos de forma artesanal.

Art. 2º A Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

"Art. 10-A. Fica permitida a comercialização interestadual de produtos alimentícios produzidos de forma artesanal, com características e métodos tradicionais ou regionais próprios, empregadas boas práticas agropecuárias e de fabricação, desde que submetidos à fiscalização de órgãos de saúde pública dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º O produto artesanal será identificado, em todo o território nacional, por um selo único com a indicação ARTE, conforme regulamento.

§ 2º O registro do estabelecimento e do produto, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização dos produtos produzidos de forma artesanal com o selo ARTE de que trata este artigo, no que se refere aos aspectos higiênico-sanitários e de qualidade, serão executados em conformidade com



as normas e prescrições estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

§ 3º As exigências para o registro de estabelecimento e dos produtos de que trata este artigo deverão ser adequadas às dimensões e às finalidades do empreendimento, e seus procedimentos deverão ser simplificados.

§ 4º A inspeção e a fiscalização da elaboração dos produtos artesanais com o selo ARTE deverão ter natureza prioritariamente orientadora, observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração.

§ 5º Até a regulamentação desta Lei, fica autorizada a comercialização dos produtos a que se refere este artigo.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 1.283, de 18 de Dezembro de 1950 - LEI-1283-1950-12-18 - 1283/50
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1950;1283>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 17, DE 2018

(nº 9.468/2018, na Câmara dos Deputados)

Institui a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino das redes pública e privada voltados à educação infantil e à educação básica e os estabelecimentos de recreação infantil capacitarem profissionais do seu corpo docente ou funcional em noções básicas de primeiros socorros.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DESPACHO INICIAL: Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1639155&filename=PL-9468-2018



[Página da matéria](#)

Institui a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino das redes pública e privada voltados à educação infantil e à educação básica e os estabelecimentos de recreação infantil capacitarem profissionais do seu corpo docente ou funcional em noções básicas de primeiros socorros.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga os estabelecimentos de ensino das redes pública e privada voltados à educação infantil e à educação básica e os estabelecimentos de recreação infantil a promover a capacitação de funcionários em noções básicas de primeiros socorros.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino de educação infantil e de educação básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas ou redes de ensino, e os estabelecimentos de ensino e de recreação infantil da rede privada deverão capacitar professores ou funcionários em noções de primeiros socorros.

§ 1º O curso deverá ser ofertado anualmente e destinar-se-á à capacitação e/ou à reciclagem de parte dos professores e funcionários das unidades de ensino e recreação a que se refere o *caput* deste artigo, sem prejuízo de suas atividades ordinárias.

§ 2º A quantidade de profissionais capacitados em cada estabelecimento de ensino ou de recreação será definida em regulamento, guardada a proporção com o tamanho do corpo de funcionários ou com o fluxo de atendimento de crianças e adolescentes no estabelecimento de recreação infantil.



§ 3º A responsabilidade pela capacitação dos professores e funcionários dos estabelecimentos públicos caberá aos respectivos sistemas ou redes de ensino.

Art. 3º Os cursos de primeiros socorros serão ministrados por entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial à população, no caso dos estabelecimentos públicos, e por profissionais habilitados, no caso dos estabelecimentos privados, e têm por objetivo capacitar os professores e funcionários para identificar e agir preventivamente em situações de emergências e urgências médicas, até que o suporte médico especializado, local ou remoto, torne-se possível.

§ 1º O conteúdo dos cursos de primeiros socorros básicos ministrados deverá ser condizente com a natureza e a faixa etária do público atendido nos estabelecimentos de ensino ou de recreação.

§ 2º As unidades de ensino ou de recreação das redes pública e particular deverão dispor de kits de primeiros socorros, conforme orientação das entidades especializadas em atendimento emergencial à população.

Art. 4º Ficam os estabelecimentos de ensino obrigados a afixar em local visível a certificação que comprove a realização da capacitação de que trata esta Lei e o nome dos profissionais capacitados.

Art. 5º O não cumprimento das disposições constantes desta Lei implicará a imposição das seguintes penalidades pela autoridade administrativa no âmbito de sua competência:

I - notificação de descumprimento da Lei;



II - multa, aplicada em dobro em caso de reincidência; ou

III - em caso de nova reincidência, a cassação do alvará de funcionamento ou da autorização concedida pelo órgão de educação, quando se tratar de creche ou estabelecimento particular de ensino ou de recreação, ou a responsabilização patrimonial do agente público, quando se tratar de creche ou estabelecimento público.

Art. 6º Os estabelecimentos de ensino de que trata esta Lei deverão estar integrados à rede de atenção de urgência e emergência de sua região e estabelecer fluxo de encaminhamento para uma unidade de saúde de referência.

Art. 7º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo para a definição dos critérios para a implementação dos cursos de primeiros socorros previstos nesta Lei.

Art. 8º As despesas para a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, incluídas pelo Poder Executivo nas propostas orçamentárias anuais e em seu plano plurianual.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 18, DE 2018

(nº 3.042/2015, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar os recursos disponíveis para a educação especial.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1387686&filename=PL-3042-2015

Despacho: Às CE e CAE.



Página da matéria

Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar os recursos disponíveis para a educação especial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar a proporção de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) destinados à educação especial.

Art. 2º Os arts. 10 e 21 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10

§ 1º A ponderação entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino adotará como referência o fator 1 (um) para os anos iniciais do ensino fundamental urbano e o maior fator para a modalidade de que trata o inciso XIV do *caput* deste artigo, observado o disposto no § 1º do art. 21 desta Lei.

....." (NR)

"Art. 21

§ 1º Ressalvado o atendimento prioritário à educação especial, os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos respectivos âmbitos



de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos financeiros a partir do exercício financeiro subsequente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 2º do artigo 211

- parágrafo 3º do artigo 211

- Lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007 - Lei do FUNDEB - 11494/07

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2007;11494>

- artigo 10

- artigo 21



Mensagens do Presidente da República



Mensagem nº 151, de 2018, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2017, sancionado e convertido na Lei nº 13.639, de 2018.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar dos autógrafos.

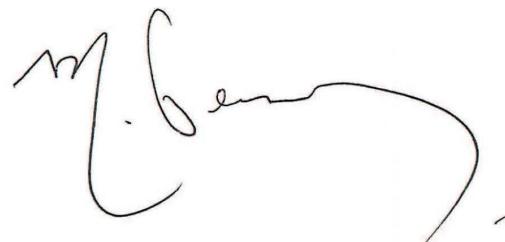


Mensagem nº 151

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.639 , de 26 de março de 2018.

Brasília, 26 de março de 2018.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 13, DE 2018

(nº 155/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CRE.



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 155

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Os méritos do Senhor Rafael de Mello Vidal que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de março de 2018.



EM nº 00051/2018 MRE

Brasília, 19 de Março de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RAFAEL DE MELLO VIDAL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RAFAEL DE MELLO VIDAL** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE RAFAEL DE MELLO VIDAL**

CPF.: 29600944172

1964 Filho de Paulo Padilha Vidal e Nair de Mello Vidal, nasce em Montevidéu, Uruguai (brasileiro nato, conforme o Art. 12, letra b, da Constituição de 1946).

Dados Acadêmicos:

1987 Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal
 1991 CPCD IRBr
 1996 CAD IRBr
 LVI Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, com apresentação de tese sobre "A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do MERCOSUL".
 2011

Cargos:

1991 Terceiro-Secretário
 1996 Segundo-Secretário
 2002 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2006 Conselheiro, por merecimento
 2011 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1991 Assistente na Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (DAEx);
 1992 Assessor na Secretaria de Orçamento e Finanças
 1995 Consulado-Geral em Nova Iorque, Cônsul-Adjunto
 1998 Embaixada em Bogotá, Segundo Secretário
 2002 Embaixada em Montevidéu, Segunda-Secretária
 2002 Assessor na Secretaria de Planejamento Diplomático, Gabinete do Ministro de Estado
 2003 Assessor na Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado, AIG,
 Divisão do Mercado Comum do Sul (DMC), Subchefe
 2003
 2005 Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Miami
 2008 Conselheiro comissionado Ministro-Conselheiro na Embaixada em Caracas
 2010 Ministro-Conselheiro na Embaixada em Assunção
 2012 Encarregado de Negócio na Embaixada em Assunção de julho a novembro
 2013 Ministro-Conselheiro na Embaixada em Copenhague
 2016 Ministro-Conselheiro na Embaixada em Madri

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MALI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Março de 2018

2



DADOS BÁSICOS SOBRE O MALI	
NOME OFICIAL:	República do Mali
GENTÍLICO:	Maliano
CAPITAL:	Bamako
ÁREA (ONU, 2017):	1.240.192 km ²
POPULAÇÃO (ONU, 2017):	18.542.000 habitantes
IDIOMAS:	Francês (oficial), bambara, berbere, árabe e outras línguas nativas.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (87,14%), crenças tradicionais animistas (9,5%), Cristianismo (3,24%) e outras (0,12%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral, formado por 147 membros eleitos diretamente por maioria absoluta para mandato de cinco anos.
CHEFE DE ESTADO:	Ibrahim Boubakar Keïta (desde 4/9/2013).
CHEFE DE GOVERNO:	Soumeylou Boubèye Maïga (desde 30/12/2017).
CHANCELER:	Tiéman Hubert Coulibaly (desde 30/12/2017).
PIB nominal (BM, 2016):	US\$ 14,04 bilhões
PIB PPP (FMI, 2016):	US\$ 38,25 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (FMI, 2016):	US\$ 768
PIB PPP <i>per capita</i> (BM, 2016):	US\$ 2.091
Variação do PIB (FMI):	5,30% (2017), 5,79% (2016), 5,96% (2015), 7,04% (2014)
IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (PNUD, 2016):	0,442 (175º entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2016):	58,5 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2015):	33,07%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (OIT, 2017):	7,9%
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Mamadou Macki Traoré
COMUNIDADE BRASILEIRA:	35 (estimativa)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MALI (US\$ mil) (fonte: MDIC)									
Brasil → Mali	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	10.297	7.471	13.592	22.814	9.602	10.884	5.484	8.042	7.090
Exportações	1.557	7.466	13.559	11.529	9.602	10.820	4.828	7.978	7.084
Importações	8.740	5	33	11.285	0,4	64	656	64	6
Saldo	-7.184	7.460	13.527	244	9.601	10.757	4.172	7.914	7.078

Informação elaborada em 08/03/2018, por José Joaquim Gomes da Costa Filho. Revista por Artur José Saraiva de Oliveira, em 08/03/2018.



APRESENTAÇÃO

O Mali é um país da África Ocidental sem saída para o mar que conta com vasto território de mais de 1.240.000 km² e população de aproximadamente 18,5 milhões de habitantes. Compartilha fronteiras com a Argélia ao norte, o Níger e o Burkina Faso ao leste, a Côte d'Ivoire e a República da Guiné ao sul, e o Senegal e a Mauritânia ao oeste. Ex-colônia da França, o país é geográfica e demograficamente dividido entre o norte desértico e árabe e o sul fértil e negro. Ouro e algodão, os dois principais produtos de exportação (responsáveis por mais de 80% do valor total exportado em 2016), são provenientes do sul do país, que concentra a maior parte da riqueza nacional e é onde está localizada a capital, Bamako. A histórica marginalização política e econômica do norte do país é o pano de fundo da atual crise de segurança pela qual passa o país.

Após mais de cinco anos do início da crise interna – cujo marco é o golpe militar de março de 2012 –, o Mali continua a enfrentar uma série de problemas, entre eles, o reduzido controle territorial de um Estado fragilizado, número elevado de atentados terroristas (inclusive em Bamako e contra capacetes azuis da ONU), consolidação de redes criminosas transnacionais, embates entre grupos armados rivais, e existência de milhares de deslocados internos e refugiados. O Acordo de Paz e Reconciliação no Mali, também conhecido como Acordo de Argel, foi assinado em 2015 pelo governo maliano, pela Plataforma – coalizão de grupos armados que não contestam a unidade territorial maliana –, e pela Coordenação dos Movimentos do Azawad (CMA) – coalizão de grupos armados que defendem a autodeterminação da região do Azawad (norte do país). O precário equilíbrio entre os três signatários, no entanto, sofreu visível deterioração em 2017, na esteira das cada vez mais frequentes violações do cessar-fogo. Na ausência de avanços significativos na implementação do Acordo de Argel, aumenta a sensação de insegurança no país. A instabilidade maliana tem afetado negativamente os países vizinhos, em especial Burkina Faso e Níger, onde a atuação de grupos terroristas tem crescido.

A Organização das Nações Unidas (ONU) mantém no país operação de manutenção da paz, a MINUSMA (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali). Eleições presidenciais estão previstas para julho de 2018.



PERFIS BIOGRÁFICOS



Ibrahim Boubacar Keïta (IBK) Presidente

Nasceu em 29 de janeiro de 1945 em Cutiala, ao sul do então Sudão Francês. Formou-se em Letras pela Universidade de Dacar, no Senegal, e em Política e Relações Internacionais pela Universidade de Paris I, na França. Em 1992, foi conselheiro diplomático e porta-voz da Presidência. Em 1993, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros.

Entre 1994 e 2000, exerceu o cargo de primeiro-ministro. Candidato a presidente nas eleições de 2002, ficou em terceiro lugar. Foi, ainda, deputado e presidente da Assembleia Nacional do Mali entre 2002 e 2007. Candidatou-se novamente à presidência da República em 2007 e, mais uma vez, perdeu a disputa, ficando, desta vez, em segundo lugar. Em agosto de 2013, finalmente foi eleito presidente da República do Mali, em pleito que restabeleceu a normalidade institucional no país, a qual havia sido rompida com o golpe de estado de março de 2012.



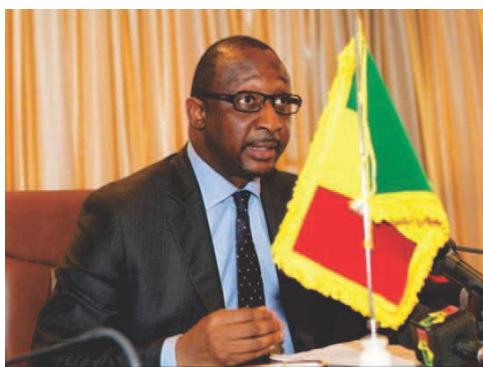
Soumeylou Boubèye Maïga Primeiro-Ministro

Nasceu em 8 de junho de 1954 em Gao, no nordeste do Mali. Formou-se em jornalismo pela Universidade Cheikh Anta Diop, em Dacar, no Senegal, e em Diplomacia e Administração de Organizações Internacionais pela Universidade Paris-Sul, na França.

Candidatou-se à presidência nas eleições de abril de 2007, mas chegou apenas em 6º lugar no primeiro turno. Em abril de 2011, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional. Mais tarde, em setembro de 2013, foi nomeado ministro da Defesa e de Assuntos de Veteranos do governo do presidente Ibrahim Boubacar Keïta.



Renunciou a esta posição em maio de 2014, em resposta a importante derrota do exército maliano em Kidal. Foi, enfim, nomeado primeiro-ministro da República do Mali em 30 de dezembro de 2017 pelo presidente Ibrahim Boubacar Keïta.



Tiéman Hubert Coulibaly
Ministro dos Negócios Estrangeiros
e da Cooperação Internacional

Jornalismo e Letras. Realizou seus estudos universitários na Universidade de Saint-Étienne, na França.

Após regressar ao Mali, seguiu uma carreira empresarial, atuando como diretor de operações *holding* de sua família. Em 2007, ingressou na política ao ser eleito para a Assembleia Nacional. Inicialmente membro da União para a Democracia e o Desenvolvimento (UDD), coalizão de partidos de oposição, declarou-se independente em 2010. Dois anos depois, associou-se ao presidente Ibrahim Boubacar Keïta. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali entre agosto de 2012 e setembro de 2013. Foi, então, nomeado ministro dos Assuntos Fundiários e da Habitação, sob o governo do primeiro-ministro Oumar Latam Ly, tendo sido demitido do seu cargo de ministro em 2015. Em 30 de dezembro de 2017, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali pelo presidente Ibrahim Boubacar Keïta.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações políticas. Histórico. As relações diplomáticas entre o Brasil e o Mali foram estabelecidas em 1962. Ao longo de quase cinco décadas de relacionamento, foram poucas as visitas e encontros entre autoridades dos dois países. Destaca-se, nesse quadro, a visita que o presidente Moussa Traoré fez ao Brasil em 1981, ocasião em que foram



assinados o Acordo para a Criação de uma Comissão Mista e o Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, ambos em vigor.

As relações bilaterais ganharam impulso na última década. A embaixada do Brasil em Bamako foi criada em outubro de 2007, tendo iniciado suas atividades em julho de 2008. A embaixada maliana em Brasília, por sua vez, foi aberta em 2011. O Mali é representado junto ao governo brasileiro pelo Embaixador Mamadou Macki Traoré.

Houve, ainda, troca de visitas de autoridades de alto nível entre os dois países. Em agosto de 2009, o então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali, Moctar Ouane, visitou o Brasil, oportunidade em que foi assinado Acordo sobre a Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. Em outubro do mesmo ano, o então chanceler Celso Amorim realizou visita oficial ao Mali, ocasião em que foi assinado Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico. Finalmente, em 2010, o então presidente do Mali, Amadou Toumani Touré, veio ao Brasil.

Comércio. O comércio bilateral é ainda pouco expressivo e composto quase que exclusivamente por exportações brasileiras. Em 2016, a corrente de comércio entre os dois países alcançou seu recorde histórico, US\$ 48,16 milhões. Em 2017, ela diminuiu para US\$ 7,09 milhões, próxima à média histórica dos últimos dez anos. No ano passado, os principais produtos exportados pelo Brasil foram: embalagens de papel (21,7% do valor total); pneumáticos novos (20,8%); instrumentos de precisão (11,6%); máquinas de terraplanagem (7,4%) e carne de frango (6,6%). No mesmo ano, as importações brasileiras não passaram de US\$ 6 mil.

Investimentos. Os setores agrícola e de infraestrutura do Mali apresentam grande potencial para a atração de investimentos brasileiros. Há também possibilidades de investimentos na exploração mineral, especialmente mineração e processamento de ouro, desenvolvimento de recursos hídricos, gado e couros, processamento de bebidas e alimentos, maquinaria e energia (térmica, solar e hidrelétrica). Os principais obstáculos são a obtenção de financiamento e a insegurança em parte do território do país.

A empresa brasileira ZAGOPE, pertencente à Andrade Gutierrez, encerrou em 2012 suas operações no Mali, vinculadas à construção de



trecho rodoviário de 165km, em decorrência da instabilidade no país. A AGN Agroindustrial teria desistido de executar grande empreendimento sucroenergético pela mesma razão.

Os principais concorrentes das empresas brasileiras são companhias europeias e chinesas, que, em geral, contam com financiamentos em condições mais vantajosas do que aquelas oferecidas pelo governo brasileiro.

Cooperação Técnica. O Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica com o Mali, assinado em 1981 e em vigor desde 1984, serve de base jurídica para a cooperação técnica bilateral. Ao amparo deste acordo, já foram executados dois projetos bilaterais de cooperação técnica: o projeto "Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural e Apoio ao Programa de Pesquisa 'Frutas e Legumes'" e o projeto "Fortalecimento da Rizicultura no Mali". Atualmente não há iniciativa bilateral em andamento.

No âmbito multilateral, destaca-se o projeto Cotton-4+Togo, já em sua segunda fase (2014-2018). De natureza estruturante e de âmbito regional (contempla ainda Benim, Burkina Faso, Chade e Togo), o projeto tem como meta fortalecer a produção cotonífera nos países envolvidos por intermédio de investimentos em sementes e em capacitação profissional, bem como pela adaptação das variedades de algodão desenvolvidas pela Embrapa às condições de solo e clima africanos. Suas atividades começaram em 2009, com os preparativos para o plantio da primeira safra. Para tanto, a Estação Experimental de Sotuba, localizada nos arredores de Bamako, foi revitalizada e equipada com laboratórios, maquinário e materiais necessários para os cursos de capacitação, os quais são ministrados por membros da Embrapa.

Em 2015, iniciou-se a execução das atividades da segunda fase do projeto Cotton-4+Togo, cujos objetivos principais são difundir os conhecimentos consolidados na primeira fase do projeto e contribuir para a segurança alimentar das populações beneficiadas. Dessa forma, o projeto visa não só ao aumento da qualidade e da quantidade do algodão, mas também à produção de alimentos, por meio da rotação de culturas. No decorrer de 2016, 31 atividades foram realizadas no âmbito do projeto. Em termos financeiros, foi executado no ano um total aproximado de USD 1,09 milhão. Em termos quantitativos, um total de 875 pessoas foram capacitadas, sendo 28 pesquisadores e técnicos das instituições executoras,



225 técnicos extensionistas das instituições algodoeiras nacionais e 616 produtores de algodão de todas as localidades produtoras de algodão nos cinco países do projeto.

Na pauta de cooperação trilateral com organismos internacionais em favor do Mali, constam dois projetos, um na área de trabalho decente na cadeia do algodão, ainda em negociação, e outro na área de alimentação escolar. O projeto "Promoção do Trabalho Decente na Cadeia do Algodão no Mali", elaborado em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), visa a fortalecer as capacidades das instituições públicas do Mali para a promoção do trabalho decente na cadeia do algodão e é financiado com recursos dedicados à cooperação internacional do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Atualmente em tramitação para fins de assinatura, prevê um orçamento de US\$ 500.000 e será executado em parceria técnica com o Ministério do Trabalho (MTb) e com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). No Mali, o Ministério do Trabalho e da Função Pública (MTFP) será a instituição encarregada tecnicamente das ações do projeto. O projeto deve ser assinado e ter sua execução iniciada ainda no ano de 2018.

Na área de alimentação escolar, cabe ressaltar a parceria do governo brasileiro com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) com o objetivo de apoiar os esforços dos países do Sul para expandir e reforçar programas de alimentação escolar. A partir de boas práticas desenvolvidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o governo brasileiro atende demandas recebidas de diversos países parceiros por meio do desenvolvimento de capacidades técnicas e institucionais para desenhar, implementar e monitorar programas de alimentação escolar inclusivos e sustentáveis. O Mali é um dos 14 países africanos considerados prioritários no marco da referida iniciativa de cooperação. Espera-se a intensificação da parceria em 2018 à luz do início do projeto "Alternativas de escoamento dos subprodutos do algodão e culturas acessórias na África". A iniciativa, vigente de 1º de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2021, deverá complementar aquelas em curso em prol do setor algodoeiro na África (inclusive o Cotton4+Togo) e terá orçamento de R\$ 7.345.862,00.

Cooperação em Defesa. A cooperação em defesa com o Mali ainda encontra-se em estágio inicial. Diante dos desafios de segurança que o Mali vem enfrentando, a necessidade de reequipamento de suas forças armadas abriu oportunidade para a venda de material de defesa brasileiro. Nesse



diapasão, a EMBRAER fechou contrato, em 2016, para venda de seis aeronaves A-29 Super Tucano. Quatro das aeronaves deverão ser entregues até o final de 2018 e serão importantes na luta das forças armadas malianas contra grupos insurgentes e terroristas.

Outras empresas brasileiras do setor de tecnologia aeronáutica estão em contato e negociação com o governo do Mali por meio da embaixada do Brasil em Bamako com vistas a fornecer soluções às forças armadas malianas. O Mali manifestou interesse em sistemas de monitoramento, integração de sistemas e radares, bem como comunicação de inteligência. Tal cenário demonstra que ainda há potencial para que as relações bilaterais possam ser aprofundadas, com forte componente comercial, o que poderá contribuir para uma maior cooperação em outras áreas de interesse bilateral, como formação e intercâmbio de militares.

A celebração de acordo ou memorando de entendimento de cooperação em defesa com o Mali poderia ser passo adicional de interesse mútuo. O tema encontra-se em análise pelo ministério das Relações Exteriores e o ministério da Defesa.

Cooperação Educacional. A cooperação educacional com o Mali está amparada no Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica. A participação do Mali no Programa Estudante Convênio – Graduação (PEC-G) tem sido incipiente: até hoje, apenas três estudantes foram selecionados para o programa. A ausência de bolsa pecuniária na graduação dificulta a participação de alunos desse país. Em 2017, a embaixada do Brasil em Bamako recebeu, pela primeira vez desde o início de suas atividades, dossiês de candidaturas de estudantes do Mali ao PEC-G; um deles foi selecionado para o programa de 2018. No Programa Estudante Convênio – Pós-Graduação (PEC-PG), ainda não houve participação de estudantes do Mali.

No que diz respeito à cooperação entre academias diplomáticas, não há memorando de entendimento vigente ou em negociação. Apesar da ausência de um acordo, no passado, o Instituto Rio Branco (IRBr) já recebeu três alunos malianos para o curso de formação em diplomacia.

Cooperação em Serviços Aéreos. Em 2013, autoridades aeronáuticas do Brasil e do Mali rubricaram Acordo de Serviços Aéreos (ASA). Na ocasião, foi igualmente assinado Memorando de Entendimento (MdE) entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a "National Civil Aviation Agency of Mali". É aguardada a confirmação das



autoridades malianas para a entrada em vigor do MdE, com o qual as cláusulas operacionais do ASA passariam a vigorar imediatamente.

O ASA e o MdE estabelecem livre determinação de capacidade, com qualquer tipo de aeronave, para voos bilaterais. Não há restrição de pontos de origem e de destino das frequências de voo. Há ainda previsão de direitos de 5^a liberdade (o direito de transportar passageiros e carga entre o território do outro Estado contratante e o território de um terceiro Estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado ao ou proveniente do Estado de nacionalidade da aeronave), a serem considerados pelas autoridades de ambos os países caso a caso.

A ANAC tentou, sem sucesso, realizar reunião com a Agência homóloga maliana com vistas ao recebimento de confirmação da aceitação do texto do MdE negociado em 2013. Eventual futura assinatura do ASA também depende de confirmação da anuência de Bamako com o texto negociado e rubricado em 2013. Até o momento, não houve demanda por parte de empresas aéreas dos dois países para operar rotas entre o Brasil e o Mali.

Cooperação em Energia. A cooperação na área energética também interessa ao Mali. Autoridades malianas já sinalizaram ter interesse em se beneficiar da experiência brasileira no campo das energias renováveis. Atualmente, o Mali é um grande comprador de combustíveis fósseis, mas almeja modificar sua matriz em direção à energia limpa e renovável.

Como membro da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o Mali poderá beneficiar-se do "Estudo de Viabilidade de Produção de Biocombustíveis na UEMOA", realizado no âmbito do Memorando de Entendimento na área de biocombustíveis assinado entre o Brasil e aquele bloco regional em 2007. O referido estudo, que foi financiado com recursos do BNDES, visa a promover o setor agroenergético dos países do bloco, mitigando a forte dependência energética de combustíveis fósseis importados. Foram identificadas as áreas propícias para o cultivo sustentável das principais matérias-primas utilizadas para a produção de bioenergia no país, a saber: o oeste de Kayes, às margens do rio Senegal, e o centro de Segou, no Office du Niger, ambas com considerável potencial para a cultura de cana-de-açúcar irrigada.

Candidaturas a Organismos Internacionais. O Mali apoiou a candidatura do professor Antônio Augusto Cançado Trindade, reeleito à Corte Internacional de Justiça em 2017. Além disso, o governo brasileiro



espera contar com o apoio do Mali à candidatura do Brasil ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), mandato 2019-2021, em eleições que devem ocorrer em junho de 2018.

Assuntos Consulares. Segundo estimativas da Embaixada do Brasil em Bamako, haveria cerca de trinta e cinco brasileiros residentes naquela jurisdição, todos em liberdade. O único caso consular de destaque envolvendo o Mali ocorreu em dezembro de 2015, quando cidadã brasileira e seu marido maliano foram alvo de procedimentos constrangedores no aeroporto de Bamako no contexto de esquema reforçado de segurança aplicado pelas autoridades locais naquele momento. Desde então, não há qualquer caso destacado de assistência a brasileiros no Mali.

Empréstimos e financiamentos oficiais. Não há registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano do Mali. Além disso, o Mali não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil.

POLÍTICA INTERNA

Histórico. Antiga colônia francesa, o Mali tornou-se independente em 1960. O primeiro presidente maliano, Modibo Keïta, inspirado por modelo de "socialismo africano", alinhou o país ao bloco comunista no contexto da Guerra Fria. Em 1968, o tenente Moussa Traoré liderou golpe de estado contra Modibo Keïta e estabeleceu regime de partido único, o qual duraria até 1991. Nesse ano, o presidente Moussa Traoré foi derrubado por protestos populares e um golpe militar, e teve início processo de abertura política, marcado pela adoção de uma nova constituição e a realização das primeiras eleições democráticas do país em 1992. A partir de então, o Mali conhece trajetória democrática até 2012, quando o presidente Amadou Toumani Touré – eleito em 2002 e reeleito em 2007 – foi destituído do poder por golpe de Estado.

Instituições políticas. O Mali é uma república semipresidencialista, na qual a chefia de governo é exercida por um primeiro-ministro indicado pelo presidente, que concentra a maior parte do Poder Executivo. O Legislativo (Assembleia Nacional) é unicameral, formado por 147 membros, eleitos por voto direto para mandato de cinco anos. A instância máxima do Judiciário é a Corte Suprema. O Estado maliano é unitário e dividido em dez regiões e um distrito, Bamako.



O golpe de 2012 e a crise subsequente. A mobilização de grupos armados no Mali intensificou-se a partir do início de 2012, na esteira do fluxo de mercenários e armas provenientes da Líbia, no vácuo de segurança criado pelo fim do regime de Muammar Gaddafi. Na ocasião, o Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA), juntamente com grupos armados islâmicos, incluindo Ansar Dine, Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) e o Movimento pela Unidade e Jihad no Oeste da África (MUJAO), além de militares egressos das forças armadas malianas, realizaram ataques contra as forças governamentais no norte do país. Em março de 2012, o Presidente Amadou Toumani Touré foi destituído do poder por militares descontentes com a incapacidade do governo de conter as ofensivas de movimentos rebeldes no norte do país.

Com apoio militar estrangeiro (tropas francesas e "peacekeepers"), o governo maliano retomou controle sobre parte do território do país e organizou em julho/agosto de 2013 eleições presidenciais, que foram vencidas por Ibrahim Boubacar Keïta (IBK). O retorno à ordem constitucional não teve como resultado o fim da instabilidade.

O país continuou a enfrentar uma série de problemas, entre eles, o reduzido controle territorial de um Estado fragilizado, número elevado de atentados terroristas (inclusive em Bamako e contra capacetes azuis da ONU), consolidação de redes criminosas transnacionais, embates entre grupos armados rivais, e a existência de milhares de deslocados internos e refugiados.

Negociações de paz. O Acordo de Paz e Reconciliação no Mali, mais conhecido como Acordo de Argel, foi assinado em 2015 pelo governo maliano, pela Plataforma – coalizão de grupos armados que não contestam a unidade territorial maliana –, e pela Coordenação dos Movimentos do Azawad (CMA) – coalizão de grupos armados que defendem a autodeterminação da região do Azawad (norte do país). Durante o ano de 2017, o precário equilíbrio entre os três signatários sofreu substantiva deterioração, na esteira das cada vez mais frequentes violações do cessar-fogo estabelecido pelo acordo de paz. Desde setembro passado, as partes signatárias têm realizado consultas, sem, todavia, alcançar consenso a respeito da definição dos critérios e do percentual de ex-combatentes a serem integrados às forças armadas e de segurança do Mali.

Em seu último relatório sobre a situação securitária no país, datado de dezembro de 2017, o Secretário-Geral das Nações Unidas reconheceu os



avanços no processo político de estabilização, entre os quais, o estabelecimento da Comissão da Verdade, Justiça e Reconciliação, a designação do Centro Carter como observador independente do Acordo de Paz e Reconciliação, e a retomada das discussões entre o governo e grupos armados.

Por decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, vigora regime de sanções referente à proibição de viagem e congelamento de ativos de alguns indivíduos e entidades.

Forças estrangeiras no Mali. Atuam no Mali, hoje, forças militares da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA), da Missão de Treinamento da União Europeia no Mali (EUTM Mali) e da operação francesa Barkhane.

A MINUSMA foi criada em abril de 2013 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para apoiar o processo político de estabilização do país. A MINUSMA sucedeu a Missão de Suporte Internacional liderada por países africanos no Mali (AFISMA), estabelecida pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

A MINUSMA é atualmente uma das operações de manutenção da paz (OMP) com maior déficit de “capacetes azuis” (aproximadamente 1.700 militares). Os principais países contribuintes de tropas e policiais para a missão são Burkina Faso, Bangladesh, Chade, Senegal e Togo. O Brasil não possui pessoal desdobrado na missão. Desde sua criação até janeiro de 2018, 99 “capacetes azuis” morreram no Mali em razão de ataques deliberados de grupos armados contra o pessoal e as instalações da ONU.

A EUTM-MALI encontra-se em seu terceiro mandato desde sua criação em 2013 e tem o propósito de apoiar a formação e a organização das forças armadas do Mali. Até o momento, oito grupos de combate malianos já concluíram o treinamento oferecido pela missão europeia.

Somam-se a esses contingentes aproximadamente mil militares franceses desdobrados em território maliano no âmbito da operação Barkhane. Esta foi lançada em 2014, em substituição à operação Serval, a fim de combater o terrorismo na região do Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade). O quartel-general da operação fica em N'Djamena, capital do Chade.



Dimensão regional do terrorismo. A instabilidade maliana tem afetado negativamente os países vizinhos, em especial Burkina Faso e Níger, onde a atuação de grupos terroristas aumentou expressivamente nos últimos anos. À luz dessa situação, o Mali, juntamente com os demais países do Sahel, lançou, em julho de 2017, com a autorização da União Africana e da ONU, a força conjunta G5 Sahel, composta por até 5.000 militares, com o mandato de combater o terrorismo, o tráfico de drogas e de pessoas e apoiar a prestação de ajuda humanitária a deslocados internos e refugiados na região. A força conta com o apoio logístico e financeiro de França, Alemanha, União Europeia, Estados Unidos da América, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Em outubro de 2017, a força conjunta realizou sua primeira operação, “Hawbi”, em Burkina Faso, Mali e Níger.

Paralelamente à coordenação militar regional, empreendem-se esforços de concertação política. No âmbito da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), por exemplo, realizou-se, em outubro de 2017, conferência sobre a situação de segurança no Sahel e na África Ocidental, a qual propôs a formalização de mecanismos de compartilhamento de inteligência entre as forças internacionais na região, bem como a participação crescente da sociedade civil no desenvolvimento e na implementação de iniciativas de desradicalização, reabilitação e reintegração de combatentes.

Combate a ilícitos transnacionais. Nos últimos anos, a África Ocidental e o Sahel tornaram-se pontos de passagem para o tráfico de drogas entre a América do Sul e a Europa, o qual ocorreria tanto por via marítima quanto aérea. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), na região do Sahel, haveria vínculos entre o tráfico de drogas e grupos terroristas, uma vez que recursos provenientes do tráfico seriam frequentemente usados para financiar atividades terroristas. A esse respeito, o Relatório Mundial sobre Drogas 2017 afirma que a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico estaria envolvida no tráfico de cannabis e cocaína no Sahel ou ao menos proveria proteção a traficantes na região.

Direitos Humanos. O Mali já passou por três ciclos de avaliação do mecanismo de revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU. A avaliação mais recente do Mali ocorreu no dia 16 de janeiro de 2018. Na ocasião, a delegação maliana destacou a promulgação de lei sobre defensores de direitos humanos, bem como os esforços



legislativos em curso para o combate à violência de gênero e para a proteção da criança, que permitirão futuramente eliminar dispositivos discriminatórios existentes na legislação, criminalizar a mutilação genital feminina e outras formas de violência de gênero. No que diz respeito à aplicação da pena de morte no país, ressaltou existência de moratória desde a década de 1980, a qual tem garantido que as sentenças sejam sistematicamente comutadas. O Mali recebeu 194 recomendações, de 79 países. O Brasil recomendou ao Mali implementar o acordo de paz de 2015 e assegurar à Comissão da Verdade, Justiça e Reconciliação os recursos necessários para o cumprimento de seu mandato. Recomendou, ainda, redobrar esforços para promover a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher, no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Eleições presidenciais de 2018. A política partidária do Mali segue dividida por dois temas associados: a definição dos candidatos que disputarão o pleito presidencial de 2018; e a revisão da Constituição proposta pelo presidente Ibrahim Boubacar Keïta por meio da convocação de referendo, que fortaleceria o Poder Executivo em detrimento dos demais poderes. De acordo com o atual cronograma do governo, o primeiro turno do pleito presidencial está marcado para julho de 2018, apesar da precária situação de segurança no interior do país e da ausência de recursos financeiros suficientes. O presidente Ibrahim Boubacar Keïta deve concorrer à reeleição contra uma oposição que se encontra atualmente dividida.

POLÍTICA EXTERNA

Logo após a independência (1960), o Mali adotou uma política externa de alinhamento com o bloco socialista, retirando-se da zona econômica do franco francês. Durante o período inicial do regime do presidente Moussa Traoré, ao longo dos anos 1970 e início da década de 1980, o país aproximou-se da antiga União Soviética, que chegou a ser o seu maior credor externo. A partir de 1984, com a adesão à União Monetária da África Ocidental (UMOA), transformada em 1994 na União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), iniciou-se uma aproximação econômica e política com a ex-metrópole, a França.



Atualmente a inserção internacional do Mali é condicionada por dois fatores principais: a forte dependência dos investimentos, da ajuda para o desenvolvimento e da presença militar da França; e a atuação de grupos terroristas em seu território. O Mali, como os demais países do Sahel, está em zona de grande influência estratégica e econômica francesa. Apoio financeiro e militar francês foi e continua a ser crucial para a manutenção do Estado maliano. Aproximadamente 1.000 militares franceses atuam em solo maliano no âmbito da operação Barkhane.

Nos últimos anos, o Mali ganhou maior importância estratégica para outros países – em especial Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e países do entorno regional –, em razão da proliferação do terrorismo em seu território. Os países mencionados identificam os grupos terroristas que atuam no Mali como ameaças à segurança de seus territórios e governos.

A cooperação do Mali com os Estados Unidos no combate a atividades terroristas no Sahel é intensa. As forças armadas americanas têm prestado apoio financeiro e logístico ao Exército maliano e a tropas africanas que compõem a MINUSMA. A Espanha, por sua vez, chefiou, desde janeiro de 2018, a Missão de Treinamento da União Europeia no Mali (EUTM Mali), da qual já participava desde sua constituição em 2013. O parlamento espanhol aprovou recentemente o aumento do número de efetivos destinados ao Mali de 140 para 292, a um custo de 88,57 milhões de euros por ano, fazendo do contingente espanhol o mais numeroso no âmbito da EUTM Mali. A Alemanha contribui com 608 tropas para a MINUSMA e participa da EUTM Mali. Além disso, o país tem destinado grandes somas para projetos de ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento no Mali e nos demais países do Sahel. Por fim, vale mencionar, ainda, a participação de 216 militares holandeses na MINUSMA.

As relações entre o Mali e a China são também relevantes. Em 2016, a China foi o segundo principal país de origem das importações do Mali, representando 15,6% do total importado. Além disso, a presença de empresas chinesas no Mali é forte. A disposição da China em investir em grandes projetos de infraestrutura no país é vista como alternativa às opções francesa, saudita e norte-americana, as quais quase sempre comportam componentes de natureza ideológica, política, moral ou religiosa.



No âmbito regional, o Mali se articulou com Mauritânia, Níger e Argélia para formar o chamado "países do campo", grupo que coordena esforços para fortalecer o combate contra grupos islâmicos radicais. O diálogo, porém, não é de todo fácil: o Mali, por exemplo, ressentente-se do apoio que esses países estendem aos movimentos autonomistas tuaregues.

O Mali integra ainda o G-5 Sahel (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger), bloco criado com o objetivo de reforçar a cooperação em matéria de luta contra o terrorismo, o crime organizado transfronteiriço e a imigração ilegal. A força conjunta G5 Sahel, composta por até 5.000 militares, foi oficialmente lançada em julho passado.

O Mali tem mantido relacionamento cuidadoso com o vizinho Burkina Faso em razão de disputa fronteiriça, que, em 1985, esteve na origem de conflito armado entre os dois países. Com a Côte d'Ivoire e o Senegal, as relações são estratégicas e amistosas, não só pela presença de grandes diásporas malianas nesses países, mas também pelo fato de boa parte das importações e exportações do Mali transitarem pelos territórios e portos senegaleses e marfinenses.

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Mali tem defendido a pronta reforma da Organização das Nações Unidas e a expansão de seu Conselho de Segurança (CSNU). Em discurso proferido durante o Debate Geral da 68^a Assembleia Geral da ONU, o então presidente do Mali apoiou a reforma do CSNU para garantir uma maior representação africana, afirmando que "o Conselho de Segurança e sua reforma refletiriam melhor as realidades geopolíticas do mundo atual, e reparariam a injustiça histórica feita à África, a única região do mundo que não dispõe de um assento permanente". Ademais, o governo maliano manifestou apoio à candidatura brasileira a membro permanente em um CSNU ampliado.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Mali está entre as 25 menores do mundo, com um PIB nominal estimado em US\$ 14,04 bilhões e PIB per capita nominal de apenas US\$ 768. As duas principais atividades econômicas do país são a exploração de ouro e a agricultura, tendo o ouro e o algodão representado juntos mais de 80% das exportações malianas em 2016. Dessa forma, a economia local depende enormemente das flutuações dos preços



internacionais do ouro e de alguns poucos produtos primários. As doações internacionais também representam importante porcentagem do PIB do país. A insegurança prevalecente em boa parte do território maliano desde 2012 constitui obstáculo adicional ao desenvolvimento econômico do Mali.

A crise interna iniciada pelo golpe de março de 2012 afetou negativamente a economia do Mali, mas seus efeitos macroeconômicos foram temporalmente limitados. Houve retração econômica e aumento da inflação em 2012. Logo em seguida, no entanto, houve retomada do crescimento e maior controle inflacionário. Nos últimos anos, a economia tem crescido a taxas consideráveis. O PIB cresceu 5,79% em 2016 e 5,3% em 2017. O FMI prevê que este patamar de crescimento deve ser mantido nos próximos três anos, com a possibilidade de uma pequena desaceleração. A inflação tem sido mantida sob controle, totalizando -0,79% em 2016 e 1% em 2017.

Setores econômicos. A agricultura representa, em seu conjunto, cerca de 40,9% do PIB e emprega 80% da população economicamente ativa do país. A produção agrícola desenvolve-se, sobretudo, na região sul do país, que concentra as terras férteis e a incidência de chuvas. Os principais produtos agrícolas do Mali são o arroz e o algodão, este voltado para a exportação.

O setor industrial do Mali responde por 18,9% do PIB e consiste basicamente de pequenas empresas dedicadas ao processamento de algodão e à confecção de têxteis. Cerca de 70% da atividade industrial está concentrada na capital. O setor de serviços, por sua vez, representa 40,2% do PIB e é dominado pelas atividades comerciais.

Comércio exterior. Desde 2010, a corrente de comércio do Mali com o mundo tem girado em torno dos US\$ 6 bilhões, apresentando tendência deficitária, em vista da natureza das pautas exportadora e importadora. Os principais produtos exportados pelo Mali em 2016 foram: ouro e pedras preciosas (71,7% do total exportado); algodão (9,3%); animais vivos (8,0%); adubos (3,3%); e máquinas mecânicas (1,4%). Os principais destinos das exportações malianas são a África do Sul (46,9%), a Suiça (15,0%), os Emirados Árabes Unidos (7,6%) e Côte d'Ivoire (6,0%), refletindo, em grande medida, o mercado global de ouro.

No mesmo ano, a pauta de importações foi composta pelos seguintes principais produtos: combustíveis (22,2%); veículos automóveis (8,7%); máquinas elétricas (7,8%); máquinas mecânicas (7,3%); e sal, enxofre,



terrás, pedras, cimento (5,9%). As importações são provenientes, principalmente, do Senegal (19,4%), China (15,6%), Côte d'Ivoire (9,8%) e França (8,6%). Cabe notar que parte das exportações senegalesas e marfinenses são, na realidade, reexportações.

Energia. Não existem informações sobre reservas comprovadas de petróleo ou gás no Mali. Mas a existência de numerosas bacias sedimentares, com potencial petrolífero, no centro e norte do país, tem instado o governo a procurar atrair investidores que promovam a pesquisa de jazidas e sua eventual exploração para fins de produção e exportação. O Mali é, assim, dependente da importação de petróleo, que está em alta em função da demanda gerada pelo crescimento populacional e pela expansão econômica, com impacto nas finanças públicas.

Informações disponíveis indicam que a oferta primária total de energia é basicamente composta por biomassa tradicional (80%), por derivados de petróleo (20%), além de pequena parcela de hidroeletricidade (aproximadamente 1%). Taxas de acesso à eletricidade são baixas, sobretudo na zona rural. A porcentagem da população urbana com acesso a energia elétrica era de 55%, em 2015. Para a população rural, o índice seria de apenas 15%, de acordo com dados disponibilizados pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

O desenvolvimento do setor energético é prioridade governamental, com vistas a impulsionar o desenvolvimento econômico. O Mali apresenta grande potencial de energia renovável, que é pouco explorado atualmente. A tecnologia da energia solar é particularmente promissora, devido a níveis excepcionais de luz do sol, principalmente no norte do país, embora ainda pouco difundida no país. A região sul, por sua vez, apresenta elevado potencial em matéria de biocombustíveis. O potencial hidrelétrico é explorado apenas parcialmente, existindo espaço para instalação de projetos hidrelétricos de pequeno porte. A exploração da energia eólica, por fim, encontra-se em estágio embrionário, embora as perspectivas sejam positivas.

Recursos Minerais. A economia do Mali assenta-se, em boa medida, na exportação de ouro, que responde pela maior parcela dos ganhos oriundos da exportação de minérios. Em 2014, a receita obtida com a indústria aurífera correspondeu a cerca de 10,2% da arrecadação federal. Em 2016, as exportações de ouro equivaleram a 71,7% do valor total das exportações. A exploração mineral no Mali é operada por empresas



privadas. O governo detém participação minoritária em todos os empreendimentos de mineração de ouro. As principais mineradoras internacionais presentes no Mali são australianas, britânicas, canadenses e sul-africanas. O ministério de Minas do Mali destaca, além da produção de ouro, as estimativas de reservas de outros recursos minerais, em particular o manganês (20 milhões de toneladas) e o minério de ferro (1 bilhão e 360 milhões de toneladas).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1898** – França conquista o Mali, então chamado Sudão Francês.
- 1959** – Mali e Senegal formam a Federação do Mali, que se desfaz um ano depois.
- 1960** – Independência do Mali. Modibo Keïta é o presidente de um sistema socialista unipartidário.
- 1968** – Moussa Traoré lidera golpe de Estado contra Keïta e assume o poder.
- 1977** – Morre o ex-presidente Modibo Keïta. Protestos nas ruas.
- 1979** – Nova Constituição estabelece eleições, que são vencidas por Moussa Traoré.
- 1985** – Mali e Burkina Faso entram em conflito fronteiriço.
- 1991** – Moussa Traoré é deposto.
- 1992** – Alpha Konaré torna-se o primeiro presidente democraticamente eleito do Mali.
- 1999** – Ex-presidente Moussa Traoré é condenado à morte por corrupção, mas a pena é comutada em prisão perpétua.
- 2002** - Amadou Toumani Touré é eleito presidente.
- 2002** – França anuncia cancelamento de 40% da dívida do Mali.
- 2007** – Amadou Toumani Touré é reeleito para mandato de cinco anos.
- 2012** – Amadou Toumani Touré é derrubado em golpe militar liderado por oficiais de média patente do Exército (março); movimentos rebeldes tomam conta do norte do país.
- 2013** – Tropas francesas intervêm no país (janeiro). Conselho de Segurança cria a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali – MINUSMA (abril).
- 2013** – Ibrahim Boubacar Keïta (IBK) é eleito presidente (julho/agosto).



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960 - O Brasil reconhece a independência do Mali no dia 7 de outubro.

1962 - Brasil e Mali estabelecem relações diplomáticas.

1981 - Visita ao Brasil do então presidente Moussa Traoré. Assinatura do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica e do Acordo para a criação de uma Comissão Mista.

1996 – Visita ao Brasil do então primeiro-ministro Ibrahim Keïta.

1999 – Visita ao Brasil da então ministra das Comunicações, Ascofare Oulematou Tamboura.

Fevereiro/2006 – Missão técnica brasileira visita o Mali, para tratar de cooperação na área do algodão.

Maio/2007 - Missão técnica do Mali visita o Brasil para conhecer centros produtores de algodão.

Outubro/2007 – Decreto cria a Embaixada do Brasil no Mali com sede em Bamako, que começa a funcionar efetivamente em julho de 2008.

Abril/2008 - Encontro entre o então chanceler Celso Amorim e o então Ministro da Economia, Indústria e Comércio do Mali, Amadou Diallo, à margem da XII UNCTAD.

Maio/ 2008 – Delegação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visita Bamako para apresentar proposta de cooperação no setor do algodão.

Junho/2008 – Visita ao Brasil do então ministro de Obras Públicas e Transporte do Mali, Hamed Diané Sémega.

Julho/2009 – Início das atividades da Unidade Modelo de Validação e de Demonstração, em Sotuba, no Mali, direcionadas ao fomento da capacidade produtiva africana na área do algodão.

Agosto/2009 – Visita a Brasília do então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional Moctar Ouane. Assinatura do Acordo sobre a Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

Outubro/2009 – Visita a Bamako do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.



Abril/2010 – Visita ao Brasil do então presidente Amadou Toumani Touré ao Brasil.

Fevereiro/2011 – Abertura da Embaixada maliana em Brasília.

2013 – Brasil envia representante para a cerimônia de posse do presidente Ibrahim Boubacar Keïta.

Abril/2016 – I Reunião do Comitê Gestor do Projeto Cotton-4 + Togo, em Brasília.

ACORDOS BILATERAIS

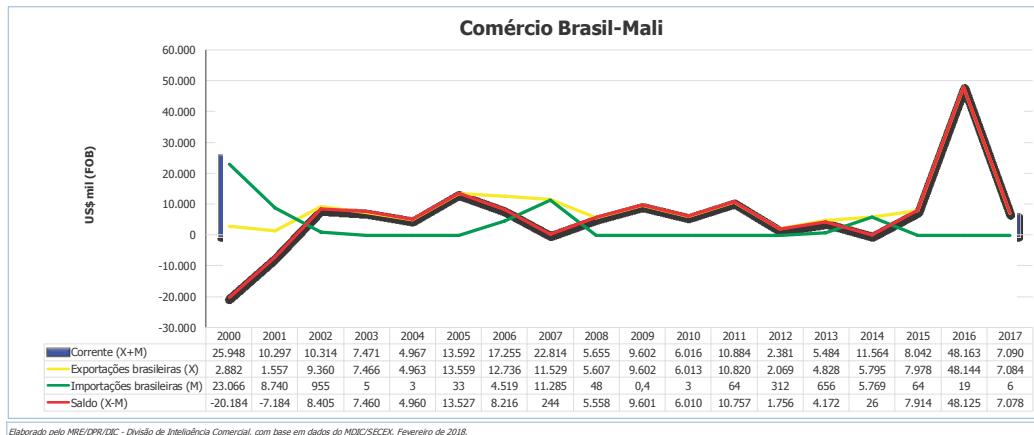
Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	22/10/2009	Aguardando ratificação pela parte maliana	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	13/08/2009	11/11/2009	14/08/2009
Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, entre Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República do Mali	07/10/1981	19/01/1984	22/11/1990



Acordo para a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica, entre República Federativa do Brasil e Governo da República do Mali.	07/10/1981	27/02/1986	02/05/1986
---	------------	------------	------------



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



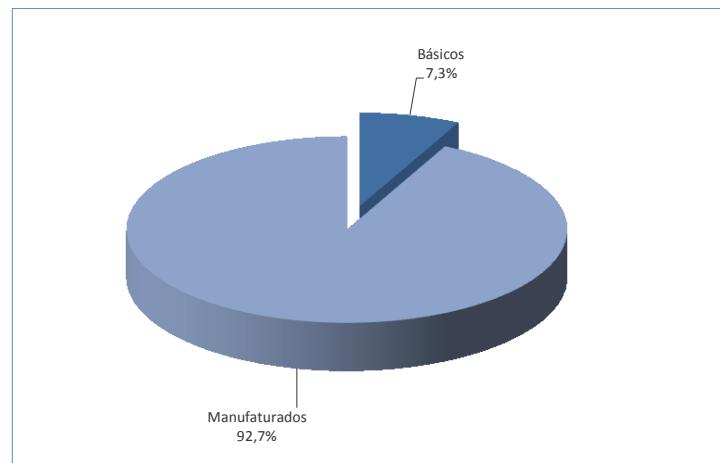
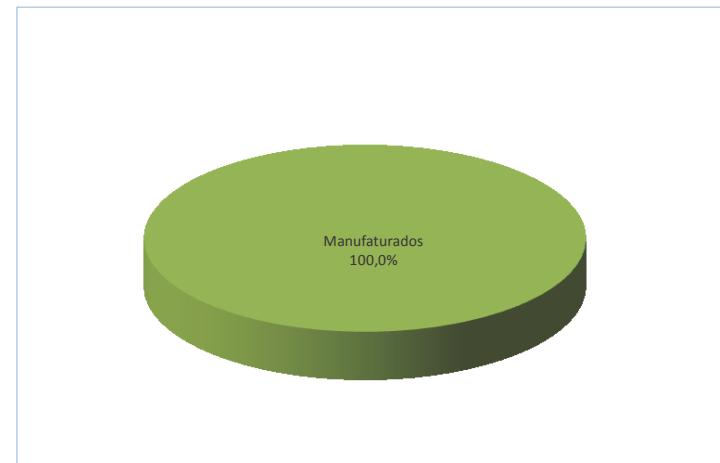
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (janeiro)	335	1	336	334
2018 (janeiro)	322	10	332	311

25

Parte integrante do Aviso da MSF nº 13 de 2018.

Página 28 de 39



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

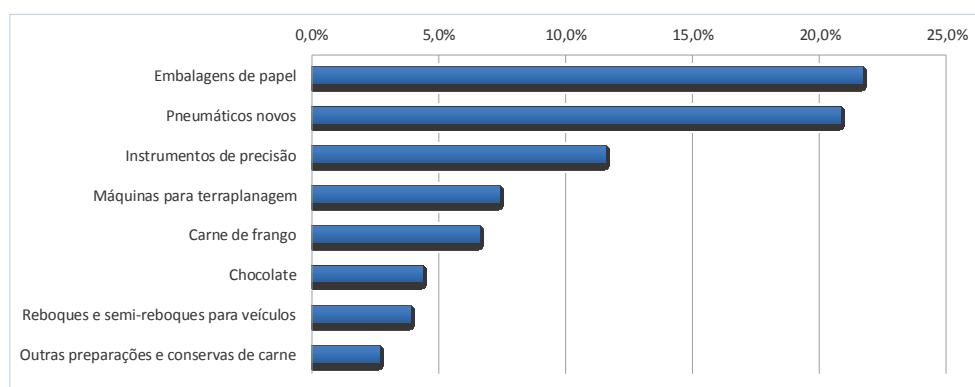


Composição das exportações brasileiras para o Mali (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Embalagens de papel	903	11,3%	2.791	5,8%	1.537	21,7%
Pneumáticos novos	533	6,7%	553	1,1%	1.476	20,8%
Instrumentos de precisão	0	0,0%	0	0,0%	821	11,6%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	260	0,5%	525	7,4%
Carne de frango	163	2,0%	190	0,4%	469	6,6%
Chocolate	57	0,7%	63	0,1%	309	4,4%
Reboques e semi-reboques para veículos	0	0,0%	0	0,0%	276	3,9%
Outras preparações e conservas de carne	0	0,0%	308	0,6%	190	2,7%
Aviões	0	0,0%	43.330	90,0%	0	0,0%
Arroz	5.226	65,5%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	6.882	86,3%	47.495	98,7%	5.603	79,1%
Outros	1.096	13,7%	649	1,3%	1.481	20,9%
Total	7.978	100,0%	48.144	100,0%	7.084	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

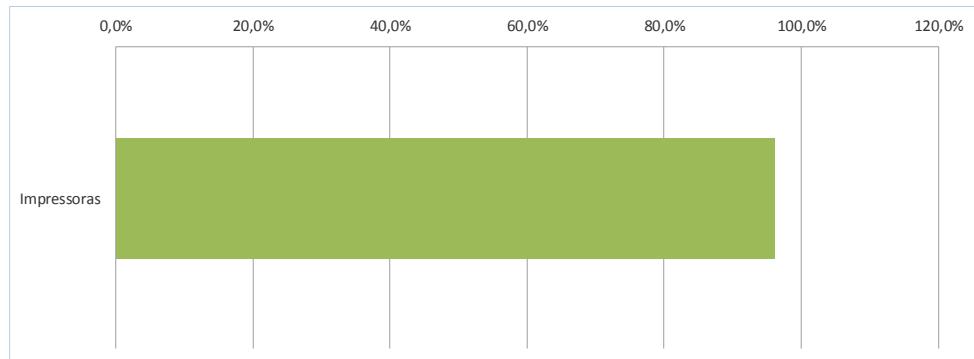


Composição das importações brasileiras originárias do Mali (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Impressoras	2	3,1%	6	31,1%	6	96,2%
Aparelhos de TV	2	3,1%	9	46,6%	0	0,0%
Esculturas	56	87,9%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	60	94,1%	15	77,7%	6	96,2%
Outros	4	5,9%	4	22,3%	0	3,8%
Total	64	100,0%	19	100,0%	6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

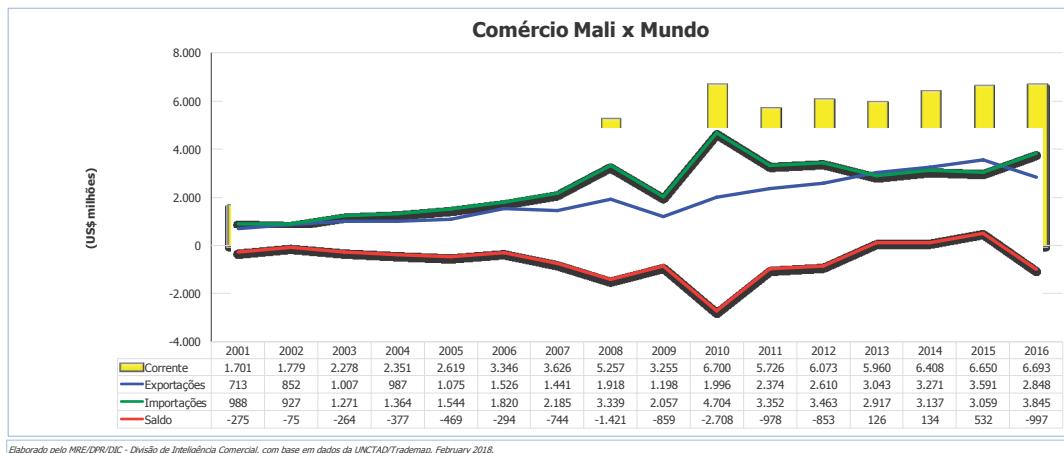


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2017 (janeiro)	Part. % no total	2018 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Embalagens de papel	0	0,0%	233	72,4%	Embalagens de papel 72,4%
Motores e geradores elétricos	0	0,0%	88	27,4%	Motores e geradores elétricos 27,4%
Pneus novos	194	57,9%	0	0,0%	Pneus novos 0,0%
Carne de frango	94	28,1%	0	0,0%	Carne de frango 0,0%
Tratores	35	10,4%	0	0,0%	Tratores 0,0%
Subtotal	323	96,4%	321	99,8%	
Outros	12	3,6%	1	0,2%	
Total	335	100,0%	322	100,0%	
Grupos de produtos	2017 (janeiro)	Part. % no total	2018 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Impressoras	1	100,0%	10	99,2%	Impressoras 99,2%
Subtotal	1	100,0%	10	99,2%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,8%	
Total	1	100,0%	10	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2018.





30

Parte integrante do Aviso da MSF nº 13 de 2018.

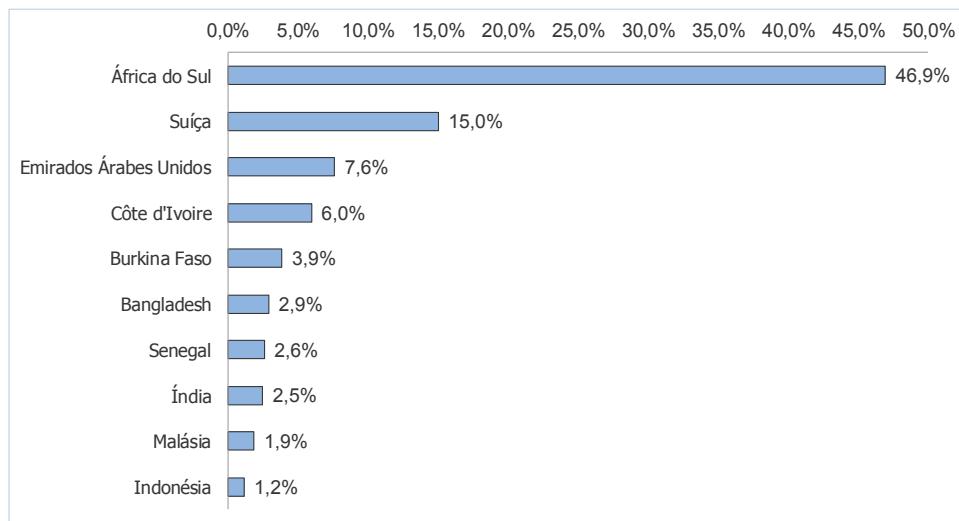
Página 33 de 39



Principais destinos das exportações do Mali
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
África do Sul	1.337	46,9%
Suíça	428	15,0%
Emirados Árabes Unidos	217	7,6%
Côte d'Ivoire	170	6,0%
Burkina Faso	110	3,9%
Bangladesh	83	2,9%
Senegal	74	2,6%
Índia	71	2,5%
Malásia	53	1,9%
Indonésia	33	1,2%
...		
Brasil (65º lugar)	0,1	0,002%
Subtotal	2.576	90,5%
Outros países	272	9,5%
Total	2.848	100,0%

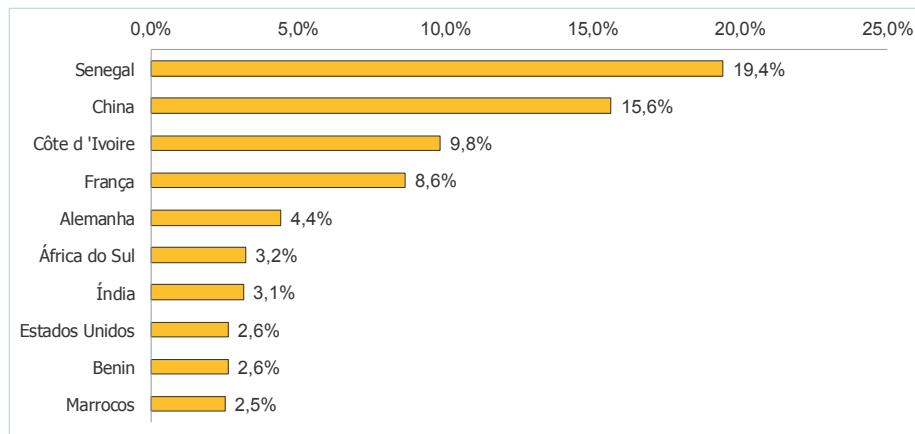
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações do Mali
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Senegal	747	19,4%
China	601	15,6%
Côte d'Ivoire	378	9,8%
França	332	8,6%
Alemanha	170	4,4%
África do Sul	124	3,2%
Índia	121	3,1%
Estados Unidos	101	2,6%
Benin	101	2,6%
Marrocos	97	2,5%
...		
Brasil (17º lugar)	46	1,2%
Subtotal	2.818	73,3%
Outros países	1.027	26,7%
Total	3.845	100,0%

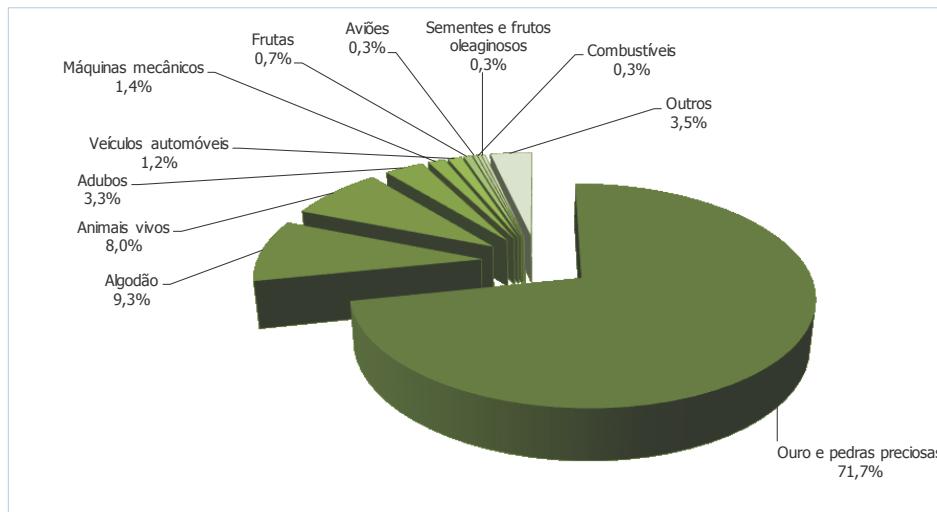
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações do Mali (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	2.043	71,7%
Algodão	266	9,3%
Animais vivos	228	8,0%
Adubos	94	3,3%
Máquinas mecânicos	40	1,4%
Veículos automóveis	33	1,2%
Frutas	19	0,7%
Aviões	9	0,3%
Combustíveis	8	0,3%
Sementes e frutos oleaginosos	8	0,3%
Subtotal	2.748	96,5%
Outros	100	3,5%
Total	2.848	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

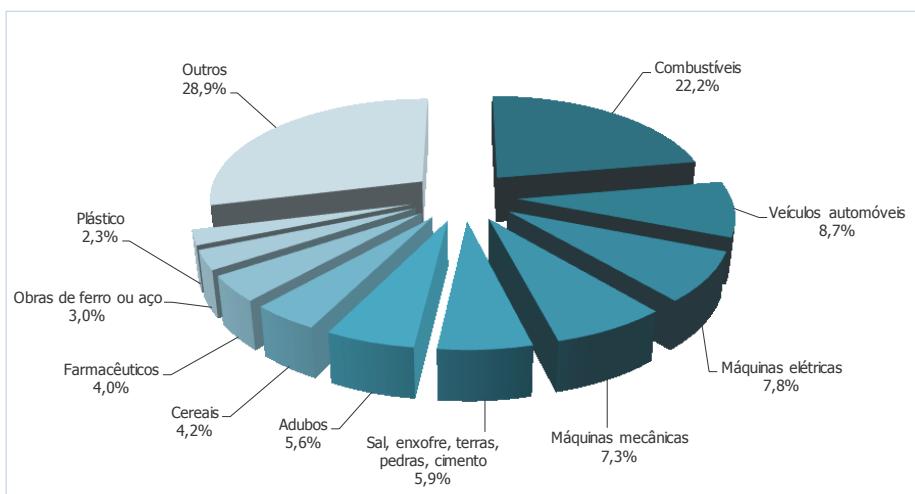


Composição das importações do Mali (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Combustíveis	855	22,2%
Veículos automóveis	336	8,7%
Máquinas elétricas	299	7,8%
Máquinas mecânicas	279	7,3%
Sal, enxofre, terras, pedras, cimento	225	5,9%
Adubos	215	5,6%
Cereais	163	4,2%
Farmacêuticos	155	4,0%
Obras de ferro ou aço	117	3,0%
Plástico	90	2,3%
Subtotal	2.734	71,1%
Outros	1.111	28,9%
Total	3.845	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



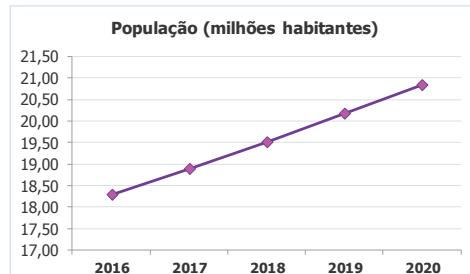
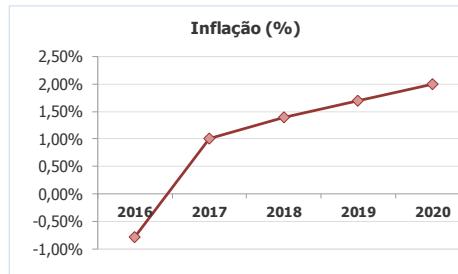
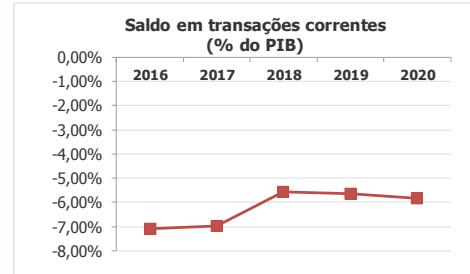
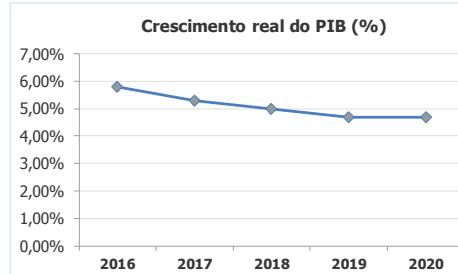
Principais indicadores socioeconômicos do Mali

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	5,79%	5,30%	5,00%	4,70%	4,70%
PIB nominal (US\$ bilhões)	14,04	15,00	16,34	17,30	18,29
PIB nominal "per capita" (US\$)	768	794	837	858	878
PIB PPP (US\$ bilhões)	38,25	40,98	43,86	46,90	50,14
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.091	2.169	2.247	2.326	2.407
População (milhões habitantes)	18,29	18,89	19,52	20,16	20,83
Inflação (%) ⁽²⁾	-0,79%	1,00%	1,40%	1,70%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-7,10%	-6,97%	-5,57%	-5,65%	-5,83%
Câmbio (CFAfr / US\$) ⁽²⁾	593,10	580,90	n.d.	n.d.	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			40,9%		
Indústria			18,9%		
Serviços			40,2%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



Aviso nº 139 - C. Civil.

Em 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSE PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Ofício do Superior Tribunal de Justiça





SENADO FEDERAL

OFICIO "S"

Nº 14, DE 2018

Encaminha, para compor o Conselho Nacional de Justiça no Biênio 2018/2020, a indicação do Superior Tribunal de Justiça do Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, conforme disposto no inciso II e no § 5º do art. 103-B da Constituição Federal.

AUTORIA: Superior Tribunal de Justiça

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



[Página da matéria](#)

*Superior Tribunal de Justiça*

Ofício n. 179 /GP

Brasília, 21 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Comunicação

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que, na sessão plenária realizada nesta data, o Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins foi indicado por esta Corte para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2018/2020, em conformidade com o que dispõem o inciso II e o § 5º do art. 103-B da Constituição Federal.

Atenciosamente,


Ministra Laurita Vaz
Presidente

Recebido em 22/03/2018
Hora: 15:43

7624

Página 2 de 50

Parte integrante do Avulso do OFS nº 14 de 2018.

Matrícula: 29007 GLEP/SGM

CURRICULUM VITAE

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS

01. HISTÓRICO

Humberto Eustáquio Soares Martins, brasileiro, casado, ministro, nascido em 07 de outubro de 1956, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, filho de José Martins Filho e Dalva Soares Martins, cônjuge Rita de Cássia Castro Alves Martins e filhos Eduardo Filipe Alves Martins e Laís Camila Alves Martins.

02. CURSOS CONCLUÍDOS

- Primeiro (1º) e Segundo (2º) graus do ensino, no Colégio Marista de Maceió Estado de Alagoas.
- Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, tendo colado grau em julho de 1979.
- Bacharel em Administração de Empresas pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC, tendo colado grau em janeiro de 1980.

03. CURSO DE EXTENSÃO

- Consumidor e Seus Direitos, Universidade Federal Alagoas, 1991.
- Direito Civil e Processual Civil, pela Escola Superior de Advocacia, 1992.

04. ATIVIDADES EDITORIAIS E DE PESQUISA

- Membro do Conselho de Orientação Jurisprudencial da Revista de Direito Civil Contemporâneo - RDCC, da Thompson Reuters - Revista dos Tribunais.
- Coordenador da coluna Direito Civil Atual, da revista Consultor Jurídico.
- Membro da Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo (USP, Universidade de Lisboa, Universidade de Girona, UFPR, UFSC, UFPE, UFRGS, UFF e UFMT).

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça

05. FUNÇÕES ATUAIS

- Ministro do Superior Tribunal de Justiça a partir de 14/6/2006.
- Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça a partir de 1º/9/2016.
- Vice-Presidente do Conselho da Justiça Federal.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça.

06. PRINCIPAIS ATIVIDADES EXERCIDAS

MAGISTRATURA:

- Desembargador do TJ/AL, pelo Quinto Constitucional, pela classe dos advogados, nomeado em 22/03/2002, tendo tomado posse em 25/03/2002, com exercício de suas funções junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, 1ª Câmara Cível e Seção Especializada Cível, 03/2002 a 02/2003.
- Presidente da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas, 02/2003 a 02/2005.
- Membro da 1ª Câmara Cível e Seção Especializada Cível, 02/2005 a 06/2006.
- Juiz Substituto do TRE/AL, pela classe dos Desembargadores, 2002/2004.
- Juiz efetivo do TRE/AL, pela classe dos Desembargadores, 2005/2006.
- Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, Corregedor Regional Eleitoral e Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, em 21/06/2005 a 13/06/2006.
- Presidente da 2ª Turma do STJ, de 21/06/09 a 20/06/11.
- Membro Suplente da Comissão de Regimento Interno do STJ.
- Membro Suplente do Conselho da Justiça Federal.
- Membro Efetivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados -ENFAM.
- Presidente da Comissão de Jurisprudência do STJ.
- Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral.
- Ouvidor do Superior Tribunal de Justiça de 05/09/2013 a 04/09/2014.
- Presidente da Comissão de Coordenação do STJ.
- Corregedor-Geral da Justiça Federal - a partir de 23/04/2014.
- Diretor do Centro de Estudos Judiciários do CJF - 23/04/2014.
- Presidente da TNU (Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais) - CJF - 23/04/2014.
- Membro Efetivo do Conselho da Justiça Federal.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça

- Presidente da 1^a Seção do STJ, de 06/08/2013 a 05/08/2015.
- Membro da 2^a Turma.
- Membro da 1^a Seção.
- Membro da Corte Especial.
- Membro do Conselho de Administração.
- Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Sálvio de Figueiredo Teixeira – ENFAM - de 16/12/2015 a 30/08/2016.
- Presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de 18/01/2017 a 31/01/2017.
- Presidente do Superior Tribunal de Justiça em exercício, de 20/07/2017 a 31/07/2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO:

- Promotor de Justiça Adjunto, na Comarca de União dos Palmares, Estado de Alagoas, no período de 1979/1982;

ATIVIDADES NA ADVOCACIA:

- Advogado militante, inscrito na OAB/AL desde 1979 a 03/2002 (Advogado credenciado do Banco do Brasil, Banco do Estado de Alagoas e Banco Real)
- Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Alagoas, em eleição para os biênios 1991/1993 e 1993/1995.
- Presidente da Comissão de Defesa e Assistência do Advogado da OAB/AL, 1993 a 1995.
- Integrante da banca examinadora para o concurso de Juiz Substituto do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, na condição de representante da OAB/AL, 1995.
- Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/AL, para o triênio 1995/1998.
- Presidente da OAB/AL, para o triênio 1998/2000; reeleito para o triênio 2001/2003.

EXECUTIVO:

- Procurador do Estado de Alagoas, 1982/2002.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça

- Coordenador da Procuradoria Judicial do Estado de Alagoas, 1987/89.
- Subprocurador Geral do Estado de Alagoas, por ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas, 1989/90.
- Coordenador da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado de Alagoas, 1990/1992.
- Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Alagoas, 1992/94.
- Conselheiro da Advocacia Geral do Estado de Alagoas no biênio (PGE) 1993/95, representando a PGE.
- Membro do Conselho Administrativo da Companhia de Abastecimento e Saneamento de Água de Alagoas - CASAL, representando a Procuradoria Geral do Estado, 1995/1998.

MAGISTÉRIO:

- Professor da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, 07/92 a 06/2006.
- Integrante de Bancas de concursos para professor da Universidade Federal de Alagoas

INSTITUIÇÕES DE CLASSE:

- AMB – Associação do Magistrados Brasileiros.
- AJUFE – Associação dos Juizes Federais.
- Membro do Instituto dos Advogados de Alagoas.
- Membro Honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros.
- Membro Honorário do Instituto Sergipano de Estudos Tributários.
- Membro Honorário da Associação dos Procuradores do Estado de Alagoas.
- Membro Honorário da Ordem dos Advogados do Brasil/Secção de Alagoas.
- Membro Honorário da Associação dos Magistrados de Alagoas.

07. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

- Diplomado pela "THE UNIVERSITY OF TEXAS", nos Estados Unidos da América, 1976.
- Diploma de Coordenador do I Concurso Jurídico do Ministério Público, Maceió, 1980.
- Diploma de XII Congresso Brasileiro de Comunicação Social, em Recife/PE, 1983.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça



- Diploma pela Associação do Ministério Público de Alagoas, na I Jornada de Estudos Jurídicos, 1984.
- Diploma de XII Congresso Nacional de Procuradores de Estado, realizado em Salvador, Estado da Bahia, 1986.
- Diploma do VII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, realizado no Rio de Janeiro, 1986.
- Diploma do I Ciclo de Estudos de Direito Penal e Processual Penal, promovido pela OAB/AL, CAD e ESAD, como expositor, 1991.
- Diploma do II Ciclo de Estudos de Direito Civil e Processual Civil, patrocinado pela OAB/AL, CAD e ESAD, 1992.
- Diploma do I Simpósio de Direito Processual, promovido pela Escola Superior da Magistratura e Centro Aplicado de Direito, 1992.
- Diploma do I Encontro Nacional da Advocacia Pública, promovido pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, em São Paulo –SP, 1992.
- Diploma do I Encontro de Estudos Jurídicos dos Procuradores de Estado, promovido pela APE/AL, 1992.
- Diploma do XIX Congresso Nacional de Procuradores de Estado, em Amazonas, 1993.
- Diploma do Seminário Sobre Direito Eleitoral, promovido pela OAB/AL, 1994.
- Diploma do Curso Sobre O Estatuto da Advocacia, pela OAB/AL, 1994.
- Diploma de Coordenador da V Conferência Estadual dos Advogados “Justiça, Cidadania e Direito” realizada pela OAB/ESAD, 1996.
- Diploma da XVI Conferência Nacional dos Advogados, Fortaleza/CE, 1996.
- Diploma de Coordenador do I Congresso Norte/Nordeste de Direito Civil, em Maceió, realizado pelo Instituto de Atualização em Direito- IAD, 1997.
- Certificado de Coordenador do Congresso Sul-americano de Direito Penal e Processual Penal, promoção Multieventos, Promoções e Assessoria, em Maceió-AL, 1997.
- Certificado do Congresso Brasileiro de Direito Processual, em Recife/PE, pelo Instituto Brasileiro e Estudos de Direito – IBED, 1997.
- Certificado do Seminário de Direito Processual Civil e Trabalhista, promovido pela OAB/ESAD, 1997.
- Certificação de Coordenador do V Ciclo de Estudos Jurídicos, promovido pela AMAAL, 1997.
- Certificado da XVII Conferência Nacional dos Advogados, realizada no Rio de Janeiro, 1999.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça

- Diploma da XVII Conferência Nacional dos Advogados, Rio de Janeiro, 1999.
- Diploma de Presidente da VI Conferência Estadual de Advogados Alagoanos, 2000.
- Diploma do I Seminário de Psicologia Forense, promovido pelo Grupo Associado de Psicólogo e Escola Superior de Advocacia, 2000.
- Diploma do 4º Seminário Alagoano da Responsabilidade Fiscal, 2000.
- Certificado do I Congresso do Terceiro Setor, promovido pelo MP/AL, 2000.
- Diploma do Conselho da Ordem do Mérito, Ministro Silvério Fernandes Araújo Jorge, conferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, 2001.
- Diploma do Fórum de Debate: Eficácia da Jurisdição, promovido pelo Conselho da Justiça Federal, Brasília/DF, 2001.
- Certificado de honra ao mérito por ocasião do 60º aniversário da criação da Justiça do Trabalho, conferido pelo TRT 19ª Região, 2001.
- Certificado do Instituto de Temas e Estudos Jurídicos – ITEJAL, 2001.
- Certificado Pontes de Miranda, concedido no Congresso Nacional de Direito Constitucional, promovido pela Escola Nacional de Advocacia, 2002.
- Certificado da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB do I Encontro Nacional de Juizes Estaduais, Camboriú/SC, 2002.
- Certificado de Palestrante na III Semana de Enfermagem com o tema “Ética Profissional, promovido pela Coordenação de Enfermagem, UFAL, 2004.
- Certificado, como conferencista do Congresso de Direito Eleitoral, realizado pela Associação Alagoana de Magistrados-Almagis, 2004.
- Certificado do Seminário “As Reformas de 2005”, realizado pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, em Brasília/DF, 2005.
- Certificado da Escola Judiciária Eleitoral – TSE, Seminário da Justiça Eleitoral, Brasília/DF, 2005.
- Certificado do II Seminário da Justiça Eleitoral, promovido em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral/TSE e Escola Judiciária Eleitoral/TRE/AL, Maceió/AL, 2005.
- Certificado do XXXI Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, promovido em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e o Tribunal Superior Eleitoral, em Maceió/AL, 2005.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça



- Diploma do Batalhão Hermes Ernesto da Fonseca, concedido pelo Exército Brasileiro, 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, pelos relevantes serviços prestados, 2005.
- Certificado do Seminário “A Ética na Atividade Empresarial”, promovido pela APAMAGIS, EPM e APM, 2006.
- Certificado de Palestrante no Seminário sobre Planejamento Estratégico no Judiciário, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 2007.
- Certificado de Conferencista no VII Congresso Tributário do Nordeste Brasileiro e Congresso Brasileiro de Direito Nacional, promovido pelo Instituto Sergipano de Estudos Tributários, 2007.
- Certificado de presidente de mesa do 1º Congresso de Direito Ambiental da Magistratura do Mercosul, em Paraty/RJ, promovido pelo Conselho da Justiça Federal, 2007.
- Certificado da Conferência “A Influência do Poder Judiciário como instrumento de Transformação Social”, realizada pelo Centro Universitário Adventista – EC/ Faculdade de Direito, em Campinas/SP, 2007.
- Certificado de palestrante do I Fórum de Liberdade Religiosa, promovido pela Igreja Adventista do 7º Dia, Brasília/DF, 2007.
- Certificado de debatedor do I Fórum de Liberdade Religiosa, promovido pela Igreja Adventista do 7º Dia, Brasília/DF, 2007.
- Certificado de expositor da 8ª Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade do Judiciário – Estratégia e Gestão, no STJ, 2007.
- Certificado de palestrante no XLVIII ENCOGE – Encontro Nacional do Colégio de Corregedores-Gerais da Justiça, realizado no Estado de Alagoas, 2008.
- Certificado de palestrante na X Conferência Estadual dos Advogados de Alagoas, Maceió/AL, 2011.
- Certificado de palestrante no 60º Encontro do Colégio dos Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal (ENCOGE), Maceió/AL, 2012.
- Certificado de paraninfo da solenidade de entrega de carteiras aos novos advogados, concedido pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Distrito Federal – Brasília/DF – 22/04/2015.
- Certificado da Fuerza Aérea de Chile - Visita à Base Aérea Antártida - Antárdida/AQ, 2016.
- Como Diretor-Geral da ENFAM, participou do II Congresso Internacional da AMB, Reino Unido/UK, 23 a 25 de maio de 2016.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça

- Certificado de participação do XVIII Seminário de Verão "O papel do Direito nos desafios globais", Universidade de Coimbra, Portugal/PT, 5 e 6 de julho de 2016.
- Certificado de participação do XIX Seminário de Verão "Pós-Globalização e Democracia", em homenagem ao Professor Doutor Teori Zavascki, Universidade de Coimbra. Portugal/PT, 3 a 5 de julho de 2017.

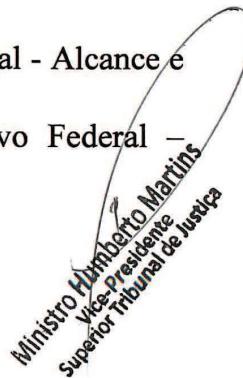
CONFERÊNCIAS:

- Da Assistência Judiciária I Encontro de Estudos Jurídicos da PGE/AL, promoção da APE, 1992;
- Dos Atos Administrativos IV Seminário de Direito Administrativo, promoção OAB/ESAD, 1993;
- IV Ciclo de Atualidade em Direito, promoção Associação da Mulher Advogada de Alagoas - Do Direito de Família (União Estável), 1994;
- Simpósio de Direito Eleitoral - Eleições 1996, promoção Universidade Federal da Bahia, Abuso de Poder Econômico, 1995;
- Relator do Painel "Direitos e Advocacia", na XVI Conferência Nacional dos Advogados, Fortaleza/CE, 1996;
- V Ciclo de Estudos Jurídicos, promovido pela Associação da Mulher Advogada, Do Processo Eleitoral, 1996;
- Congresso Brasileiro de Direito Processual, promovido pelo IBED, em Recife/PE, 1996;
- Simpósio de Direito Processual Civil, CESMAC, 1996;
- Papel Social do Advogado, promovido pela ESAD, 1997;
- Ética e Estatuto da OAB, promovido pela Faculdade de Direito de Maceió, 1998;
- Presidente de Mesa, no painel Previdência do Advogado, na XVII Conferência Nacional dos Advogados, Rio de Janeiro, 1999;
- XXIV Encontro dos Conselhos Regionais de Medicina da Região Nordeste, em Maceió/AL, 1999;
- XIII Conferência dos Advogados Catarinenses, Joinville/SC, 1999;
- I Encontro Alagoano de Conscientização dos Direitos do Consumidor, 1999;
- Conferência dos Advogados Sergipanos, Aracaju/SE, 1999;
- 60ª Semana Brasileira de Enfermagem, em Maceió/AL, 1999;
- VI Conferência Estadual dos Advogados, 2000;

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça

- Certificado do I Congresso do Terceiro Setor, promovido pelo MP/AL, 2000;
- Presidente de Honra do I Congresso Nacional de Direito do Consumidor, realizado em Maceió/AL, 2001;
- VII Encontro Nacional de Secretários e Diretores Gerais de TJs, Maceió/AL, 2002;
- Palestrante no Congresso Brasileiro “O Direito em Debate”, com o tema Improbidade Administrativa, realizado pela Associação Alagoana de Magistrados, Escola Judiciária Eleitoral do TRE/AL e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, 2005;
- Presidente e Coordenador da XIV Reunião Ordinária do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral, realizada pelo TSE, em parceria com o TRE/AL, CRE/AL e EJE/AL, Maceió/AL, 2006.
- Apresentação do livro "Direito Eleitoral para Partidos Políticos e Candidatos", autoria de Carlos Henrique Tavares Mero, Edições Catavento/2008.
- Presidente de mesa, no painel Judiciário e Advocacia, no Seminário O Poder Judiciário e a Sociedade, realizado pela Associação dos Advogados de São Paulo, São Paulo/SP, 2009.
- Apresentação do livro "Direito Administrativo", de autoria da Professora Fernanda Marinela, 2010.
- Presidente de mesa, tema "Incidente de Deslocamento de Competência", no Seminário STJ-Temas Contemporâneos, realizado pela UFMG, 2010.
- Presidente de mesa, no Fórum sobre a Funcionalização do Direito: Direito Privado, Obrigações, Propriedade e Posse, realizado pela Escola da Magistratura Federal da 2ª Região, 2011.
- Presidente de mesa no "Seminário sobre Superior Tribunal de Justiça. Competência. O Recurso Especial. Visão dos Ministros e dos Advogados", no painel Direito Público, São Paulo/SP, 2011.
- Palestrante no I Congresso Estadual de Procuradores do Estado do Pará, "A Visão da advocacia Pública a partir dos Tribunais Superiores, Belém/PA, 2011.
- Presidente de mesa no Seminário O Superior Tribunal de Justiça – 25 anos: julgamentos e recurso especial, no painel Direito Público – A estabilidade das decisões. São Paulo/SP, 2013.
- Aula inaugural no "Seminário Transparência na Justiça Federal - Alcance e Limites", no Conselho da Justiça Federal, 2013.
- Presidente de Mesa, no painel O Processo Administrativo Federal – 22/08/2013.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça



- Presidente de Mesa, no painel O Constitucionalismo Antiliberal e o Estado Novo e suas repercussões na Constituição de 1988 – 05/09/2013.
- Presidente de Mesa, no painel O novo e o velho: as recepções (hermenêuticas) equivocadas a partir de 1988 – 05/09/2013.
- Presidente de Mesa do 7º ENAFE - Encontro Nacional de Advogados Públicos Federais – no painel Universalização do acesso a água potável e erradicação da pobreza (Política Nacional de Recursos Hídricos – Potencialidades e fragilidades) - 18/10/2013 – Maceió/AL.
- Participação no VI Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública Federal – 25 anos da Constituição Federal: Segurança Jurídica da Administração Pública e Empresas Estatais - 21/10/2013 - Brasília/DF.
- Coordenador do I Simpósio Nacional de Ouvidorias Judiciárias - STJ - Brasília - 02/12/2013.
- Palestrante no Congresso Internacional de Direito Ambiental, no painel "Jurisprudência Ambiental do STJ" - CJF - Brasília - 10/12/2013.
- Presidente de Mesa no Painel: "A fiscalização num Mundo Globalizado" - Coimbra/Portugal - 14 e 15 de abril de 2014.
- Palestra: A Importância das Escolas da Magistratura para o contexto da Educação Jurídica Brasileira - Uniceub/Brasília - 09/05/2014.
- Presidente de Mesa do 5º Seminário sobre o Superior Tribunal de Justiça (STJ) – 25 anos (2014): questões predominantes e recurso especial - no painel O STJ visto pelos advogados e pelos ministros. A importância para o sistema judiciário e para os advogados. – São Paulo/SP - 19/05/2014.
- Encontro Nacional de Ouvidorias – Conselho Federal da OAB e STJ – Brasília /19/05/2014.
- Presidente de Mesa no Seminário "Improbidade Administrativa e Desafios para a Gestão do Estado Brasileiro" - na conferência de abertura Improbidade Administrativa e Agentes Políticos. – Brasília/DF- 21/08/2014.
- Palestrante no "Simpósio Nacional de Ouvidorias Públicas" – no painel : O Papel da ouvidoria junto ao STJ – Brasília/DF - 26/08/2014.
- Palestrante na Conferência Estadual dos Advogados - Tema: "Missão da Corregedoria: O advogado e o juiz" - Ilhéus/BA - 30/08/2014.
- Presidente de mesa no "Encontro de Juízes das Varas Federais Especializadas no Julgamento de Crimes de Lavagem de Dinheiro e Contra o Sistema Financeiro Nacional", no painel "O Papel das Varas Especializadas no Julgamento de Crimes de Lavagem de Dinheiro" - Curitiba/PR - 25/09/2014.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça




- Palestrante na XXII Conferência Nacional dos Advogados - Tema : Constituição Democrática e Efetivação dos Direitos – Rio de Janeiro/RJ - 20/10/2014.
- Participação no Seminário Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças Convenção de Haia de 1980 - Porto Alegre/RS, 03 e 04 de novembro de 2014.
- Participação no Primeiro Diálogo entre Magistratura Federal e Polícia Federal - Brasília/DF, 13 e 14 de novembro de 2014.
- Coordenador do Seminário "Como a Mediação e Arbitragem podem ajudar no acesso e na agilização da Justiça" – CJF – Brasília/DF – 20/11/2014.
- Palestrante no Congresso Nacional do Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas, no painel Transparência na Administração Pública: Lei de acesso à informação e portais da transparência – Maceió/AL – 28/11/2014.
- Coordenador do Seminário "Processo Civil e Constituição" – TRF 3. São Paulo/SP – 5/12/2014.
- Coordenador da II Jornada de Direito Comercial – CJF – Brasília/DF – 26/2/2015.
- Palestrante no Seminário "Propostas de Alterações ao Código de Processo Civil: Reflexões" – Maceió/AL – 16/3/2015.
- Coordenador Científico do VI Workshop Sistema Penitenciário Federal – Campo Grande/MS, 26 e 27 de março de 2015.
- Palestrante na "I Conferência Nacional da Mulher Advogada": Advocacia e Cidadania a Mulher como Instrumento da Democracia - Maceió/AL - 22/05/2015.
- Palestrante no "XIV Congresso Internacional de Direito Tributário de Pernambuco": Tributação e desenvolvimento econômico-social - Recife/PE, 02 a 04 de setembro de 2015.
- Palestra proferida na OAB/Vitória da Conquista, O Advogado e o Juiz, Vitória da Conquista/BA, 16/10/2015.
- Palestrante no "10º Congresso Nacional de Chefes de Gabinete", A Lei da Transparência, Maceió/AL, 23/10/2015.
- Como Vice-Diretor da ENFAM, encerrou o II Seminário Infraestrutura de Transporte e Regulação no Brasil, Brasília/DF, 06/11/2015.
- Palestrante no "XIII Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor", O direito do consumidor nos 25 anos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), - Foz do Iguaçu/PR, 01 a 04 de maio de 2016.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça



- Palestrante no "Simpósio de Infraestrutura: Perspectivas Globais, Concorrência e Regulação", A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e os Contratos de Concessão - Brasília/DF, 5 de maio de 2016.
- Palestrante no Seminário Comemorativo aos 10 anos da ENAMAT: A formação Profissional de Magistrados – Brasília/DF, 22 de setembro de 2016.
- Palestrante no Curso de Formação Continuada para Magistrados da Justiça Militar da União – ENAJUM - Brasília/DF, 26 de setembro de 2016.
- Abertura do Seminário “ A Incorporação Imobiliária na Perspectiva do STJ, Brasília/DF, 21/06/2017.
- Abertura do Simpósio “ O Direito e o trânsito: as normas de trânsito como instrumento de melhoria da qualidade de vida da sociedade, Brasília/DF, 16/08/2017.
- Palestra proferida na Igreja Adventista de Maceió, com o tema “ Violência contra a Mulher”, Maceió/AL, em 26/08/2017.
- Participação na I Jornada de Direito Processual Civil, Brasília/DF, 24 e 25/08/2017.
- Moderador no painel “Concepções Brasileiras e Francesas sobre Contrariedade à Ordem Pública em Matéria de Arbitragem Internacional, no seminário Superior Tribunal de Justiça e Corte de Cassação Francesa: A Arbitragem na visão Comparada, Brasília/DF, 25/09/17.
- Palestrante no Simpósio "O Novo CPC: Conflitos e Caminhos", Admissibilidade dos Recursos no STJ, à luz do NCPC, Rio de Janeiro/RJ, 19/10/17.
- Palestrante na Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF, com o tema “A Revisão Judicial de Medidas que afetam o Comercio Internacional”, Brasília/DF, 07 de Novembro de 2017.
- Palestrante no Painel 28 da XXIII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, com o tema "Procedimentos e a Ética do Magistrado", São Paulo/SP, 29 de novembro de 2017.
- Presidente de Mesa no Painel “A Justiça Federal Brasileira. Histórico e evolução. Desafios para a próxima década”, no Seminário Perspectiva da Justiça Federal, uma visão internacional, 11 de dezembro de 2017

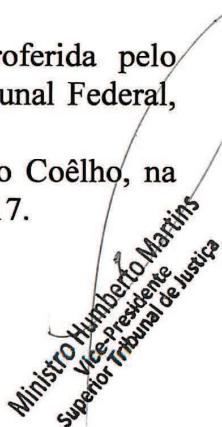
REPRESENTANDO O STJ:

- Posse da Diretoria e dos membros de Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil – Brasília/DF - 12/03/2013.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça

- Seminário Sul e Norte-Americano de Direito Constitucional e Militar (1^a etapa) – Brasília/DF - 20/05/2013.
- Solenidade de posse dos Senhores Desembargadores Fábio José Bittencourt Araújo e João Luiz Azevedo Lessa – Tribunal de Justiça de Alagoas. Maceió/AL – 26/09/2013.
- Ato Público em comemoração dos 25 anos da Constituição Federal - Brasília/DF - 01/10/2013.
- Lançamento do Selo Personalizado e Carimbo Comemorativo dos 25 anos da Constituição Cidadã - Brasília/DF - 08/10/2013.
- XXX Encontro Nacional dos Juízes Federais do Brasil – Maceió/AL – 31/10/2013.
- Cerimônia do Pavilhão Nacional, em homenagem ao Dia da Bandeira, Brasília/DF, 19/11/2013.
- 97º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Maceió/AL, 28 a 29/11/2013.
- Na sessão solene de posse dos Senhores Desembargadores integrantes da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, biênio 2014/2016 – Salvador/BA - 03/02/2014.
- Abertura do “Congresso Internacional de Direito do Seguro – VI Fórum de Direito do Seguro José Sollero Filho - IBDS” Homenagem a Flávio de Queiroz Bezerra Cavalcanti - Brasília/DF -20/05/2014.
- No "I Simpósio Nacional de Ouvidorias Públicas" - Brasília/DF - 26/08/2014.
- Missão oficial à Corte Europeia de Direitos Humanos e ao Poder Judiciário da República Francesa, realizada entre os dias 22 a 27/03/2017.
- Abertura do XXIII Congresso da Associação Nacional dos Advogados da CEF, Maceió/AL, 25/05/2017.
- Cerimônia de Instauração dos Trabalhos de Inspeção do Conselho da Justiça Federal, no TRF4, Porto Alegre, 29/05/2017.
- Posse dos novos dirigentes da ANAMATRA, biênio 2017/2019, 31/05/2017.
- Abertura do IV Seminário de Planejamento Sustentável do Poder Judiciário, 20/06/2017.
- Conferência “Sistema Judicial - Decisões Recentes” proferida pelo Secretário-Geral da Suprema Corte dos EUA – Supremo Tribunal Federal, 22/08/2017.
- Sessão solene de posse do escritor Marcus Vinicius Furtado Coêlho, na cadeira nº XXXV da Academia Brasiliense de Letras, 22/08/2017.

Ministro Humberto Martins
Vice-presidente
Superior Tribunal de Justiça




- Solenidade de Posse dos Conselheiros do CNMP, biênio 2017/2019, 25/09/2017.
- Participou do Evento Especial na XXIII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, com o tema "A Constituição entre o Direito e a Política: o Futuro das Instituições. Homenagem a José Afonso da Silva", São Paulo/SP, 28 de novembro de 2017.
- Participou do Seminário “Perspectiva da Justiça Federal, uma visão internacional”, Fortaleza/CE, 11 de dezembro de 2017.
- Participou do evento em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores da Itália, Embaixada da Itália, Brasília/DF, 22 de fevereiro de 2018.
- Solenidade de posse da nova Diretoria da Escola de Magistrados da Bahia (EMAB), biênio 2018/2019, Salvador/BA, 23 fevereiro de 2018.
- Participou da abertura do 113º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, Maceió/AL, 01 de março de 2018.
- Participou da abertura do II Seminário Mulheres no Sistema de Justiça: trajetórias e desafios de igualdade, Brasília/DF, 07 de março de 2018.
- Participou do Jubileu de Ouro da Justiça Federal do Pará, Belém/PA, 14 de março de 2018.

08. PUBLICAÇÕES

TRABALHOS PUBLICADOS:

- Prisão Domiciliar, publicada no jornal da Magistratura de Alagoas, 1981;
- Despacho Interlocutório Misto "(Pronúncia)", publicado no jornal da OAB/AL, 1991;
- Poder Judiciário: Justiça e Cidadania, Revista da Esmal, ano II, nº 1, 2003.
- A Efetividade do Processo e sua necessária desordinarização, Jurisprudência Alagoana, Revista do Tribunal de Justiça de Alagoas, 19º volume, 2003.
- Revitalização da Coisa Julgada, Revista da Esmal, 2004.
- Decadência e Prescrição, Pesquisas Tributárias, nova série –13, 2007.
- A Revisão Contratual Ex-Ofício: Questões Atuais, Revista Justiça e Cidadania, Edição 89, 2007.
- Execução Fiscal , Pesquisas Tributárias, nova série – 14, 2008.
- O Regime Jurídico-Constitucional dos Bens Públicos da União: Perspectiva Histórica e Positiva, obra de Estudos de Direito Constitucional, em homenagem a Cesar Asfor Rocha, Renovar, 2009.

Ministro Humberto Martins
Vice Presidente
Superior Tribunal de Justiça



- Dissolução da Sociedade Conjugal no Código Civil de 2002: Separação Consensual Judicial e Extrajudicial, edição comemorativa, 20 anos do Superior Tribunal de Justiça, 2009.
- Origem, estrutura e funções constitucionais do Superior Tribunal de Justiça: 20 anos de jurisdição federal, Revista do Advogado, da AASP, ano XXIX, nº 103, 2009.
- Dissolução da Sociedade Conjugal no Código Civil de 2002: Separação Consensual Judicial e Extrajudicial, Revista Justiça & Cidadania, edição comemorativa, 10 anos, 2009.
- Liberdade religiosa e o Estado Democrático de Direito, Direito à Liberdade Religiosa, desafios e perspectivas para o século XXI, editora Fórum, 2009.
- Responsabilidade Civil Contemporânea, Responsabilidade Civil por Atos de Ofícios de Notas e de Registros, em homenagem a Silvio de Salvo Venosa, Atlas, 2011.
- Contribuições Sociais e Econômicas, Tratado de Direito Tributário, volume 1, Editora Saraiva, 2011.
- Direito à alimentação: O reconhecimento de um direito social, Reflexões sobre a Constituição, uma homenagem a advocacia brasileira, Alumnus, 2013.
- O Brasil precisa de um código de proteção aos usuários de serviços públicos, Conjur, 2015.
- Apresentação do livro: Lei Anticorrupção - Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, Editora Saraiva, 2015.
- Diretrizes Jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça Relacionadas à Proteção do Consumidor - Revista do Consumidor - Vol. 106, 2016.
- Enfam, contribuição essencial à formação dos magistrados, Revista Justiça e Cidadania, Edição 19, 2016.
- A Contribuição de José Gomes Canotilho ao Debate Judiciário sobre os Direitos Sociais: A Necessidade de Integrar Novos Olhares sobre os Problemas Jurídicos, Constituição, Direitos Fundamentais e Política, Editora Fórum, 2017.
- Reforma Política Brasil República, em homenagem ao Ministro Celso de Mello. Notas Sobre a Reforma Política: Sistema Eleitoral e Financiamento de Campanhas. OAB-Conselho Federal, 2017.
- A Constituição entre o Direito e a Política: O Futuro das Instituições, estudos em homenagem a José Afonso da Silva. O Direito à Saúde e o Superior Tribunal de Justiça: Considerações sobre a trajetória de José Afonso da Silva, Editora GZ, 2017.

Ministro Humberto Martins
 Vice-presidente
 Superior Tribunal de Justiça



09. CONDECORAÇÕES, TÍTULOS E MEDALHAS

COMENDAS:

- Comenda da OAB/Pará, pelos relevantes serviços prestados a advocacia e a cidadania, por ocasião do Colégio de Presidentes da OAB, Belém/PA, 1999.
- Comenda da Polícia Civil, Estado de Alagoas, 1999.
- Comenda de Personalidade Top-1999, em Maceió, Quality Marketing e Comunicação, 1999.
- Comenda Desembargador Mário Guimarães, pelos relevantes serviços prestados à Maceió, pela Câmara Municipal de Maceió, 1999.
- Comenda The Best of the Best – 2000, promovido pela Quality Marketing e Comunicação, Maceió/AL, 2000.
- Comenda Silvério Jorge, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, 2001.
- Comenda jornalista Noaldo Dantas, promovido pela Associação Alagoana de Imprensa, 2001.
- Comenda de sócio benemérito do Instituto Pontes de Miranda, outorgado pelo IPM, 2002.
- Comenda Professor Arthur Ramos, outorgada pela Prefeitura Municipal do Pilar/AL, 2010.
- Comenda 2 de julho - Grau de Honra, concedida pela Sereníssima Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, 2013.
- Comenda da Ordem do Mérito Aeronáutico, no Grau de Grande-Oficial. Concedida pelo Comando da Aeronáutica –Ministério da Defesa. Brasília/DF, 2013.

TÍTULOS :

- Prêmio Melhores da Advocacia Brasileira, Noberto Gauer, São Paulo/SP, 2001.
- Mérito memorial Desembargador Hélio Cabral, pelos relevantes serviços prestados ao Ministério Público, 2002.
- Cidadão honorário de Jequiá da Praia/AL, aprovado à unanimidade pela Câmara de Vereadores de Jequiá da Praia/AL, 2002.
- Troféu Anita Garibaldi, Destaques 2002, promovido pelo Instituto Giuseppe e Anita Garibaldi, Bento Gonçalves, 2002.
- Super Cap de Ouro 2003, conferido pelo Grupo Jornalístico Ronaldo Côrtes, São Paulo/SP, 2003.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça

- Título concedido pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, pelos relevantes serviços prestados a Advocacia Publica, 2006.
- Título Sócio Honorário, concedido pelo Instituto Sergipano de Estudos Tributários, 2007.
- Troféu Dom Quixote, promovido pela Revista Justiça e Cidadania, Recife/PE, 2007.
- Título de Cidadão Honorário de Marechal Deodoro, outorgado pela Câmara Municipal de Marechal Deodoro, 2008.
- Troféu Deputada Ceci Cunha, promovido pelo Jornal Alagoas em Tempo, 2008.
- Título de Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro, concedido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2010.
- Título de Cidadão Honorário de Piranhas, concedido pela Câmara Municipal de Piranhas/AL, 2011.
- Título de Cidadão Baiano, outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Salvador/BA, 2014.
- Troféu Mérito da Advocacia Raymundo Faoro, promovido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília/DF, 2015
- Título de Cidadão Honorário de Arapiraca, concedido pela Câmara Municipal de Arapiraca/AL, 2017.

MEDALHAS:

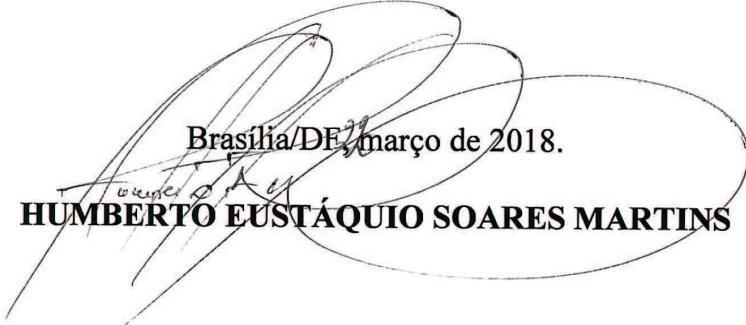
- Medalha do Mérito Advocatício conferida pela Associação da Mulher Advogada de Alagoas, AMAAL .
- Medalha da Ordem do Mérito Advocatício, conferida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Pará, pelos relevantes serviços prestados à classe dos Advogados Brasileiros, Belém/PA ,1996.
- Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Domingos Paes Barreto Cardoso, pelos relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral, concedida pelo TRE/AL, 2005.
- Medalha Amigo da Defensoria Pública, outorgada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, 2007.
- Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado, outorgada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2008.
- Medalha Comemorativa 20 anos do STJ, conferida pelo Superior Tribunal de Justiça, 2009.
- Medalha da Ordem do Mérito Naval, conferida pela Marinha do Brasil, em Brasília/DF, 2009.

Ministro Humberto Martins
Vice Presidente
Superior Tribunal de Justiça

- Medalha do Pacificador, concedida pelo Exército Brasileiro, Brasília/DF, 2009.
- Medalha Albert Sabin, concedida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2009.
- Medalha do Mérito da República Marechal Deodoro da Fonseca, concedida pelo Governo do Estado de Alagoas, Maceió-AL, 2010.
- Medalha Ordem do Mérito Judiciário Militar, concedida pelo Superior Tribunal Militar, Brasília/DF, 2011.
- Medalha Ordem do Mérito Militar, concedida pelo Exército Brasileiro, Brasília/DF, 2011.
- Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Moura Castro, concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Maceió/AL, 2011.
- Medalha da Ordem do Mérito Anhanguera, concedida pelo Governo do Estado de Goiás, Goiânia/GO, 2011.
- Medalha Miranda Lima, concedida pelo Conselho Tutelar da Medalha Miranda Lima, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Distrito Federal, Brasília/DF, 2012.
- Medalha Zephyrino Lavenère Machado, concedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Alagoas, Maceió/AL, 2012.
- Medalha Tiradentes, concedida pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2012.
- Medalha do Mérito Judiciário do Estado de Roraima, concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Boa Vista/RR, 2013.
- Medalha do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no grau Grão Colar, concedida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Brasília/DF, 2013.
- Medalha do Mérito Judiciário do Estado do Amazonas, concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, 2013.
- Medalha da Ordem do Mérito do Estado do Amazonas, concedida pelo Governo do Estado do Amazonas, 2013.
- Medalha Colar do Mérito de Contas, concedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, 2013.
- Homenagem prestada pelo Conselho Federal da OAB, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Advocacia, à Cidadania e à Jurisdição, Brasília/DF, 2014.
- Medalha Raymundo Faoro, concedida pela Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Alagoas, Maceió/AL, 2015.
- Medalha Frei Caneca, concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Recife/PE, setembro/2017.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça

- Medalha do Mérito Eleitoral da Bahia com Palma, concedido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Salvador/BA, outubro/2017.
- Medalha Mérito Tamandaré, concedida pela Marinha do Brasil, Brasília/DF, dezembro/2017.



Brasília/DF, março de 2018.

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS



22/03/2018

Dec. 8



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA
 DA UNIÃO**

Nome: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS
CPF: 151.672.834-34

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
 Emitida às 14:02:58 do dia 22/03/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/09/2018.

Código de controle da certidão: **3FB3.F126.554A.5D81**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



22/03/2018

www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm

Doc. 9

 imprimir

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 106-00.434.666/2018
NOME : HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS
ENDERECO : SETOR DE HABITACOES COLETIVAS SUL SQ 212 BL J AP 606
CIDADE : BRASILIA
CPF : 151.672.834-34
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : PROVA JUNTO A JUSTICA

CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 20 de Junho de 2018.

Brasília, 22 de Março de 2018.

Certidão emitida via internet às 14:08:28 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br



Argumentação Escrita

Iniciei minha trajetória profissional como Promotor de Justiça Adjunto, na Comarca de União dos Palmares, Estado de Alagoas, no período de 1979/1982. Posteriormente, passei a exercer o cargo de Procurador do Estado de Alagoas, de 1982 a 2002, onde ocupei os seguintes cargos: Coordenador da Procuradoria Judicial do Estado de Alagoas (1987/89); Subprocurador Geral do Estado de Alagoas, por ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas (1989/90); Coordenador da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado de Alagoas (1990/1992); Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Alagoas (1992/94); Conselheiro da Advocacia Geral do Estado de Alagoas (1993/95), representando a PGE; e Membro do Conselho Administrativo da Companhia de Abastecimento e Saneamento de Água de Alagoas - CASAL, representando a Procuradoria Geral do Estado (1995/1998).

No âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas, exercei os seguintes cargos: Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Alagoas, em eleição para os biênios 1991/1993 e 1993/1995; Presidente da Comissão de Defesa e Assistência do Advogado da OAB/AL, 1993 a 1995; Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/AL, para o triênio 1995/1998; e Presidente da OAB/AL, para o triênio 1998/2000; reeleito para o triênio 2001/2003.

Em 22/03/2002, fui nomeado para o cargo de Desembargador do TJ/AL, pelo Quinto Constitucional, pela classe dos advogados, tendo tomado posse em 25/03/2002, com exercício de suas funções junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, 1ª Câmara Cível e Seção Especializada Cível, 03/2002 a 02/2003, tendo sido: Presidente da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas, 02/2003 a 02/2005; Membro da 1ª Câmara Cível e Seção Especializada Cível, 02/2005 a 06/2006; Juiz Substituto do TRE/AL, pela classe dos Desembargadores, 2002/2004; Juiz efetivo do TRE/AL, pela classe dos Desembargadores, 2005/2006; Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, Corregedor Regional Eleitoral e Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, em 21/06/2005 a 13/06/2006.

*Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça*

Em 14/6/2006, tomei posse como Ministro do Superior Tribunal de Justiça, ocupando atualmente o cargo de Vice-Presidente do STJ, onde já exercei os seguintes cargos/funções: Presidente da 2ª Turma do STJ, de 21/06/09 a 20/06/11; Membro Suplente da Comissão de Regimento Interno do STJ; Membro Suplente do Conselho da Justiça Federal; Membro Efetivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados –ENFAM; Presidente da Comissão de Jurisprudência do STJ; Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral; Ouvidor do Superior Tribunal de Justiça de 05/09/2013 a 04/09/2014; Presidente da Comissão de Coordenação do STJ; Corregedor-Geral da Justiça Federal - a partir de 23/04/2014; Diretor do Centro de Estudos Judiciários do CJF - 23/04/2014; Presidente da TNU (Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais) - CJF - 23/04/2014; Presidente da 1ª Seção do STJ, de 06/08/2013 a 05/08/2015; Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Sálvio de Figueiredo Teixeira – ENFAM - de 16/12/2015 a 30/08/2016.

Além das funções judicantes, como Ministro do STJ, desenvolvo atividades acadêmicas, como Membro do Conselho de Orientação Jurisprudencial da Revista de Direito Civil Contemporâneo - RDCC, da Thompson Reuters - Revista dos Tribunais; Coordenador da coluna Direito Civil Atual, da revista Consultor Jurídico; e Membro da Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo (USP, Universidade de Lisboa, Universidade de Girona, UFPR, UFSC, UFPE, UFRGS, UFF e UFMT).

No curso de minha trajetória profissional, publiquei os seguintes trabalhos jurídicos:

- Prisão Domiciliar, publicada no jornal da Magistratura de Alagoas, 1981;
- Despacho Interlocatório Misto "(Pronúncia)", publicado no jornal da OAB/AL, 1991;
- Poder Judiciário: Justiça e Cidadania, Revista da Esmal, ano II, nº 1, 2003.
- A Efetividade do Processo e sua necessária desordinarização, Jurisprudência Alagoana, Revista do Tribunal de Justiça de Alagoas, 19º volume, 2003.
- Revitalização da Coisa Julgada, Revista da Esmal, 2004.
- Decadência e Prescrição, Pesquisas Tributárias, nova série –13, 2007.
- A Revisão Contratual Ex-Ofício: Questões Atuais, Revista Justiça e Cidadania, Edição 89, 2007.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça



- Execução Fiscal , Pesquisas Tributárias, nova série – 14, 2008.
- O Regime Jurídico-Constitucional dos Bens Públicos da União: Perspectiva Histórica e Positiva, obra de Estudos de Direito Constitucional, em homenagem a Cesar Asfor Rocha, Renovar, 2009.
- Dissolução da Sociedade Conjugal no Código Civil de 2002: Separação Consensual Judicial e Extrajudicial, edição comemorativa, 20 anos do Superior Tribunal de Justiça, 2009.
- Origem, estrutura e funções constitucionais do Superior Tribunal de Justiça: 20 anos de jurisdição federal, Revista do Advogado, da AASP, ano XXIX, nº 103, 2009.
- Dissolução da Sociedade Conjugal no Código Civil de 2002: Separação Consensual Judicial e Extrajudicial, Revista Justiça & Cidadania, edição comemorativa, 10 anos, 2009.
- Liberdade religiosa e o Estado Democrático de Direito, Direito à Liberdade Religiosa, desafios e perspectivas para o século XXI, editora Fórum, 2009.
- Responsabilidade Civil Contemporânea, Responsabilidade Civil por Atos de Ofícios de Notas e de Registros, em homenagem a Silvio de Salvo Venosa, Atlas, 2011.
- Contribuições Sociais e Econômicas, Tratado de Direito Tributário, volume 1, Editora Saraiva, 2011.
- Direito à alimentação: O reconhecimento de um direito social, Reflexões sobre a Constituição, uma homenagem a advocacia brasileira, Alumnus, 2013.
- O Brasil precisa de um código de proteção aos usuários de serviços públicos, Conjur, 2015.
- Apresentação do livro: Lei Anticorrupção - Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, Editora Saraiva, 2015.
- Diretrizes Jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça Relacionadas à Proteção do Consumidor - Revista do Consumidor - Vol. 106, 2016.
- Enfam, contribuição essencial à formação dos magistrados, Revista Justiça e Cidadania, Edição 19, 2016.
- A Contribuição de José Gomes Canotilho ao Debate Judiciário sobre os Direitos Sociais: A Necessidade de Integrar Novos Olhares sobre os Problemas Jurídicos, Constituição, Direitos Fundamentais e Política, Editora Fórum, 2017.
- Reforma Política Brasil República, em homenagem ao Ministro Celso de Mello. Notas Sobre a Reforma Política: Sistema Eleitoral e Financiamento de Campanhas. OAB-Conselho Federal, 2017.

Ministro Humberto Martins
Vice-Presidente
Superior Tribunal de Justiça



- A Constituição entre o Direito e a Política: O Futuro das Instituições, estudos em homenagem a José Afonso da Silva. O Direito à Saúde e o Superior Tribunal de Justiça: Considerações sobre a trajetória de José Afonso da Silva, Editora GZ, 2017.

Brasília, 22 de março de 2018

Humberto Eustáquio Soares Martins

Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ – indicado para o integrar o Conselho Nacional de Justiça, no cargo de Corregedor



DECLARAÇÃO

Humberto Eustáquio Soares Martins, brasileiro, casado, ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 5, do Regimento Interno, que:

- a) Atua no Superior Tribunal de Justiça, desde 14/6/2006, atualmente exercendo o cargo de Vice-Presidente na Corte e no Conselho da Justiça Federal.

Brasília, 22 de março de 2018.

Humberto Eustáquio Soares Martins

MINISTRO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DECLARAÇÃO

Humberto Eustáquio Soares Martins, brasileiro, casado, ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 5 do Regimento Interno, que:

- Não atuou, nos últimos 5 (cinco) anos, em quaisquer conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção de agências reguladoras.

Brasília, 22 de março de 2018.



Humberto Eustáquio Soares Martins

MINISTRO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Humberto Eustáquio Soares Martins, brasileiro, casado, ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 4 do Regimento Interno e pelo art. 5º, III, da Resolução n. 7/05, que:

- Não existem ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar.

Brasília, 22 de março de 2018.

Humberto Eustáquio Soares Martins

MINISTRO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



5

DECLARAÇÃO

Humberto Eustáquio Soares Martins, brasileiro, casado, ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Art. 5º, IV, da Resolução n. 7/05, que:

- Não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Brasília, 22 de março de 2018.

Humberto Eustáquio Soares Martins

MINISTRO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2017 **ANO-CALENDÁRIO 2016**

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELAS DEDUÇÕES LEGAIS
DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante 151.672.834-34	Nome do declarante HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS	Telefone (82) 33572114
Endereço RUA HELIO PRADINES	Número 111	Complemento APT. 802
Bairro/Distrito PONTA VERDE	CEP 57035-220	Município MACEIO

(Valores em Reais)

TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	498.940,54
IMPOSTO DEVIDO	94.079,06
IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	6.895,84
IMPOSTO A PAGAR GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00

PARCELAMENTO (Vencimento da 1a quota em 28/04/2017) NÚMERO DE QUOTAS	1
VALOR DA QUOTA	6.895,84

Declaração recebida via Internet JV
 pelo Agente Receptor SERPRO
 em 25/04/2017 às 21:55:00
 0430919955

0430919955

Página 1 de 2

Página 32 de 50

Parte integrante do Avulso do OFS nº 14 de 2018.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017

ANO-CALENDÁRIO 2016

Sr(a) HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 151.672.834-34.

O NÚMERO DO RECIBO de sua declaração apresentada em 25/04/2017, às 21:55:00, é:

17.15.47.79.22 - 55

Este número é de uso pessoal e NÃO deve ser fornecido a terceiros. Ele é obrigatório para:

- retificar esta declaração;
- gerar um código de acesso para obter informações e realizar serviços disponíveis na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, tais como:
 - Declaração IRPF – Extrato:
 - informação da situação do processamento;
 - apresentação de eventuais pendências e orientações sobre como resolvê-las;
 - alteração ou cancelamento de débito automático das quotas;
 - exibição de quotas do imposto em atraso e emissões dos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) atualizados
 - Situação Fiscal:
 - Informação de eventuais pendências, inclusive as relativas à Dívida Ativa da União, e orientação sobre como regularizá-las.

Atenção: Guarde este número para informá-lo na declaração do exercício de 2018, no campo "número do recibo da declaração do ano anterior".

Informações sobre a Impressão do Darf

O programa da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física só permite a impressão do Darf para o pagamento da quota única ou da primeira quota.

O contribuinte pode obter o Darf para pagamento de todas as quotas do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, no sítio da RFB na Internet, no endereço <rfb.gov.br>, das seguintes formas:

1. Na barra "Em Destaque" da página inicial, clique na opção "Onde Encontro?" e selecione os ícones "Pagamentos" e "Pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física". Posteriormente, selecione "Pagamento das quotas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)" e clique em "Programa para cálculo e emissão do Darf das quotas do IRPF". Após a leitura das "Dicas de Operação", clique em "Cálculo", na barra azul, e informe os dados solicitados até a impressão do DARF; ou
2. Na página inicial do sítio da RFB, clique na aba "Atendimento Virtual (e-CAC)" e acesse o Portal e-CAC. Em seguida, clique em "Declarações e Demonstrativos", selecione a opção "Extrato do Processamento da DIRPF". Na lista das declarações encontradas clique no ícone "Débitos" para consultar o "Demonstrativo de Débitos da Declaração". Após visualizar o quantitativo de quotas e a situação de cada uma delas, clique no ícone "Impressão" para emitir o Darf do mês desejado.



NOME: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS
CPF: 151.672.834-34
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS CPF: 151.672.834-34
Data de Nascimento: 07/10/1956 Título Eleitoral: 0022375561724
Possui cônjuge ou companheiro(a)? Sim CPF do cônjuge ou companheiro(a): 240.484.374-53
Houve mudança de endereço? Não
Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental? Não
Endereço: Rua HELIO PRADINES Número: 111
Complemento: APT. 802 Bairro/Distrito: PONTA VERDE
Município: Maceió UF: AL
CEP: 57035-220 DDD/Telefone: (82) 3357-2114
E-mail: DDD/Celular:
Natureza da Ocupação: 31 - Membro ou servidor público da administração direta estadual e do Distrito Federal
Ocupação Principal: 101 Membro do Poder Executivo (Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Governador, Vice-Governador, Prefeito, Vice-Prefeito
Tipo de declaração: Declaração de Ajuste Anual Original
Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2016: 175401966457

DEPENDENTES

Sem informações

ALIMENTANDOS

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO	IRRF SOBRE 13º SALÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA CNPJ/CPF: 00.488.478/0001-02	406.281,42	42.338,76	87.183,22	21.428,21	6.928,82
TOTAL	406.281,42	42.338,76	87.183,22	21.428,21	6.928,82

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem informações



NOME: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS
CPF: 151.672.834-34
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

(Valores em Reais)

01. Bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, exceto médico-residente ou Pronatec, exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas e desde que os resultados dessas atividades não representem vantagem para o doador, nem importem contraprestação de serviços	0,00
02. Bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, quando recebidas exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas, recebidas por médico-residente e por servidor da rede pública de educação profissional, científica e tecnológica que participe das atividades do Pronatec	0,00
03. Capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, prêmio de seguro restituído em qualquer caso e pecúlio recebido de entidades de previdência privada em decorrência de morte ou invalidez permanente	0,00
04. Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS	0,00
05. Ganho de capital na alienação de bem, direito ou conjunto de bens ou direitos da mesma natureza, alienados em um mesmo mês, de valor total de alienação até R\$ 20.000,00, para ações alienadas no mercado de balcão, e R\$ 35.000,00, nos demais casos.	0,00
06. Ganho de capital na alienação do único imóvel por valor igual ou inferior a R\$ 440.000,00 e que, nos últimos 5 anos, não tenha efetuado nenhuma outra alienação de imóvel	0,00
07. Ganho de capital na venda de imóveis residenciais para aquisição, no prazo de 180 dias, de imóveis residenciais localizados no Brasil e redução sobre o ganho de capital	0,00
08. Ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie cujo total de alienações, no ano-calendário, seja igual ou inferior ao equivalente a US\$ 5.000,00	0,00
09. Lucros e dividendos recebidos	0,00
10. Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais	0,00
11. Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00
12. Rendimentos de cadernetas de poupança, letras hipotecárias, letras de crédito do agronegócio e imobiliário (LCA e LCI) e certificados de recebíveis do agronegócio e imobiliários (CRA e CRI)	0,00
13. Rendimento de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, exceto pro labore, aluguéis e serviços prestados	0,00
14. Transferências patrimoniais - doações e heranças	0,00
15. Parcela não tributável correspondente à atividade rural	370.636,51
16. Imposto sobre a renda de anos-calendário anteriores compensado judicialmente neste ano-calendário	0,00
17. 75% (setenta e cinco por cento) dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos em moeda estrangeira por servidores de autarquias ou repartições do Governo Brasileiro situadas no exterior, convertidos em reais	0,00
18. Incorporação de reservas ao capital / Bonificações em ações	0,00
19. Transferências patrimoniais - meação e dissolução da sociedade conjugal e da unidade familiar	0,00
20. Ganhos líquidos em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores nas alienações realizadas até R\$ 20.000,00, em cada mês, para o conjunto de ações	0,00

Página 2 de 11



NOME: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS**CPF: 151.672.834-34****DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL****IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA****EXERCÍCIO 2017****ANO-CALENDÁRIO 2016**

21. Ganhos líquidos em operações com ouro, ativo financeiro, nas alienações realizadas até R\$ 0,00
20.000,00 em cada mês

22. Recuperação de prejuízos em renda variável (bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário) 0,00

23. Rendimento bruto, até o máximo de 90%, da prestação de serviços decorrente do transporte de carga e com trator, máquina de terraplenagem, colheitadeira e assemelhados 0,00

24. Rendimento bruto, até o máximo de 40%, da prestação de serviços decorrente do transporte de passageiros 0,00

25. Restituição do imposto sobre a renda de anos-calendário anteriores 0,00

26. Outros 86.974,60

Beneficiário	CPF	CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Descrição	Valor
Titular	151.672.834-34	00.488.478/0001-02	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	AUXILIO ALIMENTACAO	10.693,00
Titular	151.672.834-34	00.488.478/0001-02	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	INDENIZACOES	52.532,76
Titular	151.672.834-34	11.961.123/0001-05	ESCOLA NACIONAL DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	DIARIAS E AJUDA DE CUSTO	17.517,97
Titular	151.672.834-34	04.179.861/0001-30	JURISCRED AL	DISTRIBUICAO DE SOBRAS	6.230,87

TOTAL 457.611,11

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

(Valores em Reais)

01. 13º salário 21.428,21

02. Ganhos de capital na alienação de bens e/ou direitos 0,00

03. Ganhos de capital na alienação de bens, direitos e aplicações financeiras adquiridos em moeda estrangeira 0,00

04. Ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira em espécie 0,00

05. Ganhos líquidos em renda variável (bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário) 0,00

06. Rendimentos de aplicações financeiras 94.295,89

Beneficiário	CPF	CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Valor
Titular	151.672.834-34	00.000.000/7233-80	BANCO DO BRASIL S.A.	7.390,53
Titular	151.672.834-34	90.400.888/0001-42	BANCO SANTANDER S.A	9.937,09
Titular	151.672.834-34	04.194.723/0001-20	BANCO DO BRASIL S.A.	595,76
Titular	151.672.834-34	04.179.861/0001-30	JURISCRED AL	76.372,51

07. Rendimentos recebidos acumuladamente 0,00

08. 13º salário recebido pelos dependentes 0,00

09. Rendimentos recebidos acumuladamente pelos dependentes 0,00

10. Juros sobre capital próprio 17.655,27

Beneficiário	CPF	CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Valor
Titular	151.672.834-34	04.179.861/0001-30	JURISCRED	17.655,27

11. Participação nos lucros ou resultados 0,00

NOME: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS
CPF: 151.672.834-34
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

12. Outros	0,00
------------	------

TOTAL	133.379,37
--------------	------------

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR
 (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)** (Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	CNPJ/CPF	RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)	DEPÓSITOS JUDICIAIS DO IMPOSTO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	00.488.478/0001-02	42.338,76	0,00
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	00.488.478/0001-02	3.528,23	0,00
TOTAL		45.866,99	0,00

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO		(Valores em Reais)
01. Imposto complementar		0,00
02. Imposto pago no exterior pelo titular e pelos dependentes		0,00
Imposto devido com os rendimentos no exterior		0,00
Imposto devido sem os rendimentos no exterior		0,00
Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal)		0,00
03. Imposto sobre a renda na fonte (Lei 11.033/2004)		0,00
04. Imposto retido na fonte do titular		87.183,22
05. Imposto retido na fonte dos dependentes		0,00
06. Carnê-Leão do titular		0,00
07. Carnê-Leão dos dependentes		0,00

PAGAMENTOS EFETUADOS (Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ do Beneficiário	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
Titular					
36	BRASILPREV PGBL	27.665.207/0001-31		165.920,14	0,00
26	GOLDEN CROSS	01.518.211/0001-83		16.687,52	0,00

DOAÇÕES EFETUADAS

Sem informações

NOME:	HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS	IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
CPF:	151.672.834-34	EXERCÍCIO 2017
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL		ANO-CALENDÁRIO 2016
DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS		
(Valores em Reais)		
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM
		31/12/2015 31/12/2016
11	1/3 DO APARTAMENTO N 101, DO EDIFICO MAR DEL PLATA, NA AV. JOAO DAVINO, N 403, MANGABEIRAS, MACEIO-AL. 105 - Brasil	18.043,28 0,00
26	3 (TRES) LINHAS TELEFONICAS: 3327-5473; 3521-3180; 3231-1791. 105 - Brasil	8.327,67 8.327,67
71	SALDO NA JURISCRED ALAGOAS. 105 - Brasil	134.804,55 229.123,26
39	SALDO NA CONTA CAPITAL NA JURISCRED ALAGOAS. 105 - Brasil	146.744,71 167.369,24
15	LOJA N 11, TIPO B, DO EDF. COMERCIAL GALERIA ARNALDO PAIVA, SITUADO NA RUA ENGENHEIRO MARIO DE GUSMAO, N 18, PONTA VERDE, MACEIO-AL, ADQUIRIDO EM ABRIL DE 2005, A VISTA. 105 - Brasil	55.990,64 55.990,64
11	APARTAMENTO N 606, DO EDIFICO VIA PIEMONTE, BLOCO J, SITUADO NA SQS-212, BRASILIA/DF, ADQUIRIDO A VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A., EM 07/2006. 105 - Brasil	1.200.000,00 1.200.000,00
61	SALDO EM CONTA CORRENTE NA JURISCRED - AL. 105 - Brasil	15.307,98 623,39
45	SALDO EM BB CDB DI NO BANCO DO BRASIL S.A. (AG 4885-2; C/C 103873-7) 105 - Brasil	105.500,00 0,00
61	SALDO NO ITAU UNIBANCO S.A. (AG 8293;C/C 11020-4) 105 - Brasil	10,00 0,00
13	LOTE DE TERRENO, SITUADO NO SITIO CAMPINAS, GARCA TORTA, DISTRITO DE RIAHO DOCE, MACEIO-AL, ADQUIRIDO EM 01/2008. 105 - Brasil	234.000,00 234.000,00
41	SALDO NO BANCO SANTANDER S.A. 105 - Brasil	0,94 0,94
03	16,16% DO ARMAZEM SITUADO NA RUA RIO DE JANEIRO, 133, ARAPIRACA-AL, PROVENIENTE DE FORMAL DE PARTILHA, CUJO INVENTARIO FOI CONCLUIDO ATRAVES DE SENTENCA HOMOLOGANDO O PLANO DE PARTILHA, EM 06/03/2009, PELO JUIZO DE DIREITO DA NONA VARA DE ARAPIRACA/AL. 105 - Brasil	50.000,00 50.000,00
03	16,16% DO ARMAZEM SITUADO NA RUA EXPEDICIONARIOS BRASILEIROS, S/N, ARAPIRACA-AL, PROVENIENTE DE FORMAL DE PARTILHA, CUJO INVENTARIO FOI CONCLUIDO ATRAVES DE SENTENCA HOMOLOGANDO O PLANO DE PARTILHA, EM 06/03/2009, PELO JUIZO DE DIREITO DA NONA VARA DE ARAPIRACA/AL.	50.000,00 50.000,00

Página 5 de 11



NOME: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS	IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
CPF: 151.672.834-34	EXERCÍCIO 2017
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL	ANO-CALENDÁRIO 2016

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM 31/12/2015	SITUAÇÃO EM 31/12/2016
105 - Brasil			
45	SALDO EM APlicacoEs de renda fixa no Banco Santander S.A. 105 - Brasil	87.259,23	77.000,00
45	SALDO EM RDB/CDB NO ITAU UNIBANCO S.A. (AG 8293;C/C 11020-4) 105 - Brasil	373,85	0,00
15	04 SALAS COMERCIAIS NUMEROS 102, 104, 106 E 108, NO CENTRO COMERCIAL PATHERNON, PRIMEIRO ANDAR, SITUADO NA RUA PEDRO DE OLIVEIRA ROCHA , N 189, FAROL, MACEIO-AL. 105 - Brasil	240.000,00	240.000,00
14	90% DA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA FAZENDA BARREIROS COM 798,0894 HA, (CASTANHA PEQUENA COM 51,3439 HA, BARREIRO COM 504, 7844 HA, BEIJU COM 108,1666 HA, CATUCA COM 133,7945 HA), SITUADA NO MUNICÍPIO DE SAO LUIZ DO QUITUNDE-AL, ADQUIRIDAS EM 09/2011, SENDO PAGO DA SEGUINTE FORMA: EM 2011 FOI REPASSADO A IMPORTÂNCIA DE R\$ 1.410.000,00 PROVENIENTE DA ALIENACAO DOS BENS CONSTANTES DESSA DECLARACAO, E O SALDO RESTANTE PAGO EM 2012, CONFORME CONTRATO DE COMPRA E VENDA. 105 - Brasil	2.110.000,00	2.110.000,00
11	APARTAMENTO N 701 DO EDF RESIDENCIAL VARANDAS DA PONTA VERDE, SITUADO NA AV. ALVARO OTACILIO, PONTA VERDE, MACEIO-AL, ADQUIRIDO EM 10/2013, NO VALOR DE R\$ 1.600.000,00. 105 - Brasil	1.600.000,00	1.600.000,00
49	SALDO EM BB AGRONEGOCIO - LCA POS CDI NO BANCO DO BRASIL S.A. 105 - Brasil	575.000,00	575.000,00
61	SALDO EM CONTA CORRENTE NO BANCO DO BRASIL S.A. 105 - Brasil	44.974,27	0,00
72	SALDO EM BB PRAZO 50 MIL NO BANCO DO BRASIL S.A. 105 - Brasil	0,00	80.453,80
TOTAL		6.676.337,12	6.677.888,94

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM 31/12/2015	SITUAÇÃO EM 31/12/2016	VALOR PAGO EM 2016
--------	---------------	---------------------------	---------------------------	-----------------------

11	SALDO EM CHEQUE ESPECIAL NO BANCO SANTANDER S.A.	4.464,45	4.461,98	0,00
----	---	----------	----------	------

ESPÓLIO

Sem informações



NOME: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS**CPF: 151.672.834-34****DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL****DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS****IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016**

Sem informações

Página 7 de 11

Página 40 de 50

Parte integrante do Avulso do OFS nº 14 de 2018.



NOME: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS
CPF: 151.672.834-34
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADE RURAL - BRASIL**DADOS E IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL EXPLORADO - BRASIL**

CÓDIGO ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	CONDIÇÃO EXPLORAÇÃO	NOME E LOCALIZAÇÃO	ÁREA (ha)	Nirf
12	50,00	3	FAZENDA BARREIROS, SAO LUIZ DO QUITUNDE	798,1	

RECEITAS E DESPESAS - BRASIL

(Valores em Reais)

MÊS	RECEITA BRUTA	DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTO
Janeiro	51.053,59	0,00
Fevereiro	27.120,13	0,00
Março	29.296,81	0,00
Abril	17.151,47	0,00
Maio	20.250,45	0,00
Junho	46.347,83	0,00
Julho	0,00	0,00
Agosto	27.447,74	0,00
Setembro	26.875,78	0,00
Outubro	109.502,69	0,00
Novembro	52.215,46	0,00
Dezembro	56.033,68	0,00
TOTAL	463.295,63	0,00

APURAÇÃO DO RESULTADO - BRASIL

(Valores em Reais)

INFORMAÇÃO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Saldo de prejuízo(s) a compensar de exercício(s) anterior(es) 0,00

APURAÇÃO DO RESULTADO TRIBUTÁVEL

Receita bruta total	463.295,63
Despesas de custeio e investimento totais	0,00
Resultado	463.295,63
Limite de 20% sobre a receita bruta	92.659,12
Opção pela forma de apuração do resultado tributável	Pelo limite de 20% sobre a receita bruta
Compensação de prejuízo(s) de exercício(s) anterior(es)	0,00
RESULTADO TRIBUTÁVEL	92.659,12

INFORMAÇÕES PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Saldo de prejuízo(s) a compensar 0,00

APURAÇÃO DO RESULTADO NÃO TRIBUTÁVEL

Adiantamento(s) recebido(s) em 2016 por conta de venda para entrega futura	0,00
Adiantamento(s) recebido(s) até 2015 a ser(em) informado(s) como receita(s) de produto(s) entregue(s) em 2016	0,00
RESULTADO NÃO TRIBUTÁVEL	370.636,51

MOVIMENTAÇÃO DO REBANHO - BRASIL

Sem informações

BENS DA ATIVIDADE RURAL - BRASIL

Sem informações

DÍVIDAS VINCULADAS À ATIVIDADE RURAL - BRASIL

Sem informações

Página 9 de 11



NOME: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS**CPF:** 151.672.834-34**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL****IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA****EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016****DOAÇÕES DIRETAMENTE NA DECLARAÇÃO - ECA**

Sem informações

Página 9 de 11

Página 42 de 50

Parte integrante do Avulso do OFS nº 14 de 2018.



NOME: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS
CPF: 151.672.834-34
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

RESUMO**TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO AS DEDUÇÕES LEGAIS****RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS**

Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular	406.281,42
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
TOTAL	92.659,12

DEDUÇÕES

Contribuição à previdência oficial e à previdência complementar pública (até o limite do patrocinador)	42.338,76
Contribuição à previdência oficial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Contribuição à previdência complementar, pública (acima do limite do patrocinador) ou privada, e Fapi	59.872,86
Dependentes	0,00
Despesas com instrução	0,00
Despesas médicas	16.687,52
Pensão alimentícia judicial	0,00
Pensão alimentícia por escritura pública	0,00
Pensão alimentícia judicial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Livro caixa	0,00
TOTAL	118.899,14

IMPOSTO DEVIDO

Base de cálculo do imposto	380.041,40	IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
Imposto devido	94.079,06	SALDO DE IMPOSTO A PAGAR	6.895,84
Dedução de incentivo	0,00	PARCELAMENTO	
Imposto devido I	94.079,06	Valor da quota	6.895,84
Contribuição Prev. Empregador Doméstico	0,00	Número de Quotas	1
Imposto devido II	94.079,06		
Imposto devido RRA	0,00		
Total do imposto devido	94.079,06		

IMPOSTO PAGO

Imposto retido na fonte do titular	87.183,22	INFORMAÇÕES BANCÁRIAS	
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00	Débito automático: NÃO	
Carnê-Leão do titular	0,00	Banco	
Carnê-Leão dos dependentes	0,00	Agência (sem DV)	
Imposto complementar	0,00	Conta para débito	
Imposto pago no exterior	0,00		
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00		
Imposto retido RRA	0,00		
Total do imposto pago	87.183,22		



NOME: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS
CPF: 151.672.834-34
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e direitos em 31/12/2015	6.676.337,12
Bens e direitos em 31/12/2016	6.677.888,94
Dívidas e ônus reais em 31/12/2015	4.464,45
Dívidas e ônus reais em 31/12/2016	4.461,98

OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	457.611,11
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	133.379,37
Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa	45.866,99
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos	0,00
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00
Imposto diferido dos Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras	0,00

Página 11 de 11



DECLARAÇÃO

Humberto Eustáquio Soares Martins, brasileiro, casado, ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 3 do Regimento Interno, a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Brasília, 22 de março de 2018.

Humberto Eustáquio Soares Martins

MINISTRO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Humberto Eustáquio Soares Martins, brasileiro, casado, ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 2 do Regimento Interno, que:

- Não participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Brasília, 22 de março de 2018.

Humberto Eustáquio Soares Martins

MINISTRO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Humberto Eustáquio Soares Martins, brasileiro, casado, ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 1 do Regimento Interno e pelo art. 5º, I, da RSF 7/05, que:

- Não possui parentes que exerçam atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional.

Brasília, 22 de março de 2018.



Humberto Eustáquio Soares Martins

MINISTRO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



Documentos entregues pelo Exmo. Sr. Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins ao Senado Federal:

Doc. 1 - *Curriculum Vitae* (art. 5º, I, da RSF 7/2005).

Doc. 2 – Declaração para os fins determinados no art. 383, I, b, 1 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo art. 5º, II, da RSF 7/2005.

Doc. 3 – Declaração para os fins determinados no art. 383, I, b, 2 do Regimento Interno do Senado Federal.

Doc. 4 – Declaração para os fins determinados no art. 383, I, b, 3 do Regimento Interno do Senado Federal e documentação anexa (Nada Consta TRF1R, Nada Consta TJDFT e Declaração do IRPF Ano-calendário 2016, exercício 2017).

Doc. 5 – Declaração para os fins determinados pelo art. 5º, IV, da Resolução n. 7/2005.

Doc. 6 – Declaração para os fins determinados no art. 383, I, b, 4 do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 5º, III, da Resolução n. 7/2005.

Doc. 7 – Declaração para os fins determinados no art. 383, I, b, 5 do Regimento Interno do Senado Federal, com argumentação escrita anexa.

Doc. 8 – Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Doc. 9 – Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa.

Brasília, 22 de março de 2018.

**TJDFT****Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS****CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1^a e 2^a Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 19/03/2018, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS
151.672.834-34
(DALVA SOARES MARTINS / JOSÉ MARTINS FILHO)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdf.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdf.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- g) Cumprindo medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 20/03/2018

Data da última atualização do banco de dados: 19/03/2018

Selo digital de segurança: 2018.CTD.LM0A.Y6CV.Y2W4.8VRP.RA3F

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



Nº 645612



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS** nem contra o **CPF: 151.672.834-34.**

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Não foram incluídos na pesquisa os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 20/03/2018 às 17:17 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 20/03/2018, 17h17min.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900. Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br

Projeto de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 144, DE 2018

Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para inserir nova infração concorrencial.

AUTORIA: Senador Roberto Muniz (PP/BA)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa



PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2018

Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para inserir nova infração concorrencial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, passa a vigorar acrescida das seguintes alterações:

“**Art. 36.**

§ 3º

XX – exercer o direito de petição ou de ação com finalidade ou de forma anticompetitiva.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O direito de petição é uma garantia fundamental prevista na alínea “a” do inciso XXXIV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, em que se assegura o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Atualmente, contudo, um dos temas mais difíceis enfrentados pelo Defesa da Concorrência é o abuso de direito de petição, também conhecido na doutrina estrangeira como *sham litigation*. Em breves palavras, é a utilização do direito de petição para fins anticoncorrenciais.

A proposta busca estabelecer um conceito e alcance mínimo sem comprometer eventual detalhamento, que ficará a cargo da autoridade administrativa anticoncorrencial brasileira.




SF/18420-39236-71

No que importa ao conceito, a linha que separa o abuso de direito de seu exercício legítimo é tênue. Por isso, amparados em decisões recentes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para caracterizar a conduta levam-se em consideração a plausibilidade das ações ajuizadas, a veracidade das informações prestadas (inexistências e omissões que possam levar o Judiciário a erro) e a proporcionalidade dos meios utilizados. Ainda, é preciso identificar se o uso do direito de petição se deu com finalidade diversa da prevista na Constituição Federal (art. 5º, XXXIV, alínea “a”) ou em desrespeito ao fim econômico e social, à boa-fé e aos bons costumes (art. 187 do Código Civil). Por último, incluímos o exercício do direito de ação para abarcar também o direito de petição na sua perspectiva processual, dado que há limitações distintas.

Outro ponto que merece relevo é que o abuso de petição, para fins de caracterização da conduta, independe do resultado obtido junto ao Judiciário, de modo que seria possível defender interesses legítimos por métodos abusivos, assim como interesse ilegítimo por métodos adequados.

Portanto, é possível notar componentes objetivos e subjetivos na caracterização da conduta, razão pela qual caberá à autoridade antitruste brasileira a sua melhor interpretação e regulamentação.

Importante deixar claro que a previsão proposta não inova no cenário das infrações anticoncorrenciais. Vale dizer, o CADE já pune de forma legal e constitucional a conduta. Em outras palavras, para que não haja erros de interpretação, a lei do CADE já é suficiente para a punição desta infração. O que este projeto visa é deixar a possibilidade mais clara, visando a segurança jurídica e estabilidade das decisões do CADE no judiciário.

Sala das Sessões,

Senador **ROBERTO MUNIZ**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso XXXIV do artigo 5º

- Lei nº 12.529, de 30 de Novembro de 2011 - Lei de Defesa da Concorrência (2011); Lei Antitruste (2011); Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - 12529/11

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12529>



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 165, DE 2018

Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 , § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 25 a 28 de abril de 2018, para participar das Reuniões das Comissões Permanentes, Mesa Diretora e a LIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu , Uruguai. Em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento interno, comunica que estará ausente do país entre os dias 25 a 28 de abril de 2018.

AUTORIA: Senador Roberto Requião (PMDB/PR)



Página da matéria

00100.038698/2018-45

A publicação
Em 02/04/18.
[Signature]

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO N° 165 , DE 2018

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requeiro licença dos trabalhos da Casa, nos dias 25 a 28 de abril de 2018, para, na condição de Vice-Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar das Reuniões das Comissões Permanentes, Mesa Diretora e a LIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias 26 e 27 do referido mês e ano, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 25 a 28 de abril de 2018.

Sala das Sessões, em 28 de março de 2018.

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
 PMDB/PR



Página 2 de 4

Parte integrante do Avulso do RQS nº 165 de 2018.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO N° 00 /2018-PRESID

Brasília, 27 de MARÇO de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente do Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.035541/2018-68

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência e, nos termos do Ofício nº P/025/2018, autorizo a participação do Senador Roberto Requião nas Reuniões das Comissões Permanentes e a LIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias 26 e 27 de abril de 2018, na Cidade de Montevidéu, no Uruguai.

Atenciosamente,

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal



Página 3 de 4

Parte integrante do Avulso do RQS nº 165 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 760BFAE300224820.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 69908A9D00227842.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

OF. P/025/2018

Brasília, 20 de março de 2018

Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Reunião do Parlamento do Mercosul – Montevidéu - Uruguai

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que as próximas atividades do Parlamento do Mercosul ocorrerão nos dias **26 e 27 de abril de 2018, quinta e sexta-feira**, em Montevidéu, no Uruguai, ocasião em que serão realizadas as **Reuniões das Comissões Permanentes e a LIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul**, conforme convocatórias cujas cópias seguem anexas.

2. Trata-se, Senhor Presidente, da continuidade aos trabalhos do Parlamento, previstos para acontecer uma vez por mês, conforme determina o art. 17 do seu Protocolo Constitutivo.

3. Assim, solicito a Vossa Excelência sejam autorizadas as providências necessárias à participação do **Senador ROBERTO REQUIÃO**, entre os dias **25 e 28 de abril de 2018**, justificando eventuais ausências, bem como na liberação de passagens aéreas, cobrindo os trechos indicados pelo gabinete do parlamentar, e diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital uruguaia.

Na oportunidade, renovo a V.Exa. meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Jacqueline de Souza Neto
RECEBI O ORIGINAL
Em 21/03/2018 - Hora 12:40
Deputado CELSO RUSSOMANNO
Presidente

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala T-28 – Ala C - 70160-900 Brasília - DF
Fones: (55) 61 3216-6873 – 3216-6874 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcms.decoram@camara.leg.br
Visite nossa página na Internet: <http://www.camara.leg.br/representacaomercosul>



Página 4 de 4

Parte integrante do Avulso do RQS nº 165 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 69908A9D00227842.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



Término de prazos



- Encerrou-se no dia 28 de março o prazo sem interposição de recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2009; e do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2017.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2009, aprovado nos termos do Substitutivo oferecido, retorna à Câmara dos Deputados; e o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2017, aprovado, vai à Câmara dos Deputados.

- Encerrou-se em 28 de março o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei do Senado nºs 502, de 2013; e 181, de 2017-Complementar.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias constarão da pauta da sessão deliberativa de amanhã, 3 de abril.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

- Bloco-PSB** - Lídice da Mata*
- Bloco-PP** - Roberto Muniz* (S)
- Bloco-PSD** - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

- Bloco-PRB** - Eduardo Lopes* (S)
- Bloco-PT** - Lindbergh Farias*
- Bloco-PODE** - Romário**

Maranhão

- PMDB** - João Alberto Souza*
- PRTB** - Pastor Bel* (S)
- Bloco-PSDB** - Roberto Rocha**

Pará

- Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro*
- PMDB** - Jader Barbalho*
- Bloco-PT** - Paulo Rocha**

Pernambuco

- Bloco-PTB** - Armando Monteiro*
- Bloco-PT** - Humberto Costa*
- PMDB** - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

- PMDB** - Ailton Sandoval* (S)
- PMDB** - Marta Suplicy*
- Bloco-PSDB** - José Serra**

Minas Gerais

- Bloco-PSDB** - Aécio Neves*
- PMDB** - Zeze Perrella* (S)
- Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia**

Goiás

- Bloco-PSB** - Lúcia Vânia*
- Bloco-PP** - Wilder Moraes* (S)
- Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

- Bloco-PR** - Cidinho Santos* (S)
- Bloco-PODE** - José Medeiros* (S)
- Bloco-PR** - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

- Bloco-PP** - Ana Amélia*
- Bloco-PT** - Paulo Paim*
- Bloco-PSD** - Lasier Martins**

Ceará

- PMDB** - Eunício Oliveira*
- Bloco-PT** - José Pimentel*
- Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati**

Paraíba

- Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima*
- PMDB** - Raimundo Lira* (S)
- PMDB** - José Maranhão**

Espírito Santo

- Bloco-PR** - Magno Malta*
- Bloco-PSDB** - Ricardo Ferrão*
- PMDB** - Rose de Freitas**

Piauí

- Bloco-PP** - Ciro Nogueira*
- Bloco-PT** - Regina Sousa* (S)
- PMDB** - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

- PMDB** - Garibaldi Alves Filho*
- Bloco-DEM** - José Agripino*
- Bloco-PT** - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

- Bloco-PSDB** - Dalírio Beber* (S)
- Bloco-PSDB** - Paulo Bauer*
- PMDB** - Dário Berger**

Alagoas

- Bloco-PP** - Benedito de Lira*
- PMDB** - Renan Calheiros*
- Bloco-PTC** - Fernando Collor**

Sergipe

- Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares*
- Bloco-PSDB** - Eduardo Amorim*
- Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

- PMDB** - Eduardo Braga*
- Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin*
- Bloco-PSD** - Omar Aziz**

Paraná

- Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann*
- PMDB** - Roberto Requião*
- Bloco-PODE** - Alvaro Dias**

Acre

- Bloco-PT** - Jorge Viana*
- Bloco-PSD** - Sérgio Petecão*
- Bloco-PP** - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

- Bloco-PRB** - Pedro Chaves* (S)
- PMDB** - Waldemir Moka*
- PMDB** - Simone Tebet**

Distrito Federal

- Bloco-PPS** - Cristovam Buarque*
- PROS** - Hélio José* (S)
- S/Partido** - Reguffe**

Rondônia

- Bloco-PP** - Ivo Cassol*
- PMDB** - Valdir Raupp*
- Bloco-PDT** - Acir Gurgacz**

Tocantins

- Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira* (S)
- Bloco-PR** - Vicentinho Alves*
- Bloco-PDT** - Kátia Abreu**

Amapá

- Bloco-PSB** - João Capiberibe*
- Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues*
- Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre**

Roraima

- Bloco-PDT** - Ângela Portela*
- PMDB** - Romero Jucá*
- Bloco-PTB** - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 20

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12

PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Kátia Abreu.	PDT / TO
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC / PRB-2

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PRTB - 1

Pastor Bel.	MA
-------------	----

PROS - 1

Hélio José.	DF
-------------	----

PMDB.	20
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
PROS.	1
PRTB.	1
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Airton Sandoval* (-PMDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (-PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)
 Eduardo Braga* (-PMDB-AM)
 Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
 Elmano Férrer** (-PMDB-PI)
 Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)

Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (-PROS-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (-PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (-PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (-PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (-PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Pastor Bel* (-PRTB-MA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)

Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
 Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
 Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (-S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (-PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
 Romário** (Bloco-PODE-RJ)
 Romero Jucá* (-PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (-PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
 Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

PMDB - 20 Líder Raimundo Lira - PMDB (138) Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 16 Líder Eduardo Amorim - PSDB (69,100,140) Vice-Líderes Davi Alcolumbre (75,85,133,150) Ataídes Oliveira (74) Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (105) Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,86,112,159) Roberto Rocha (37,54,111,158,160) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (101) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Wilder Morais - PP (39,122,132,151) Vice-Líderes Benedito de Lira (103) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (103) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,106) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12 Líder Lindbergh Farias - PT (27,59,63,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,25,116) Regina Sousa (35) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (27,59,63,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (31,41,55,60,126) Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (3,25,116)	Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154) Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,21,156) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (12,19,146) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,21,156) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,66,136) Vice-Líder do PODE Romário (137,152)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (42,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (4,29,34,44,56,84,99,127) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (102) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 0 Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,8,67,72)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,128,144) Davi Alcolumbre (75,85,133,150) Flexa Ribeiro (129,149) Sérgio Petecão (10,131,147) Wilder Morais (39,122,132,151)	PROS - 1 Líder Hélio José - PROS (43,48,87,155)	Maioria Líder Raimundo Lira - PMDB (138)
Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,18,50,53,79,90,115)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Álvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
25. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
58. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
61. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2º vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Álvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolph Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. n° 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPD).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-Líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).



132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romario foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferrão foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger (3)	1. Senador Eduardo Braga (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (3)	2. Senador Valdir Raupp (3)
Senador Roberto Requião (3)	3. Senador Airton Sandoval (6)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (5)	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (2)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



5) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



7) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins
 (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



8) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinícius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



10) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

- * Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.
- 1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
- 2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)
- 3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
- 4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- 5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).
- 6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO**Finalidade:** Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**Leitura:** 14/03/2018

3) CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira (5,25)	1. Senador Eduardo Braga (5,8)
Senador Roberto Requião (5,8)	2. Senador Romero Jucá (5)
Senador Garibaldi Alves Filho (5)	3. Senador Elmano Férrer (5)
Senadora Rose de Freitas (5,20)	4. Senador Waldemir Moka (5)
Senadora Simone Tebet (5)	5. Senador Airton Sandoval (16,19,24)
Senador Valdir Raupp (5)	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho (19)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (3)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3,21,22,27)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) (3)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (5)
Senador José Agripino (DEM-RN) (5)	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) (2)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (15)	1. VAGO (18)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. (7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (4)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (4)	2. VAGO (4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL
Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (8)
Senador Waldemir Moka (8,11)	2. Senador Valdir Raupp (8)
Senadora Marta Suplicy (8)	3. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8,14)	4. Senador Edison Lobão (8)
Senador Airton Sandoval (8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (1)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (6)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (6)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (6)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9)	3. Senador José Agripino (DEM-RN) (9)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3,15,16)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (10)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4)	1. Senador Romário (PODE-RJ) (4)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (5)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (7)
Senador Vicentinho Alves (PR-TG) (7)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (7)

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalírio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)
 2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalírio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
 3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).
- *. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ^(1,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBDC).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD)
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraz foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. VAGO (2,16,22,23,26)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (11)	1. Senador Airton Sandoval (11,14)
Senador Renan Calheiros (11)	2. Senador Dário Berger (11)
Senador João Alberto Souza (11)	3.
Senador Valdir Raupp (11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (6)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (6)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (6)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (4)	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (4)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (1)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)	2. VAGO (2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,12,16)

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa (PT-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (18)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26)

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- 10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- 11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).
- 13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPD).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- * Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

* Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Angela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão (7)	1. Senador Renan Calheiros (7,13)
Senador João Alberto Souza (7)	2. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Roberto Requião (7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Romero Jucá (7)	4. Senadora Marta Suplicy (17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho (21)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (5)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (5)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) (5)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (5)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (5)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (2)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (8)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)
Senador José Agripino (DEM-RN) (8)	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (6)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (6)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (6)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (6)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (20)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (3)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3)

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

- Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).
 - Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).
 - Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).
- *. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. VAGO (7,9,10,23)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PB) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1) (1,16)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21) 2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLEDM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (8,14)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8)	2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (17)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (20)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	1. VAGO (19,22,23,26)
(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka (6)	1. Senadora Rose de Freitas (6)
Senador Elmano Férrer (6)	2. Senador Romero Jucá (6)
Senador Valdir Raupp (6)	3.
Senador Dário Berger (6)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (4)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (4)	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (3)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)
Senador Ivo Cassol (PP-RO) (3)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (12)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp (3)	1. VAGO (6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) (3)	2.
Senador João Alberto Souza (3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
VAGO (7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (11)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (11)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (13)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. VAGO (5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMBD).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMBD).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMBD).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMBD).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (10)	1. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Airton Sandoval (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (18)
Senador Dário Berger (10)	3. Senador Elmano Férrer (18)
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (17)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (17)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2.

Notas:

- *. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

11^a Eleição Geral: 30/05/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO (15)
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)	4. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSBEZER,lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1^a Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

REDE

PRB

PTC

PODE

PRTB

PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



Atualização: 11/11/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PROS

PRTB

Atualização: 11/11/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR
(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PROS

REDE

PSC

PRB

PTC

PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):****MEMBROS****DEM****PCdoB****PDT****PMDB****PPS****PP****PRTB****PRB****PROS****PSC****PSD****PSB****PTB****PTC****PR****PSDB****PT****PODE****REDE**

18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

PCdoB

PDT

PMDB

PP

PPS

PR

PRB

PSB

PSD

PSDB

PT

PTB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PDT

PSB

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

